UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

THIAGO BLOSS DE ARAÚJO

Raul Briquet e a modernização conservadora: crítica ao primeiro manual brasileiro sobre Psicologia Social

São Paulo

2016

THIAGO BLOSS DE ARAÚJO

Raul Briquet e a modernização conservadora: crítica ao primeiro manual brasileiro sobre Psicologia Social

(versão corrigida)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Luís Guilherme Galeão da Silva

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Araújo, Thiago Bloss de.
Raul Briquet e a modernização conservadora: crítica ao primeiro manual brasileiro sobre psicologia social / Thiago Bloss de Araújo; orientador Luís Guilherme Galeão da Silva. -- São Paulo, 2016.
397 f.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Briquet, Raul, 1887-1953 2. História da psicologia 3. História da psicologia social 4. Teoria crítica 5. Cientificismo 6. Materialismo histórico e dialético I. Título.

BF108

Autor: Araújo, Thiago Bloss de

Título: Raul Briquet e a modernização conservadora: crítica ao primeiro manual brasileiro sobre Psicologia Social

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Aprovado em**: _____**de_____de_____.

Banca examinadora

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

A Jung Bloss e Elvira Souza Peito,

in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, por terem acreditado no impossível projeto de um mestrado que seria inimaginável a qualquer pessoa da nossa classe social, visto os grilhões que nos prendem na esfera da necessidade.

A Elis Cornejo, eterna companheira, que do início ao término da dissertação foi de namorada a noiva e, agora, esposa. Esta pesquisa não teria sido possível sem sua marcante presença.

Aos antigos mestres que plantaram, no passado, o germe que resultou no desejo de realizar esta pesquisa. São eles: Angela Zamora Cilento, João Gomes, José Emilio Major Neto e Roger Fernandes Campato.

As professoras Leny Sato, Belinda Mandelbaum, Maria Thereza Costa Coelho de Souza e ao professor José Leon Crochik. Agradeço por terem me apresentado o encanto da pesquisa acadêmica.

A professora Mitsuko Antunes e ao professor José Moura Gonçalves Filho pela franqueza nas críticas e nos elogios à pesquisa durante a banca.

Ao amigo e orientador Luis Galeão que, com seu espírito *sturm und drang*, aceitou prontamente o desafio de um projeto que possuía as asas maiores que as pernas. Foram mais de três anos de uma jornada exaustiva, mas que guarda agradável lembrança.

Aos colegas de orientação e estudos Andrea Mataresi, José Fernando Andrade Costa, Luis Carlos Valois e Marcos Alcyr Oliveira.

As doces Nalva Gil e Rosângela Serikaku Segaki, pela amizade e pela imensa ajuda na superação de um dos maiores instrumentos de poder desta instituição: a burocracia.

A minha grande mestre Maria Helena Souza Patto, por ter me mostrado o caminho que decidi trilhar.

Toda imagem del ser humano es ideología, salvo em negativo

(Theodor Adorno)

RESUMO

Esta pesquisa, de cunho teórico e bibliográfico, teve por objetivo realizar uma análise crítica do livro *Psicologia Social (1935)* de Raul Briquet. A Psicologia Social brasileira encontra a sua origem nas teses de doutoramento defendidas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, tendo como um de seus principais pioneiros o médico Raul Carlos Briquet, que publicou o primeiro manual brasileiro sobre Psicologia Social em 1935. O método utilizado foi o materialismo histórico e dialético, a partir da análise das principais categorias e tendências presentes na estrutura e no conteúdo do livro. As mediações de sua obra residem tanto nas teorias com base no Positivismo e no Evolucionismo do século XIX - sobretudo nas idéias do *Pensamento Social Brasileiro* – quanto nas concepções liberais defendidas pela elite brasileira da década de 1930, expressa através de importantes documentos tais como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e o *Manifesto da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933)* que, dentre os signatários, estava Briquet. A análise crítica apresentou, primeiramente, um panorama geral da estrutura e conteúdo do livro, expondo em seguida suas principais categorias (*indivíduo*;*sociedade*; *relação indivíduo-sociedade*;*ciência*;*educação*;*psicologia social*) e tendências (*cientificismo/organicismo*; *normatização*; *orientação programática para a ciência*; *evolucionismo/higienismo*; *aproximação à realidade cotidiana*; *crítica radical*) segundo suas mediações internas e externas; para tanto, partiu das categorias de análise da dialética como *mediação*, *contradição* e *totalidade*. Deste modo, foi possível compreender o primeiro manual brasileiro sobre Psicologia Social sob duplo aspecto: primeiro, como um manual que respondia ao movimento de institucionalização da psicologia social como disciplina autônoma e estruturado a partir de uma bibliografia contemporânea às principais pesquisas da época; segundo, como resultado do amplo contexto histórico do entre-guerras, somado ao jogo de forças políticas que compuseram a Era Vargas a partir dos desdobramentos de sua política de conciliação de classes e da chamada “modernização conservadora”.

Palavras-chave: Raul Briquet; História da Psicologia; História da Psicologia Social; Teoria Crítica; Cientificismo; Evolucionismo; Materialismo Histórico.

ABSTRACT

This theoretical and bibliographical research aimed to conduct a critical analysis of Raul Briquet´s *Social Psychology* (1935) book. The brazilian social psychology finds its origin in the doctoral degree theses in the Medical Schools of Rio de Janeiro and Bahia, having as one of its leading pioneers the doctor Raul Carlos Briquet, who published the first brazilian handbook social psychology in 1935. The method used was the historical and dialectical materialism, from the analysis of the main present categories and trends in the structure and content of the book. The mediations of his work resides in theories based on positivism and evolutionism of the nineteenth century - especially the ideas of the Brazilian Social Thought - as the liberal conceptions defended by the brazilian elite of the 1930s, expressed through important documents such as the *Manifesto of Pioneers of New Education* and the *Manifesto of Free School of Sociology and Policy*, that among the signatories was Briquet. The critical analysis presented, first, an overview of the structure and content of the book, then exposing its main categories (individual, society, individual-society relation, science, education, social psychology) and trends (scientism/organicism, the programmatic orientation toward science, evolutionism/hygienism, approach to daily reality, radical critique) according to their internal and external mediations; to do so, started by the dialectical analysis of categories such as *mediation*, *contradiction* and *totality*. Thus, it was possible to understand the first brazilian handbook of social psychology into two ways: first, as a manual that responded to institutionalization movement in social psychology as an autonomous discipline and structured from contemporary literature to the main research of the time; second, as a result of the broad historical context of the interwar, added to the political forces struggle that formed the Vargas Era from the consequences of their class conciliation politic and the nominated "conservative modernization”.

Key-words: Raul Briquet; Psychology History; Social Psychology History; Critical Theory; Cientificism; Historical and Dialetical Materialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 O NASCIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL 19

2.1 A Psicologia Social no Brasil e o Pensamento Social Brasileiro 19

2.2 O nascimento da Psicologia Social nos Estados Unidos: o Handbook of Social Psychology de Murchinson 28

3 TEORIAS DO SÉCULO XIX: O EVOLUCIONISMO 33

3.1 Cientificismo e Teorias Raciais: a suposta neutralidade científica do racismo 33

3.2 Darwinismo: da lógica natural à natural lógica entre os homens 35

3.3 Psicologia e Eugenia: as origens do saber psicológico em torno das diferenças entre as raças 36

4 AS FACULDADES DE MEDICINA 40

4.1 A “Gazeta Médica” 41

4.2 O “Brazil Medico” 45

5 RAUL BRIQUET (1887-1953) 50

6 A DÉCADA DE 1930 53

6.1 O entre - guerras: catástrofe, revolução e crise 53

6.1.1 A catástrofe 53

6.1.2 A revolução 57

6.1.3 A Crise 61

6.2 A década de 30 no Brasil: o declínio das oligarquias e a modernização conservadora 71

6.2.1 Os antecedentes 71

6.2.2 A Era Vargas: do governo provisório ao golpe do Estado Novo 74

6.2.3 A contra-revolução paulista de 1932 75

6.2.4 O Estado Getulista 77

7 O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) 84

8 A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (1933-1953) 92
8.1 O Manifesto da Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) 95
8.2 Rumo à Verdade 97
8.3 Roberto Simonsen e Cyro Berlinck: da revolução ao imperialismo 101
8.4 Informações institucionais 103
8.4.1 Sobre o programa 103
8.4.2 Sobre o curso de Psicologia Social 104
8.4.3 Sobre os outros programas e cursos 104
9 PROPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: O POSITIVISMO E O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO 109
9.1 O Positivismo: ciência e ideologia 109
9.2 Os limites do Positivismo: a crítica a partir do Materialismo Histórico e Dialético 114
9.3 Elementos do método materialista histórico e suas bases na dialética hegeliana 120
9.4 Da abstração analítica ao concreto pensado: a "viagem de retorno" 124
9.5 Totalidade, mediação e contradição: as três categorias fundamentais da análise materialista e dialética 130
9.6 Pseudoconcreticidade e formas fetichistas de objetividade: a abstração da realidade 132
9.7 A relação entre Psicologia e Sociologia: uma antinomia costurada 135
10 O LIVRO "PSICOLOGIA SOCIAL" DE RAUL BRIQUET (1935) 138
10.1 Prefácio 138
10.2 "Introdução" 140
10.3 " Subsídio da Biologia" 144
10.4 "Subsídio da Psicologia" 150
10.4.1 "BIEVIORISMO" 151
10.4.2 "GUESTALTISMO" 154
10.4.3 "LEIS DA NATUREZA HUMANA" 157
10.4.4 "APRENDIZAGEM" 161

10.5 “Subsídio da Sociologia” 166
10.6 “Instinto“ 183
10.7 “Instinto Agressivo” 189
10.8 “Hábito” 193
10.9 “Sugestão” 197
10.10 “Imitação” 202
10.11 “Simpatia” 206
10.12 “Inteligência” 209
10.13 “Grupos Sociais” 213
10.14 “Eu Social” 221
10.15 “Personalidade” 226
10.16 “Adaptação Social” 234
10.17 “Preconceito de Raça” 239
10.18 “Liderança” 248
10.19 “Opinião Pública” 252
10.20 “Multidão” 255
10.21 “Revolução” 264
11 ANÁLISE DO LIVRO 274
11.1 Da estrutura e temática 274
11.2 Dos autores 276
11.3 Categorias de análise 277
11.3.1 Indivíduo 278
11.3.2 Sociedade 282
11.3.3 Relação indivíduo e sociedade 288
11.3.4 Ciência 294
11.3.5 Educação 297
11.3.6 Psicologia Social 303

11.4 Tendências do livro 308
11.4.1 Tendência ao cientificismo/organicismo 309
11.4.2 Tendência a normatização 311
11.4.3 Orientação programática para a ciência 314
11.4.4 Tendência ao evolucionismo/ higienismo/ eugenia. 317
11.4.5 Aproximação à realidade cotidiana 319
11.4.6 Crítica radical 320
12 CONCLUSÃO 322
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 325

1 INTRODUÇÃO

O nascimento da Psicologia como um ramo autônomo da ciência data de meados do século XIX, época do "triunfo burguês" na chamada Era do Capital. Trata-se de um momento histórico de consolidação da burguesia como classe dominante, onde seus valores e ideais, baseados no Iluminismo, tornaram-se a visão de mundo dominante que orientou a ação e a reflexão nos âmbitos da política, economia, cultura e ciência.

Com a progressiva dissolução do Antigo Regime – e dos grilhões decorrentes de sua estrutura hierárquica, do Estado Absolutista e de uma economia predominantemente agrária – o liberalismo burguês tornou-se a nova ideologia (política e econômica) dominante, tendo seu marco na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que manifestava o espírito revolucionário francês na apologia dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade.

A mudança no mundo europeu (inicialmente Inglaterra e França, incluindo também os Estados Unidos) em decorrência da dupla revolução do século XVIII – Industrial (1750) e Francesa (1789) – foi profunda. Ao invés de uma sociedade estamental e aristocrática, que determinava o destino dos homens pelo nascimento, seria possível a mobilidade social dentro de uma sociedade dividida em classes, com base no trabalho "livre" e na autodeterminação dos indivíduos. Ao invés de uma agricultura anacrônica e um sistema fabril manufatureiro e ainda artesanal, via-se a consolidação da economia liberal e da grande indústria capitalista, que crescia segundo os desenvolvimentos tecnológicos da época e se estruturava na divisão e especialização do trabalho, como também na compra de mão-de-obra pelo proprietário dos meios de produção (o capitalista industrial). Isso representava mais do que a realização da liberdade e igualdade individuais, mas o triunfo da sociedade burguesa liberal e da classe média (HOBSBAWM, 2004).

Longe dos antigos obstáculos à realização do livre-arbítrio, a sociedade burguesa pós-revolucionária abriu "carreiras abertas ao talento" e os homens tornar-se-iam donos de seus destinos. O homem da modernidade poderia chegar ao "sucesso" e ascender socialmente dependendo exclusivamente de seus próprios méritos, talentos e habilidades. Trata-se da concepção burguesa de *self made man*: um homem racional, ativo, astuto, aquele que "se fazia a si-mesmo" (HOBSBAWM, 2004).

Outra idéia que fundamentou o pensamento liberal é decorrente dos princípios do Iluminismo: a crença no potencial libertador da razão que, ao se realizar pelo conhecimento científico e pela técnica, não apenas permitiria o domínio do homem sobre a natureza e o

controle dos problemas da humanidade, como também o progresso da civilização, passível de um processo de aperfeiçoamento constante e racional. Tal crença no progresso advindo da razão esclarecedora era compartilhada tanto pelos liberais burgueses quanto pelos socialistas revolucionários. Adam Smith, teórico da economia política clássica, nem só sustentava tal crença como acreditava que o capitalismo era o maior desenvolvimento do movimento natural da razão rumo ao progresso, ou seja: "O progresso era (...) tão natural quanto o capitalismo. [Portanto] Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável". (HOBSBAWM, 2004, p. 330).

No entanto, com o decorrer do século XIX o desenvolvimento do capitalismo não trouxe a riqueza entre as nações, muito menos entre aqueles que faziam parte da produção industrial. A divisão tornou-se substancialmente clara: de um lado os vitoriosos, os burgueses, donos dos meios de produção; de outro, o proletariado, que vendia sua força de trabalho a preços baixíssimos e vivia em condições miseráveis, subumanas. Tal condição foi a base para a organização da classe trabalhadora e o estopim de movimentos de revolta, protestos e greves.

Apesar do otimismo burguês e da crença na chegada no melhor dos mundos, a realidade social se amargava com as consequências do processo que levou ao triunfo do capitalismo liberal. As crises periódicas do capital desde a década de 1830 agravaram progressivamente esse quadro levando à formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, alimentada pelas ideias socialistas e comunistas da época. A consequência dessa condição foi a revolução de 1848: a chamada "primavera dos povos" foi uma revolução social encabeçada pela fome dos trabalhadores pobres, escancarando que o sonho liberal de "liberdade, igualdade e fraternidade" não havia se realizado para a maioria da população. Embora derrotada, esta revolução abriu espaço para a participação política da classe trabalhadora, que passaria a ser alvo de constantes manobras reformistas que garantissem a ordem social e o controle das massas. (HOBSBAWM, 2009).

Contudo, a crença de que a sociedade liberal garantiria a igualdade ainda fazia parte da visão de mundo dominante e precisava ser justificada de alguma forma. Nesse contexto entra o papel fundamental da ciência:

> O século XIX caracteriza-se por uma contradição básica: neste período a sociedade burguesa atinge seu apogeu, segrega cada vez mais o trabalhador braçal e se torna inflexível da admissão dos que vêm de baixo. No nível político e cultural, mantém-se viva a crença na possibilidade de uma sociedade igualitária num mundo onde, na verdade, a polarização social é cada vez mais radical. Entre as pequenas conquistas de uma minoria do operariado e a acumulação de riqueza da alta burguesia cavara-se

> um abismo que saltava aos olhos. Justificá-lo será a tarefa das ciências humanas que nascem e se oficializam nesse período (PATTO, 2008, p.41).

Dentre essas ciências nascentes em meados do século XIX estava a Psicologia, cujo marco de seu reconhecimento científico está na fundação do primeiro Instituto de Psicologia Experimental no ano de 1879 por Wilhelm Wundt, na cidade de Leipizig, Alemanha. Partindo das duas principais tendências filosóficas da época - o empirismo inglês e o positivismo francês – essa Psicologia nascida nos laboratórios de fisiologia constituía-se então segundo os preceitos do Cientificismo dominante, além dos desenvolvimentos da chamada *Völkerpsychologie*.

O positivismo do século XIX partia da premissa de que as leis da natureza seriam imutáveis e que se aplicariam com a mesma lógica aos fenômenos sociais. Assim, "o funcionamento da vida social, econômica e política (...) [seriam] do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural" (LÖWY, 2010, p.38). Desta concepção de harmonia natural surge a defesa da identidade entre os métodos das ciências naturais e sociais. Outra premissa fundamental do método positivista é a de que só é possível o conhecimento cientifico verdadeiro e objetivo sob a condição de "neutralidade" e afastamento dos juízos de valor, de ideias, de ideologias, de pré-noções, de preconceitos. Segundo Michel Löwy (2010), tal concepção foi fundamental ao método das ciências humanas do período por afirmar "a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo" (p.39).

Tal como as ciências sociais, a Psicologia procurou explicar o homem partindo de um método que se acreditava objetivo, neutro e desinteressado, de onde formularia leis universais e imutáveis, ou seja, a-históricas. Nesse sentido, para a compreensão de seu desenvolvimento e a legitimação de suas práticas e discursos, é necessário relacioná-la a outra ciência que na época teve considerável avanço: a Biologia.

A teoria da evolução pela seleção natural de Darwin fez a síntese de ideias que dominavam o espírito da época e que dialogavam intimamente com a visão de mundo liberal. Primeiramente, resgatou a concepção burguesa iluminista que identificava a história como "progresso"; neste caso, como um progresso de todas as esferas da vida humana: política, social, cultural, científica etc. Contiguamente estava o conceito de "evolução" - advinda da sociologia malthusiana - que entendia o progresso histórico como um movimento rumo ao

aperfeiçoamento da espécie. Desta fonte sociológica e desdobrada pelo darwinismo, ainda restava a noção de "competição", muito familiar à sociedade capitalista da época.

Apoiada na "infalibilidade" do método das ciências naturais segundo as premissas descritas acima, a Psicologia estava armada de uma suposta neutralidade e objetividade científicas que lhe davam uma base ideológica "coesa" para justificar a desigualdade e a diferença entre os homens dentro de uma sociedade fundada aos gritos da "igualdade"

> A psicologia científica nascente neste mesmo período não poderia ser diferente; gerada nos laboratórios de fisiologia experimental, fortemente influenciada pela teoria da evolução natural e pelo exaltado cientificismo da época, tornou-se especialmente apta a desempenhar seu primeiro e principal papel social: descobrir os mais e os menos aptos a trilhar "a carreira aberta ao talento" supostamente presente na nova organização social (...) Entre as ciências que na era do capital participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas desigualdades pessoais, biologicamente determinadas, a psicologia certamente ocupou posição de destaque (PATTO, 2008, p.60).

O discurso sobre as diferenças, no entanto, não é mérito das ciências nascidas na Era do Capital. No início do século XIX encontram-se os estudos de frenologia e craniologia que buscavam correlações entre atributos físicos e morais dos indivíduos. Com o desenvolvimento fervoroso das ciências naturais dessa época, a Medicina voltou suas atenções no desenvolvimento de uma extensa nosologia e na identificação dos "anormais". Posteriormente, com as teorias racistas de Cabanis e Francis Galton (precursor da eugenia), que provavam a relação entre hereditariedade e inteligência, a Psicologia imbuiu-se de identificar os mais e menos aptos a ocupar as determinadas classes sociais da sociedade, conforme o padrão normativo das ciências naturais, da noção de hereditariedade da Biologia evolucionista e da crença liberal nas potencialidades individuais do *self made man*. Assim como a sociedade liberal da época, à Psicologia coube o diálogo entre a crença em uma sociedade igualitária e na defesa científica do racismo como forma de explicar a dominação entre os homens:

> Exceto pela sua conveniência enquanto legitimização da dominação do branco sobre indivíduos de cor, ricos sobre pobres, isso talvez seja mais bem explicado como um mecanismo através do qual uma sociedade fundamentalmente inegalitária, baseada sobre uma ideologia fundamentalmente egalitária, racionalizava suas desigualdades, uma tentativa para justificar e defender aqueles privilégios que a democracia (implicitamente nas suas instituições) precisava inevitavelmente desafiar. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante da igualdade e da democracia, portanto a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo, podia provar que os homens *não* eram iguais (HOBSBAWM, 2009, pp.371).

Embora no início do século XX a ideia de raça - e sua correspondente correlação com o nível intelectual e moral dos indivíduos – tenha perdido espaço para a explicação culturalista, o discurso conservador da Psicologia sobre a diferença manteve-se segundo uma visão normativa de indivíduo e uma concepção funcionalista de sociedade:

> ...uma psicologia que desde o seu nascimento baseia-se numa definição conservadora de ajustamento e de normalidade e que centra suas investigações no que ocorre no indivíduo ou nas relações interpessoais, entendidos como entidades a-históricas, só poderia ter imensa receptividade numa sociedade regida pelas teses liberais e por uma visão funcionalista da vida social (PATTO, 2008, pp.70).

Não foram diferentes os desenvolvimentos da Psicologia no Brasil, nascida e desenvolvida nas teses das Faculdades de Medicina e nos Laboratórios associados a hospitais psiquiátricos e Escolas Normais - todos sob forte influência do positivismo e das teorias racistas do século XIX.

2 O NASCIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL

2.1 A Psicologia Social no Brasil e o Pensamento Social Brasileiro

A Psicologia brasileira tem sua origem na Medicina do início do século XX, que desenvolveu seus estudos nessa área nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, centros de referência na produção de pesquisas e de teses de doutoramento. Não diferente foi a Psicologia Social no Brasil que – tendo como chão as ideias racistas e positivistas que permearam o pensamento liberal da época - viu seu nascimento decretado nos trabalhos dos médicos Raul Briquet e Arthur Ramos na década de 30 (ALMEIDA, 1989).

Contudo, para a compreensão deste desenvolvimento até meados dos anos 30, é fundamental voltar a atenção à produção intelectual brasileira do fim do século XIX e início do século XX, cujas ideias deram a base do pensamento teórico-científico da Psicologia Social aqui desenvolvida, tanto em sua reprodução, quanto em sua crítica.

O chamado "Pensamento Social Brasileiro" do século XIX trouxe as sementes das ideias psicossociais para o país ao voltar sua atenção ao "povo brasileiro", na descrição de suas características, na sua raça, na gênese de seu caráter, enfim, na questão do "caráter nacional brasileiro". Dentre seus representantes, destacam-se Sylvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Manoel Bomfim[1] (1868 - 1932), estudiosos da cultura brasileira que foram influenciados pela sociologia positivista ingressa em solo nacional desde 1850. Esta ciência, preocupada com os problemas da sociedade, acreditava que pelo conhecimento científico seria possível a busca de seu grande objetivo: a "regeneração" social. No entanto, especificamente para o estudo das raças e de suas diferenças, a teoria da evolução de Darwin foi fundamental principalmente em sua derivação ideológica para o estudo da sociedade, traduzida nos estudos do darwinismo social.

O contexto em que estas ideias se desenvolveram foi a de um novo quadro político-social brasileiro que atravessou a Primeira República, marcado pela abolição da escravidão (e a contígua queda do mercado açucareiro), a mudança do centro de poder para o Sudeste-Sul, a entrada maciça de imigrantes no país para trabalhar nas lavouras de café, o maior

[11] Manoel Bomfim é uma exceção ao se opor às visões reducionistas do povo brasileiro, dando relevância à dimensão da história e da cultura em seus estudos. Não foi à toa que se tornou um grande crítico de Silvio Romero.

desenvolvimento da industrialização e da urbanização, o aumento da classe média (e de sua força política) e o domínio do poder pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais que se revezavam na conhecida política do “Café-com-Leite”.

> A união das oligarquias paulista e mineira foi um elemento fundamental da história política da Primeira República. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas forças. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final (FAUSTO, 2002, p.153)

A República oligárquica constituiu-se sob a influência das ideias liberais que embasaram o pensamento político brasileiro, as quais foram concretizadas na Constituição de 1891 que tomou como modelo a norte-americana. Além da separação institucional entre Estado e Igreja o “texto constitucional consagrou o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (FAUSTO, 2002, p. 142). A defesa do direito à propriedade - principal reivindicação da burguesia europeia desde a subida ao poder no final do século XVIII – consagrou as ideias liberais na República das oligarquias do Brasil. Sob este direito assegurado pelo Estado, pode-se compreender a sua política clientelista e sua principal vertente perversa, o coronelismo.

No entanto, estas mudanças políticas formais pouco mudaram a realidade social brasileira, que já desde a época do Império escravocrata havia acolhido estas mesmas ideias liberais.

> ...embora o conjunto de princípios que justificaram a instalação deste período fosse de natureza democrático-liberal, sua política tinha um caráter notoriamente autoritário e elitista e suas semelhanças com o Império eram maiores do que um exame pouco atento poderia sugerir (PATTO, 2008, p,81).

Sob uma elite agrária que se sustentava na exploração do trabalho do imigrante (ou dos ainda escravos), a política agroexportadora do país se desenvolvia segundo modelos quase feudais de trabalho. Nas cidades, uma massa de trabalhadores migrados do campo aumentava o contingente urbano e o exército industrial de reserva das indústrias que se desenvolviam. O regime republicano não superou a estrutura de dominação do regime anterior, afinal, numa “sociedade baseada no tripé latifúndio-monocultura-escravidão, o ideário liberal não podia passar de mera retórica, alheia à realidade social sobre a qual pretendia dispor." (PATTO, 2008, p. 80).

Nesta contradição entre a estrutura social brasileira e os ideais do liberalismo, restou à “inteligência” buscar seus modelos e ideias na Europa, visto a situação anacrônica da

realidade brasileira. Destas importações intelectuais, as teorias racistas e eugenistas tiveram grande receptividade no pensamento social brasileiro para a explicação da "degeneração" do povo mestiço colonizado. Dentre seus primeiros representantes estavam Sylvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. O primeiro, bacharel em direito, fez estudos sobre a mestiçagem e concluiu que o mestiço era "apático, sem iniciativa e desanimado" (PATTO, 2008, p.94), defendendo assim uma política de branqueamento da população. Já o segundo, influenciado por estas teses – e leitor de Herbert Spencer – defendeu a realização de políticas higienistas segundo os preceitos do darwinismo social.

Talvez a exceção tenha sido Manoel Bomfim, que deu foco às dimensões social, política e histórica em seus estudos sobre a diferença dos povos, segundo o método interpretativo e sob influência dos estudos de Wundt. Coube, aliás, à sua figura a inauguração do Laboratório de Psicologia Experimental no Rio de Janeiro em 1906 (ALMEIDA, 1989).

Salvo exceções, esta inteligência brasileira que formou o pensamento social brasileiro – assim como a que foi posteriormente influenciada por ele – apoiara-se nas teorias então em voga na Europa: o Positivismo e o Evolucionismo. Esta dupla influência foi traduzida em solo nacional em cientificismo e em teorias racistas, ou seja, na defesa científica da inferioridade racial do negro e do mestiço.

Os primeiros trabalhos de Psicologia com interesse científico situam-se no Rio de Janeiro ainda no século XX. Em 1890, José Estelita Tapajós publicou a tese com base elementarista chamada *Psicofisiologia da Percepção e das Representações* e Veríssimo de Castro o ensaio *Das Emoções*. O primeiro trabalho de psicologia clínica é de Odilon Goulart, chamado *Estudo Psicoclínico da Afasia* de 1891. Já em 1894 os estudos sobre a memória foram desenvolvidos por Alberto Seabra com o título *A Memória e a Personalidade*. Um dos nomes mais contemplados da Faculdade do Rio de Janeiro foi o de Henrique Roxo, que em 1900 – época de pleno desenvolvimento dos estudos dos laboratórios de Wundt e de Pavlov – publicou o primeiro trabalho de psicologia experimental no Brasil, com o título *A Duração dos Atos Psíquicos*. Roxo também ficou famoso por ser o primeiro a usar as avaliações psicométricas de Binet no Brasil, no Hospício Nacional (ANTUNES, 1999); (PESSOTTI, 1975); (SOARES, 2009).

Já na Faculdade da Bahia, em 1851 foi publicado o primeiro ensaio de psicofisiologia da Francisco Tavares da Cunha, intitulado *Psicofisiologia acerca do homem*. Em 1864, no trabalho *Relação da Medicina com* as *Ciências Filosóficas: Legitimidade da Psicologia*,

Ernesto Carneio Ribeiro discutiu a questão da interdisciplinaridade e a importância da Psicologia frente a outras disciplinas. Antecipando discussões que tomariam maior proporções no século XX, entre 1853 e 1888 foram realizadas pesquisas em torno da relação indivíduo-cultura sob o título *Influência da Civilização no Movimento das Doenças Mentais*. Ainda com foco na questão social, em 1897, Júlio Afrânio Peixoto publica a tese *Epilepsia e Crime* (ANTUNES, 1999); (PESSOTTI, 1975); (SOARES, 2009).

Com efeito, o que se vê no século XX é o aumento dos trabalhos científicos sobre temas de Psicologia no Brasil, uma tendência que buscava a afirmação de seu grau de cientificidade e de autonomia como ramo autônomo da ciência.

> A partir da primeira década de 1900, as teses, ensaios e atividades dos médicos, saídos das duas Faculdades, Rio e Bahia, trazem caráter científico mais preciso e interesse psicológico mais definido, pelo uso de métodos e técnicas de Psicologia de maior objetividade e confiabilidade (SOARES, 2009, p. 15).

Como evidência dessa tendência, do início do século XX até 1931[2] foram defendidas cerca de vinte e duas teses sobre "temas psicológicos" na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ANTUNES, 1999). Essa produção científica foi impulsionada também pela associação dos Laboratórios de Psicologia a hospitais psiquiátricos[3], clínicas e escolas.

A relação da Medicina com a produção de "ideias psicológicas" data do período colonial. Contudo foi a partir de seu desenvolvimento no século XIX – sobretudo da Psiquiatria – que no início do século XX se verifica um processo de concretização da Psicologia como um ramo autônomo da ciência no Brasil. Segundo Antunes (1999), a "criação de laboratórios de Psicologia nos hospitais é uma das mais importantes evidências desse processo, sendo que estes, na condição de instâncias auxiliares à Psiquiatria, vieram a ser relevantes produtores de estudos e pesquisas eminentemente psicológicos" (p. 64).

É igualmente importante para a criação da Psicologia no Brasil a associação destes laboratórios às Escolas Normais, que ocorreu como uma resposta à demanda dos pedagogos por explicações "científicas" das dificuldades de aprendizagem, sobre o desenvolvimento infantil, assim como pela construção de uma reforma da educação. Desta demanda surgem os instrumentos de avaliação da inteligência com o intuito de avaliar as "aptidões naturais" dos

---

[2]A partir deste ano não seria mais obrigatório a defesa de tese de doutoramento para a conclusão da formação em Medicina (ANTUNES, 1999).

[3] Dentre eles, destacam-se no Brasil o Hospício do Juquery, o Hospital Nacional dos Alienados e a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (ANTUNES, 1999).

educandos e se estabelece, assim, uma racionalização[4] da vida escolar. (ANTUNES, 2012); (PATTO, 1999). Na década de 30, três obras se destacam nesse movimento de mensuração: *Tests: introdução ao estudos dos meios scientificos de julgar a inteligência e a applicação dos alunos* de Medeiros e Albuquerque; *Teste individual de inteligência* e *Os testes e a reorganização escolar* de Isaías Alves (ANTUNES, 2012, p.55).

Em 1911, via-se a primeira publicação de um ensaio sobre a história da psicologia brasileira com o artigo *A Psicologia Experimental no Brasil* de Plínio Olinto. Não é mera coincidência o primeiro livro de síntese das ideias psicológicas no Brasil ter sido produzido pelo viés experimental[5], sobretudo por sua contraposição a uma psicologia de base filosófica. Enquanto a defesa do experimentalismo foi a principal via do reconhecimento científico da Psicologia produzida em solo nacional, no caso da Psicologia Social aqui desenvolvida foi o positivismo. Ambos, salvo suas diferenças, foram contra qualquer tipo de estudo "metafísico".

A década de 20 foi palco de mudanças fundamentais no contexto político, econômico e social brasileiro, desembocando na chamada Era Vargas a partir de 1930 (época do nascimento da Psicologia Social no Brasil). Nesta década as ideias liberais tomaram a simpatia tanto das elites insatisfeitas com a política do "Café-com-Leite" quanto das classes inferiores. A classe dos chamados reformistas – que incluía as classes subalternas, a classe média e a burguesia industrial – fazia a defesa da já tão esperada "republicanização da República". Isto ficava mais evidente nos grandes centros urbanos, caracterizados pelo "crescimento do setor industrial, ampliação das camadas médias e uma crescente urbanização, o que mudava a correlação de forças na sociedade política e trazia a mobilização de segmentos da sociedade civil" (PATTO, 2008, p.79).

São nestas circunstâncias que começam a se estabelecer as condições concretas para a consolidação da Psicologia em solo nacional:

> ...é necessário compreender a que interesses serviam essas demandas e as respostas buscadas na Psicologia. No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, o ideário liberal constituiu a mais importante base teórica dos intelectuais e de outros membros das camadas médias descontentes com seu alijamento do poder e de suas benesses. Foi nessa condição articulada a esses interesses que a Psicologia teve condições para se desenvolver. Ou ainda, pode-se

[5]Semelhante fato ocorreu com a Psicologia nos Estados Unidos, como veremos a seguir.

> dizer que a Psicologia que aqui se desenvolveu esteve articulada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do País (ANTUNES, 2012, p.54).

Entre 1910 e 1920, as ideias anarquistas entraram no Brasil junto com os imigrantes e, sob o contexto da Revolução Socialista na Rússia em 1917, iniciou-se uma tímida organização trabalhadora, além da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, que tempo depois entrou na ilegalidade. A imprensa vinculada ao movimento operário, sob clara influência anarcossindicalista e socialista, fazia referências em seus periódicos a estudos em Psicologia e a produções da área. Contudo, "a Psicologia que aqui se estabeleceu e se institucionalizou foi a que teve origem em instituições educacionais e médicas, campos dominados por representantes das camadas médias, principalmente intelectuais" (ANTUNES, 2012).

Em 1921 Oliveira Viana publicou o primeiro texto sobre Psicologia Social com o título *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (ALMEIDA, 1989). Viana teve seu trabalho influenciado pelos estudos europeus de Le Bon, Sighele e Tarde, assim como pelo pensamento racista de seu mestre Nina Rodrigues e de Sylvio Romero. Apesar de citar pela primeira vez o termo "psicologia social", ele não considerava sua autonomia científica, dando-lhe como função "auxiliar o historiador na análise dos eventos" (ALMEIDA, 1989, p. 54).

Foi, contudo, nos desenvolvimentos acadêmicos da Medicina Social[6] (e de sua realização prática em políticas higienistas) que a Psicologia Social brasileira teve as condições de seu reconhecimento. Como parte da resposta à marginalização nas crescentes cidades industrializadas e aos consequentes surtos de epidemias das mais variadas, as políticas de higiene justificavam-se segundo o conhecimento dito científico da época, conforme os preceitos racistas sobre a população pobre.

> De acordo com os temas dominantes da época, as relações entre raça, clima e personalidade levavam os pesquisadores a se proporem a aplicar os conhecimentos de que dispunham sobre o funcionamento do psiquismo à compreensão e solução dos problemas sociais através de programas de medicina social (PATTO, 2008, p.105-6)

Coube à figura de Raul Carlos Briquet (1887-1953) o primeiro manual de Psicologia Social brasileiro, resultado de seu pioneiro curso de Psicologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933. Briquet formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do

---

[6] Segundo Antunes (1999), a preocupação da Medicina Social com a higienização de instituições atravessou hospitais, cemitérios, quartéis, bordéis, prisões, fábricas e, sobretudo, escolas.

Rio de Janeiro, onde defendeu sua tese sobre psicofisiologia e patologia musical. Teve grande influência nos estudos de ginecologia e obstetrícia de sua época, chegando a formar a chamada "Escola Briquet de Ginecologia". Exímio leitor das produções científicas européias e brasileiras, interessou-se pela Psicologia e pela Psicanálise sendo um dos membros chave na criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1927, junto com Franco da Rocha, Durval Marcondes e Lourenço Filho. Em 1932, em meio à intelectualidade liberal escolanovista, foi um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova".

Seu manual lançado em 1935 é considerado a primeira obra de Psicologia Social brasileira, trazendo uma ampla lista de referências e de temas gerais atualizados. Seu conteúdo, como descrito por Bomfim (2004), inicia-se com uma apresentação que situa o lugar da Psicologia Social:

> das principais contribuições à Psicologia Social advindas da Biologia, da Psicologia e da Sociologia, Briquet deu a cada uma dessas contribuições um peso semelhante. Num tratamento igualitário, posicionou a Psicologia Social como um campo dependente tanto da Psicologia, quanto da Sociologia e da Biologia (BOMFIM, 2004, p.33).

Após a apresentação, o livro divide-se em dois momentos:

> Ao engendrar nas temáticas específicas da Psicologia Social, Briquet privilegiou, em primeira instância, os fatores psíquicos que motivavam o comportamento social, relacionando o instinto, o hábito, a inteligência e o que ele considerava como as três formas de identidade social: a sugestão, a imitação e a simpatia. Num segundo momento, Briquet articulou, em sua concepção de vida social, os grupos sociais, o eu social, a personalidade, a adaptação social e – o que nomeou como Psicologia Coletiva – as questões relativas ao preconceito de raça, à liderança, à opinião pública, à multidão e à revolução (BOMFIM, 2004, p.33).

Neste segundo momento do manual, em que a discussão girava em torno da parte "sociológica" da Psicologia Social, Briquet utilizou a interpretação do materialismo histórico para suas reflexões sobre o grupo e as influências da totalidade social sobre o indivíduo. De tal modo, foi considerado o pioneiro da Psicologia Social de cunho marxista no Brasil (ALMEIDA, 1989).

Assim como no Rio de Janeiro, a Bahia teve sua principal produção psicossocial sob a orientação do médico social Raimundo Nina Rodrigues. Dentre seus alunos, destacou-se o nome de Arthur Ramos (1903-1949), médico psiquiatra alagoano, cujo manual *Introdução à Psicologia Social* publicado em 1936 foi resultado de seu curso na Escola de Economia e Direito da extinta Universidade do Distrito Federal.

A produção anterior de Ramos já era considerável, principalmente nos estudos sobre a Psicanálise. Dentre suas obras, estão *Estudos de Psicanálise* (1931), *Psiquiatria e Psicanálise* (1934), *O negro brasileiro* (1934), *Educação e Psicanálise* (1934), *O folk-lore negro do Brasil* (1935). A maior parte de sua produção veio da experiência que teve no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) do Departamento de Educação do Distrito Federal, no qual foi indicado por Anísio Teixeira. Assim como Raul Briquet, Ramos teve forte presença nas discussões sobre as questões educacionais do país. Foi assim que em 1939 lançou o livro *A criança problema*, em que discute as principais causas do fracasso escolar e do problema de escolarização de crianças. Além da influência da Psicanálise, Ramos também trouxe para a Psicologia Social os estudos culturais da Antropologia com base nas obras de Malinowski, Boas e Bruhl.

> Ramos propunha uma nova ordenação que seria a Psicologia Social Comparada que, ao complementar a Antropologia Cultural, facultaria, pelo seu ponto de vista cultural, a correção do critério evolucionista linear, permitindo a evolução psicológica dentro de suas culturas (BOMFIM, 2004, p. 34).

Salvo as limitações de época deste pensamento, este contato com a Antropologia o fez romper com as teorias racistas de seu mestre Nina Rodrigues, além de lhe abrir novas frentes de pesquisa sobre o negro no Brasil. Contudo, o evolucionismo ainda se fazia presente, mesmo para a crítica de suas variantes eugenistas.

Os trabalhos de Raul Briquet e Arthur Ramos tiveram mais características em comum do que o fato de terem sido escritos por médicos. Seus manuais foram grandes obras de síntese, que situaram as principais perspectivas teóricas que delimitavam o campo da Psicologia Social daquela época. Ambos voltaram suas análises para questões mais gerais, "panorâmicas", desta área até então:

> Tal como Briquet, Ramos forneceu um panorama geral da Psicologia, tendo acentuado as contribuições do behaviorismo, da psicanálise e do gestaltismo. Tratou de forma semelhante temas como a sugestão, a imitação, a simpatia, a opinião pública, a censura e a propaganda. Adentrou nos fundamentos da Psicologia Social, na biologia dos motivos, no hábito, na aprendizagem social, nas estruturas instintivo-afetivas, nas reações da personalidade, na interação mental, na interferência, no conflito e nos desajustamentos psicossociais. Abordou, ainda, a vida dos grupos, a relação entre o individual e o social, a psicologia da cultura, a estrutura da mentalidade primitiva, a lógica afetiva e sua relação com o pensamento mágico-simbólico, as esferas primitivas da realidade e a sobrevivência das estruturas primitivas (BOMFIM, 2004, p.34).

Ramos compartilhava uma visão muito próxima a de Briquet também em relação à posição da Psicologia Social frente às outras disciplinas:

> Sua posição com relação à autonomia da Psicologia Social é bastante semelhante à de Briquet, senão vejamos: após considerá-la uma disciplina recente – o que dificultaria, segundo ele, a delimitação dos seus objetivos – coloca-a numa "terra de ninguém" entre a psicologia e a sociologia. Revê as diferentes posições de outros autores sobre o problemas concluindo que à Psicologia Social caberia estudar três ordens de fenômenos: a) as bases psicológicas do comportamento social; b) as inter-relações psicológicas dos indivíduos na vida social e, neste caso seria uma interpsicologia no sentido de Tarde; c) a influência total dos grupos sobre a personalidade, quando seria uma sociologia psicológica e uma psicologia cultural (ALMEIDA,1989, p. 56) .

As duas grandes obras que marcaram o nascimento da Psicologia Social no Brasil foram publicadas em meados da década de 30, durante o chamado Estado Getulista. As transformações no contexto político do Brasil já se anunciavam na década de 20, contudo, foi a instabilidade econômica agravada após a crise da bolsa de 1929 que gerou, segundo algumas análises historiográficas, o estopim para um intenso movimento revolucionário na América Latina do qual o Brasil também fez parte (FAUSTO, 2002). A Revolução de 30 no Brasil não teve como representante uma nova classe social, pelo contrário, agregou uma heterogeneidade de representantes da vida social e política brasileira, unidos contra um inimigo em comum: a velha oligarquia e seus conservadores modos de se fazer política. Foi assim que, desde o início, o então novo governo:

> ...tratou de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras quanto as de natureza política. Desse modo, passou a arbitrar os diversos interesses em jogo. O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. As oligarquias não desaparecerem, nem o padrão de relações clientelistas deixou de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro. Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos: 1º a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2º a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3º o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 2002, p,182).

Através da centralização política e econômica, além do controle – pela cooptação - das contradições entre capital e trabalho, Vargas "promoveu o capitalismo nacional tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as forças armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana" (FAUSTO, 2002, p.182). Apesar do atraso econômico evidente em relação ao Velho Mundo, o Brasil nesta época mergulhou no modo de produção capitalista e sofreu os efeitos da luta de classes, controlada sob as manobras políticas de Getúlio Vargas. Neste contexto de uma sociedade de classes, com uma burguesia enriquecida (antes pelo café, agora pela indústria) que aumentava seu poder político a cada dia, com uma classe trabalhadora miserável que em migalhas conquistava direitos

sociais sob concessões do Estado, é que os grandes manuais brasileiros de Psicologia Social surgiram. Não à toa numa época em que as "questões sociais" estavam tão evidentes.

Salvo suas especificidades teóricas, Raul Briquet e Arthur Ramos compartilhavam uma bibliografia comum e atualizada para a época. Dentre suas principais leituras em estavam Nina Rodrigues, Watson, Dewey, Koffka, Freud e Wundt. Curiosamente, estes manuais brasileiros foram publicados no mesmo período que o primeiro grande manual de Psicologia Social nos Estados Unidos, conhecido como *Handbookof Social Psychology* de Murchinson (1935), antecedendo os manuais precedentes organizados por Lindzey& Aronson.

2.2 O nascimento da Psicologia Social nos Estados Unidos: o Handbook of Social Psychology de Murchinson

Como já citado, a psicologia tem como marco de seu reconhecimento científico o ano de 1879, onde foi fundado o primeiro Instituto de Psicologia Experimental na cidade alemã de Leipzig, nos laboratórios de fisiologia de Wilhelm Wundt. Este teve por objetivo de vida desenvolver estudos em três áreas específicas: Psicologia Experimental, Metafísica Científica e Psicologia Social. Seu experimentalismo foi essencial na formação de uma Psicologia positivista e de uma Psicologia Social de cunho experimental nos Estados Unidos. (FARR, 1998).

Wundt concebia a Psicologia como a ciência da vida mental, diferenciando-a em duas vertentes básicas, a Psicologia fisiológica e a chamada *Völkerpsychologie*[7], ambas com suas respectivas metodologias e estudos específicos:

> Em um dos lados, a mente era estudada em seus aspectos interiores; no outro, era estudada suas manifestações exteriores (...) Uma era experimental, a outra era comparativa. Essencialmente, era um contraste entre o laboratório e o trabalho de campo; entre o que se podia, e o que não se podia fazer sob controle experimental; entre o que era artificialmente produzido, de um lado, e o que era natural, social ou cultural, de outro (FARR, 1998, p.113).

Wundt desenvolveu estudos nestas duas áreas, tendo deixado como produto uma "psicologia fisiológica que não era comparativa e uma psicologia comparativa que não era fisiológica" (FARR, 1998, p.133), cabendo aos seus sucessores a tentativa de síntese destas

[7] Conforme descrito por Farr (1998), a *Völkerpsychologie* de Wundt inseria-se na tradição das *Geisteswissenschaften*. A princípio, não parecia ocorrer ao autor uma diferenciação entre "psicologia dos povos" e "psicologia social".

vertentes fisiológica e comparativa. Tal síntese foi realizada no *Handbookof Social Psychology* publicado por Murchinson em 1935 e no trabalho de George Mead intitulado *Mind, Self and Society* - ambos calcados numa psicologia comparativa sob a influência do pensamento de Charles Darwin).

Robert Farr[8] (1998) realizou uma análise da estrutura e do conteúdo do Manual de Murchinson. Segundo ele, este é "a maior referência nos Estados Unidos da influência de Wundt sobre o desenvolvimento da psicologia social" (p. 117), por juntar estudos comparativos de Psicologia numa estrutura semelhante aos dez volumes da *Völkerpsychologie* de Wundt. Como destaca o autor, Murchinson não era um pesquisador, mas um editor, que buscou por meio da coletânea de seus artigos realizar a tarefa de descrever a trajetória evolutiva da mente humana e dos fenômenos sociais (ponto, aliás, de diferenciação entre ele e Wundt).

Na parte I do livro, chamada de *Fenômenos sociais em populações selecionadas*, o autor congrega trabalhos diversificados sobre as populações de bactérias, plantas e humanas. O que norteia estes artigos é a dinâmica do grupo sobre os membros destas populações, assim como do habitat externo sobre todo o grupo. O habitat "é tratado tanto como causa ou como efeito em relação às plantas, animais e humanos" (FARR, 1998, p. 122).

Na parte II, nomeada *Fenômenos sociais em sociedades infra-humanas*, são descritas as características das formações grupais de insetos, pássaros e mamíferos. Cada artigo:

> ...tem, respectivamente, cerca de 20 páginas menos que seus predecessores, são menos abundantemente ilustrados em termos de fotografias e possuem menos referências. As bibliografias dos três colaboradores são multilinguísticas, com 119 itens sobre insetos, 69 sobre pássaros e 19 sobre mamíferos. A sociedade é um tema comum aos três capítulos (FARR, 1998, p.122).

Dentre as características destas sociedades citadas estão a divisão do trabalho, a diferenciação entre sociedade e gregarismo, além de uma discussão sobre as diferentes formas de acasalamento, como a promiscuidade, a monogamia e a poligamia.

A parte III intitulada *Desenvolvimento histórico dos fenômenos sociais humanos* compreende capítulos sobre as principais raças humanas: negros, caucasianos e mongóis. Os estudos presentes se dão sobre a cultura destes povos, constituindo-se em trabalhos mais

---

[8]Robert Faar é psicólogo social e pesquisador em teoria das representações sociais. No livro *As Raízes da Psicologia Social Moderna (1998)* o autor faz como que uma "história das ideias" da Psicologia Social na Europa e nos Estados Unidos, classificando as diferentes teorias segundo uma divisão subjetivista.

próximos às ciências sociais do que da biologia. Todos compartilham a ideia de que a cultura tem preponderância sobre a biologia.

A parte IV chamada *Análise de aspectos comuns nos fenômenos sociais* caracteriza-se pela discussão de temas que se aproximam da *Völkerpsychologie* wundtiana, como a linguagem, a magia e a cultura material. Estes "aspectos são comuns à vida social porque (a) são transmitidos de uma geração para a outra e (b) aparecem de uma forma ou outra na maioria das sociedades" (FARR, 1998, p.125). Apesar da possível aproximação, alguns artigos fizeram a crítica às posições de Wundt, como o de Esper que se apoiou no behaviorismo de Allport e Hull.

A parte V intitulada *Análise de alguns correlatos dos fenômenos sociais* reúne "cinco capítulos sobre assuntos tão variados como o ambiente físico, a idade, o sexo, as atitudes e o ajustamento. São chamados de correlatos aos fenômenos sociais porque não podem ser examinados sob o controle experimental" (FARR, 1998, p.126). Dentre seus artigos, o mais conhecido é o do behaviorista G.W Allport sobre atitudes. Aliás, coube a Allport o primeiro manual de psicologia social - o livro *Psicologia Social*– de 1924, obra fundamental na constituição desta como uma disciplina, que foi caracterizada pelo autor como uma ciência basicamente comportamental e experimental.

Por fim, a parte VI nomeada *Construções experimentais dos fenômenos sociais* trata dos fenômenos não compreendidos na parte V, ou seja, descreve exatamente aqueles que podem ser reproduzidos experimentalmente. Assim, agrega "cinco capítulos que abordam estudos experimentais sobre (a) coletividades animais relativamente simples; o comportamento social dos (b) pássaros, (c) primatas infra-humanos, (d) crianças e (e) adultos" (FARR, 1998, p. 128). A característica comum aos cinco capítulos é "o estudo experimental do comportamento humano" (FARR, 1998), os dois últimos capítulos dedicam-se, especificamente, ao estudo experimental do comportamento do humano adulto e da criança. Destaca-se o capítulo final escrito por Dashiell que:

> ...aborda estudos experimentais, principalmente de laboratório, sobre a influência das situações sociais nos indivíduos humanos adultos. Hoje em dia este campo de pesquisa seria chamado de efeitos de facilitação sociais. Os editores da coleção moderna do *Manual de psicologia social* elegem este capitulo como um precursor da futura psicologia social como uma ciência experimental. Ele é, portanto, uma das raízes da moderna psicologia social. A partir de sua organização contemporânea, com sua dupla ênfase sobre o comportamento dos indivíduos e sobre os métodos experimentais de pesquisa, o capítulo de Dashiell foi uma importante contribuição para a individualização da psicologia social nos Estados Unidos. Os estudos

> experimentais de F.H Allport sobre a ação recíproca aparecem de forma proeminente na revisão de literatura feita por Dashiell (FARR, 1998, p. 129).

Apesar dos manuais serem grandes referências para a análise do desenvolvimento de uma disciplina (FARR, 2008), o Manual de Murchinson logo deixou de ter importância para uma concepção efetiva da Psicologia Social, pelo fato de congregar estudos diversificados de outras subdisciplinas e ainda não possuir unidade entre seus artigos. Outro motivo está na diminuição dos estudos com influência do darwinismo social[9] para a análise da sociedade, devido às contribuições na época da antropologia de Franz Boas e das pesquisas da Escola de Chicago sob a influência de Durkheim. Nessa linha, a crítica à noção de "instinto" por parte dos behavioristas também contribuiu para que os estudos sobre cultura prevalecessem sobre os de biologia. Assim, "é possível considerar a tradição do interacionismo simbólico na psicologia social dentro da sociologia americana como sendo um Mead sem Darwin" (p.132).

O interesse que antes residia nos estudos comparativos mudou de foco, indo em direção ao estudo do comportamento. Daí decorre a influência do behaviorismo nas novas pesquisas sobre o comportamento animal, agora isolado num ambiente padronizado e controlado de laboratório.

> Com a aceitação do behaviorismo, não apenas a mente fica fora de consideração, mas também a cultura, uma vez que espécies infra-humanas (tomando emprestada uma frase de Murchinson), em geral, carecem de cultura. O estudo dos costumes e rituais torna-se, então, o estudo do hábito, e os hábitos estudados são os de indivíduos isolados (humanos ou animais). O que o behaviorismo impôs à psicologia em geral foi a sua individualização (...) O behaviorismo, no contexto americano, destruiu a perspectiva comparativa adotada pelo editor do primeiro *Manual de psicologia social* (FARR, 1998, p. 133).

Como parte do movimento de individualização da Psicologia Social, o behaviorismo norte-americano também fez a separação entre o comportamento e a sua história, duas esferas que estavam juntas no Manual de Murchinson.

> Foi esta dimensão histórica, em termos de filogênese e história social, que se perdeu nos Estados Unidos com o domínio do behaviorismo. A ontogênese tornou-se a história passada do reforço do organismo do indivíduo em relação a seus vários ambientes. A dimensão temporal se restringe ao ciclo vital do organismo individual (FARR, 1998, p. 133)

Como destaca Farr (1998), apesar de o individualismo ter sua origem nas idéias originárias do Renascimento e ter seu florescimento realizado na cultura norte-americana, a

---

[9] Como cita Faar (1998), apesar desse "declínio" do darwinismo nas pesquisas sociais, anos depois tal paradigma ressurge sem sua vertente do darwinismo social, mas através dos novos estudos em "genética do comportamento e sociobiologia" (p.131).

influência do paradigma behaviorista foi fundamental no movimento de “individualização da Psicologia Social”, somado ao experimentalismo que se tornou a maior referência para a produção nesta área.

Contudo, apesar das enormes diferenças políticas, econômicas e culturais, na década de 30 tanto o Manual de Murchinson nos Estados Unidos, quanto os Manuais de Raul Briquet e Arthur Ramos no Brasil, estavam sob a influência das duas grandes correntes teóricas da época: o darwinismo e o positivismo. Quanto ao positivismo, sua apropriação em território nacional foi marcante (principalmente entre as elites do Rio Grande do Sul e o Exército), realizando suas premissas na orientação científica em geral e na formação de ilustres brasileiros já no período anterior a Primeira República. Segundo Almeida (1989), para a compreensão da “consciência social do psicólogo social brasileiro é fundamental um estudo sério do positivismo” (p. 54). Quanto ao darwinismo, este ia além de Darwin, sendo apropriada também a produção de Herbert Spencer na bibliografia destes autores, junto à obra de Augusto Comte. Ambos foram fundamentais na aproximação da lógica da natureza à explicação dos fenômenos sociais, inclusive do próprio ser humano.

3 TEORIAS DO SÉCULO XIX: O EVOLUCIONISMO

3.1 Cientificismo e Teorias Raciais: a suposta neutralidade científica do racismo

O debate "científico" acerca das diferenças entre os homens pode ser situado no período das Grandes Navegações, quando relatos sobre os povos colonizados descreviam um outro tipo de organização social e cultural que divergia da então dominante na Europa. Contudo, foi durante o século XVIII que esses povos ditos "selvagens" passaram a ser pensados como "primitivos", segundo uma concepção evolutiva de História (SCHWARCZ, 2008).

Sob a influência do pensamento revolucionário iluminista, essa concepção do primitivismo dos povos colonizados – representantes do "passado" da humanidade - constituiu-se como elemento do jusnaturalismo burguês ao justificar o argumento de que a igualdade e a liberdade entre os homens seria um direito natural, na medida em que todos compartilhariam uma origem comum, uma mesma descendência natural e, portanto, os mesmos direitos naturais:

> Pressupor a igualdade e a liberdade como naturais levava à determinação da unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade, entendida como um modelo imposto pela natureza (...) Afinal, os homens nascem iguais, apenas sem uma definição completa da natureza. (SCHWARCZ, 2008, p.45).

Essa visão humanista do Iluminismo que concebia o primitivo de maneira idealizada – um exemplo é o conhecido "bom selvagem" de Rousseau – toma, entretanto, o sentido oposto no século XIX com a introdução das ideias de "carência" do naturalista Buffon e "degeneração" do jurista De Pauw. De uma concepção do selvagem como modelo ideal para a sociedade liberal – o qual não se "corrompeu" no processo civilizatório – a visão acerca deste volta-se então para o déficit, para a imaturidade, a patologia, a diferença. A crença de que o homem compartilhava uma origem comum mantinha-se conservada; entretanto, "uma concepção étnica e cultural estritamente etnocêntrica delineava-se" (SCHWARCZ, 2008, p.46) progressivamente, solapando aos poucos as bases daquele jusnaturalismo romanesco. Com efeito, no início do século XIX a questão da diferença entre os homens nutre as ciências naturais contribuindo na realização de "correlações entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais" (SCHWARCZ, 2008, p.47). É nesta época que surge no

debate científico o conceito de *raça*, dando, segundo Schwarcz (2008) uma "reorientação intelectual" ao pensamento liberal da época:

> Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo. O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo...(p.47)

O eixo das discussões entre as diversas linhas teóricas girava em torno das "heranças imutáveis" dos seres humanos. Com efeito, duas grandes vertentes tomaram frente nos desenvolvimentos da época: a *monogenista* e a *poligenista*. A primeira, tal como o humanismo do século das Luzes, pressupunha uma origem comum da humanidade e concebia a desigualdade entre os povos (primitivos e civilizados) como resultado de um movimento de aperfeiçoamento e degeneração da raça, conforme o grau de desenvolvimento da cultura de cada civilização. Apesar da desigualdade, acreditavam que todos estariam em constante processo de evolução. A segunda - contraposta a essa visão originária que era defendida há séculos pela Igreja - pressupunha em meados do século XIX uma origem diversa entre os homens, levando a supor diferentes desenvolvimentos entre as raças então compreendidas como imutáveis, acabadas em si mesmas e inevitavelmente diferentes. Assim, se as diferenças entre as raças seria inevitável, a dominação entre elas também.

Apoiada nos contemporâneos desenvolvimentos das ciências naturais, a teoria poligenista impulsionou "uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais" (SCHWARCZ, 2008, p.48). Daí o interesse em torno das diferenças entre os indivíduos e povos, entendidos como produtos de uma estrutura físico-hereditária específica. É justamente desta vertente que resultam os estudos da frenologia, da antropometria e da craniologia técnica - que voltaram suas atenções às correlações entre atributos físicos (como a análise do crânio) e o caráter moral e intelectual dos grupos – e a partir de então, os estudos em antropologia criminal e sobre a loucura, todos eles baseados na determinação entre a degeneração hereditária e o comportamento desviante e patológico, tomados como "inferiores". Tais concepções ganham maiores desdobramentos com a entrada do pensamento darwinista em meados do século XIX.

3.2 Darwinismo: da lógica natural à natural lógica entre os homens

O lançamento de *Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859 foi considerado um divisor de águas no pensamento do século XIX, podendo ser compreendido como um novo paradigma de época ao influenciar a concepção das diversas teorias para além daquelas vinculadas às ciências naturais, como a História, Antropologia, Sociologia, Economia, etc. (SCHWARCZ, 2008). Com efeito, a partir de então a explicação evolucionista sai das ciências naturais e cruza a fronteira das ciências humanas, formando um conjunto de teóricos que passam a conceber a dinâmica social segundo as premissas desta teoria. Segundo Hobsbawm (2009), a teoria da seleção natural teve como grande conquista "poder explicar a ainda maior variedade das espécies, inclusive o homem" (p.360), pois - segundo seus desdobramentos futuros - "ao trazer o próprio homem para dentro do esquema da evolução biológica (...) [aboliu] a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais" (HOBSBAWN, 2009, p.359).

"Progresso", "evolução", "competição", "hereditariedade", "seleção do mais apto"; todos foram conceitos desenvolvidos pelo darwinismo e que foram apropriados para a explicação dos fenômenos humanos conforme o método das ciências naturais[10]. Assim, estabelecia-se sobre as explicações da desigualdade social um estatuto científico, neutro e objetivo. Nesse contexto surge a Psicologia que, assim como a Antropologia e a Biologia, preocupou-se com a mensuração das diferenças individuais inatas segundo os procedimentos e regras do cientificismo da época:

> A psicologia científica nascente neste mesmo período não poderia ser diferente; gerada nos laboratórios de fisiologia experimental, fortemente influenciada pela teoria da evolução natural e pelo exaltado cientificismo da época, tornou-se especialmente apta a desempenhar seu primeiro e principal papel social: descobrir os mais e os menos aptos a trilhar "a carreira aberta ao talento" supostamente presente na nova organização social (...) Entre as ciências que na era do capital participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas desigualdades pessoais, biologicamente determinadas, a psicologia certamente ocupou posição de destaque (PATTO, 2008, pp.60).

A partir das leituras específicas da obra darwiniana, a controvérsia acerca da "origem comum" da humanidade foi amenizada, dando lugar à interpretação poligenista da seleção

[10]György Lukács argumenta em *História e Consciência de Classe* (2003) que o método das ciências naturais é resultado das próprias premissas que estruturam a sociedade capitalista: a fragmentação, mensuração e controle dos processos, a divisão entre sujeito e objeto, a racionalização de todas as esferas, a universalização do princípio da equivalência, etc. Esta discussão será aprofundada adiante.

natural enquanto processo de degeneração social[11], assim como na crença da absoluta determinação das leis naturais sobre o caráter dos homens e os destinos da nação. Mesmo as correntes que dedicavam suas análises à dinâmica cultural dos povos – como é o caso da Antropologia Cultural – não escapavam desse tipo de visão etnocêntrica ao reduzir o processo social a um esquema evolutivo organizado por estágios que iriam do menos complexo ao mais complexo, segundo o qual o nível mais complexo estaria estritamente relacionado à civilização e, consequentemente, ao progresso (SCHWARCZ, 2008).

Contudo, das grandes correntes deterministas da época, aquela que nitidamente se destacou foi a do *darwinismo social*. Como parte desse movimento em que o conceito de "raça" ganha um cunho político e cultural, esta corrente poligenista acreditava na imutabilidade das raças e na degeneração decorrente da miscigenação. Assim, não apenas trazia a crença de "tipos puros" na humanidade, como via no cruzamento das raças a explicação para a degeneração social dos povos.

Segundo Schwarz (2008), os teóricos do darwinismo social partiam de três premissas básicas:

> A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo "racio-cultural" ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo (p.60).

Não foram poucos os teóricos dos primeiros estudos de psicologia dos grupos que compartilharam esta visão. Todavia, é na figura de Francis Galton que se encontra o grande representante do pensamento psicológico responsável pela derivação político-social prática do darwinismo social, a *eugenia*.

3.3 Psicologia e Eugenia: as origens do saber psicológico em torno das diferenças entre as raças

[11]Claramente, Darwin não foi defensor desta interpretação.

Os primeiros estudos que relacionavam atributos biológicos inatos ao caráter moral dos povos datam do século XVIII e podem ser situados nos trabalhos do médico-fisiologista Cabanis (1757-1808), que defendia "teses poligenistas segundo as quais a origem da espécie humana é múltipla, o que autoriza a conclusão de que existem raças anatômica e fisiologicamente distintas e, por isso mesmo, psiquicamente desiguais" (PATTO, 2008, p. 54). Contudo, foi na segunda metade do século XIX que esse suposto "saber psicológico" foi sintetizado teoricamente como saber científico da nova ciência da época.

A Psicologia voltada à mensuração das diferenças inatas dos indivíduos tem por principal expoente Francis Galton (1822-1911) que dedicou sua obra no estudo de quatro vertentes: Biologia, Estatística, Psicologia Diferencial e Testes Psicológicos. É considerado o precursor dos testes psicológicos e buscou realizar mensurações ao nível sensório-motor como forma de medir o nível intelectual dos indivíduos.

Seu livro *Hereditay Genius* lançado em 1869 – considerado "o texto fundador da eugenia" (SCHWARCZ, 2008, p.60) – fez a aproximação dos estudos de transmissão de caracteres genéticos relacionados a atribuições físicas às aptidões naturais inatas do ser humano. Sob a influência de Darwin, Galton buscou "medir a capacidade intelectual e comprovar sua *determinação hereditária*" ao "fazer o transplante dos princípios evolucionistas de variação, seleção e adaptação para o estudo das capacidades humanas" (PATTO, 2008, p.60). Assim, concluiu a partir de estudos estatísticos que a inteligência e a genialidade são herdadas, e não resultado do processo social e da educação.

O princípio da eugenia constituía-se como uma racionalidade cujo objetivo seria o controle das reproduções entre indivíduos, assim como a possível eliminação daqueles tidos como inferiores. A partir da década de 80 do século XIX, é possível visualizá-la sob uma dupla ótica: como ciência e como movimento social. Na primeira, tratava-se da tentativa de aprimorar a espécie humana, a partir do controle sobre a hereditariedade agora compreendida de uma nova maneira devido a influência do darwinismo. A segunda, partindo das premissas da primeira, preocupava-se com a união entre grupos específicos, cujos casamentos poderiam ser benéficos ou não para a espécie, ou seja, tratava-se de uma tentativa deliberada de seleção social da espécie humana.

> O que se vê com o movimento eugenista é uma "administração científica e racional da hereditariedade" tendo em vista a garantia da não degeneração da espécie pela preservação das raças puras e a sua não miscigenação. Acreditava-se que o progresso social estaria garantido unicamente às sociedades ditas "puras" (SCHWARCZ, 2008, p.61).

Diversos teóricos e pensadores no século XIX anteriores a Galton compartilhavam a ideia da raça pura e a associavam ao progresso. Um deles é conde de Gobineau (1816-1882), que esteve em visita ao Brasil por mais de um ano durante o Segundo Império e manteve relações de proximidade com Dom Pedro II. Em seu famoso *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* de 1854, fez a apologia da raça ariana enquanto superior e do princípio poligenista da invariabilidade das características das raças, visão esta que não lhes permitiria escapar de suas determinações inatas. A obra de Gobineau, evidentemente, teve enorme influência sobre alguns trabalhos de intelectuais brasileiros acerca do caráter nacional brasileiro e do problema da miscigenação.

Seguindo o mesmo pensamento, Augusto Comte - precursor da filosofia positivista - colocava a raça ariana no topo do desenvolvimento progressivo da humanidade. Segundo este autor, três raças constituiriam a humanidade: "a branca, à qual atribuía a inteligência, a amarela, portadora dos dons da atividade, e a negra, movida principalmente pela afetividade" (PATTO, 2008, p. 56).

É possível situar o debate entre monogenistas e poligenistas segundo a posição que cada visão tomava frente à possibilidade da "igualdade" na sociedade de classes. Este debate encontrava seu germe na oposição entre os conceitos de *desigualdade* e *diferença*. Resumidamente, o conceito de desigualdade foi utilizado pela escola monogenista como forma de explicar a hierarquia entre as raças humanas, entendidas como desiguais apesar de sua unidade primordial e passíveis de aperfeiçoamento mediante o "contato cultural". Já para a escola poligenista, a diferença estava na origem diversa e não comum das raças e era uma condição insuperável, imutável. Tendo isso em vista, para esta segunda escola seria inconcebível a possibilidade de igualdade entre as raças por conta de suas diferenças ontológicas; a hierarquia estaria posta definitivamente. Já para a primeira, haveria a possibilidade da igualdade através do contato entre culturas (SCHWARCZ, 2008, p.62)

> Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam "desiguais" entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela "diferença", e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso (...) De um lado, congregados em torno das sociedades de etnologia, estariam os etnólogos sociais (também chamados de evolucionistas sociais ou antropólogos culturais), adeptos do monogenismo e da visão unitária da humanidade. De outro, filiados a centros de antropologia, pesquisadores darwinistas sociais, fiéis ao modelo poligenista e à noção de que os homens estariam divididos em espécies essencialmente diversas (SCHWARCZ, 2008, p.62).

Ambos partiam de um olhar etnocêntrico sobre o povo “inferior” e pressupunham a dominação destes pelos hierarquicamente “superiores”. De um lado, a dominação residia na necessidade de compensar os desvios que determinadas raças sofreram em sua evolução, de outro, a dominação era entendida como inerente às espécies, segundo a lógica natural da evolução. Não foi à toa que da corrente poligenista concebeu-se a raça ariana como essencialmente pura e civilizada, modelo de progresso e aperfeiçoamento. Também não foi à toa que as concepções desta linha de pensamento mais conservadora teriam sido apropriadas pelo pensamento autoritário da época, incluindo o nazista.

Posteriormente, os conceitos de desigualdade e diferença serão reapropriados pela Psicologia, numa mudança de discurso social que vai da detecção das diferenças dos indivíduos segundo suas “aptidões naturais” para a desigualdade quanto a cultura da qual fazem parte, rica ou pobre, superior ou inferior. Encontra-se tal virada, por exemplo, no discurso justificador do fracasso escolar, nas políticas educacionais e na prática psicológica sobre os casos de queixa escolar no século XX (PATTO, 2008).

Portanto, o que se vê no final do século XIX é um cientificismo racial positivista e determinista, apoiado em estudos experimentais e comparativos, cujo objetivo era diferenciar e justificar a desigualdade entre os povos segundo os pressupostos objetivos da ciência. Os principais nomes de referência desses teóricos do cientificismo foram Augusto Comte e Charles Darwin. Apesar das divergências entre muitas produções teóricas e pesquisas científicas da época, é possível afirmar que “ao cientificismo do século XIX coube a tarefa de compatibilizar liberalismo e racismo” (PATTO, 2008, p.92).

4 AS FACULDADES DE MEDICINA

As Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro tiveram sua fundação na primeira década do século XIX, através da assinatura de D. João VI que inaugurou as chamadas academias médico-cirúrgicas. Sob intenso movimento de institucionalização da formação médica[12], vê-se em 1829 a fundação da Sociedade Médica e, em 1832, o decreto que transforma aquelas academias em Faculdades de Medicina, que agora passam a ter plena habilitação para formar doutores médicos, farmacêuticos e parteiros. No entanto, o que se vê nos primeiros quarenta anos de seu desenvolvimento é mais a necessidade de institucionalização do que de se produzir um campo de conhecimento e pesquisa propriamente ditos, fato este que mudará no final do século XIX (SCHWARCZ, 2008).

Na década de 1870, episódios tais como as inúmeras epidemias que assolavam o país, o crescimento desordenado das cidades – aos quais se atribuíam os "vícios" - e a leva de soldados mutilados da Guerra do Paraguai foram fundamentais para a reorientação da figura do médico frente à sociedade, trazendo à tona a necessidade de se pensar uma identidade para o trabalho médico em território nacional. Essa identidade foi construída a partir de então pela publicação de dois periódicos das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio, que traziam pesquisas, relatórios, conferências, dados estatísticos, ou seja, todo um corpo de conhecimento acumulado e produzido sobre a realidade brasileira de então (SCHWARCZ, 2008).

Da Bahia, a revista *Gazeta Médica*, ocupava-se principalmente com os casos da "medicina legal" e da "alienação e doenças mentais", enquanto que no Rio de Janeiro o *Brazil Medico* centrava seus estudos na questão da "higiene pública". Com efeito, ambas compartilhavam da mesma visão e tinham colaboradores em comum, considerando-se periódicos "imparciais" e afastados das discussões distantes da realidade ou vinculadas a "paixões" políticas. A busca por uma originalidade dessas revistas condizia com a própria busca de identidade da medicina brasileira, que segundo a concepção de seus autores, "deveria elevar essa produção nacional à altura das demais nações evoluídas'". (SCHWARCZ, 2008, p.199).

[12] Anteriormente, o que se via no Brasil colonial era uma prática rústica e artesanal dos chamados barbeiros, sangradores e práticos, cargos então compostos por analfabetos mestiços das classes populares.

Neutralidade, objetividade, nacionalismo e evolucionismo são princípios que estavam na base desse movimento. Nessa perspectiva, a busca por essa identidade e originalidade da medicina brasileira levou ao interesse desmesurado por temas como "a peculiaridade das feições, o clima, a raça, a natureza ou mesmo o ´grau de civilização" (SCHWARCZ, 2008, p.200) do brasileiro, que passa a não ser mais entendido em suas manifestações particulares, mas agora como "coletividade", "povo". O particular, torna-se universal; o indivíduo doente passa a refletir uma sociedade doente, que terá no médico o especialista a serviço de intervenção e da cura dos males arraigados no povo. Assim, ambas as revistas partiam do pressuposto de que a sociedade brasileira caracterizava-se como "um corpo doente" na iminência da degeneração e exemplificava esta tese com ilustrações e figuras em suas publicações de representantes das classes populares: "era a população pobre e doente que, exposta como se fosse um grande laboratório humano, exemplificava teorias, demonstrava desvios" (SCHWARCZ, 2008, p.200).

Com uma clara orientação programática da ciência médica para a "redenção" do povo brasileiro, a figura do médico passou a competir com a do "homem de lei" - do jurista - sobre a missão de orientador e tutor dos destinos da nação. Segundo artigo da *Gazeta Médica* de 1899, a função do médico está bem clara: "a orientação scientífica, que assegura a execucção das boas leis e dá estabilidade e firmeza aos melhores planos de progresso e engrandescimento do paiz[13]" (SCHWARCZ, 2008, p. 202). No ímpeto do cientificismo e do nacionalismo que orientou o pensamento europeu no século XIX, os médicos brasileiros colocavam-se como o pensamento libertador que guiaria o povo ao progresso. Tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, a crença no desenvolvimento da nação pelos especialistas da Medicina certamente estava presente.

4.1 A "Gazeta Médica"

Especificamente, a *Gazeta Médica* da Bahia foi a pioneira na publicação desses periódicos, datando o seu lançamento em 1866. Seus primeiros artigos traziam a preocupação com a identidade da prática médica no Brasil, com a busca por uma produção original e de maior autonomia. Junto desta preocupação, nota-se até o final da década de 70 a tendência de publicações sobre o tema da "medicina cirúrgica" e "interna", quando na década de 80

[13] Decidimos por manter a ortografia original nas reproduções dos artigos médicos da época.

encontra-se então uma grande concentração de artigos sobre "hygiene pública" que perdurará até 1930 (SCHWARCZ, 2008).

Higiene pública e saneamento foram as duas grandes frentes de aplicação do saber médico sobre a realidade local. Partindo da preocupação com as dezenas de epidemias e doenças infecto-contagiosas[14] que assolavam o país há anos, o lema higienista do momento era "Prevenir antes de curar". Apesar de teoricamente higienistas e sanitaristas terem sido diferentes enquanto profissionais, na prática suas atribuições não ficavam estritamente limitadas ao cargo; contudo, é possível definir suas ações da seguinte maneira:

> caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate à epidemias e às doenças que mais afligiam as populações (SCHWARCZ, 2008, p.206).

Portanto, aos sanitaristas cabia os grandes projetos, aos higienistas, a ação individualizada. Cabia a ambos – detentores do saber e do poder médico - prevenir e sanar o grande flagelo das doenças que arruinavam o projeto da nação. Fazia-se necessário o saneamento da doença – a sua prevenção o mais imediatamente possível - como da própria nação. O controle físico e moral sobre o indivíduo, sobre seu ambiente, sobre seus costumes, configurava o que na época era considerado o primeiro passo para a civilização. O lema de seus representantes era: *mens sana in corpore sano* (SCHWARCZ, 2008). Nada poderia escapar, nem mesmo a criança em idade escolar[15].

Os artigos publicados sobre o tema constantemente faziam referência aos trabalhos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ou seja, de pesquisas de outros Estados. Contudo, é a partir de meados do século XIX que aparece uma literatura baiana sobre o tema, tendo como eixo a questão racial[16], ou seja, a relação entre raça e doença. Entram em cena concepções social-darwinistas e a ideia de que a mestiçagem representaria a degeneração do povo e uma ameaça ao futuro da nação. É, assim, neste contexto que ganham destaque os trabalhos do importante catedrático e ex-médico da seção de "hygiene e medicina legal" da Faculdade de Medicina da Bahia: Raimundo Nina Rodrigues (SCHWARCZ, 2008).

---

[14]Desde os tempos de colônia registrava-se doenças como: tuberculose, febre amarela, varíola, lepra, peste, sarampo, fere tifoide, mal de Chagas, beribéri, malária, coqueluche, cólera e escarlatina (SCHWARCZ, 2008).
[15]Sobre o movimento de "higiene mental do escolar" ver Patto (2008).
[16]O tema da "raça" tornou-se uma constante nas publicações da Gazeta Médica desse período, tais como *Raça e Civilização* (1880), *Raça e Degeneração* (1887), *O cruzamento racial* (1891), *As raças e seus cheiros* (1921).

Nina Rodrigues ganhou destaque no meio acadêmico brasileiro com seus trabalhos sobre medicina legal. Junto de Sylvio Romero – jurista de Recife – defendeu a ideia de que a raça negra era um impeditivo ao desenvolvimento do povo. No entanto, a questão não residia na raça negra "em-si", mas em sua suposta falta de uniformidade étnica e nos cruzamentos que caracterizavam a população brasileira. Em passagem de seu livro *Africanos no Brasil* (1933), o "problema negro" era descrito como uma novidade ainda não compreendida pela ciência e de difícil diagnóstico, por isso, amedrontadora.

Resumidamente, é possível concluir que nos periódicos baianos:

> ...a nação foi antes pensada em termos raciais do que entendida a partir de critérios econômicos ou culturais. As epidemias, já que pareciam revelar o longo caminho que nos distanciava da "perfectibilidade", ou mesmo a "fraqueza biológica" que imperava no país (...) a associação entre doença e mestiçagem era demonstrada não só por meio de relatos médicos e estatísticos, como também por imagens e fotos, que expunham, de forma muitas vezes cruel, a grande incidência de moléstias contagiosas na população mestiça brasileira (SCHWARCZ, 2008, p.209).

O que se vê então é um grande catálogo racial de doenças elaborado como forma de provar cientificamente a degeneração do povo. Dentro do tema da degeneração, ganham destaque os estudos de medicina social[17], cuja grande importância estava em estudar o perfil do "criminoso". Seguindo o imperativo "esqueça o crime, atente para o criminoso", o foco não estava mais no estudo da doença ou do crime, mas na relação entre criminalidade e degeneração. Para tanto, entram os estudos de frenologia e craniologia para comprovar o atraso resultante dos cruzamentos entre as raças e assim colaborar no estudo do chamado "delinquente", conforme os trabalhos de Nina Rodrigues.

Da escola italiana frenológica dedicada ao estudo do crime, traçava-se o perfil do criminoso pela observação e comparação de seus hábitos; da craniologia, verificava-se seu "estágio mental evolutivo". Dessa concepção organicista da medicina legal, fervorosamente defendida por Nina Rodrigues, os especialistas médicos lançavam-se como referência na cura do criminoso tal como descrito em artigo de 1928 da *Gazeta Médica:* "O criminoso é um doente mais ou menos curável na ordem moral e também na ordem psyquica, por consequência é preciso apllicar os grandes princípios da arte medica: á diversidade dos males, deve oppor-se a variedade dos remédios"[18](SCHWARCZ, 2008, p.211)

---

[17] Segundo Schwarcz (2008), a partir dos anos 80 as publicações sobre medicina legal quintuplicaram.

[18]É notável que essa mesma argumentação organicista do início do século XX é usada hoje no discurso de representantes de setores reacionários da sociedade tendo em vista a chamada "cura gay".

É nesse movimento de patologização dos desvios, com uma visão biologizante da vida social segundo os preceitos evolutivos do social-darwinismo, somado à defesa do determinismo racial e da degeneração resultante da miscigenação, que a medicina baiana buscava a sua identidade, a chamada "sciencia nossa". Era na medicina legal que os casos de "embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade" comprovavam a "imperfeição da hereditariedade mista", e nessa comprovação supostamente científica seria possível a "exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupo profissional" (SCHWARCZ, 2008).

No livro *As raças humanas e a responsabilidade penal* (1894) de Nina Rodrigues, a controvérsia da medicina com o direito se estabelece quanto à especificidade do julgamento do criminoso. Afinal, segundo a argumentação, se cada delinquente possui um nível evolutivo mental específico, como então julgá-los sob os mesmos princípios? Como julgar pelo mesmo Código raças imanentemente distintas? Tal controvérsia ganha tamanho corpo, nos anos subsequentes, que um discurso anti-liberal se apresenta e o princípio revolucionário burguês da "igualdade" é severamente criticado, assim como o "livre-arbítrio". Faz-se a defesa de manicômios judiciários e, assim, da exclusividade da medicina no cuidado dos sujeitos desviantes. Contudo, esse movimento ganha outro sentido em torno da década de 20 e 30 sob o argumento de um projeto eugênico para o Brasil (SCHWARCZ, 2008).

Segundo Schwarcz (2008), a partir de 1923 surgem publicações na revista com a defesa da eugenia, de tal modo que o argumento dos artigos sai da mera constatação da degeneração das raças mistas e do decaimento da espécie para a efetiva possibilidade de "regeneração" da mesma, do "ressurgimento" da raça nacional. Muda-se o foco para a esperança de regenerar a espécie, apesar de se manter o pessimismo quanto a miscigenação.

Medidas eugênicas perpassam vários artigos permeados por essa visão, que vão desde a introdução da educação física como forma de controle físico e moral até o efetivo controle sobre os casamentos, tendo em vista a garantia da não transmissão dos "vícios ou doenças transmissíveis, como a tuberculose, a epilepsia, a loucura e o alcoolismo" (SCHWARCZ, 2008, p.215).

Entretanto, dentro da massa de pobres mestiços haveriam os "regeneráveis" e os "não-regeneráveis", segundo os princípios da seleção natural conforme argumentação da *Gazeta Médica* de 1925:

> Assim para a melhoria da raça poderia ser vantajoso cruzar com extranhos normaes os indivíduos francamente mestiços e degenerados quando haja esperança de regeneração da prole por esse meio; mas para os profundamente degenerados melhor seria deixal-os reproduzir entre si e extinguir-se a mesquinha geração por esterilidade e mortandade precoce resultante da progressiva decadência. Dessa relação natural grande proveito resultaria para as famílias possuidoras de boas qualidades, as quaes se perpetuariam entre si, livres dos germes dos males que lhe inocularia a fatal mistura com os abastardados. Lucraria a espécie... (SCHWARCZ, 2008, p.216).

Lucro para a espécie, para a burguesia (que se fortalecia na época) e para a apropriação "original" da concepção poligenista importada da Europa, que foi usada conforme os interesses de seus representantes intelectuais no Brasil; ou seja, por um lado, enquanto necessidade de "eliminação dos inferiores", ela seria confirmada como destino fatal de uma raça decaída; por outro, enquanto projeto de "regeneração da nação", a crença na imutabilidade das raças seria suspendida em prol de um otimista aprimoramento do povo brasileiro (SCHWARCZ, 2008). Não foi à toa esse uso interessado e parcial da teoria poligenista, tendo em vista as circunstâncias econômico-politicas do Brasil na segunda metade da década de 20.

A década de 30 anunciou mudanças aparentes no discurso da Gazeta Médica, que trazia o jargão de tempos novos. Destacam-se nesta época dois eventos: a introdução da Psicanálise nos estudos compilados na seção de "psychiatria e neurologia" da revista e a adesão ao discurso culturalista da Antropologia Cultural. Contudo, mesmo com a mudança no paradigma de orientação dos artigos da revista, o discurso eugenista permanecia não mais sob argumento da raça, mas pelo da cultura. O argumento evolucionista e higienista permanecia latente sob as teorizações de cunho cultural das diferenças, apesar desta época marcar o fim do combate às grandes epidemias e da visão do médico sanitarista como redentor da nação. Em pleno Estado Novo, "oficializados a medicina legal e os manicômios judiciários (...) era hora de voltar às clinicas, abrir mão dos projetos de maior inserção social" (SCHWARCZ, 2008, p,218).

4.2 O "Brazil Medico"

Lançado em 1887, duas décadas após a primeira tiragem da *Gazeta Médica*, a revista fluminense *Brazil Médico* vinculada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro não teve seu desenvolvimento tão diferente em comparação à revista baiana em seu início, exceto pelo fato

de ter recebido melhores investimentos em sua produção e, consequentemente, ter mantido maior estabilidade e regularidade em suas publicações. Contudo, contava também com colaboradores reconhecidos de todo o país, como Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Vital Brazil, Emílio Goeldi, Oswaldo Cruz, Oscar Freire, Franco da Rocha, dentre outros (SCHWARCZ, 2008, p.219).

Assim como a Gazeta, também dedicou seus primeiros volumes na busca de uma "sciencia nossa", de uma originalidade do trabalho médico-científico produzido em solo nacional. Sob o pensamento já explícito na revista baiana, o povo definido por sua doença e a pesquisa voltada à solução desses males é que configuraria a especificidade da medicina brasileira. Desse modo, os primeiros três anos de publicação dirigiu-se para a divulgação da prática médica geral, "sem vinculação" ainda com o social. Constituía-se, basicamente, de artigos sobre "ginecologia, pediatria, clínica geral, ortopedia, casos cirúrgicos e receituários médicos [que] (...) parecia dirigir-se a um público seleto de profissionais" (SCHWARCZ, 2008, p.221). No entanto, esse catálogo de pesquisas gerais também não escapou do espetáculo da monstruosidade realizado anteriormente, fazendo constantes referências às anormalidades constitucionais das populações pobres mestiças e negras, apresentadas em inúmeras ilustrações nas revistas.

Os trabalhos da "escola Nina Rodrigues" sobre "medicina legal", "alienação" e "criminologia moderna" já tinham nessa época o reconhecimento dos fluminenses, apesar de ainda serem pouco numerosos; tratavam-se de pesquisas incontestáveis da escola social-darwinista baiana. Todavia, foi no combate às moléstias tropicais que a medicina do Rio de Janeiro centrou suas primeiras publicações e encontrou sua identidade.

A nova palavra no Brazil Medico do início do século XX era "hygiene publica". Se no início do século XIX o Brasil era visto por sua diversidade natural e racial, seu final se destacou pela variedade de epidemias que assolavam o país. Prevenir as doenças e curar o país doente, tornara-se o grande objetivo da medicina fluminense em sua busca por originalidade. Sob tal argumento o saber médico finalmente volta-se para sua aplicação social: "Impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos era (...) função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade, procuravam educar e prevenir" (SCHWARCZ, 2008, p,223).

Entre 1868 e 1914, o Rio de Janeiro tornou-se a cidade com maior incidência de óbitos no mundo por tuberculose. Outras surtos como o de varíola, febre amarela, peste, sarampo,

escarlatina, difteria aumentavam progressivamente levando a incontáveis mortes. Foi no estudo, na prevenção e no combate a esses males que ganhou relevância o nome de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, cujo prestígio ultrapassou as barreiras da própria medicina (SCHWARCZ, 2008, p.226).

Agora com uma identidade definida, a medicina fluminense efetiva suas práticas higienistas e saneadoras e impõe a normatização e o controle sobre os hábitos da população. Nesse momento, o preconceito toma frente sob o véu de um suposto saber científico:

> Não bastava debelar os surtos. Era preciso evitar sua disseminação e impedir que a população enfraquecida e despreparada fosse vítima de moléstias oportunistas. Assim (...) começam a tomar força os projetos de saneamento que, escapando do terreno estrito da medicina, propõem medidas diretas de intervenção na realidade social (...) Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a "degeneração". Condenam-se casos de "perversão sexual", assim como disciplinam-se as práticas sexuais (SCHWARCZ, 2008, p.226).

Dentro desta prática anulara-se o indivíduo, assim como a liberdade individual; acima de tudo estaria a cura da nação doente. A sociedade passava a ser entendida como um "imenso hospital" e a administração científica da saúde passou a ser o objetivo dos médicos higienistas e sanitaristas, independentemente de existir resistência ou não da população. Como medida de "emergência", a imposição de práticas sobre a população pobre, assim como a medicação profilática e vacinação preventiva, ocorreu de forma autoritária e sem possibilidade de esclarecimento e conscientização da população (SCHWARCZ, 2008, p.227). Neste contexto, a revolta popular era inevitável, como foi o caso da conhecida Revolta da Vacina em 1904, que dirigiu seu descontentamento à essa "ditadura sanitária" aplicada pela "figura autoritária e intervencionista dos profissionais de medicina" (p.228), sintetizadas na figura de Oswaldo Cruz.

Posteriormente, a preocupação com os destinos da nação aproximou esses estudos da escola fluminense aos da escola baiana. Aparecem com as práticas higienistas e sanitaristas o discurso eugênico quando as explicações dadas aos surtos de doenças começam a ser atribuídos ao enfraquecimento da espécie por conta da miscigenação.

É assim que em 1918 encontra-se no *Brazil Medico* o primeiro artigo fazendo referência à eugenia com o título *Do conceito de eugenia no habitat brasileiro*, de autoria do professor dr. João Henrique, que a definia da seguinte maneira:

> Nova ciencia a eugenia consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da espécie humana, não só no que

> respeita o físico como o intelectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da degeneração. Nesses termos a eugenia não é outra cousa sinão o esforço para obter uma raça pura e forte... Os nossos males provieram do povoamento, para tanto basta sanear o que não nos pertence (SCHWARCZ, 2008, p.231).

A prevenção obsessiva sobre as taras constitucionais e as doenças era reflexo do pensamento que entendia o povo a partir de sua moléstia. Doença, debilidade e degeneração andavam juntas segundo o pensamento biologizante da época e refletiam a decadência do indivíduo como o resultado de uma nação ainda não desenvolvida. Negros e mestiços pobres serão objetos dessas teorizações que se diziam científicas e desinteressadas, agora em sua versão fluminense[19].

De sua missão redentora da nação por meio da cura das doenças tropicais, a Medicina então se colocou no mesmo papel quanto a cura das raças: "assim como as doenças não eram mais compreendidas como fenômenos finais, da mesma maneira deviam ser analisadas as raças" (SCHWARCZ, 2008, p.232). É assim que, segundo a apropriação "original" do poligenismo, a população brasileira passou a ser entendida como "raça em formação" e dela se diagnosticariam os "regeneráveis" e "não-regeneráveis", tal como na sociedade médica baiana.

A atenção dada à regeneração dos regeneráveis foi para além dos alicerces da medicina, tornando-se um interesse de políticos e autoridades. Práticas esportivas foram estimuladas pelo Estado, como as "Regatas Washington Luís no Tietê" e a maratona nomeada "Estadinho". O "corpo saudável e atlético" passava a representar a possibilidade de regeneração física e moral da raça. Por outro lado, os não-regeneráveis dividiam as opiniões dos especialistas: de uma lado, a visão que previa seu "desaparecimento natural", conforme o pensamento dos médicos da Bahia; de outro, a linha mais radical que preconizava uma política de esterilização, conforme artigo do médico Renato Kehl de 1921 que fazia o seguinte questionamento:"Porque consentir na perpetuação hereditária da imbecilidade da loucura moral, da epilepsia, da paranoia, da delinquência, se se pode esterilizar os deficientes e degenerados de modos a impedil-os de procriar, sem tirar-lhes entretanto o prazer sexual" (SCHWARCZ, 2008, p.233).

---

[19]Cabe destacar que além das classes populares brasileiras, coube também a preocupação eugenista sobre o imigrante, que passou a representar um potencial transmissor de doenças de fora e uma ameaça ao programa de controle da degeneração do povo. Diante disto, Medicina e Direito compartilharam a necessidade de se estabelecer uma política de seleção eugênica sobre os imigrantes. (SCHWARCZ, 2008, p.232)

Apesar da força e da violência contida nesse debate, o que se encontra na década de 30, e nos anos subsequentes, é uma redução considerável dos artigos relacionados a práticas de cunho social. Voltam, por outro lado, as publicações técnicas acerca da especialidade médica sem, contudo, desaparecer a preocupação com a degeneração das raças[20] e a necessidade intervencionista dos médicos que se viam ainda como salvadores da nação. O olhar sobre a sociedade como padecendo de doença - e a missão de salvá-la - ainda embasou o discurso e a prática que os médicos a si referendavam.

> O país pode ser divido em capazes e incapazes, entre perfectíveis e degenerados, em um esforço deliberado de esfumaçar divisões econômicas e sociais enraizadas. Era como raça que a nação era entendida. Por meio dela se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas. Estranho movimento que por meio da ciência justificava os projetos mais violentos e autoritários, como a pressagiar os movimentos nazistas que viriam a acontecer em um futuro breve na Europa (SCHWARCZ, 2008, p.234-5).

Entretanto, houve uma importante diferença entre as posturas de cada Faculdade quanto ao resultado comum que encontraram. Se na Bahia, a constatação da possibilidade de aperfeiçoamento da população levou a certa resignação e acomodamento da prática médica, que progressivamente deixou os grandes projetos públicos para ocupar as clínicas particulares, no caso do Rio tal constatação abriu margem para uma maior incidência e atuação do discurso médico sobre a sociedade. Não foi à toa que a prática de esterilização (ocorrida em países europeus e nos Estados Unidos) quase foi implantada em terras fluminenses. Parte disso se deve ao fato da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – e seus profissionais – terem gozado de maior prestígio financeiro e político, principalmente por estarem mais próximos do centro das decisões do país e refletirem o berço dos grandes projetos em prol da nação. Tal prestígio refletiu-se sobre os médicos desta mesma faculdade, que ocuparam cargos públicos e políticos de elevado reconhecimento (SCHWARCZ, 2008, p.238).

[20] Tese defendida pelo professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto, no I Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

5 RAUL BRIQUET (1887-1953)

Raul Carlos Briquet (1887-1953) nasceu em Limeira, São Paulo. Filho de um engenheiro francês - Edouard L. Briquet - e da filha de um diplomata brasileiro - Rosa Ana Constança Baumgart Briquet – Raul foi educado pela mãe, enquanto acompanhava o trabalho de Edouard na expansão das ferrovias brasileiras pelo interior de Minas Gerais. Desta educação doméstica, Raul tornou-se poliglota e um exímio pianista, além de adquirir conhecimentos suficientes para ser aprovado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (BOMFIM, 2002).

Em 25 de janeiro de 1911 graduou-se em Medicina após defender a tese de doutoramento intitulada *Da psycho-physiologia e pathologiamusicaes*. No mesmo ano, tornou-se médico interno da Maternidade de São Paulo, especializando-se em ginecologia e obstetrícia. Em 1914, após formação com o famoso obstetra Abderhalden, lançou o artigo "Diagnóstico da gravidez pela dialyse-reacção de Abderhalden" (BOMFIM, 2002).

Foi casado com Cecília da Silva Briquet, com quem teve dois filhos: Marina Flávia Briquet e Raul Carlos Briquet Júnior. Dentre seus amigos, estavam "o sociólogo Fernando de Azevedo, o modernista Mário de Andrade, o psicanalista A. Carlos Pacheco e Silva, o cardiologista Álvaro Torres e o colega Edwin F. Zink" (BOMFIM, 2002, p.19).

Já erudito pesquisador da área da obstetrícia em 1925, assumiu a cátedra da Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo tornando-se uma das referências entre os intelectuais de São Paulo. Em 1927, participou da criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise junto a Franco da Rocha, Durval Marcondes e Lourenço Filho, ocupando a vice-presidência dessa instituição. Durante sua gestão, dentre suas principais produções, destacou-se a tradução do livro *Da psico-analise: breve introdução ao seu estudo* de Ernest Jones em 1930. Sua pretensão com a tradução, seria o de permitir que "o leitor pudesse se afervorar nos conhecimentos psicanalíticos, os quais lhe permitiam harmonizar a vida psíquica com o ambiente social" (BOMFIM, 2002, p. 39).

Neste mesmo ano, tornou-se professor de enfermagem da Escola de Obstetrícia de São Paulo, de onde resultou o livro *Elementos de Enfermagem*, publicação pioneira sobre o tema no Brasil. Também, colaborou na criação da Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo, cujo objetivo foi o de viabilizar o "estabelecimento de uma universidade na capital paulista

(...) [que] contribuísse no preparo conveniente do professorado normal e ginasial" (BOMFIM, 2002, p.21).

Entretanto, o ano de 1933 foi fundamental para situar a produção de Raul Briquet em Psicologia Social. Neste ano, foi membro chave na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (anexada à Universidade de São Paulo em 1938) e ali fundou a primeira cadeira de Psicologia Social do Brasil, lecionando o primeiro curso superior brasileiro sobre o tema. Assim como sua pioneira publicação na área da enfermagem, Briquet lançou – a partir das aulas ministradas no curso – seu livro *Psicologia Social* em 1935, fazendo a primeira compilação sobre estudos de Psicologia Social no Brasil, considerada "um importante marco na construção da Psicologia Social no país" (ibidem, p.22). Convidado a realizar a aula inaugural naquela escola, escolheu como tema de abertura o texto *Tendências da Sociologia Contemporânea*, publicado posteriormente. Segundo Elizabeth Bomfim (2002), neste texto o autor referendava o fato de que "em São Paulo, sempre haveria tempo para a realização de grandes obras pautadas em ideias desinteressadas e para os sentimentos que enobreciam a nossa raça e nosso povo" (p.41).

Além dos estudos em ginecologia, obstetrícia, enfermagem e psicologia social, Briquet também dedicou-se à área da educação, sendo signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova publicado em 1932 junto a intelectuais como Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, dentre outros. Em 1933, seguindo a discussão acerca dos "fatores intra-escolares" da aprendizagem, defendeu a "necessidade de uma nova cartilha de alfabetização, organizada com o nosso folclore musical, especialmente cantigas de roda, e propunha uma pequena discoteca nas escolas" (BOMFIM, 2002, p.31).

Em 1934, participou da fundação da Universidade de São Paulo, tornando-se catedrático da Clínica Obstétrica e Puericultura Neonatal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, além de membro do Conselho Universitário desta universidade (BOMFIM, 2002).

Durante seus estudos e pesquisas nessa época, ocupou em 1942 a 38ª cadeira da Academia Paulista de Letras, sendo homenageado pelo poeta Aristêo Seixas que o considerava "afortunado por casar, esplendidamente, a austeridade da ciência com o cobiçado resplendor das letras" (BOMFIM, 2002, p.24). Com reconhecidas publicações em obstetrícia e enfermagem, ocupou cargos importantes em instituições científicas e culturais como, por

exemplo, a Presidência da Seção Estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

Em 1944, lançou *Palestras e Conferências*, compilação com suas principais falas nas áreas da medicina, enfermagem, arte, educação, sociologia, psicologia e psicologia social, rendendo-lhe o Prêmio Carlos Laet de 1945.

Assim como o livro *Psicologia Social*, em 1946 lançou o livro *História da Educação*, a partir das aulas ministradas no curso de Educação Nacional na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Sob forte influência de Herbart, fez-lhe referência numa epígrafe do livro com a seguinte frase: "A educação seria uma tirania se não conduzisse à liberdade" (BOMFIM, 2002, p.31).

Até o início da década de 50 fez importantes publicações em obstetrícia até o lançamento da *Antologia médica brasileira* em 1951, reunindo uma rigorosa pesquisa histórico-biográfica de médicos brasileiros. Também realizou um dos seus últimos esforços intelectuais na tradução da "Carta Comovedora" de Ernesto Boutrex, com o objetivo de apontar "para a grave responsabilidade de adultos na educação infantil e para a necessidade de constante vigilância e acuidade psicológica" (BOMFIM, 2002, p.28).

Em suma, Raul Briquet faz parte da gama de intelectuais eruditos do final do século XIX e início do XX que estavam na suposta vanguarda do pensamento intelectual brasileiro. Não foi à toa que a influência de seu pensamento foi para além das fronteiras da ciência médica. Além de ter sido uma referência na área da ginecologia e obstetrícia e ter formado uma escola de pensamento chamada "Obstetrícia Operatória Briquet"[21], também foi peça fundamental para o desenvolvimento político e cultural do país, ao dedicar-se em áreas como a educação, filosofia, sociologia, arte e psicologia. Contribuiu diretamente para a fundação de importantes instituições de conhecimento - como a Universidade de São Paulo em 1934 - além de participar de renomados movimentos como o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Poliglota, era conhecido como um "devorador de livros" e se destacou pela atualidade de suas produções, seguindo as tendências da ciência européia e norte-americana. Segundo Elizabeth Bomfim (2002), Briquet para além de tudo foi historiador da ciência no Brasil, que "na medida do possível (...) relacionava os valores morais e pessoais de seus biografados, ressaltando-lhes as qualidades, hábitos e interesses. Suas produções (...) não esqueciam as questões políticas" (p.28).

[21] Dentre os seus discípulos estão os médicos Domingos Delascio, Antonio Guariento e Bussamara Neme.

6 A DÉCADA DE 1930

6.1 O entre - guerras: catástrofe, revolução e crise

Não há como apreender a história brasileira na década de 30 sem voltar o olhar para a dinâmica histórica mundial compreendida no período entre - guerras. Trata-se de um momento que faz parte da chamada "Era da Catástrofe" (HOBSBAWM, 2004), que tem início na Primeira Guerra Mundial e se encerra com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Dentre seus principais acontecimentos, estão a Revolução de Outubro na Rússia em 1917, a Grande Depressão econômica mundial em 1929 e a tomada de poder da ideologia fascista na Itália por Mussolini, assim como o nazi-fascismo alemão encabeçado por Hitler. Estes três principais acontecimentos levaram a uma complexa teia de novas configurações sociais e políticas entre os países do Ocidente e do Oriente, tendo seus reflexos nos países da América Latina, incluindo como o Brasil.

6.1.1 A catástrofe

O início do século XX tem como grande marco a Primeira Guerra Mundial. Diferente de qualquer outro momento da história da humanidade, inaugura-se um período de guerras mundiais, guerras totais, envolvendo todas as grandes potências do mundo. Sua escala de massacre e destruição foi numa dimensão nunca antes pensada, constituindo-se como uma guerra de massas (HOBSBAWM, 2004, p.51).

Em números, a primeira ofensiva alemã sobre Verdun em 1916 custou a vida de 1 milhão de homens. A Grã-Bretanha, em sua contra-ofensiva, perdeu no primeiro dia de batalha 60 mil homens, totalizando no final 420 mil baixas. Já a França, ao lado dos ingleses na Frente Ocidental[22], perdeu mais de 20% dos homens em idade militar, excetuando aqueles que ficaram paraplégicos e deformados após as batalhas, os chamados "gueules cassés" (HOBSBAWM, 2004, p.33). Por sua magnitude, não há como tal massacre não ter se tornado um trauma na memória destes povos.

Entretanto, Hobsbawm (2004) questiona precisamente o porquê de tamanha brutalidade desta guerra; quais os motivos de ter se tornado uma guerra total, de extinção

[22] Não cabe a este estudo a descrição dos fatos históricos que constituíram o período em questão, senão pelos elementos que são relevantes à compreensão das mediações que atravessam o objeto investigado nesta pesquisa.

total, uma luta de morte? A resposta estaria na principal característica da fusão entre política e economia desde o século XIX: não ter limites. O expansionismo impulsionado pelo crescimento e competição econômica entre as grandes potências levou a uma intensa rivalidade política que ia para além das fronteiras nacionais. Imperialismo, expansionismo e nacionalismo tornaram-se frentes de embate político que contagiaram até a opinião pública[23] da época:

> Em 1914, certamente não era a ideologia que dividia os beligerantes, exceto no fato de que nos dois a guerra tinha de ser travada mediante a mobilização da opinião pública, isto é, alegando algum profundo desafio a valores nacionais aceitos, como o barbarismo russo contra a cultura alemã; a democracia francesa e britânica contra o absolutismo alemão, ou coisas assim (HOBSBAWM, 2004, p.37).

Esta mobilização da opinião pública encontrava-se fortemente vinculada ao movimento imperialista já desde o início do século, tendo como exemplo o lema alemão datado de 1900 que dizia: "O espírito alemão regenerará o mundo" (HOBSBAWM, 2004, p.38).

A seqüela desta luta de morte entre potências expansionistas, que não visavam qualquer acordo de paz até a devastação total do inimigo, ou até a chamada "vitória total", foi a ruína de ambos os lados: vitoriosos e vencidos. Tal condição, "empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física" (HOBSBAWM, 2004). A Europa tal como era antes de 1914 – liberal, burguesa e estável – não tinha qualquer condição de retorno.

Com o fim da guerra, era consenso entre as potências vitoriosas a necessidade de se estabelecer acordos de paz, para que o trauma de uma nova grande guerra não se repetisse. O chamado Tratado de Versalhes – que fazia parte de um conjunto de outros tratados – foi elaborado nesse sentido, estipulando medidas políticas que, resumidamente, contivessem o avanço revolucionário bolchevista pelos países do Leste Europeu, controlassem a Alemanha e seu poder bélico, econômico e expansionista, além da reordenação do mapa dos países colapsados, tanto no sentido de conter a influência alemã, quanto para estimular movimentos nacionalistas não-bolchevistas.

Quanto a esta última medida, a reordenação dos países sob a ideologia da autodeterminação em "Estados-nação étnico-linguísticos" foi um completo desastre,

---

[23] O tema da opinião pública, sobretudo por sua vinculação ao tema das massas, foi objeto de estudo tanto da Sociologia quanto da Psicologia Social do início do século, encontrando-se um capítulo sobre este tema no manual de Raul Briquet.

sobretudo por ter sido realizada por países distantes das realidades étnicas e lingüísticas[24] daqueles povos, o que resulta em conseqüências até a atualidade:

> Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco. O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas – divisão entre Grã-Bretanha e França – com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer "um lar nacional" para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 2004, p. 39).

Já em relação às sanções à Alemanha, a chamada "paz punitiva" imposta ao país derrotado se deu, principalmente, no âmbito militar e político, mantendo-o enfraquecido e isolado. A justificativa deste acordo foi a culpabilização daquele país como o principal responsável pela guerra. Do lado dos vencedores, a criação da Liga das Nações foi mais uma alternativa na busca de se impedir outra guerra, partindo da premissa que negociações públicas seriam soluções democráticas para se evitar a perda de controle dos embates entre nações. Entretanto, a recusa dos Estados Unidos – grande potência econômica da época – a aderir à Liga das Nações logo tirou a credibilidade desta, assim como o do Tratado de Versalhes que, na década de 30, já não tinha efeito algum sobre a Alemanha. Isto revelava que a política mundial eurocentrada e eurodeterminada, baseada em acordos encabeçados entre Grã-Bretanha e França, perdera progressivamente sua existência (HOBSBAWM, 2004, p.42).

Se as duas guerras mundiais tiveram como resultado a vitória econômica dos Estados Unidos, tornando-se potência global, não há como negar que, apesar da destruição física e econômica dos países restantes, sua produção teve considerável avanço técnico e científico. Por terem se caracterizado como guerras totais, ambas as guerras constituíram-se enquanto "guerras de massas" e que exigiam produção em massa.

Na primeira grande guerra, via-se a batalha entre nações com base na tecnologia, sobretudo no uso de submarinos em batalhas navais. A economia dos países beligerantes voltou-se totalmente para a produção industrial bélica, assim como grande parte da população não combatente, exigida como mão-de-obra da alta produção em massa. Esta enorme mobilização gerou seus efeitos:

---

[24] Esta política "de cima para baixo" no destino de diferentes etnias gerou na época uma onda de refugiados migrantes pelo mundo que fugiam dos conflitos bélicos de seus países. A conseqüência da entrada maciça de estrangeiros nos países europeus resultou em xenofobia e no chamado "preconceito de raça", tema também de um dos capítulos do manual de Raul Briquet.

> Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda (HOBSBAWM, 2004, p.51).

Não seria possível tamanha produção sem a sua necessária racionalização, ou seja, pela sua administração e pelo seu planejamento calculados:

> Mas a produção também exigia organização e administração – mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado (HOBSBAWM, 2004, p. 52).

A conseqüência desta racionalização foi a fusão entre Estado e a produção de alta tecnologia bélica, formando-se os grandes complexos industrial-militares. Também, viu-se o avanço do pensamento técnico-científico destinado a produção bélica para outros setores especializados da economia. Nesse sentido, pode-se afirmar que "a guerra total sem dúvida revolucionou a administração" (HOBSBAWM, 2004, p.54).

Se por um lado, a racionalização da produção bélica em massa levou ao progresso da administração e ao desenvolvimento da economia de forma integral, por outro resultou na trágica conseqüência da guerra tecnológica: a sua "impessoalidade", que tornava suas vítimas invisíveis. Segundo Hobsbawm (2004), "as maiores crueldades do nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais" (p. 57).

A matança em larga escala tornou-se banal, assim como a expulsão de milhões de pessoas de seus territórios. A morte de 1,5 milhões de armênios pela Turquia figurou como a primeira tentativa de extermínio em massa da era moderna. Tanto a Primeira Guerra Mundial, quanto a Revolução Russa forçaram a migração de milhões de pessoas como "refugiados", inclusive como parte da política de "troca" entre Estados. Todas estas experiências levaram à invenção de novas palavras que lhe dessem definição, tais como "genocídio" e "apátrida" (HOBSBAWM, 2004). Entre 1914 e 1922, o número total de refugiados pelo mundo girava em torno de 4 e 5 milhões, levando a Liga das Nações a inventar o "passaporte de Nansen", destinado àqueles que não tinham sua existência comprovada pela burocracia de um Estado (HOBSBAWM, 2004, p.57-8).

Em suma, se a catástrofe da Primeira Guerra levou ao fim da Europa burguesa e liberal enquanto centro do mundo, as conseqüências políticas do pós-guerra radicalizaram mais ainda este processo:

> ...A Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou – de um mundo pacífico e democrático de *Estados-Nação* sob a Liga das Nações; de um retorno à economia mundial de 1913; mesmo (entre os que saudaram a Revolução Russa) de capitalismo mundial derrubado dentro de anos ou meses por um levante de oprimidos – logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 20 (HOBSBAWM, 2004, p.59).

Talvez o principal efeito do pós-guerra, em ambas as guerras, tenha sido um movimento revolucionário mundial. Da Primeira Guerra Mundial, viu-se de um lado a tentativa do avanço bolchevista sobre a Europa e a Ásia, e de outro, revoluções contra a guerra, sobretudo em países do Ocidente. O que é certo é que a Revolução de Outubro de 1917 foi o estopim das revoltas sociais de todo o século XX.

6.1.2 A revolução

Bastou a primeira década do século XX para que grande parte da humanidade percebesse que os valores liberais-burgueses da Revolução Francesa apontavam para seu esgotamento. Sua falência foi decretada com a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, diante desta catástrofe, um potencial revolucionário entre aqueles que não enxergavam mais o horizonte da velha ordem liberal se formava, sobretudo pela construção de uma alternativa histórica por parte do movimento socialista que se expandia mundialmente junto da classe trabalhadora. Esperava-se apenas o estopim, que ocorreu em 1917 com a Revolução Bolchevique encabeçada por Lênin na Rússia. Se a revolução é filha da guerra do século XX, a Revolução Russa foi sua ponta de lança, alterando para sempre a dinâmica histórica mundial a partir daquela data (HOBSBAWM, 2004).

Justamente por seus efeitos irreversíveis, Hobsbawm (2004) coloca esta revolução, para o século XX, sob o mesmo nível de importância que a Revolução Francesa de 1789 teve para o século XIX:

> ...a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as idéias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e

> mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna (p.62).

O contexto para este movimento mundial se deu através do completo colapso político gerado pela Grande Guerra, levando a múltiplos levantes sociais contra seus governos orientados pelo espírito anti-guerra:

> Em 1918, todos os quatro governantes das potências derrotadas (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária) perderam seus tronos, assim como o czar da Rússia, derrotada pela Alemanha, que já caíra em 1917. Além disso, a inquietação social, equivalendo quase a uma revolução na Itália, abalou até mesmo os beligerantes europeus do lado vencedor (HOBSBAWM, 2004, p. 65).

Ainda neste espírito, viu-se também nos país beligerantes a organização de uma forte militância trabalhista industrial e anti-guerra, formada por parte dos operários das indústrias armamentistas. Na Rússia, assim como na Alemanha, as "principais bases navais (Kronstadt; Kiel) iriam tornar-se grandes centros de revolução (...). A rebelião contra a guerra adquiriu assim concentração e atuação" (HOBSBAWM, 2004, p.66).

No caso da Rússia, a figura de Lênin foi fundamental para a orientação de um país atrasado e semi-feudal, composta por uma massa – a maioria de camponeses – miserável e opositora à guerra, que desejava a derrubada do regime e que ainda não se identificava com o pequeno partido operário bolchevique. A insurreição, primeiro contra o Czar, depois contra o breve governo provisório liberal apoiado pelo Ocidente, foi inevitável e aglutinou as massas russas revoltadas:

> Quatro dias espontâneos e sem liderança na rua puseram fim a um Império. Mais que isso: tão pronta estava a Rússia para a revolução social que as massas de Petrogrado imediatamente trataram a queda do czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais. O feito extraordinário de Lênin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique (HOBSBAWM, 2004, p.67).

Em março de 1917, o slogan bolchevique "Pão, Paz e Terra" tentava sintetizar as demandas das diferentes camadas populares da Rússia, tantos do campo quanto da cidade, sendo uma tentativa de orientar e conduzir o ímpeto das massas para um programa político real. Daí, destaca-se a liderança de Lenin:

> Ao contrário da mitologia da Guerra Fria, que via Lenin essencialmente como um organizador de golpes, a única vantagem real com que ele e os bolcheviques contavam era a capacidade de reconhecer o que as massas queriam; de conduzir[25],

[25] A missão de "conduzir" um povo, a partir da figura de um líder intelectual, tornara-se uma espécie de paradigma emancipador da época. No manual de Psicologia Social de Briquet, são diversas as passagens que explicitam a intenção de "se conduzir" a nação brasileira para a auto-determinação. Esta se daria, sobretudo, pela

> por assim dizer, por saber seguir. Quando, por exemplo, ele reconheceu que, ao contrário do programa socialista, os camponeses queriam uma divisão da terra em fazendas familiares, não hesitou um instante em comprometer os bolcheviques com essa forma de individualismo econômico (HOBSBAWM, 2004, p. 68).

A Guerra Civil de 1918-20 foi a reação contra-revolucionária de regimes brancos contra o ímpeto soviético, resultando no final de 1920 na vitória e no aumento de poder dos bolcheviques, na sua centralização partidária, a despeito do isolamento da Rússia em relação à política internacional. Apesar do projeto de uma revolução mundial não ter vingado, os dois anos seguintes à Revolução de Outubro foram de insurgências pelo mundo: em Cuba, formaram-se modelos de sovietes nas indústrias de tabaco; na Espanha em 1917-19 viu-se o chamado "biênio bolchevista"; na China em 1919 e na Argentina em 1918 viu-se a organização de movimentos estudantis revolucionários marxistas que se espalharam pela América Latina. Além deles, México, Austrália. Indonésia e os finlandeses de Minnesota nos Estados Unidos foram influenciados pelo movimento e pelo ideário russo (HOBSBAWM, 2004, p. 72).

Contudo, o ano de 1918 presenciou não apenas greves e manifestações políticas de influência soviética, mas também do movimento anti-guerra que norteou a maioria dos países da Europa Central, sobretudo aqueles que, sob a supervisão dos vitoriosos da guerra, tornaram-se Estados-Nação formando uma espécie de "cinturão de quarentena" europeu que contivesse o avanço vermelho. De maneira geral a "revolução, que assim varria regimes de Vladivostok ao Reno, era uma revolta contra a guerra e, na maior parte, a vinda da paz desarmou muito do explosivo que ela continha" (HOBSBAWM, 2004, p.73).

Em 1920, apesar do "grande erro" soviético de dividir permanentemente o movimento trabalhista mundial - que havia se fortalecido com a insurgência dos movimentos socialistas durante a guerra na Europa - a partir do modelo de partido de vanguarda-leninista, viu-se na Alemanha o maior Partido Comunista fora da Rússia, cujos grandes líderes foram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (p.75).

A despeito do sectarismo partidário, o modelo de partido idealizado por Lenin formou um corpo revolucionário mundial disciplinado, sendo uma novidade sobre qualquer outra forma concebida na época:

---

formação de uma elite intelectual dirigente que conduziria a política brasileira segundo os princípios da ciência. Cabe destacar também a famosa divisa "*NON DVCO, DVCOR"* do brasão da cidade de São Paulo, criado em 1916 pelo governo de Washington Luís, cujo significado em latim é "não sou conduzido, conduzo". Sua intenção era refletir o papel de liderança e vanguarda da cidade em relação a todo o país. Noutro capítulo, esta discussão será mais bem detalhada.

> A força do movimento pela revolução mundial estava na forma comunista de organização, o "novo tipo de partido" de Lenin, uma formidável inovação de engenharia social do século XX, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média. Dava até mesmo a organizações pequenas uma eficácia desproporcional, porque o partido podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução de suas decisões a todo custo (HOBSBAWM, 2004, p. 82).

A questão do sacrifício e da disciplina por uma causa, justificava-se pelo ímpeto vanguardista que, como citado anteriormente, era representado pela figura de um líder ou por um elite que traria a emancipação e a condução as massas:

> ...os partidos leninistas eram essencialmente construídos como elites (vanguardas) de líderes (ou melhor, antes das revoluções serem vencidas, "contra-elites"), e as revoluções sociais, como mostrou 1917, dependem do que acontece entre as massas e em situações que nem as elites nem as contra-elites podem controlar por inteiro (HOBSBAWM, 2004, p. 82).

Deste modelo de revolução mundial, apesar de fracassado, viu-se no Brasil o surgimento de uma elite intelectual comunista na década de 30, composta por jovens de origem oligárquica latifundiária e por oficiais subalternos. Nesta década, tentativas de insurreição armada foram presenciadas por toda América Latina, tendo por principal líder brasileiro o tenente rebelde Luís Carlos Prestes.

Não cabe a este estudo aprofundar os desdobramentos do movimento socialista internacional nas décadas seguintes. Entretanto, cabe reiterar, como conclusão, que a revolução bolchevique de 1917 foi o imã de vários levantes sociais pelo mundo, tanto na orientação de aliados, quanto no fortalecimento de opositores. Também, seu modelo político organizado em partidos de vanguarda foi fundamental para a compreensão da dinâmica das massas revolucionárias e da importância do líder em sua condição, temas pertinentes no manual de Psicologia Social de Raul Briquet. Em suma, diretas ou indiretas, as conseqüências do pós-1917 foram as bases da história do período entre-guerras e de todo século XX:

> Os anos após a Revolução Russa iniciaram o processo de emancipação colonial e descolonização, e introduziram a política de bárbaras contra-revoluções (na forma do fascismo e outros muitos movimentos [...]) e a política de social-democracia na Europa. Esquece-se muitas vezes que até 1917 todos os partidos trabalhistas e socialistas (foram a meio periférica Austrália) prefeririam ficar em permanente oposição até a chegada da hora do socialismo. Os primeiros governos ou coalizões de governos social-democratas (não do Pacífico) foram formados em 1917-19 (Suécia, Finlândia, Alemanha, Austrália, Bélgica), seguidos, depois de poucos anos, pela Grã-Bretanha, Dinamarca e Noruega. Tendemos a esquecer que a própria moderação desses partidos era em grande parte uma reação bolchevismo, como o foi a disposição do velho sistema político de integrá-los (HOBSBAWM, 2004, p.79).

Os anos seguintes à Grande Depressão de 1929 trouxeram a União Soviética à tona por ter sido a única potência a não se abalar com a crise financeira mundial, além de mostrar para os outros Estados capitalistas o esgotamento da ortodoxia do livre mercado e da possibilidade de uma alternativa econômica ao capital.

6.1.3 A Crise

6.1.3.1 Crise econômica

Se os valores e aspirações burgueses do Iluminismo foram demolidos com a irracionalidade da Primeira Guerra Mundial, o velho liberalismo econômico sofreu um ataque irreversível com a Grande Depressão de 1929. Ela decretou a impossibilidade de se retornar às condições do mundo europeu burguês tal como do século XIX.

Este colapso econômico foi de tamanha magnitude para o destino da humanidade que, caso não tivesse ocorrido, "com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt (...) [e seria] muito improvável que o sistema soviético tivesse sido encarado como um sério rival econômico e uma alternativa possível ao capitalismo mundial" (HOBSBAWM, 2004, p.91).

Apesar de (supostamente) prevista pelos economistas - dentro das freqüentes flutuações econômicas e constantes crises cíclicas de superprodução do capital (tal como descrito por Marx desde o século XIX) – o desmoronamento econômico de 1929 pôs pela primeira vez não só as economias, mas o próprio sistema capitalista em xeque. Apesar de tudo, cabe destacar que as economias das grandes potências não pararam de crescer, exceto seu processo de globalização mundial, que se expressou pelo quase completo esvaziamento do fluxo internacional de capital explicitado na queda de 90% dos empréstimos internacionais entre 1927 e 1933 (HOBSBAWM, 2004, p. 93).

É correto afirmar que o centro desta crise foi a recessão econômica da principal potência da época: os Estados Unidos. O "crack" da bolsa de Nova Iorque levou à queda de um terço da produção norte-americana, refletindo assim no pólo industrial da Alemanha – cujas taxas de inflação foram a níveis estratosféricos – e, então, no resto do mundo, incluindo os exportadores de produtos primários da América Latina extremamente dependentes do mercado internacional, que inclui o Brasil. No caso brasileiro, ficou famosa a queima dos

estoques de café em locomotivas como forma de conter o colapso dos preços (HOBSBAWM, 2004, p.96-7).

Além das altas taxas de inflação e quebra da previdência privada, o principal desastre desta crise foi a alta taxa de desemprego, que atingiu níveis nunca antes imagináveis e por um tempo também nunca estimado. Considerado a "doença social" da época, ele abalou não só diretamente a economia na esfera da demanda e da produção, como enfraqueceu substancialmente o movimento trabalhista organizado das indústrias. O comércio mundial entre 1929 e 1932 caiu em 60% e não se encontrava qualquer solução, fora do velho manual econômico ortodoxo, para tal situação (HOBSBAWM, 2004, p.98).

Não compete a este estudo a investigação das raízes da crise em questão, que são situadas pela historiografia desde os efeitos das sanções à Alemanha no Tratado de Versalhes, assim como à assimetria do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos em relação ao mundo, indo para a explicação mais próxima à realidade do sistema capitalista que é a da superprodução (não acompanhada de demanda) no país norte-americano, somada à bolha causada pela especulação imobiliária dos bancos devido às famosas picaretagens financeiras (HOBSBAWM, 2004, p. 104).

Cabe destacar que, neste momento de completo pessimismo e queda no consumo, coube à figura emblemática do psicólogo Émile Coúe (1857-1926) a propagação de um slogan próximo da auto-ajuda que dizia: "Todo dia, em todos os aspectos, estou ficando cada vez melhor". Este slogan era constantemente repetido, sendo parte da chamada "auto-gestão otimista" (HOBSBAWM, 2004). Sua função ideológica não esconde qualquer mistificação, ainda mais quando uma massa de trabalhadores desempregados tornara-se um potencial explosivo para a época.

A configuração política de praticamente todos os Estados mudou após 1929. Na América Latina, onde as mudanças foram mais rapidamente visíveis, dez países mudaram de governo e regime através de golpes militares. Na Alemanha e no Japão viu-se a subida ao poder governos de ultradireita, conservadores, nacionalistas e belicosos. Em contrapartida, o movimento comunista internacional sofreu grande baixa - sobretudo pela desmobilização do movimento trabalhista e pelo crescimento da social-democracia que flertava com a direita - indo assim no sentido oposto das expectativas dos planos revolucionários da época (HOBSBAWM, 2004, p.108-9).

Tal como já descrito noutras passagens, no Brasil a principal conseqüência política da depressão econômica foi a derrubada da República Velha oligárquica e a tomada do poder por Getúlio Vargas, a partir de um governo considerado nacionalista e populista. Nos outros países da América Latina, as mudanças políticas seguiram tendências que os orientaram para governos tanto de direita quanto de esquerda:

> A Argentina entrou em uma era de governo militar após um longo período de governo civil; e embora líderes de mentalidade fascista como o general Uriburu (1930-2) logo fossem afastados, moveu-se claramente para a direita, se bem que uma direita tradicionalista. O Chile, por outro lado, aproveitou a Depressão para derrubar um de seus raros presidentes ditadores antes da era do general Pinochet, Carlos Ibañez (1927-31), e moveu-se, de uma forma tempestuosa, para a esquerda. Na verdade passou por uma momentânea "República Socialista" em 1932, sob um coronel de nome esplêndido, Marmaduke Grove, e depois criou uma bem-sucedida Frente Popular com base no modelo europeu (...) [em relação ao Brasil] A mudança no Peru foi bem mais para a esquerda, embora o mais poderoso dos novos partidos, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) – um dos poucos partidos de massa com base na classe operária do tipo europeu bem-sucedidos no hemisfério ocidental -, fracassasse em suas ambições revolucionárias (1930-2). A mudança na Colômbia foi ainda mais para a esquerda. Os liberais sob um presidente de mentalidade reformista muito influenciado pelo New Deal de Roosevelt, assumiram após quase trinta anos de governo conservador (HOBSBAWM, 2004, p.109 -10).

No Hemisfério Norte, a crise das superpotências levou-as a tomar medidas protecionistas, o que abriu a possibilidade dos levantes de suas colônias, inaugurando, deste modo, um intenso movimento antiimperialista dos países da África Ocidental e do Caribe, cujas economias exportadoras estavam colapsadas e desprotegidas.

Desta maneira, "nada demonstra mais a globalidade da Grande Depressão e a severidade de seu impacto do que essa rápida visão panorâmica dos levantes políticos praticamente universais que ela produziu num período medido em meses ou num único ano" (HOBSBAWM, 2004, p.111). Neste contexto, era impossível a retomada de antigos regimes políticos assim como do velho modelo liberal econômico do século XIX. Cabia, aos Estados na época, três saídas: o primeiro seria o comunismo marxista que desde o início se propôs como alternativa ao sistema capitalista; o segundo, a orientação social-democrata capitalista cujo grande idealizador foi J.M. Keynes; o terceiro, o fascismo, cujo movimento ganhou força com a crise econômica mundial e que se posicionava contra qualquer tradição econômica liberal, defendendo um tipo de política nacionalista implacável. Este conseguiu contornar a crise pondo em xeque a velha tradição ortodoxa da economia; entretanto, pôs também em xeque as instituições políticas e os valores liberais burgueses que foram os pilares da moderna sociedade Ocidental de então.

6.1.3.2 Crise do Liberalismo

Há talvez um consenso entre a historiografia moderna de que o fascismo e o nacional-socialismo alemão não teriam existido se não fosse a Grande Depressão de 1929. Há também outro consenso de que parte desse movimento de ultradireita nacionalista e militarista ganhou força ao se tornar uma implacável "contra-revolução" à suposta revolução que se ameaçava com a organização operária e trabalhista pelo mundo, sobretudo, em tempos de crise. Entretanto, como pano de fundo destes dois fatos históricos, está o esgotamento da velha tradição liberal política e econômica, que viu seus valores desintegrarem-se quando parte de seus postulados tornaram-se obsoletos e perderam sentido diante de uma Europa devastada pela barbárie da guerra:

> Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente da perfeição) da condição humana (HOBSBAWM, 2004, p.113-4)

Do período da Primeira Guerra Mundial até o início do entre-guerras, foi inegavelmente uma tendência mundial a eleição de governos sob uma democracia representativa. Entretanto, na década de 30, com a ascensão de Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha, cresceram os números de Estados cujos poderes constitucionais foram dissolvidos; conseqüentemente, chama a atenção o fato de que os únicos países europeus que não sofreram qualquer abalo em suas democracias neste período foram Grã-Bretanha, Finlândia, Estado Livre Irlandês, Suécia e Suiça (HOBSBAWM, 2004, p. 115).

Quanto aos países americanos, foi citado anteriormente que a tendência geral da América Latina foi a de não avançar democraticamente neste período, pendendo para o autoritarismo normalmente vinculado com a direita. Os únicos Estados que mantiveram firme suas instituições democrático-constitucionais em todo o período foram: Canadá, Colômbia, Costas Rica, Estados Unidos e Uruguai. Entretanto, cabe mencionar que, apesar do fortalecimento constitucional de alguns países, "um terço da população do mundo vivia sob domínio colonial" (HOBSBAWM, 2004, p.114).

Deste modo, a derrubada de governos constitucionais e das instituições liberais como um todo se tornou, no entre-guerras, uma tendência clara a todos. Certamente, o mundo

seguiria nesta direção em seu futuro. E este se tornou o programa da direita, sobretudo, pelo enfraquecimento do movimento comunista soviético desde a década de 20, que sequer tinha forças, em seu isolamento, para liderar qualquer movimento revolucionário mundial. Sendo adepta ou não ao fascismo, como um todo "essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial..." (p.116).

Enquanto movimento potencialmente mundial, a direita mobilizou aquilo que antes lhe causava espanto: as massas. A princípio, a população média via com maus-olhos o progressivo crescimento e organização do movimento trabalhista. Todavia, com o tempo, não apenas a defesa de uma suposta revolução social contra o modo de produção burguês, mas justamente a apologia dos princípios liberais foi o motivo suficiente da completa ojeriza da direita contra a esquerda operária mobilizada:

> A ignorância e atraso das massas, seu compromisso com a derrubada da sociedade burguesa pela revolução social, e a irracionalidade humana latente tão facilmente explorada por demagogos, eram de fato motivo de alarme[26]. Contudo, o mais perigoso desses novos movimentos de massa, o movimento trabalhista socialista, era na verdade, tanto em teoria como na prática, tão apaixonadamente comprometido com os valores da razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual quanto qualquer outro. A medalha do Dia do Trabalho do Partido Social-Democrata alemão mostrava Karl Marx de um lado e a Estátua da Liberdade do outro. O desafio deles era à economia, não ao governo constitucional e à civilidade (HOBSBAWM, 2004, p.114).

É assim que a direita, como força conservadora antiliberal e anticomunista, se fortaleceu enquanto "contra-revolução" pelo mundo: "todos eram contra a revolução social, e na verdade uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-20 estava na raiz de todos eles" (HOBSBAWM, 2004, p.116).

Uma população sem respostas para a crise social, política e econômica no mundo. Uma classe de políticos e de economistas que não tinha respostas imediatas ou qualquer saída que não fosse fracassada para a Grande Depressão. Um ressentimento culposo e vingativo quanto às medidas da "paz punitiva" pós-guerra. Além do espanto sobre uma possível subversão da ordem social pela esquerda revolucionária. Foi justamente deste engodo que a direita encontrou a sua hora:

> As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos

[26] A tendência de Raul Briquet nos capítulos que tratam do fenômeno de massas, em seu manual de Psicologia Social, é a de reproduzir o discurso acima, tratando o fenômeno coletivo enquanto espaço de puro rebaixamento da razão e do senso crítico.

> desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20 (HOBSBAWM, 2004, p.131).

Esta massa, composta sobretudo pelas camadas inferiores e médias européias, também se viu diante de um intenso movimento migratório mundial, que representava uma ameaça à sua posição social em seu próprio país. Não foi à toa que o termo "nacionalismo", de fins do século XIX, tornou-se uma orientação política que foi apropriada pela classe trabalhadora ameaçada, tendo por efeito imediato o racismo e a xenofobia. Nesse sentido, sua base concreta, seu "cimento comum (...) era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um lado, e os crescentes movimentos trabalhistas, do outro" (HOBSBAWM, 2004, p.122-3). A expressão fundamental desse sentimento que resultou do choque entre capital e trabalho foi o anti-semitismo.

Hobsbawm (2004) descreve três tipos de direita que derrubaram regimes democrático-constitucionais pelo mundo[27]. A primeira, de caráter não fascista, representava uma classe reacionária autoritária e parlamentar, porém não democrática. Seu método de governo, apoiado no militarismo, se dava pela coerção física orientada pelo espírito nacionalista. Não havia "qualquer programa ideológico particular, além do anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe" (p.117). Exemplares deste primeiro tipo ocorreram na Hungria, Iugoslávia, Finlândia e Espanha. A segunda, também não fascista, baseava-se no chamado "estatismo orgânico", perpetuando uma ideológica nostalgia com a antiga sociedade feudal, em que a hierarquia social baseada em estamentos e em classes rígidas compunham uma suposta harmonia de um "todo social orgânico". Travestido de democracia (ou buscando dar-lhe outro sentido), esse regime se intitulava "democracia orgânica", ou seja, acreditava-se "melhor que a real, mas de fato combinava-se sempre com regimes autoritários e Estados fortes governados de cima, em grande parte por burocratas e tecnocratas" (HOBSBAWM, 2004). Como exemplos estão Portugal, Áustria e até, em certa medida, a Espanha.

O terceiro tipo é a direita fascista. Se o fascismo teve como princípio a figura de Benito Mussolini na Itália, há um consenso dentro da historiografia de que ele não teria se tornado um movimento universal (tal como um equivalente opositor do comunismo mundial) se não fosse a subida de Adolf Hitler no poder na Alemanha em 1933. Nesse sentido, mudou-

[27] Excetuando-se "a forma tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americamos, sem qualquer coloração política a priori" (HOBSBAWM, 2004).

se a orientação inclusive dos outros movimentos da ultradireita européia (anteriores ao fascismo, tais como os descritos acima), onde alguns aderiram aos princípios fascistas (tal como a Cruz em Seta na Hungria e a Guarda de Ferro na Romênia) enquanto outros se mantiveram sob o solo apenas do nacionalismo. Entretanto, a despeito das diferenças entre a direita não-fascista e a propriamente fascista, era consenso o acato à hegemonia alemã sobre o mundo (HOBSBAWM, 2004, p.120).

> A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado orgânico" tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público (...) mesmo quando chegava ao poder; como também faziam os movimentos comunistas. Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do Primeiro de Maio dos comunistas como feriado oficial em 1933 (HOBSBAWM, 2004, p.121).

A despeito das diversas roupagens do fascismo pelo mundo, além da grande adesão de intelectuais conservadores que lhe apoiaram, fato era que a "teoria não era o ponto forte de movimentos dedicados às inadequações da razão e do racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade" (HOBSBAWM, 2004, p.120). Nesse sentido, reside aí um abismo entre os movimentos fascistas e os socialistas: os princípios teóricos do último ainda se baseavam (ou ao menos respeitavam) as tradições iluministas e se voltavam para políticas progressistas, tais como as discussões de gênero do trabalhismo feminista[28].

> ...embora o fascismo também se especializasse na retórica da volta ao passado tradicional (...) não era de modo algum tradicionalista (...). Enfatizava muitos *valores* tradicionais, o que é outro assunto. Os fascistas denunciavam a emancipação liberal – as mulheres deviam ficar em casa e ter muitos filhos – e desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna, sobretudo das artes modernistas, que os nacional-socialistas alemães descreviam como "bolchevismo cultural" e degeneradas. Contudo, os movimentos fascistas – o italiano e o alemão – não apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que se faz a si mesmo, legitimizado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas.
>
> (...)

[28] Como exemplo, estão os clássicos textos de Virginia Woolf destinados às associações de mulheres, tais como *Profissões para mulheres* (1931) e *Memórias de uma União das Trabalhadoras* (1930) (WOOLF, 2012).

> O passado ao qual eles apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabricadas[29] (HOBSBAWM, 2004, p.121).

A fabricação das tradições revelava o princípio relativista do fascismo que adaptava tudo de acordo com seu interesse. Se de um lado era antiliberal por essência, por outro, utilizava-se da moderna ciência tanto para sua argumentação eugênica, quanto na investigação de métodos de extermínio em massa. Tanto importava a miscelânea entre princípios conservadores e técnicas modernas, contanto, que permitisse a justificação racional de sua política irracional.

> Mesmo o racismo de Hitler não era feito daquele orgulho de uma linhagem ininterrupta (...) mas uma mixórdia pós-darwiniana do século XIX pretendendo (e, infelizmente, na Alemanha muitas vezes recebendo) o apoio da nova ciência da genética, mais precisamente do ramo da genética aplicada ("eugenia") que sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes (...). Hostil como era, em princípio, à herança do Iluminismo e da Revolução Francesa do século XVIII, o fascismo não podia formalmente acreditar em modernidade e progresso, mas não se acanhava em combinar um lunático conjunto de crenças com uma modernidade tecnológica em questões práticas, exceto quando ela comprometia sua pesquisa científica básica feita em premissas ideológicas (HOBSBAWM, 2004, p.121-2).

No geral, a tendência da Igreja Católica Romana era identificar-se com a direita, não sendo à toa que os regimes direitistas do "Estado orgânico" ocorreram em países católicos. Com princípios reacionários, a aproximação da Igreja ao fascismo se deu através do "ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: a democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o `comunismo ateu´" (HOBSBAWM, 2004, p.118).

Embora o ódio ao liberalismo fosse parte constituinte do fascismo, sua apropriação conveniente de valores e posicionamentos políticos lhe permitiu flertar com outra fonte de extremo poder: o capital. Não é errôneo afirmar que sua política com base na anti-democracia, na violência e no extermínio trouxe vantagens ao capital:

> Primeiro, eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade pareceu ser o principal baluarte contra ela. Segundo, eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho. Na verdade, o "princípio de liderança" fascista era o que a maioria dos patrões e executivos de empresas aplicava a seus subordinados em suas firmas, e o fascismo

[29] Note-se a possível aproximação desta posição da direita fascista européia da década de 30 com a atual direita brasileira que ganhou visibilidade ao se opor, de forma implacável, às políticas de cunho progressista. Termos como "marxismo cultural" e "feminazi" parecem reapropriações de discursos do século passado, assim como a já então defendida "meritocracia". A nova defesa dos valores e instituições "tradicionais" contra as atuais demandas progressistas – tais como a discussão de gênero nas escolas, a não criminalização do aborto e a legalização do casamento homoafetivo - resultou na reedição "pós-moderna" da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 2014.

> lhe dava justificação autorizada. Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital (...). Finalmente, (...) o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização de economias industriais – embora de fato menos no planejamento técnico-científico ousado e a longo prazo das democracias ocidentais (HOBSBAWM, 2004, p.132).

Enquanto movimento mundial, que se apresentava como única saída para o futuro, o fascismo permeou as idéias dos líderes latino-americanos, especialmente por representar o que havia de mais moderno na época. Contudo, foi precisamente a aproximação às massas - o populismo demagógico do fascismo - a principal importação dos regimes italianos e alemão realizada pela América Latina, com as devidas diferenças de cada realidade.

> Perón encontrou o núcleo de seu apoio na classe trabalhadora argentina, e sua máquina política era algo parecido a um partido trabalhista construído em torno do movimento sindical de massa que promoveu. Getúlio Vargas no Brasil fez a mesma descoberta. Foi o exército que o derrubou em 1945 e, mais uma vez, em 1954, forçando-o a suicidar-se. Foi a classe trabalhadora urbana, à qual ele dera proteção social em troca de apoio político, que o chorou como o pai de seu povo. Os regimes fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os lideres latino-americanos que eles inspiraram os criaram. Independentemente de filiação intelectual, historicamente não podemos falar do mesmo tipo de movimento (HOBSBAWM, p.137-8).

Se a subida ao poder das lideranças latino-americanas através de golpes militares teve como grande fator a Grande Depressão de 1929, esta, por si só, é insuficiente para a apreensão real do movimento da época, que revelava de maneira trágica o declínio e queda do liberalismo, principalmente da democracia representativa:

> No fundo, a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz (HOBSBAWM, 2004, p.140).

Dentre as inúmeras condições de viabilidade (e inviabilidade) da democracia representativa, está a questão da necessária compatibilidade dos componentes que constituem o seu “povo”. Entretanto, este conceito se tornou problemático num período de crises e convulsões como o entre-guerras:

> Oficialmente, o povo, mais um conceito teórico que um corpo concreto de seres humanos, consistia de uma reunião de indivíduos auto-suficientes, cujos votos se somavam em maiorias e minorias aritméticas, traduzidas em assembléias eleitas como governos majoritários e oposições minoritárias. Na medida que a eleição democrática transpunha as linhas divisórias entre os segmentos da população nacional, ou era possível conciliar ou desarmar os conflitos entre eles, a democracia tornava-se viável. Contudo, numa era de revoluções e tensões sociais radicais, a

> regra era mais a luta[30] que a paz entre as classes transformada em política (HOBSBAWM, 2004, p.141).

O contexto da Era da Catástrofe era de sociedades em luta, tanto pelas já mencionadas tensões entre capital e trabalho, socialismo e fascismo, mas, sobretudo, pelas divisões dos novos Estados (e de seus cidadãos) por critérios étnicos e religiosos, motivo que derrubou as bases de qualquer viabilidade do modelo, então em vigor, de democracia naquele momento histórico (e, no caso, até na atualidade em relação aos territórios cuja raiz conflituosa reside nas arbitrariedades do Tratado de Versalhes). Não apenas a democracia, mas o próprio papel do Estado precisaria ser pensando após a crise instalada no liberalismo:

> O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o "Estado-guarda-noturno" das piadas políticas, somou-se tão obsoleto quanto o "guarda-noturno" que inspirou a metáfora (HOBSBAWM, p.142).

Veremos que Raul Briquet e sua geração pensavam uma solução para este impasse moderno: montar um projeto educacional que formasse líderes intelectuais, governantes de uma futura geração que fosse "conduzida" pelos princípios da ciência e da verdade. O futuro da "nação" brasileira estaria em aproximar a lógica científica à lógica política como meio de analisar e prever, de forma precisa e objetiva, os problemas sociais da sociedade brasileira. O Estado deveria ter como pressuposto os "homens de ciência" e a educação, os princípios da democracia e da cidadania liberal.

---

[30] Em capítulo posterior deste estudo, será debatida a concepção de "sociedade" no pensamento de Raul Briquet, que partia dos pressupostos da Sociologia positivista ao conceber o meio social (organismo social) enquanto espaço de consenso e solidariedade, e não de luta e contradição tal como o contexto histórico da época revelava. Mais ainda, tomava a revolução como momento "patológico", que deveria ser estudado para, posteriormente, se apreender o movimento "normal" da ordem social.

6.2 A década de 30 no Brasil: o declínio das oligarquias e a modernização conservadora

6.2.1 Os antecedentes

A subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930 representou não apenas o fim do regime oligárquico que se sustentou por décadas no Brasil, mas também a entrada definitiva do país num modelo de modernização baseado na indústria.

> Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três entre eles: 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização, 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 2013, p. 208).

O enfraquecimento das oligarquias estaduais e federais, que se mantinham no poder através de mecanismos políticos de dominação como a "política dos governadores" e do "café-com-leite", deu-se de maneira progressiva conforme as transformações sociais e econômicas do país. O que se viu do início da República Velha até seu fim foi um expressivo crescimento populacional, a mudança do eixo dinâmico do país para o Sul e Sudeste, o surgimento de cidades com características de metrópole, um avanço significativo na área das comunicações, dos transportes e na formação técnica da população, e o importante crescimento da atividade industrial (sobretudo têxtil e de alimentos), sendo este mais rápido que o da agricultura e voltado, sobretudo, para o mercado interno. O desenvolvimento do setor industrial e do mercado interno foi fundamental à ruína de um dos principais pilares de poder das oligarquias: o modelo agro-exportador latifundiário.

Estas mudanças da realidade concreta brasileira levaram à mudança de sua estrutura social. Das oligarquias, formou-se um grupo opositor "dissidente" a partir da década de 20. Também nesta época ganhou influência a burguesia industrial e financeira, além do fortalecimento da classe média enquanto resultado da formação dos grandes centros urbanos. Por fim, a formação da classe operária, composta majoritariamente, num primeiro momento, por estrangeiros que trouxeram idéias socialistas, anarquistas e comunistas.

Portanto, se por um lado a realidade brasileira transformava-se econômica e socialmente, noutro, um sistema político anacrônico e conservador mantinha-se através da violência e da repressão policial, dispositivo pelo qual as oligarquias respondiam a qualquer movimento contrário à sua hegemonia na época. Todavia, esta situação aumentou a oposição ao governo, composta, sobretudo, pela classe média, por parte da burguesia, por um segmento dos militares e pelas oligarquias excluídas do jogo de poder dominante. Os dois últimos forjaram os primeiros movimentos organizados de contestação que resultaram na revolução de 1930.

O movimento de oposição nomeado de Tenentismo ganhou força após a Primeira Guerra Mundial e, resumidamente, foi composto por oficiais de baixa patente que exigiam reformas sociais e políticas. Tornou-se uma poderosa força opositora após conquistar o apoio da classe média e fazer aliança com as "oligarquias dissidentes". Estas representaram outra grande força de oposição dentro da própria oligarquia, conquistando representatividade política como, por exemplo, na organização do Partido Democrático de São Paulo em 1926.

A década de 20 no Brasil viveu sob intenso estado de sítio. Foi marcada por revoltas de inúmeros segmentos e, conseqüentemente, por intensa repressão policial sobre esses movimentos. Esta década também foi marcada pela ascensão da influência norte-americana no país, que passou a ser a principal fonte dos constantes empréstimos internacionais realizados pela política brasileira.

Por fim, na esfera cultural, destaca-se a Semana de Arte Moderna de 1922, que marcou a expressão de uma nova classe que ascendia socialmente e que punha em evidência a crise do tradicionalismo, anunciando os "novos tempos" no Brasil.

> Face mais visível e melhor divulgada de uma série de eventos que vincariam o ano de 1922, como o levante do 18 do Forte de Copacabana, a Semana simboliza um referencial a indicar mudança da mentalidade que iria, no decorrer daquela década, colocar em xeque o liberalismo excludente da República Velha (CAMARGOS, 2002, p 23).

Referida acima, em 1922 ocorreu a primeira revolta tenentista, conhecida como Revolta do Forte de Copacabana, motivada pela eleição de Artur Bernardes como presidente após o fantasioso episódio das "cartas falsas", assim como a repressão e o fechamento do Clube Militar realizado por Epitácio Pessoa, então presidente. Apesar de fracassado, este levante deu visibilidade ao movimento tenentista, resultando também em maior força do

movimento oligárquico de oposição, tendo em vista o crescimento do descontentamento. Aprofunda-se, deste modo, o estado de sítio no país.

A segunda revolta do tenentismo foi mais profunda. Conhecida como a Revolução Paulista de 1924, partiu de um programa político (ao contrário da primeira que sequer possuía um) que reivindicava pautas liberais como o voto secreto, a universalidade do ensino primário, etc. Por outro lado, flertava com o pensamento típico do pós-guerra que era o de propor uma revolução conduzida a partir de uma "elite", no caso, uma elite militar.

Sob apoio popular, formou-se a Coluna Paulista que se refugiou na Foz do Iguaçu onde se aglutinou à Coluna Riograndense, movimento tenentista revoltoso estourado no Rio Grande do Sul e comandado por Luís Carlos Prestes. Desta união, formou-se a famosa Coluna Prestes, movimento de esquerda que peregrinou pelo interior do país incentivando a revolução e o protesto ao regime oligárquico. Não foi à toa que em 1927, durante o governo de Washington Luís foi aprovada a "Lei Celerada", que limitava a liberdade de expressão e pensamento sob a justificativa de se conter o comunismo. No caso, em quase toda a América Latina, o que se viu foi a perseguição das oligarquias aos seus opositores considerando-os todos "comunistas".

Se na esfera política o país estava com sua base em crise, a Grande Depressão de 1929 decretou a crise na esfera econômica. Desta maneira, as condições concretas do país, progressivamente em modernização, abriram a oportunidade para o fim do domínio irrestrito das oligarquias. As portas estavam abertas para a Revolução de 1930.

De maneira breve, o processo revolucionário ocorreu após a nomeação de Júlio Prestes (paulista) para candidato à sucessão de Washington Luís, quebrando-se deste modo a tradição da política do "café-com-leite". Em reação, as oligarquias dissidentes formaram a Aliança Liberal em 1929, composta por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que defendia pautas liberais tais como o voto secreto e algumas reformas sociais. Todavia, para não abrir mão de seus privilégios políticos, aceitaram a eleição por maioria de votos do candidato paulista à presidência em março de 1930.

Com a subida ao poder, Júlio Prestes realizou intensa perseguição às suas oligarquias opositoras. A vontade de revolta armada passou então a fazer parte do pensamento das oligarquias dissidentes, da classe média, que se desiludiu com a possibilidade de reformas do cenário nacional, e uma parcela do movimento tenentista que se assumiu de orientação comunista. A morte do governador da Paraíba, João Pessoa, apesar de não relacionada com a

repressão de Júlio Prestes, levou à mobilização da opinião pública[31] contra o então governo, resultando num ambiente político insustentável. No dia 3 de outubro de 1930 a revolução teve início, Getúlio Vargas tomou o poder no Rio Grande do Sul, marchando para o Rio de Janeiro e, em um mês, tornou-se presidente provisório pondo fim aos 35 anos de regime oligárquico no Brasil.

6.2.2 A Era Vargas: do governo provisório ao golpe do Estado Novo

O governo provisório de Vargas se estruturou segundo um perfil ditatorial, marcado pelo fechamento do Congresso Nacional e das Assembléias estaduais, a suspensão da Constituição de 1891 e a nomeação de tenentistas como "interventores estaduais". Seu quadro ministerial, já pronto antes mesmo da subida ao poder, contou com a criação dos ministérios da Educação e Saúde, assim como o do Trabalho, Indústria e Comércio.

Dentre os novos grupos políticos que subiram ao poder estão a burguesia industrial e financeira, as classes médias urbanas e uma parte da aristocracia agroexportadora. Quanto às forças opositoras que ameaçavam o projeto varguista, estas foram eliminadas ou cooptadas, tais como os tenentistas, revolucionários de esquerda, e os liberais democratas. Os sindicatos[32] foram uma amostra exemplar da política de cooptação do Estado (FAUSTO, 2013).

A política de Vargas baseou-se num modelo característico da época na América Latina, sobretudo na Argentina: o populismo. Este se baseou na busca de apoio popular através do atendimento das reivindicações das massas, conforme a aceitação das elites. Nesse sentido, as elites[33] assumiriam a responsabilidade e defenderiam a demanda popular, conseguindo, assim, administrá-la segundo a conveniência de seus interesses. As principais medidas populistas giraram em torno das questões previdenciárias e trabalhistas. No caso, a política trabalhista teve dois objetivos principais: "reprimir os esforços organizatórios da

---

[31] A mobilização da opinião pública como instrumento político foi presente no entre-guerras. Veremos que neste período da história do Brasil o consenso entre as massas foi peça fundamental da política. Não foi à toa que se tornou um tema presente nos manuais de Psicologia Social, tal como o de Raul Briquet.

[32] Além dos sindicatos terem sua legalidade subordinada ao seu reconhecimento no ministério, também foram definidos como órgãos consultivos e de colaboração com o governo (FAUSTO, 2013, p.286).

[33] Mais uma vez o tema das elites que assumem a linha de frente dos interesses das massas. Este pensamento foi tão presente na época que é evidenciado no próprio argumento de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, tal como será visto posteriormente.

classe trabalhadora urbana[34] fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo" (FAUSTO, 2013, p. 286). Estas políticas voltadas ao trabalhador não foram resultado exclusivo da pressão do operariado, revelando-se na verdade uma própria iniciativa de regulação do Estado, tendo em vista sua política de conciliação:

> ...lembremos que a esporádica atenção ao problema da classe trabalhadora urbana na década de 20 deu lugar, no período getulista, a uma política governamental específica. Isso se anunciou desde novembro de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, e criavam-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamento. Entre as leis de proteção ao trabalhador estavam as que regulavam o trabalho das mulheres e menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho (FAUSTO, 2013, p. 286).

Estas "concessões" aos trabalhadores promovidas pelo Estado, agora governado por partes tenentistas que tinham por ideal a reforma social e política, trouxeram incômodo às elites, sobretudo a paulista, que se viu isolada do jogo político por um breve período.

6.2.3 A contra-revolução paulista de 1932

No jogo de forças político das oligarquias que perderam o poder, houve duas tendências: uma parte que se aproximou de Vargas e outra que se organizou na tentativa de realizar uma contra-revolução comandada por São Paulo e apoiada pelas oligarquias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A oligarquia paulista, a mais privilegiada com o sistema de poder da República Velha, preocupava-se com a tendência reformista dos tenentistas[35] que estavam no poder, além da orientação dada pelo governo ao desenvolvimento da indústria, colocando o café em segundo plano.

Nesse sentido, a oligarquia cafeeira e a burguesia paulista fundaram a Frente Única Paulista (FUP), cujas principais reivindicações foram a imediata autonomia do Estado e a nomeação de um interventor civil e paulista. Para a opinião pública, era consenso de que a FUP tinha a intenção de redemocratizar o Brasil ao exigir do governo, por exemplo, a redação de uma nova Constituição.

---

[34] O principal alvo foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

[35] Data desta época um intenso preconceito contra nordestinos, visto que a maioria dos tenentistas era oriunda daquela região (FAUSTO, 2013, p.292).

> A elite de São Paulo defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal (...). A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do PRP e do PD. Isso ocorreu com a formação da Frente Única paulista, em fevereiro de 1932 (FAUSTO, 2013, p.292).

Entretanto, uma análise mais aprofundada evidencia o interesse das oligarquias paulistas em reconquistar o poder, além do desejo separatista de algumas figuras de importância e de um profundo ressentimento de classe com a revolução de 1930. Dessa maneira, a contra-revolução paulista "teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como aqueles que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país" (FAUSTO, 2013, p. 299).

Como parte de sua astuta estratégia de conciliação, Vargas atendeu parte das demandas da FUP, não abrindo, porém, a possibilidade de retorno ao poder federal às elites paulistas. Conseqüentemente, em 1932 estourou a contra-revolução dos chamados "constitucionalistas", composto pelos setores da oligarquia cafeeira, da burguesia e da classe média. Sem o apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além da inabilidade estratégica com a guerra, o Exército Constitucionalista paulista foi derrotado.

> O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançaram em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados eletrizaram boa parte da população paulista. Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte demais Estados da Federação (FAUSTO, 2013, p.296).

A grande mobilização da sociedade civil paulista para a guerra foi notória. São Paulo via-se como a vanguarda do país, onde residia a elite financeira e intelectual, reduto da modernização da qual o país deveria tomar como exemplo. A metáfora da imagem da locomotiva que puxava os outros vagões fazia a mesma referência ao sentido presente na famosa divisa do brasão da cidade de São Paulo[36], "*NON DVCOR, DVCO"*, criada em 1916 e oficializada em 1917 pelo governo de Washington Luís. Seu significado em latim é "não sou conduzido, conduzo" e teria por intenção refletir o papel de liderança e vanguarda da cidade em relação ao resto do país. Por este espírito, a luta constitucionalista tomou conta da opinião

[36] Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Símbolos da Cidade. Prefeitura de São Paulo, São Paulo. 26 out 2004 Disponível em:ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/index.php?p=757 Acesso em: 30 fev 2015.

pública paulista, sendo incentivada através de veículos de comunicação, tal como o rádio, e mobilizando grande parcela da população a colaborar na guerra sob qualquer meio:

> O rádio, utilizado pela primeira vez em grande escala, contribuiu também para incentivar a presença do povo nos comícios e o fluxo de voluntários à frente de combate. Muitas pessoas doaram jóias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha "Ouro para o bem de São Paulo". Os revolucionários tentaram suprir suas notórias deficiências em armamento e munições, utilizando os recursos do parque industrial paulista. Enviaram também emissários aos Estados Unidos, na tentativa de comprar armas e aviões. (FAUSTO, 2013, p. 296)

Mesmo derrotada, a elite paulista foi logo agregada ao jogo político de Vargas, conquistando no final as reivindicações que lhe fizeram ir para o confronto militar com o governo federal. Deste modo, em 1933 abriu-se a Assembléia Constituinte que resultou posteriormente, na aprovação da terceira Constituição do Brasil em 1934.

A novidade desta nova Constituição estava em seu cunho democrático, que abriu a possibilidade de representação de diversos setores da sociedade, inclusive o operariado. Dentre as inovações estava o voto secreto, o voto feminino, a garantia de direitos aos trabalhadores (como jornada de 8 horas, férias, salário mínimo, previdência, autonomia sindical, etc.), criação da Justiça Eleitoral, etc. Por outro lado, sua inspiração partiu da Constituição de Weimar, escrita no entre-guerras um pouco antes da ascensão do nazismo na Alemanha, trazendo como referência títulos sobre a "ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da segurança nacional" (FAUSTO, 2013, p.300).

6.2.4 O Estado Getulista

6.2.4.1 Revolução e conciliação

O fortalecimento do Estado Nacional fazia parte de um movimento mundial da época do entre - guerras. No Brasil, representou a centralização e a manobra na tentativa de conciliação de diferentes segmentos da sociedade, sem permitir que a política se orientasse prioritariamente a um deles. Um Estado forte congregava os interesses das elites cafeeiras e industriais, da classe média e do próprio operariado.

A interpretação sobre qual interesse de classe estava em jogo na Revolução de 30 é motivo de polêmicas e divergências na historiografia brasileira até hoje, sobretudo no que diz

respeito ao protagonismo da burguesia numa suposta “revolução burguesa” no Brasil. Para este estudo, partir-se-á do pressuposto de Gorender (2004) de que:

> Se é fato que a burguesia brasileira não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos, também é verdadeiro que não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal. Dadas as características da sua formação econômico-social, a revolução burguesa é uma categoria inaplicável à história do Brasil. A este respeito, nenhuma importância tem a ressalva acerca das revoluções democrático-burguesas de novo tipo, das revoluções burguesas “passivas” ou “por cima”, do “caminho prussiano”, etc. (p. 112).

Nesse sentido, assim como Gorender (2004), Fausto (2013) também não concorda com a tese de uma revolução burguesa em 1930 tendo em vista que este momento representou a permutação de oligarquias no poder, com a característica de se ter o apoio militar e de setores heterogêneos da sociedade, que inclui a classe média e a burguesia industrial:

> ...é simplista a tese segunda a qual a Revolução de 1930 significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social. Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis”; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio (p. 279).

6.2.4.2 Entre a direita e a esquerda

Típico do entre-guerras foi também a radicalização das posições políticas, tal como visto em capítulo anterior sobre a ascensão do fascismo na Itália, Alemanha, Portugal e Espanha, assim como o avanço revolucionário bolchevista desde a Revolução Russa em 1917. O mundo acompanhava a dissolução dos valores e instituições liberais, assim como a crença no progresso através do capitalismo, sobretudo após o estouro da Grande Depressão de 1929. Em território nacional, este impasse se refletiu também em posições políticas radicalizadas, formando-se de um lado uma frente que unificou diferentes partidos fascistas brasileiros na chamada Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado. Em reação, formou-se uma frente de esquerda que congregou sindicalistas, uma parcela dos tenentistas e da classe

média, assim como comunistas e socialistas: tratava-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL) cujo líder foi Luís Carlos Prestes.

A AIB se fundamentou segundo os valores e princípios do fascismo, portanto, posicionando-se contra o liberalismo, o capitalismo financeiro[37] e o socialismo. Também adeptos a símbolos e rituais, seus membros vestiam-se de verde (os chamados "camisas-verdes"), usando braçadeiras com a letra grega sigma, além de cumprimentarem-se com a mão direita espalmada e verbalizando "anauê". De maneira geral, o integralismo conseguiu congregar entre 100 e 200 mil adeptos, a maioria composta por profissionais da classe média urbana e alguns militares. Sua ideologia baseava-se no tradicionalismo, na defesa da nação e no Estado corporativista:

> O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada da consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: "Deus, Pátria e Família" era o lema do movimento.
>
> Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais (FAUSTO, 2013, p. 303-04).

A ANL, enquanto movimento de esquerda unificado, estava atrelada às orientações do PCB, que, por sua vez, seguiu as deliberações da Internacional Comunista em 1934, orientadas para ações com o objetivo de controlar o avanço fascista mundial, além da mudança do eixo de debate sobre a questão de "classe" para a questão "nacional". Ainda segundo deliberação da Internacional, a ANL se constituiria como uma "frente popular", ou seja, um núcleo que faria parte do movimento mundial de proteção à União Soviética através da contenção da ofensiva fascista e imperialista.

Pela natureza de sua época, as propostas políticas da ANL se afastaram das questões operárias, reivindicando assim: "a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular" (FAUSTO, 2013, p. 307). A Aliança cresceu rapidamente e congregou cerca de 100 mil membros, oscilando suas ações políticas entre a aliança de classes e a revolta armada.

---

[37] O irrelevante antissemita brasileiro Gustavo Barroso atacou inúmeras figuras de judeus do Brasil, associando-os aos males do capitalismo financeiro. Dentre eles, estava Roberto Simonsen, industrial que foi um dos fundadores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e completamente avesso ao comunismo.

O ano de 1934 foi marcado por conflitos e manifestações no Brasil. De um lado, greves no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte em setores como transportes, comunicações, bancos, etc. De outro, o confronto entre as forças anti-fascistas e os integralistas (FAUSTO, 2013, p.306). O crescimento do movimento de esquerda representado pela ANL representou uma ameaça aos interesses das elites conservadoras que então, a partir de seus representantes no Congresso, conseguiram a aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935. Esta lei previa a ação legítima do Estado sob qualquer pessoa ou organização que intimidasse a ordem pública, o que resultou no fechamento da ANL meses depois, que passou à ilegalidade.

Deste modo, o Partido Comunista, organizado pelos experientes tenentistas, planejou uma revolta armada – a Intentona Comunista – que logo foi sufocada pelo governo e permitiu que se aprovasse o estado de sítio no país, acompanhado da já conhecida repressão policial e de prisões arbitrárias. Também, foram criados e utilizados os órgãos destinados à repressão, como a Lei de Segurança Nacional, o Tribunal de Segurança e a Comissão de Repressão ao Comunismo que levaram à prisão qualquer suposta ameaça, comunista ou não, sob o aval da opinião pública que na época se mostrava administrável através do pavor.

Preparavam-se, assim, todas as condições para a ditadura varguista do Estado Novo em 1937, cujo estopim foi atribuído ao chamado “Plano Cohen”, episódio da publicação de uma carta falsa escrita por José Olympio Mourão e atribuída ao Komintern, que supostamente planejava um ataque terrorista protagonizado pelos comunistas no país. Um Estado forte, sob estado de sítio e com uma população apavorada, estava aí o aval para a ditadura.

Cabe, contudo, a reflexão de que, apesar da ditadura varguista ter progressivamente se delineado no horizonte político desde sua subida ao poder em 1930, conforme suas constantes manobras de centralização e concentração de poder, o Brasil assumiu como marca cultural a partir daquela década uma inescapável corrente autoritária, o chamado “padrão autoritário”, que atravessou praticamente todos os setores políticos:

> ...O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíram para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas (FAUSTO, 2013, p. 305).

Com efeito, o país entrava numa era de modernização, pela intensa industrialização e aprovação de pastas constitucionais de cunho liberal, todavia, entregara a regulação da sociedade e a conciliação das classes ao Estado autoritário. Trata-se do que se pode chamar de "modernização conservadora":

> ...ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país (FAUSTO, 2013).

Apesar de o Estado partir de um princípio autoritário, não se confundia com o ímpeto totalitário dos integralistas, os quais visavam, em última instância, a dissolução desse mesmo Estado, e não seu fortalecimento tal como sempre pretendeu Vargas.

6.2.4.3 Economia: da queima do café ao processo de industrialização

Uma das prioridades do governo provisório de Vargas foi promover uma renovação política, atendendo demandas de setores específicos da sociedade. Nesse sentido, não foi à toa a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e do Conselho Nacional do Café em 1931, sobretudo no contexto da crise econômica mundial.

Apesar das oligarquias cafeeiras terem perdido o poder com a Revolução de 30, o café continuava sendo o principal setor da economia nacional e tornou-se alvo de políticas do Estado tendo em vista que qualquer recuo na aplicação de capital neste setor comprometeria a economia como um todo. Não era novidade o subsídio do Estado à cafeicultura, que se estabelecera desde 1906 com o Convênio de Taubaté. Getúlio Vargas manteve esta política, com a diferença de não realizar mais empréstimos internacionais para a compra do excedente de café, mas através da receita oriunda do imposto de exportação e do confisco cambial, destruindo em seguida parte do produto como forma de "reduzir a oferta e sustentar os preços" (FAUSTO, 2013, p. 285). Esta medida, a princípio sem sentido, garantiu a estabilidade da cafeicultura e da economia brasileira, permitindo ao país contornar a recessão mundial em 1933.

A Grande Depressão de 1929 foi uma das principais responsáveis pelo processo de industrialização no Brasil. Com a queda das exportações de café devido à recessão econômica mundial, a indústria concomitantemente ganhou força como resultado das intervenções do

governo para conter a crise e pelo fato do país possuir na época um potencial industrial subutilizado. Além disso, a contradição entre um mercado interno com poder de compra e a redução drástica nas importações por conta da recessão foi o impulso fundamental à industrialização sob o modelo de "substituição de importações". O grande crescimento das indústrias levou a burguesia industrial brasileira a lucros exorbitantes, que cresceram proporcionalmente ao seu poder político. Também foi fator fundamental para a formação do que se pode chamar de "nação" brasileira, rompendo-se com as últimas amarras do período colonial:

> ...podemos afirmar que a nação brasileira só vai se formar plenamente na década de 30, pois, ainda que o Estado nacional já estivesse consolidado desde o século XIX, a nação não conseguia se configurar, na medida em que continuava havendo importação de trabalhadores. A nação não pode se consolidar se não há um mercado de trabalho formado: continuávamos a ser uma nação exportadora de produtos tropicais onde o trabalhador, o homem comum, era somente uma ferramenta de trabalho nas fazendas. Com a industrialização e a consolidação de um mercado de trabalho nacional rompia-se com a última herança colonial brasileira e encerrava-se o mito de que o Brasil era um país de vocação exclusivamente agrária (CATELLI, 2004, p.62).

Na medida em que esse conceito de "nação" decorreu não de uma conquista "por baixo", das classes populares, mas como resultado do jogo "de cima" de uma elite conciliadora de forças segundo seus interesses, cabe seu questionamento tendo em vista que a realidade concreta brasileira não permitiu a realização de um de seus pressupostos: a plena cidadania de seu povo (CATELLI, 2004, p.63).

6.2.4.4 Educação

Desde a década de 20 a preocupação com uma reforma da educação se fazia presente como uma responsabilidade dos Estados, conforme a política federativa do país. Com a vitória de 1930, tornou-se consenso na época a necessidade de se formar elites intelectuais mais preparadas para o novo capítulo da história do Brasil e, deste modo, a educação seria o caminho privilegiado.

Nesse sentido, a criação do Ministério da Educação e Saúde representou uma tentativa de se estabelecer uma política de educação nacional, com a peculiaridade de se tornar uma responsabilidade do Estado, de maneira centralizada, diferentemente do modelo da década anterior. Destacaram-se ações nos níveis secundário e superior.

A reforma sobre o ensino secundário se efetivou conforme as demandas da sociedade e dos educadores da época, seguindo a proposta de uma educação para a formação de futuras elites. Tratava-se da chamada reforma Campos:

> A reforma Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a freqüência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior. A complexidade do currículo, a duração dos estudos[38], abrangendo um ciclo fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, vincularam o ensino secundário ao objetivo de preparar novas elites (CATELLI, 2004, p.289).

Já no âmbito do ensino superior, o Estado visou a criação de universidades em seu fundamento essencial, ou seja, como instituições de ensino e pesquisa. Deste modo, o governo federal implantou este modelo na Universidade do Rio de Janeiro conforme um decreto de 1931 e criou a Universidade do Distrito Federal em 1935, tendo por mentor o secretário de educação Anísio Teixeira, e posteriormente extinta pelo choque ideológico com o modelo autoritário da política varguista. Já a Universidade de São Paulo, inaugurada em 1934, e não diretamente vinculada à ação federal, resultou do espírito reformista oriundo da elite paulista e de educadores liberais:

> Mais abrigada das tempestades políticas e implantada com maior solidez pela elite paulista, a USP não só sobreviveu como se tornou o principal centro de ensino e pesquisa do país. Sua criação[39] decorreu, por um lado, da existência na capital paulista, desde a Primeira Guerra Mundial, de um vivo debate das principais questões educacionais, com propósitos reformadores; por outro, do fato de os principais participantes desses debates, Fernando de Azevedo à frente, terem firmado posições no aparelho de ensino paulista até o golpe de 1937 (CATELLI, 2004, p.289).

O pensamento liberal que orientou a fundação da USP também fez a defesa de seus princípios à educação pública através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1933. Raul Briquet, como signatário deste documento, compartilhou a apologia de uma educação moderna, pública e gratuita.

---

[38] Raul Briquet participou diretamente desses debates em torno da educação, fazendo constantes referências em seu manual de psicologia social sobre as condições ideais para o ensino e o aprendizado do aluno do ponto de vista psicológico.

[39] Briquet também esteve à frente da classe de intelectuais que fundaram a Universidade de São Paulo.

7 O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932)

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1933) escrito por Fernando de Azevedo em 1932 foi assinado por figuras importantes do pensamento educacional da época como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, contando também com o nome de Raul Briquet. De maneira geral, defendiam uma escola pública, gratuita e autônoma, que se fundamentasse em métodos modernos de educação e permitissem ao povo identificar-se com uma "cultura própria" da nação. Trata-se, em realidade, da defesa de valores liberais, defendidos desde a Revolução Francesa e que encontraram o seu momento justamente em um período de pretensa "renovação" do cenário nacional. Se o momento representava a entrada do país na era da "modernização", com base na indústria capitalista, esta mudança estrutural deveria pressupor, antes de tudo, uma reforma modernizante na educação popular.

Nesse sentido, logo no início do Manifesto, coloca-se a importância da educação para a evolução do país:

> Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (AZEVEDO, 2012, p.33)

O argumento segue, então, para a crítica das experiências educacionais realizadas no Brasil, consideradas fragmentárias e sem articulação, resultado de tentativas reformistas que não visavam o problema da educação como um todo. No caso, a causa destes recorrentes equívocos residiria "na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos[40] aos problemas de educação" (AZEVEDO, 2012, p.34).

O problema de uma falta de "cultura própria", ou uma cultura basicamente "literária", levaria a não se ter em vista os fins da educação e, conseqüentemente, os caminhos para se chegar a ela. Sem um fim em vista, sequer seria necessária uma investigação científica para se

[40] Veremos em capítulos posteriores que era consenso entre os liberais da época a defesa do uso da ciência para a resolução dos problemas em geral, sejam eles políticos e sociais, sejam educacionais. A modernização, nesse sentido, pressupunha a orientação pelo saber científico.

diagnosticar os melhores caminhos e os meios mais eficazes para se superar os problemas da administração escolar.

Com efeito, contra o “empirismo grosseiro” que nada revelaria da realidade brasileira deveria se contrapor uma cultura com base nos princípios científicos. Dessa maneira, a posição do educador se aproximaria à do sociólogo.

> Mas o educador, como o sociólogo[41], tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devem estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, "o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social", e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização (...) se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares (AZEVEDO, 2012, p.35).

Portanto, contra o “empirismo dominante” que orientou políticas reformistas fracassadas, caberia ao pensamento educacional apoiar-se na racionalidade científica - na previsão e no controle - para a missão de reconstrução da educação, através do “axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças**”** (AZEVEDO, 2012, p.36).

Se um novo tempo de modernização é anunciado pelo princípio científico no pensamento educacional, também o é pelas novas finalidades da educação, que seriam variáveis com a “estrutura e as tendências sociais da época” (p.40). Deste modo, com novas finalidades e sob novos princípios, a escola tradicional tornara-se obsoleta como reduto da formação do indivíduo. Nasce, portanto, enquanto necessidade histórica, a Escola Nova:

> Ora, se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação perde o "sentido aristológico", para usar a expressão de Ernesto Nelson, deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um "caráter biológico", com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado *até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social*. A educação nova, alargando a sua finalidade para

[41] A Sociologia, na década de 30, era vista como a ciência primordial para o tratamento científico dos problemas sociais e como meio para o progresso da política. Não foi à toa que em 1933, ano da publicação do Manifesto escolanovista, foi inaugurada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, destinada a formar uma elite intelectual que, instruída no saber das ciências sociais, compusesse os altos cargos de direção do país.

> além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela *"hierarquia das capacidades"*, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo (AZEVEDO, 2012, p.40).

Deste modo, além de científica, a escola nova visaria a democracia biológica. Preocupada com "os interesses de classe" a que se reservaria a escola tradicional, aquela se destinaria, em contrapartida, à educação segundo as "aptidões naturais" dos alunos, que traçariam o limite de desenvolvimento destes "independente de razões de ordem econômica e social". Com efeito, desta premissa se construiria, de maneira democrática e "humana", uma "hierarquia das capacidades" que atravessaria todas as classes sociais, as quais estariam supostamente sob as "mesmas oportunidades de educação".

Contra a educação tradicional burguesa, esta nova fundada na hierarquia das capacidades se orientaria não mais pelo princípio do individualismo burguês, mas pela, disciplina, solidariedade e cooperação, entendidos como alicerces do mundo do trabalho. Nesse sentido, uma "escola socializada" permitiria a educação para o mundo do trabalho[42], para a "obra social", fim comum de uma nova sociedade que não mais se dividiria por privilégios de classe, mas segundo as "funções biológicas" que serviriam de principal medida do mérito:

> A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes.
>
> (...)
>
> É certo que é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção. Mas, o trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos (p.41-42).

O pensamento escolanovista teve sua base nas pesquisas científicas sobre o desenvolvimento infantil daquele período, o que lhe deu certa autoridade e legitimidade em

[42] A apologia do trabalho se fez presente em grande parte deste período histórico. Não foi à toa que as primeiras pesquisas de sociologia aplicada da Escola Livre de Sociologia e Política se deram sobre as condições de trabalhadores pobres. Também é desta época a plena racionalização do trabalho industrial a partir dos princípios da administração científica de Taylor. Apesar da triste lembrança, também não foi mera coincidência que a frase "arbeit macht frei" (o trabalho liberta) esteve presente nas entradas dos campos de concentração da Alemanha nazista.

seus postulados. Deste modo, influenciada sobretudo pelo construtivismo, defendeu uma escola que se adaptasse ao desenvolvimento do educando, não mais lhe "modelando exteriormente" tal como na escola tradicional, mas levando em consideração seus processos mentais, seus interesses e necessidades. Com efeito, nesta nova educação cumpriria residir "o problema não só da correspondência entre os graus do ensino e as etapas da evolução intelectual fixadas sobre a base dos interesses, como também da adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento" (AZEVEDO, 2012, p.49).

Em sua relação com o meio social, a escola seria então entendida como uma "comunidade em miniatura", ou seja, como "um organismo vivo, com uma estrutura social, organizada à maneira de uma comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas" (AZEVEDO, 2012, p.50). Assim sendo, iniciaria os alunos nas atividades motoras e intelectuais da vida que os rodeia, conforme o desenvolvimento de suas aptidões, preparando-os para "penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que proveio e em que vai viver e lutar" (p.51).

Para tanto, defendem que, como parte do "plano de reconstrução educacional", as escolas destinadas às massas rurais e ao trabalhador das cidades deveriam se adaptar "às necessidades regionais e às profissões e indústrias dominantes no meio" (p.53), tendo em vista a valorização da sua esfera técnica e científica contra a sua formação predominantemente literária[43]. Defende-se o ensino da arte, da literatura e dos valores culturais, entretanto, com a ressalva de que "à medida que a riqueza do homem aumenta, o alimento ocupa um lugar cada vez mais fraco, os produtores intelectuais não passam para o primeiro plano senão quando as sociedades se organizam em sólidas bases econômicas" (AZEVEDO, 2012, p.53).

Na argumentação acima - que parte a princípio da defesa de uma educação profissionalizante, subordinada aos interesses do mercado de trabalho, para a classe trabalhadora urbana e rural - Patto (2008) considera existir um "ponto cego" do Manifesto, na medida em que este concebe, de maneira indireta e sem afirmar categoricamente, a incapacidade destas classes em progredirem a níveis educacionais superiores e "intelectuais". Deste modo, afirma que provavelmente "este pressuposto já estivesse presente no caráter tautológico da justificativa de uma escola profissionalizante para as classes trabalhadoras" (p.134).

[43] O cientificismo exacerbado presente no Manifesto também aparece no manual de Briquet, sobretudo por sua influência positivista, através da crítica a qualquer saber considerado metafísico, obscurantista e teológico.

A divisão entre trabalho manual e intelectual na escola secundária seria, segundo o Manifesto, o "ponto nevrálgico da questão". Antes, porém, argumenta-se sobre a importância da hierarquia dos períodos escolares conforme os períodos do desenvolvimento "natural" do indivíduo. Em seguida, aponta para a importância de se desenvolver a personalidade "integral" e estimular o potencial criador do aluno através do princípio científico, ou seja, "pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação, pesquisa, e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas" (AZEVEDO, 2012, p.54).

Já uma questão fundamental ao pensamento escolanovista estaria em sua tentativa de pensar a escola secundária como não reprodutora da estratificação social - tal como na divisão de trabalhadores manuais e intelectuais da sociedade burguesa - através de uma formação geral para a cultura neste nível educacional.

> A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18), em seção de preponderância intelectual (com os três ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias-primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias-primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio)
>
> (...)
>
> Mas, montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia a classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3° grau não forma apenas o reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares. É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização. Não admira, por isso, que a escola secundária seja, nas reformas escolares, o ponto nevrálgico da questão (AZEVEDO, 2012, p.54).

O divórcio entre aqueles que se ocupariam dos trabalhos de "preponderância intelectual" e de "preferência manual" seria, deste modo, justificável no ensino secundário quando permitisse a adaptação do projeto educacional ao potencial biológico de seus alunos e aos seus "gostos", segundo o desenvolvendo de suas aptidões que seriam diagnosticadas pelo saber psicológico:

> Ora, a solução dada, nesse plano, ao problema do ensino secundário, levantando os obstáculos opostos pela escola tradicional à interpenetração das classes sociais, se inspira na necessidade de adaptar essa educação à diversidade nascente de gostos e à variedade crescente de aptidões que a observação psicológica registra nos adolescentes e que "representam as únicas forças capazes de arrastar o espírito dos

> jovens à cultura superior". A escola do passado, com seu esforço inútil de abarcar a soma geral de conhecimentos, descurou a própria formação do espírito e a função que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida. Sobre a base de uma cultura geral comum, em que importará menos a quantidade ou qualidade das matérias do que o "método de sua aquisição", a escola moderna estabelece para isso, depois dos 15 anos, o ponto em que o ensino se diversifica, para se adaptar já à diversidade crescente de aptidões e de gostos, já à variedade de formas de atividade social (AZEVEDO, 2012, p.54-55).

No que diz respeito ao "conceito moderno de Universidade", a educação universitária deveria, assim como as demais, também estar atrelada ao desenvolvimento da ciência, ou seja, à formação profissional e cultural que pressupusesse o conhecimento científico, incluindo em seu quadro de faculdades um amplo campo de ciências que respondessem à "variedade de tipos mentais e (...) necessidades sociais" (AZEVEDO, 2012, p.55). Somado a isso, defendia-se o princípio básico da universidade que seria a formação de pesquisadores nas múltiplas áreas do conhecimento humano.

A universidade, enquanto reduto do conhecimento científico e dos "ideais político, sociais, morais e estéticos" (p.57), seria supostamente o espaço privilegiado à formação de um pensamento nacional comum, destinado a instrumentalização de uma ação conjunta dos homens, para além de seus conflitos ideológicos, tendo em vista o fim comum da superação dos problemas sociais:

> É a universidade, no conjunto de suas instituições de alta cultura, propostas ao estudo científico dos grandes problemas nacionais, que nos dará os meios de combater a facilidade de tudo admitir; o ceticismo de nada escolher nem julgar; a falta de crítica, por falta de espírito de síntese; a indiferença ou a neutralidade no terreno das ideias; a ignorância "da mais humana de todas as operações intelectuais, que é a de tomar partido", e a tendência e o espírito fácil de substituir os princípios (ainda que provisórios) pelo paradoxo e pelo humor, esses recursos desesperados (AZEVEDO, 2012, p. 57).

Para a superação dos problemas sociais através do conhecimento científico, por-se-ia como questão essencial a "seleção dos melhores", ou seja, uma elite formada no ensino superior que ocuparia o topo da pirâmide social, tornando-se a ponta de lança da condução da sociedade rumo à evolução. Como já pressuposta, a seleção e a hierarquização destes indivíduos não se daria através de critérios econômicos, mas segundo o potencial biológico das "capacidades" e "aptidões", segundo os princípios da democracia biológica. Em extenso trecho do Manifesto, esta idéia é sintetizada da seguinte maneira:

> Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma *pirâmide de base imensa*. Certamente, o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente "por diferenciação econômica" ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte delas.

> A primeira condição para que uma elite desempenhe a sua missão e cumpra o seu dever é de ser "inteiramente aberta" e não somente de admitir todas as capacidades novas, como também de rejeitar implacavelmente de seu seio todos os indivíduos que não desempenham a função social que lhes é atribuída no interesse da coletividade[44]. Mas, não há sociedade alguma que possa prescindir desse órgão especial e *tanto mais perfeitas serão as sociedades quanto mais pesquisada e selecionada for a sua elite*, quanto maior for a riqueza e a variedade de homens, de valor cultural substantivo, necessários para enfrentar a variedade dos problemas que põe a complexidade das sociedades modernas. Essa seleção que se deve processar não "por diferenciação econômica", mas "pela diferenciação de todas as capacidades", favorecida pela educação, mediante a ação biológica e funcional, não pode, não diremos completar-se, mas nem sequer realizar-se senão pela obra universitária que, *elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dá bastante força para exercer influência efetiva na sociedade* e afetar, dessa forma, a consciência social (p.13).

Sob estes preceitos, a "reconstrução do Brasil" exigiria a premissa de uma ofensiva educacional em suas múltiplas dimensões. Um período de "revolução", tal como o de 1930, exigiria na mesma medida uma reforma educacional, segundo o "evangelho da nova geração" que destinasse a nação à cooperação e à solidariedade:

> Toda a profunda renovação dos princípios que orientam a marcha dos povos precisa acompanhar-se de fundas transformações no regime educacional: as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, e é só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como um princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação (AZEVEDO, 2012, p.65).

Em sua parte final, o Manifesto retoma a apologia da educação de seu início, para encerrar com a afirmação de que a educação seria o dever "mais alto" da nova república brasileira, pois "ao dar ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana" (AZEVEDO, 2012, p.65).

O espírito nacionalista e a defesa das idéias liberais deste documento revelam a influência européia e norte-americana sobre o pensamento escolanovista brasileiro que, transplantado à realidade nacional serviu, com os ajustes necessários, ao argumento oposicionista dos liberais e das elites descontentes que desejavam a "republicanização da República" brasileira. Entretanto, mesmo que:

> ...as idéias liberais tivessem um caráter progressista, no contexto de uma sociedade na qual os que detinham o poder político o exerciam de forma reacionária, elas só poderiam ficar restritas ao plano das idéias e da legislação, não se traduzindo em mudanças políticas e sociais concretas (PATTO, 2008, p.84)

---

[44] Note-se elementos do pensamento fascista nesta afirmação.

Em síntese, os escolanovistas brasileiros defendiam que a condição da modernização brasileira estaria numa educação modernizante, ou seja, livre das políticas educacionais com base em empirismos repetidamente fracassados e no ensino meramente literário, pondo-se no lugar uma educação planejada e realizada na ciência. Esta estaria presente nas orientações à administração escolar, na aquisição de saberes sobre o desenvolvimento dos alunos e no estímulo ao espírito crítico através do ensino fundamentado nos princípios científicos.

A escola contribuiria, através do diagnóstico das aptidões naturais dos alunos, para a construção de uma sociedade meritocraticamente hierarquizada segundo os princípios da democracia biológica, cujo único fundamento de sua pirâmide social estaria nas capacidades - desenvolvidas até seu limite – de seus membros para o trabalho manual ou intelectual. A grande problemática para estes pensadores não estaria em uma sociedade hierarquizada, mas em uma sociedade injustamente hierarquizada, que não contemplasse "o homem certo no lugar certo".

Todavia, a despeito de seus limites, não há como ignorar que:

> ....a pedagogia nova e a psicologia científica nasceram imbuídas do espírito liberal e propuseram-se, desde o início, a identificar e promover os mais capazes independentemente de origem *étnica e social*. A viabilidade de tal projeto numa sociedade capitalista tem sido objeto de permanente polêmica, embora a história mostre insistentemente sua impossibilidade; a dualidade da escola e a seletividade social que ela opera são um fato mesmo nos países onde vigora uma democracia nos moldes liberais. Sua impossibilidade na sociedade brasileira da Primeira República dispensa qualquer discussão (PATTO, 2008, p.90).

Por fim, a apologia da ciência como porta de entrada para a superação dos problemas sociais foi outro ponto de convergência no pensamento liberal da época, defendido pelos escolanovistas e sendo um dos princípios da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933.

8 A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (1933-1953)

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi fundada em 27 de abril de 1933 por intelectuais da cidade de São Paulo - tais como Roberto Simonsen, Antonio de Almeida Prado, Raul Briquet e Mário de Andrade - e teve por objetivo inaugurar um centro de ensino e pesquisa de Sociologia que respondesse aos impasses do Brasil da década de 30 e formasse uma "elite de agentes políticos instruída nos métodos científicos mais atualizados" (VECCHIO, 2009, p.11).

Nesta mesma época, cidades como Recife e Rio de Janeiro tornavam-se locais de ações voltadas para o desenvolvimento da Sociologia no país. Na primeira, Josué de Castro realizava uma pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores daquela região, enquanto na segunda, Arthur Ramos lançava seu livro *O negro brasileiro* (1934), de cunho sociológico, além de uma pesquisa em que analisava as condições socioeconômicas das famílias de alunos da rede pública de ensino, especificamente, os chamados "anormais" (VECCHIO, 2009, p. 12).

Com a inauguração da Escola Livre de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, intensificou-se o movimento de institucionalização da Sociologia como uma disciplina no país e de sua defesa enquanto "modalidade científica capaz de apresentar soluções aos problemas da modernização brasileira" (p.11).

Desde sua fundação, o projeto da Escola foi o da formação sistemática de sociólogos orientada para a aproximação direta entre ensino e extensão, portanto, com base em uma Sociologia que fosse aplicada a problemas "práticos". Em sua primeira fase, que vai de 1933 a 1939, o ensino naquela instituição foi orientado por esta concepção, evitando assim o que consideravam uma formação meramente teórico-especulativa, ou que se fundamentasse no autodidatismo e no ensino "doutrinário" [45] (p.14).

Nesta fase dois nomes se destacaram por colocarem a Escola como a primeira instituição a aproximar ensino e extensão em Sociologia: Horace Davis e Samuel Lowrie, ambos da Universidade de Colúmbia. O primeiro foi docente na disciplina de Economia

[45] Esta era uma postura defendida por Roberto Simonsen, o grande mentor da Escola Livre de Sociologia e Política, e que está presente em seu texto "Rumo à Verdade".

Social, enquanto o segundo pela de Sociologia Geral. Coube a ambos os primeiros estudos em nome da instituição:

> Os dois norte-americanos de Colúmbia foram os primeiros estrangeiros vindos ao Brasil com a finalidade de compor o quadro docente da ELSP e ambos coordenaram pesquisas sobre padrão de vida de famílias de trabalhadores em São Paulo, uma vez que, a exemplo do que fizera Davis em 1934, Lowrie, entre 1936 e 1937, dirigiu inquérito sociológico sobre os operários da limpeza pública de São Paulo (VECCHIO, 2009, p. 15).

Os primeiros efeitos das pesquisas de Horace Davis, estruturadas em inquéritos sociais, foram observadas quando seus dados resultaram na elaboração do *Índice do Custo de Vida dos Operários Industriais de São Paulo*, utilizado posteriormente pelos tribunais do trabalho da região. Além de ter se tornado instrumento político fundamental na época (sobretudo, por direcionar o olhar para o trabalhador), esta pesquisa permitiu "estabelecer procedimentos sistemáticos para o estabelecimento das necessidades materiais das famílias trabalhadoras" (VECCHIO, 2009, p.16).

Por ser marxista, Horace Davis foi desligado de seu cargo e voltou em 1935 para os Estados Unidos. Em seu lugar, Samuel Lowrie assumiu a liderança, realizando imediatamente a aproximação da Escola Livre de Sociologia e Política com o Arquivo Municipal da Secretaria Municipal do Município de São Paulo, onde trabalhava na Subdivisão de Estatística e Documentação Social. Como grande parte dos alunos atuava no setor público, houve neste período uma intensa troca entre ambas as instituições. Deste modo, Lowrie promoveu uma pesquisa sobre as condições de vida de famílias dos trabalhadores braçais da limpeza pública municipal com a participação de seus alunos que resultou, posteriormente, como efeito prático, na correção dos ordenados destes trabalhadores, assim como de outros segmentos de trabalhadores municipais (*idem*, p.16).

Em 1939, o próprio Lowrie convidou Donald Pierson para substituí-lo na cátedra de Sociologia Geral na Escola Livre de Sociologia e Política, ingressando na instituição no mesmo ano após se desvincular da Universidade de Fisk no Tenessee. Sob sua liderança, a Escola arrecadou fundos com a Smithsonian Institution, instituição a qual Pearson tinha proximidade. Inaugura-se, desta maneira, a segunda fase da Escola, momento em que "as pesquisas aplicadas cedem espaço a trabalhos ainda empíricos, mas não mais diretamente voltados à resolução prática dos problemas abordados (...). Esse novo momento, marca a primazia das pesquisas sobre padrão de vida" (VECCHIO, 2009, p.19), segundo uma abordagem qualitativa e microssociológica, voltada para a história de vida de seus

pesquisados (p.169). Novos direcionamentos metodológicos e temáticos foram então realizados por Pierson, que inaugurou uma tendência nova na época, a pesquisa com comunidades:

> No breve prazo de um ano, Pierson constituiu a Divisão de Estudos Pós-graduados, que a partir de 1941 sediou a formação de pesquisadores acadêmicos. Na Divisão, passou a treinar pesquisadores segundo os padrões que nortearam sua própria formação na renomada Escola de Chicago, realizando, especialmente, os chamados estudos de comunidade (VECCHIO, 2009, p.21).

Após quase vinte anos de pesquisas, Pierson consagrou-se por importantes trabalhos, tais como *Relações Raciais no Brasil: o negro na Bahia* (realizado em Salvador na década de 30), *Cruz das Almas* (com uma comunidade no interior de São Paulo), além de supervisionar a obra *O rio São Francisco*, coletânea de pesquisas de orientandos e colegas.

O mesmo ainda foi responsável por trazer Darcy Ribeiro para estudar como aluno bolsista na Escola, o qual, aproximou-se durante sua formação de Herbert Baldus, futuro orientador de Florestan Fernandes cujo mestrado – sobre a guerra entre os índios tupinambás - defendeu naquela instituição (EDUARDO, 2009, p.46).

Nesse sentido, a Escola passou a formar não apenas bacharéis cuja formação era orientada para a prática, com o objetivo de formar "quadros técnicos qualificados em ciências sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social" (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.37); como também pesquisadores no programa de pós-graduação que passaram a desenvolver pesquisas acadêmicas de base e com comunidades, sobretudo com as classes populares, ainda direcionadas em certa medida aos "problemas ´práticos` de planejamento e intervenção socioeconômica" (p.37).

Donald Pierson encerrou a segunda fase da Escola Livre de Sociologia e Política de 1939 à 1954, sendo fundamental na criação de uma "identidade entre ela e a aplicação, no Brasil, dos métodos e técnicas originários da Escola de Chicago (...). Sua passagem pelo país foi decisiva para a implantação e irradiação de um padrão científico (...) [nas] ciências sociais" (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.22).

Deste modo, as duas fases da Escola inauguraram caminhos, conforme suas propostas, para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Ambas foram responsáveis tanto pela tentativa de profissionalização do sociólogo no mercado de trabalho, quanto pela introdução da pesquisa de base científica na Sociologia.

Especificamente, Raul Briquet lançou suas obras sociais durante a primeira fase, tendo em seus escritos a marca do ímpeto da instituição, naquela época, que visava a formação de uma elite intelectual que dirigisse o país para a superação de seus "males sociais" a partir de critérios científicos e objetivos. Nesse sentido, o Manifesto lançado na fundação daquela instituição traça claramente estes objetivos.

8.1 O Manifesto da Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933)

O Manifesto marcou a inauguração da Escola Livre de Sociologia e Política em 27 de abril de 1933 e foi organizado por Roberto Simonsen. Neste documento, é possível identificar a base do pensamento que permeou a direção da instituição como um todo, desde os critérios de escolha dos docentes, quanto ao olhar dado às pesquisas que nela foram produzidas. Inicialmente, o documento faz referência à necessidade de se analisar a história política e social de maneira objetiva, para então trazer um dos grandes fatores que impedem esta análise na atual conjuntura brasileira:

> A análise desapaixonada e honesta[46] de nossa história político social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida do país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar as nossas condições de existência. Mas não se pode negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente o malogro e a decepção. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrio.
>
> É evidente que esse estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranqüilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado capaz de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos. (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.237-8).

Caberia à elite esta missão de vanguarda, de trazer as conquistas do mundo civilizado a partir de um olhar cientificista sobre o meio social, buscando compreendê-lo antes de agir sobre ele. A política deveria, desta maneira, ser pensada por uma elite científica. E a "falta" deste tipo de classe seria uma demanda da própria sociedade:

---

[46] Importante destacar que a crítica da Escola Livre de Sociologia e Política sobre a postura não científica da política nacional aproxima-se da crítica dos pioneiros da Escola Nova aos "empirismos" realizados pela política educacional da época.

> Está na consciência *de todos* essa grande falta. Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado[47], e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, *o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante*. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica, *mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos, firmes e seguros*.
>
> Esse mal não pode ser remediado às pressas, nem admite paliativos desalentadores. Urge encará-lo de frente, com pensamento mais para o futuro do que para o presente. (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.238).

A possibilidade de se ter uma elite harmoniosa, representante do apelo por mudança emanada do "povo", seria uma construção futura, uma missão cuja Escola Livre de Sociologia e Política tomaria como sua, a partir da pesquisa científica sobre a realidade brasileira e da formação dos futuros representantes intelectuais desta realidade:

> Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, acoroçoam, por outro lado, especulações individualistas, pesquisas isoladas, *e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal*. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, *um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social*.
>
> A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor de nossas classes cultas, já contratando professores de renome fora do país, já promovendo conferências públicas, avulsas e periódicas, e intercâmbio com instituições estrangeiras análogas, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, à altura das exigências do meio social contemporâneo – a Escola oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.238-9).

Por fim, o documento se encerra com o que seria o principal "pressuposto" na construção de uma grande civilização, além do papel de São Paulo naquele momento histórico:

> A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas[48].

---

[47] O Manifesto faz referência à Revolução de 1932, motivo pelo qual Roberto Simonsen e Cyro Berlick decidiram fundar a Escola Livre de Sociologia e Política. Os detalhes desta fundação serão debatidos em capítulo futuro.

[48] Se no capítulo sobre o entre-guerras foi revelada a fragilidade da democracia representativa, sobretudo, no conceito de "povo" enquanto unidade de diversos seguimentos naquela época, já, nesta passagem, aparece este tipo de pensamento que esvaziava também a representação do "povo" enquanto categoria política de relevância e legitimidade, dando prioridade da ação e da representação à elite política. Nesse sentido, chama a atenção como esse discurso se desdobrou em apologias anacrônicas na direita brasileira atual, tal como no artigo publicado na coluna de Reinaldo Azevedo em 2006 na Veja, em que o mesmo criticava duramente o "povo" por dar intenção

> São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.239)

Desta maneira, argumenta-se que a construção de uma sociedade civilizada independeria da educação universal, da instrução popular, contanto que fosse garantido o poder de direção às elites, sábias, organizadas e representantes da esfera do trabalho intelectual. Este ponto de vista, defendido em toda a vida por Roberto Simonsen, aparece também em seu texto chamado *Rumo à Verdade*, que foi lido durante seu discurso de inauguração da Escola Livre de Sociologia e Política.

8.2 Rumo à Verdade

Roberto Cochrane Simonsen, engenheiro, político e industrial de renome, é considerado o grande mentor da Escola Livre de Sociologia Política. Em seu discurso inaugural na fundação da Escola, compilado depois no ensaio nomeado *Rumo à Verdade (1933)*, o mesmo traz a missão de desenvolver a Sociologia no país evitando a doutrinação e o academicismo, voltada para a realidade prática e para a verdade objetiva, o que lhe elevaria ao patamar das outras ciências, tal como a Biologia (VECCHIO, 2009, p. 14).

Neste ensaio, Simonsen também argumenta sobre a "necessidade de formação de lideranças no Brasil", partindo da interpretação de que a crise mundial[49] de sua época era reflexo de um desenvolvimento "desarmonioso" da civilização como um todo, que não foi capaz de "justapor às conquistas inigualáveis obtidas no campo da ciência, uma estrutura econômica-política baseada no estudo profundo do organismo social, dotada de sentimentos

---

de voto favorável à reeleição de Lula: "Eu não tenho o menor interesse na opinião do povo. Quase sempre ele está errado. Aliás, a opinião de muito pouca gente me interessa. A democracia sempre foi salva pelas elites e posta em risco justamente pelo "povo", essa entidade. Vai acontecer de novo. Lula, reeleito, tende a levar o país para o buraco. E uma elite política terá de ser convocada para impedir o desastre (...) O "povo", nos assuntos realmente importantes, não apita nada. É uma sorte! Aqui e no mundo inteiro. Não apitou quando se fez o Plano Real. Ou nas privatizações. Teria votado contra a venda da Telebrás ou da Embraer. Junto com Lula. Estaríamos sem telefones e sem produzir aviões. Os petralhas sabem: fico aqui queimando as pestanas, tentando achar um jeito de eliminar o povo da democracia. Ainda não consegui. Quando encontrar, darei sumiço no dito-cujo em silêncio. Ninguém nem vai perceber… Povo pra quê?" (AZEVEDO, R. É Lula de novo com a culpa do povo. Editora Abril Veja, São Paulo, 29 out.. 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lula-novo-com-culpa-povo/. Acesso em: 13 abr. 2015).

[49] Trata-se da crise econômica e do liberalismo, tal como debatido no capítulo anterior sobre o entre-guerras.

espirituais e morais em perfeita harmonia com o desenvolvimento da técnica" (SIMONSEN, 1973, p. 463).

Logo em seguida, questiona quanto o desenvolvimento material do mundo, a despeito de outras esferas, não criou na verdade uma "sociedade sem alma". Partindo de uma visão claramente ancorada no positivismo comtiano, concebe este desequilíbrio como um desvio na unidade dos povos, em sua harmonia:

> Durante o curso dessa civilização conseguiu-se um relativo estado de equilíbrio para a maioria dos povos e um aumento considerável do seu bem-estar pelos grandes progressos da ciência. A discordância, porém, da evolução econômica, em face da evolução política e social e o esquecimento do princípio da unidade do mundo decorrente da interdependência sempre crescente entre os povos, conduziu-nos ao estado atual em que assistimos (SIMONSEN, 1973, p. 463-464)

No caso, quanto maior o grau de desenvolvimento da civilização, maior seria o efeito desse desequilíbrio. Desta maneira, Simonsen afirma que no caso do Brasil, por seu pequeno avanço civilizatório, pouco se avançou, e em conseqüência, pouco também "se errou". Deste modo, caberia ao país apreender de forma científica a crise mundial naquele momento, para assim, pensar em si-mesmo:

> No entanto, para os que sabem observar, o mundo oferece neste instante uma extraordinária demonstração experimental para os estudos sociais, políticos e econômicos. A revolução brasileira veio provar como é minguado o nosso contingente de homens de Estado e salientar a profunda ignorância em que vivemos da nossa verdadeira situação social (SIMONSEN, 1973, p.464).

Segundo este ponto de vista, a Escola idealizada por Simonsen seria responsável por dar uma base à ação das instituições brasileiras, tendo por fim último, a evolução social do nosso meio e da nossa raça.

> Ora, uma escola como a que aqui imaginamos, visa promover e sistematizar no Brasil o estudo da sociologia nacional, em harmonia com pesquisas orientadoras das instituições políticas, jurídicas e econômicas mais adequadas ao nosso meio e à nossa raça. A ação dos técnicos especializados saídos das nossas escolas, já é hoje insuficiente, se não for inspirada por uma orientação segura e zeladora de uma sadia evolução social (SIMONSEN, 1973, p.464).

Esta evolução teria como ponta de lança as elites, representantes da intelectualidade e do pensamento científico. No caso, quanto maior o nível de complexidade das sociedades, maior seriam os "atributos sociais" exigidos para sua reprodução e seu progresso. Desta maneira, maior seria a exigência do povo quanto a seus representantes, levando assim o autor à discussão sobre a atual "tarefa das elites" na época:

> ...Se assim é para seus membros, estes, agindo em conjunto, deverão ser mais exigentes na escolha dos elementos de consulta, de direção e de orientação; cada vez precisam, portanto, ser mais numerosas e mais preparadas as elites das sociedades que querem guardar uma posição de vanguarda.
>
> A formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primaciais das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que aspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial para colimar seus objetivos, todas, necessitam e exigem, cada vez mais, elementos de elite na sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais[50] e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente se aparelhar à conveniente escolha de seus homens de governo (SIMONSEN, 1973, p.465).

Seria a missão desta elite científica, destes homens de *sciencia* que aparelhariam as instituições públicas, a compreensão do movimento natural da sociedade, de suas leis[51], para assim apreender as condições de evolução e modernização da sociedade. A evolução social, acompanhada de progresso material e humano, não implicaria necessariamente em igualdade social. Daí que Simonsen debate, em novo tópico, aquilo que considera "a ilusão da igualdade":

> *Não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens*. A hierarquia social, que se estabelece em função da *capacidade dos valores individuais*, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza.
>
> Podemos apenas influir para que, cada vez mais, essa hierarquia promane, principalmente, *dos* valores reais dos indivíduos, e não dos bens materiais que possuam. Essa hierarquia, que *quase se apresenta como necessária*, nas sociedades, para a formação de sua própria estrutura, não implica, de forma alguma, a ausência de uma rigorosa justiça social, o desconhecimento da paridade entre os homens perante a lei e sob o ponto de vista antropológico, e quanto ao conceito de dignidade, dos direitos políticos e dos sentimentos religiosos (SIMONSEN, 1973, p.466).

A igualdade social e material seria uma ilusão. A hierarquia social uma necessidade na formação da estrutura que compõe o organismo social e de suas partes funcionais. Sob a mesma lógica da natureza, esta hierarquia necessária teria como princípio os valores individuais de cada um, seus méritos, o que permitiria que qualquer indivíduo, independente

---

[50] É inevitável a comparação do pensamento da elite na década de 30 com a atual. Enquanto Simonsen defendia o ensino e a pesquisa em Sociologia neste momento de entrada do país no capitalismo industrial, hoje o que se vê, na nova onda neoliberal no Brasil, é um certo repúdio à pesquisa sociológica, como uma dimensão "inútil" do conhecimento: em reunião com sua equipe em abril de 2016, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, criticou a Fapesp por supostamente gastar em demasia com o financiamento de pesquisas de base sem "utilidade prática", tais como a da Sociologia, e não incentivar mais as pesquisas na área da saúde, tais como as destinadas ao estudo do zika vírus. (ARBEX, T. Alckmin critica Fapesp por pesquisas 'sem utilidade prática'. Folha de São Paulo, São Paulo. 27 abr 2016 Disponível em:www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml Acesso em: 30 abr 2016)

[51] Raul Briquet, no livro *Psicologia Social*, atribuirá este papel também ao "psicossociólogo", ancorado nos postulados da filosofia positiva de Comte.

de sua origem social, ascendesse ao topo da pirâmide social. Todos podem ser iguais, contanto, que apenas formalmente em lei. A justiça social poderia ser alcançada com a condição de não pôr em questão a desigualdade estrutural entre as classes.

Deste modo, Simonsen traz o típico pensamento humanista e liberal de sua década, presente sobretudo no discurso dos defensores da Escola Nova, que buscavam um tipo de justiça social com base no mérito, onde supostamente a pirâmide social seria composta segundo os dons naturais de cada indivíduo, e não por sua raça, privilégio de sangue ou qualquer outro fator externo.

Para o desenvolvimento de uma nação à modernidade, seria pressuposto os dons naturais desses indivíduos, que exerceriam determinada função na estrutura social conforme a sua harmonia. Todavia, esta responsabilidade não se daria apenas na esfera da individualidade, mas numa totalidade específica, em nível nacional:

> Vimos que os níveis de vida, dentro das sociedades normalmente desenvolvidas, estão em íntima ligação com as funções sociais, que aí se registram. Por outro lado, o exercício do trabalho depende não só da capacidade e dos dons naturais dos indivíduos, como também da prosperidade geral. Influem, portanto, nos níveis de vida das populações causas individuais e causas nacionais (SIMONSEN, 1973, p.466).

Esta responsabilidade nacional sobre a prosperidade da sociedade e dos indivíduos se daria, sobretudo, no âmbito do trabalho. Caberia ao Estado dar a garantia e formar uma consciência coletiva da função social do trabalho, da sua importância, para a evolução social:

> À medida que melhor se esclarecem os fenômenos sociais, mais evidente se torna a responsabilidade dos Estados modernos na promoção da prosperidade econômica, pela ação política interna e externa, e *pela ampliação*, em seus domínios, *das possibilidades de trabalho*.
>
> Os Estados, que assim agem, criam dentro das suas fronteiras, a consciência da função social do trabalho como elemento básico na formação da economia nacional. *Propiciam um ambiente favorável, enfim, um harmonioso entrelaçamento entre as forças espirituais, morais e materiais, sem o que jamais se poderia alcançar uma evolução social de longo e pacífico processo* (SIMONSEN, 1973, p. 467-8).

Desta maneira, Roberto Simonsen traçou o que seriam as linhas de base do pensamento que motivou a criação da Escola Livre de Sociologia e Política. A instrução popular seria importante, contanto que não mais do que a formação de uma elite intelectual que levasse a nação à um nível superior de civilização. A justiça social seria importante, contanto que não modificasse o organismo social que se estrutura em partes funcionais desiguais necessariamente. A dignidade humana e os direitos políticos seriam garantias

universais, assim como – a despeito da contradição - a ascensão social baseada no mérito conforme a lógica da natureza. Por fim, a apologia do trabalho, como base da prosperidade de uma nação, deveria ser realizada pelo Estado. Este deveria garantir possibilidades de trabalho a todas as partes funcionais do organismo social, tanto das relativas ao trabalho manual, quanto do intelectual. Esta última classe, a elite intelectual, seria a vanguarda que lideraria o avanço civilizatório a partir da análise científica da realidade social e pela condução das instituições políticas, sociais e econômicas. Pelo consenso e pela harmonia entre as esferas espirituais, morais e materiais que constituem o todo social, a evolução do meio e da raça estariam garantidos.

8.3 Roberto Simonsen e Cyro Berlinck: da revolução ao imperialismo

Se a Escola Livre de Sociologia e Política remete diretamente à figura de Roberto Simonsen, sua importância, contudo, é compartilhada com Cyro Berlinck, seu secretário e idealizador inicial da instituição.

> A Escola de Sociologia e Política foi criada para explicar por que São Paulo perdeu a Revolução de 1932. São Paulo era o Estado mais rico, a chamada locomotiva do Brasil, e, de repente, perdeu a guerra. Era necessário entender a derrota de São Paulo. Esses intelectuais diziam: "Mas não é São Paulo que nós não entendemos, nós não entendemos o Brasil!". Na busca de uma compreensão por essa crise, essa catástrofe que foi a derrota paulista, meu pai, Cyro Berlinck, pensou em criar um centro de estudos voltados para a questão de compreender o Brasil[52] (BERLINCK, 2009, p.163).

Segundo o relato de Manoel Berlinck (2009), seu pai, Cyro Berlinck, ao expressar seu desejo de criar um centro de estudos a Simonsen, recebeu deste um catálogo da Sorbonne que ganhou de Lévy-Bruhl onde constava o termo "sociologia". Apesar de ler pela primeira vez sobre o que era "sociologia", convenceu seu patrão de que esta disciplina seria o meio para "explicar por que o Brasil era desse jeito" (p. 163-4).

Deste modo, teve início o primeiro movimento para a implantação da Escola, que se instalou no segundo andar do prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado, sob o financiamento de Roberto Simonsen. Apesar da estrutura pequena, a instituição logo recebeu seus primeiros alunos, oriundos da elite paulistana:

---

[52] Esta citação, assim como as demais, é referente à entrevista que Manoel Tosta Berlinck deu para Sônia Hotimsky em abril de 1998.

> No começo, a Escola funcionava à noite, porque era para pessoas mais velhas, não para jovens. Vieram intelectuais que tinham participado da Revolução de 1932 e estavam completamente desentendidos a respeito da realidade brasileira. Desde o início, a Escola tinha alunos por curso. Iam e vinham assistir o curso (...) era muito flexível isso. Por isso, chamava-se "Escola Livre" (BERLINCK, 2009, p.164).

Simonsen assumiu de imediato a cadeira de História Econômica do Brasil (que se tornou o título do seu livro publicado posteriormente e resultante de suas aulas). Os outros professores, em sua maioria, eram docentes da recém-fundada Universidade de São Paulo, tais como Emílio Willems, Noemy Silveira Rudolfer, Robert Mange, Alberto Americano. Foi neste contexto que surgiu, dentre os nomes selecionados, a figura de Raul Briquet:

> Raul Briquet era obstetra e professor da Faculdade de Medicina; foi também da antiga Faculdade de Higiene, que virou Saúde Pública. Ele também era interessado em psicologia social, que sempre foi uma área muito importante na Escola.
>
> Nessa época, não havia separação entre as profissões de ciências humanas ou ciências sociais. Com exceção de medicina, engenharia e direito, que eram profissões que exigiam um saber especializado, nas demais havia uma enorme liberdade. Psicologia, filosofia, sociologia, economia, tudo isso era praticado por pessoas que se interessavam por esses assuntos (BERLINCK, 2009, p.165)

A Psicologia, sequer reconhecida institucionalmente neste momento no Brasil, limitou-se a ser ensinada por outros profissionais de áreas diversas como parte de disciplinas de outros cursos, tal como a disciplina de Psicologia Social no bacharelado do curso de Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política. Contudo, a despeito de seu interesse pelo tema, outra característica tornou Briquet uma figura de desejo daquela instituição: o fato de ser médico-sanitarista.

> Quando estudante, meu pai trabalhou com um químico suíço que era professor na Escola Politécnica e que inventou o filtro Salus. Por meio desse químico é que conheceu Raul Briquet, via a questão da saúde pública. A saúde pública era uma enorme preocupação da classe dominante brasileira nessa época; o saneamento das cidades era um problema complicado e sério. Quando se criou a Escola de Sociologia, a idéia de trazer um sanitarista para ajudar a compreender a realidade brasileira era da maior importância (BERLINCK, p. 165-6).

Deste modo, o primeiro curso de Psicologia Social idealizado no Brasil, estava sob o pano de fundo do desejo da elite paulistana em compreender a realidade brasileira após o amargo fracasso na Revolução de 1932, como também pelo olhar do sanitarismo, que na época entrelaçava-se com a política eugênica, donde se lograva a máxima "sanear é eugenizar" (KOBAYASHI; FARIA & COSTA, 2009, p. 314).

Além das doações do próprio bolso - como também daquelas provenientes dos seus patronos, os quais viviam em torno daquele círculo intelectual - Simonsen também obteve

doações de fundações que instalavam um audacioso projeto imperialista na América Latina, tal como a Rockfeller Foundation e a Carnegie Corporation of New York. Ambas as instituições foram acusadas de realizar pesquisas científicas que visavam à limpeza étnica na população dos Estados Unidos, antecipando o projeto da busca por uma "raça superior" encabeçado pelo nazismo alemão anos depois (KOBAYASHI; FARIA & COSTA, 2009). Dos recursos provenientes destas fundações, a Escola Livre de Sociologia e Política saiu de uma posição de baixos recursos[53] para a sua segunda fase - liderada por Donald Pierson - com uma intensa produção de pesquisas de campo e publicações, somada ao intercâmbio de alunos com universidades norte-americanas.

Simonsen, abertamente avesso ao comunismo – inclusive sendo responsável pela demissão de Horace Davis após ficar ciente de sua ligação com o Partido Comunista dos Estados Unidos – viu sua instituição perder seu grande líder, Donald Pierson em 1952, como também seus recursos de origem norte-americana como efeito da política macarthista imperialista (SIMÕES, 2009, p. 41-42), levando a Escola anos depois a perder sua posição de prestígio como centro de uma elite intelectual no país.

8.4 Informações institucionais

8.4.1 Sobre o programa

Conforme o conteúdo do impresso institucional da Escola Livre de Sociologia e Política que era distribuído na época – *Informações e Programas (1933-34)* – o curso completo de Sociologia se estruturava em seis semestres.

O primeiro semestre era composto pelas disciplinas: "Sociologia Geral", "Psicologia Social", "Economia Social", "Introdução à Economia", "Estatística" e "Fisiologia do Trabalho".

O segundo semestre, pelas disciplinas: "Sociologia Geral", "Biologia Social", "Economia Social", "Estatística" e "Psicoténica". O terceiro semestre, pelas disciplinas "Antropologia Cultural", "Economia Mundial", "Idéias e Correntes Políticas Contemporâneas", "Política Financeira", "Política Agrária, Comercial e Industrial".

[53] Segundo o relato de Eduardo (2009), na primeira fase a Escola Livre de Sociologia e Política sofreu gravemente com problemas financeiros, levando os professores a ganharem salários simbólicos, senão trabalharem gratuitamente.

O quarto semestre, pelas disciplinas “Economia Mundial”, “Idéias e Correntes Políticas Contemporâneas”, “Educação Nacional”, “Política Financeira” e “Política Agrária, Comercial e Industrial”. O quinto semestre, pelas disciplinas: “Economia Brasileira”, “História Política e Social do Brasil”, “Demo-psicologia brasileira”, “Administração Federal, Estadual e Municipal”.

Por fim, o sexto semestre, pelas disciplinas: “Economia Brasileira”, “História Política e Social do Brasil”, “Organização do Trabalho”, “Serviços Sociais”, “Problemas Paulistas”.

8.4.2 Sobre o curso de Psicologia Social

O primeiro curso de Psicologia Social lecionado no Brasil teve como mentor Raul Briquet. Deste curso, resultou o livro *Psicologia Social* (1935), cuja estrutura dos capítulos é análoga ao programa da disciplina da qual resultou. Conforme citado acima, o curso era lecionado no primeiro semestre do primeiro ano, sendo estruturado da seguinte maneira (conforme o documento original): A) Introdução: I. Considerações Gerais, II. Dados Biológicos, III. Método em Sociologia; B) Vida Coletiva: IV. Grupos Sociais, V. Liderança, VI. Preconceito Racial, VII. Multidão, VIII. Multidão Revolucionária, IX. Personalidade, X. Eu Social, XI. Adaptação Social, XII. Opinião Pública; C) Fatores Psico-Sociais: XIII. Instinto, XIV. Hábito, XV. Sugestão, XVI. Imitação, XVII. Simpatia, XVIII. Inteligência; D) Psicologia Contemporânea: XIX. Gestaltismo, XX. Aprendizagem (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.228).

8.4.3 Sobre os outros programas e cursos

Ainda neste documento informativo há a indicação de alguns programas de outros tipos de cursos, conforme os semestres letivos. No primeiro semestre do primeiro ano da formação na Escola, foram lecionados os cursos de “Introdução à Economia” pelo prof. Dr. Antonio Piccarolo e “Fisiologia do Trabalho” pelo prof. Dr. A. Almeida Júnior. Nos dois semestres do primeiro ano foram lecionados os cursos de “Sociologia Geral” pelo prof. Ph.D. Samuel H. Lowrie, “Economia Social” pelo prof. Ph.D. Horace B. Davis, “Estatística” pelo

prof. Eng. Bruno Rudolfer, “Biologia Social” pelo prof. Dr. André Dreyfus e “Psicotécnica” pelo prof. Eng. Robert Mange (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.229-36)

No programa do curso de “Introdução à Economia”, especificamente na “parte geral”, em que são apresentadas as diversas escolas e doutrinas econômicas da história e da atualidade, chama a atenção o tema “Escola Psico-biológica”. Também, junto com as apresentações de escolas clássicas - tais como a fisiocracia, positivista, malthusiana, além das teorias de Ricardo e Adam Smith – encontram-se os temas: “Comunismo, Liberalismo, Anarquismo”; “Carlos Marx e o Materialismo Histórico”; “Escolas Socialistas, Coletivismo, Socialismo de Estado, Socialismo Católico, Socialismo Protestante e Solidarismo” e “Centralização da riqueza e cooperativismo”.

Na grade do curso de “Fisiologia do Trabalho”, que abrange o tema do “trabalho” desde sua relação com a estrutura anatômica humana até os fatores ambientais que lhe estão associados, chama a atenção as aulas sobre “Rações alimentares. Papel das vitaminas” e “Conseqüências mórbidas do trabalho. Moléstias profissionais”.

Na grade do curso de “Sociologia Geral”, o fator “psicológico” é citado dentre outros que compõem o tópico “Fatores afetando o indivíduo como ser social”, tais como o geográfico, o biológico e o cultural. Cabe destacar dois tópicos presentes: “evolução social” e “problemas sociais”. Dentre os temas deste último, estão: “lar”, “saúde”, “recreação”, “pobreza”, “crime”, “ordem econômica” e “população”.

No curso de “Economia Social”, a grade é basicamente orientada pela conceituação dos fenômenos da sociedade capitalista, tal como “propriedade particular”, “salário”, “lucro”, “racionalização”, etc. Contudo, chama a atenção as referências consideradas não dominantes desta perspectiva: primeiro, na seção sobre “Campo e método da economia social”, é feito referência ao método dialético no tópico “Método dialético. Classes sociais”. No tema “Máquina: civilização industrial e racionalização” há um tópico específico sobre o “Efeito sobre o operário”, já no tema “Salário” há o tópico “Orientação política do proletariado”. Por fim, na seção intitulada “Economia dirigida, no capitalismo e no socialismo”, dentre os seus tópicos há o isolado “Economia dirigida na U.R.S.S.”. Apesar das referências, estes tópicos são exceções em relação à grade completa do curso.

No programa do curso de “Estatística”, chama a atenção o último tópico intitulado “Exercícios práticos”, em que há a seguinte observação: “*À medida que o programa for sendo desenvolvido, serão feitos exercícios práticos com dados que o meio possa oferecer, tanto*

através dos laboratórios de pesquisa da Escola, como das repartições públicas e empresas particulares interessados". Note-se que a grade do curso faz referência direta ao próprio programa da instituição, que é de articular ensino e pesquisa, ou seja, fazer um tipo de ciência aplicada.

Na grade do curso de "Biologia social", especificamente no tópico sobre "Sistema nervoso", há referência aos temas "Sistema nervoso e evolução mental", "Behaviorismo" e "Psicanálise". Já na seção intitulada "Hereditariedade, variação e evolução, especialmente na espécie humana" há os temas "Idéias gerais sobre as raças humanas: origem, mestiçagem, etc." e "Educação. Eugenia. Doenças e defeitos hereditários – meios de evitá-los". Por fim, na seção "Noções gerais sobre a vida social entre os animais" estão compreendidos três temas: "Evolução das sociedades humanas", "Geografia humana" e "Problemas de imigração". Note-se que a questão da imigração é tema privilegiado do curso de Biologia Social.

Por fim, no curso sobre "Psicotécnica", há cinco seções: "Introdução"; "Aptidão Profissional"; "Aquisição da técnica do trabalho"; "Organização Técnico-Psicológica do Trabalho"; "Missão Social da Psicotécnica nas Atividades Produtos do País". Da primeira seção, estão os tópicos "I. Psicotécnica, como elemento da organização racional do trabalho – seu desenvolvimento e fim"; "II. Aptidão profissional – seleção e orientação"; "III. Aquisição da técnica do trabalho – aprendizagem"; "Organização técno-psicológica do trabalho". Da segunda seção, destacam-se temas como: "Classificação profissional", "Análise funcional do trabalho nas profissões", "Perfil profissional e funções características", "Escolha e organização dos testes", "Perfil psicotécnico de aptidão", "Provas psicotécnicas na orientação profissional", "Estudos dos tempos e dos movimentos", "Adaptação dos elementos do trabalho aos indivíduos", "Racionalização do lugar de trabalho", "Efeitos do trabalho e prevenção de acidentes".

Segundo os dados fornecidos pelo *Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política – Décimo Ano Letivo (1943)* sobre o corpo docente da instituição, destacam-se na área de Psicologia os professores catedráticos Durval Marcondes na cátedra de "Psicanálise e Higiene Mental", Raul Briquet na cátedra de "Educação Nacional" e Roberto Mange na cátedra de "Psicotécnica". (KANTOR.; MACIEL & SIMÕES, 2009, p.260-61).

Dentre os professores assistentes, destacam-se na área de Psicologia: Cecília de Castro e Silva nos cursos de "Introdução à Psicologia" e "Introdução à Psicologia Social", Maria de

Lourdes Campos Viegas nos cursos de “Psicotécnica” e “Psicotécnica Aplicada” e Virgínia Leone Bicudo no curso de “Psicanálise e Higiene Mental”.

O mesmo anuário fornece uma seção nomeada “Bibliografia das Obras Publicadas sob a Influência das Atividades da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. As obras referenciadas compõem-se tanto por livros que resultaram dos cursos, quanto de artigos resultantes de pesquisas, conferências, congressos, além de textos publicados em revistas, etc. Dentre as obras de Raul Briquet[54] citadas, estão *Psicologia Social (1935)* e *Tendências da Sociologia Contemporânea (1933)*.

Há inúmeras publicações de Donald Pierson, Samuel Lowrie, Herbert Baldus, Bruno Rudolfer, dentre outros. Em torno da área que interessa à Psicologia, destacam-se os artigos *Contribuições para a Psicologia do Anúncio (1940)* de Aniela Meyer Ginsberg; *Comportamento Coletivo (1942)*, *Expectativas de Comportamento (1942)* e *O que torna humano o indivíduo (1942)* de Donald Pierson; *A visitadora social psiquiátrica e seu papel na higiene mental da criança (1941)* e *Importância da Higiene Mental para a Infância (1942)* de Virgínia Leone Bicudo; assim como, *Medidas antropométricas e índices de robustez: padrões de classificação (1942)* de Lourdes de Campos Viégas.

Segundo o *Prospecto Geral (1933-53)* da instituição, havia três tipos de curso: bacharelado em ciências políticas sociais, iniciação às ciências sociais (os chamados “cursos de iniciação”) e cursos de “sequência” em ciências sociais.

O primeiro, com duração de quatro anos, tinha em seu programa o curso de Psicologia com a seguinte grade: Introdução à Psicologia, História da Psicologia, Psicologia Fisiológica, Psicologia Patológica, Psicologia Individual, Psicanálise, Higiene Mental.

O segundo, sem duração prefixada e possível de ser realizado de forma parcelada, como um curso de inicialização, possuía em sua grade a disciplina de “Introdução à Psicologia”.

O terceiro assemelhava-se ao segundo, entretanto destinava-se ao aprofundamento de determinado tema independente da inscrição no curso de bacharelado. Dentre as “seqüências”, há a Seqüência de Psicologia que está estruturado nos seguintes temas: Parte I – currículo

[54] Briquet é um dos poucos da lista que não possui artigos resultantes de pesquisas empíricas de sua área catedrática, tendo em vista que a Psicologia Social, assim como a Psicologia, sequer tinha reconhecimento institucional no Brasil, não passando de disciplinas de outros cursos, tal como o de Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política.

idêntico ao do Curso de Inscrição às Ciências Sociais; Parte II – História da Psicologia, Psicologia Fisiológica, Psicologia Patológica, Psicologia Individual, Psicanálise e Higiene Mental; Parte III – Psicologia Social, Métodos de Pesquisas Sociais e Antropologia Física.

O tema da higiene mental fazia-se presente nos cursos, assim como as áreas mais próximas às ciências naturais, tais como a “fisiológica” e a “patológica”. No caso, a Psicologia Social aparecia ou como aprofundamento, ou como parte da disciplina de Sociologia.

9 PROPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: O POSITIVISMO E O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

9.1 O Positivismo: ciência e ideologia

Dentre as principais conjecturas teórico-metodológicas - que estruturam organicamente a produção do conhecimento científico a determinados valores, ideologias e posições de classe - encontra-se o positivismo.

Sua origem, enquanto resultante da tentativa de se fundar uma ciência da sociedade a partir do modelo objetivo das ciências naturais, situa-se no século XVIII, no período do enciclopedismo iluminista. Segundo Michel Löwy (2010), "o positivismo é filho legítimo da filosofia das luzes" (p.39), podendo ser divido, segundo seu desenvolvimento histórico, em dois momentos distintos[55].

No primeiro momento, referente ao período iluminista em questão, o positivismo se fundara através de uma ciência social de caráter crítico e revolucionário, pondo em questão os valores dominantes e os dogmas do clero e do Antigo Regime. Seu principal pensador - e na opinião de Löwy (2010) o "pai do positivismo" - é Condorcet, que trouxe sua forma de pensar enciclopédica para formular pela primeira vez a possibilidade de uma ciência social com a exatidão da matemática, sendo, portanto, uma espécie de matemática social. Apenas com a objetividade desta ciência seria possível fundar uma verdadeira investigação objetiva dos fatos sociais, que superasse os preconceitos e especulações do conhecimento dominante oriundo da classe dominante da época – conforme a postura utópico-revolucionária deste primeiro momento. Nesse sentido, Löwy (2010) afirma que:

> Condorcet considera que, como na marcha das ciências físicas os interesses e as paixões não perturbam, o mesmo deve acontecer nas ciências da sociedade (...). Como esses interesses e paixões são, sobretudo, das classes dominantes feudais, para Condorcet se trata de eliminar do conhecimento social as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade papal, a autoridade de São Tomás de Aquino, enfim, todos os dogmas fossilizados que se arrogavam o monopólio do conhecimento social (p.40).

[55] Uma interessante crítica à análise do positivismo realizado por Löwy (2010) está no artigo "Sobre o significado político do positivismo lógico" (2002) de Marcos Barbosa de Oliveira.

Deste modo, inaugura-se a busca por uma ciência social livre de preconceitos[56], com a exatidão e a objetividade das ciências naturais, sendo estas as condições para o progresso da ciência.

Outro importante pensador da primeira fase do positivismo, socialista utópico e discípulo de Condorcet foi Saint-Simon. Este foi o primeiro a postular o termo "positivo", na intenção de pensar uma "ciência positiva", que definiria uma ciência social baseada no modelo da fisiologia. Com efeito, a "fisiologia social" estaria carregada de ímpeto crítico ao apontar para as classes sociais "parasitas" do "organismo social", ou seja, as classes dominantes feudais.

Esta tendência critico-revolucionária do positivismo manteve-se até o século XIX, mudando então de postura:

> ...até os princípios do século XIX, o positivismo aparece como uma visão social do mundo, como uma ciência social que tem um aspecto utópico-crítico muito importante. A transformação, a mudança de direção, só se dá depois de Saint-Simon, através de seu discípulo Augusto Comte (LÖWY, 2010, p. 41).

Augusto Comte, considerado pela opinião geral como o pai da sociologia e do positivismo, seguiu o desenvolvimento de seus antecessores, discordando, todavia, da postura "crítica" e de "negatividade" deles, ou seja, do uso da ciência social como instrumento revolucionário. Sua filosofia conservadora revelava as dimensões estruturais de seu tempo histórico pós-1830, quando a burguesia se tornou então a classe dominante em parte da Europa e prezava pela ordem pública, pela conservação de seu poder. Nesse sentido, inverteu-se a posição original de Condorcet e Saint-Simon, pondo-se como tarefa da ciência livrar-se dos "preconceitos revolucionários".

> Deste modo, a luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, critica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora. Comte se queixa da disposição revolucionária de Saint-Simon, com as quais ele está inteiramente em desacordo. Ele explica que seu método positivo deve se consagrar teórica e praticamente à defesa da ordem real (LÖWY, 2010, p.42).

A partir desta premissa concebeu a "física social", que seria uma ciência natural cujo estudo dos fenômenos sociais teria a mesma fidedignidade dos estudos em física, química e astronomia. Deste modo, estes fenômenos estariam sob a determinação de leis naturais e

---

[56] Condorcet fazia a apologia do imperativo: "livre de preconceitos". Chama a atenção que a definição do termo "preconceito", presente na Enciclopédia, aproxima-se de uma das descrições realizadas por Raul Briquet no capítulo sobre o mesmo termo em seu livro *Psicologia Social*, que seria para os enciclopedistas "*tudo que é dogma irracional, dogma político ou religioso (...) do qual se trata de se libertar o pensamento e o conhecimento social*" (*ibidem*, p.41).

invariáveis, que se apresentariam, por exemplo, na naturalização da concentração de riqueza da sociedade:

> ...a lei da distribuição das riquezas e do poder econômico, que determina a "indispensável concentração das riquezas na mão dos senhores industriais", é para Augusto Comte um exemplo de lei invariável, natural, da sociedade, cujo estudo é tarefa da física social e, depois, da sociologia (...). Ele espera que "graças ao positivismo os proletários reconhecerão, com a ajuda feminina, as vantagens da submissão e de uma digna irresponsabilidade (LÖWY, 2010, p.42-43).

Com efeito, o positivismo comtiano seria pedagogicamente a ciência da "sábia resignação" às leis naturais da sociedade, as quais colocariam de antemão os proletários na posição inevitável de explorados e as mulheres de submissas, segundo a ordem natural da sociedade. Caberia à ciência apenas identificar e analisar estas leis, incluindo os "males sociais", de maneira contemplativa.

Com base nesta posição foi que Comte formulou a famosa "Leis dos Três Estados", na tentativa de traçar as condições históricas que levariam à evolução do espírito humano segundo três estados específicos, em que os precedentes determinariam os sucessores. No caso, a humanidade passaria em sua evolução por estes "estados", onde a moderna sociedade burguesa se situaria no mais evoluído, sendo estas três fases:

> ...a fase fetichista ou teológica, na qual os homens explicam a realidade através de ações divinas; a fase metafísica, na qual os homens explicam a realidade por meio de princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica, na qual os homens observam efetivamente a realidade, analisam os fatos, encontram as leis gerais e necessárias dos fenômenos naturais e humanos e elaboram uma ciência da sociedade, a física social ou sociologia, que serve de fundamento positivo ou científico para a ação individual (moral) e para a ação coletiva (política). É a etapa final do progresso humano (CHAUÍ, 2001, p.32).

Estas fases da humanidade refletiriam momentos gerais do conhecimento humano de determinado período, ou seja, o conjunto das idéias e dos conhecimentos teóricos que buscavam com seus recursos explicar a realidade de cada época, e que foram nomeados por Comte como "ideologias". Portanto, cada momento teria a sua ideologia como meio de explicação do real.

Nesse sentido, a fase positiva ou científica – a mais avançada - seria aquela em que a "teoria" seria privilégio dos sábios, instrumento de organização da realidade na medida em que a desmistificaria de saberes obscurantistas. Deste modo, o saber científico se tornaria um efetivo meio de controle sobre a vida social:

> O lema positivista por excelência é: "saber para prever, prever para prover". Em outras palavras, o conhecimento teórico tem como finalidade a previsão científica

> dos acontecimentos para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social (CHAUÍ, 2001, p. 33)

A ordem e o progresso seriam premissas fundamentais da filosofia positivista no estudo da sociedade e anunciariam a harmonia da teoria com a prática, ou em outras palavras, a coação da prática à teoria. Qualquer acontecimento, qualquer ação prática que escapasse à teoria ou se chocasse a ela recairia na "desordem", portanto, na "anormalidade" e na ameaça à conservação da sociedade. A ameaça à ordem seria uma ameaça ao progresso.

Assim sendo, a suposta conservação garantida pela dominação da realidade prática humana através do conhecimento científico tomaria sua forma essencial na divisão entre trabalho manual e intelectual, em que este seria privilégio de elites intelectuais e científicas dirigentes:

> Se examinarmos o significado final dessas conseqüências, perceberemos que nelas se acha implícita a afirmação de que o poder pertence a quem possui o saber. Por esse motivo, o positivismo declara que uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios, e sua aplicação, uma tarefa de técnicos ou administradores competentes (CHAUÍ, 2001, p.35).

Enfim, por trás da busca incessante pelo modelo cientificista de neutralidade e objetividade importado das ciências naturais à sociologia, o positivismo se revelou cúmplice do que buscava criticar, mistificando e ocultando o verdadeiro movimento da realidade na tentativa obstinada de manter intacta a ordem pública e social.

Discípulo de Comte, Émile Dürkheim superou a postura especulativa e doutrinária de seu antecessor, trazendo a proposição teórico-metodológica do positivismo para a sociologia científica e acadêmica. Na opinião de Löwy (2010), "Dürkheim era um sociólogo no sentido pleno da palavra (...) a sociologia positivista deriva muito mais de Dürkheim que de Comte" (p.44). Para tanto, além do positivismo de Comte, também bebeu na fonte do método da economia política burguesa, a qual postulava as leis da sociedade como tão necessárias quanto as leis da física. Nesse sentido, afirmava categoricamente que o princípio econômico do nivelamento dos preços pela concorrência seria fenômeno tão natural e inevitável quanto a gravitação dos corpos na natureza.

Deste modo, Dürkheim reproduz o conservadorismo de seu antecessor na esfera do método, afirmando que o "sociólogo deveria se colocar no mesmo estado de espírito que os

químicos, os físicos ou os fisiólogos, quando executassem o seu trabalho de investigação[57]" (LÖWY, 2010, p.45), pois, conseqüentemente, os fatos sociais seriam naturais, imodificáveis e independentes da vontade humana, assim como os fenômenos da natureza.

Contudo, cabia como condição para a realização desta ciência social o afastamento das pré-noções, ideologias, visões de mundo, etc. Esta conduta se daria em diversas dimensões. Primeiramente, no nível da sociedade, que não deveria tomar qualquer posicionamento ideológico. Segundo, ao sociólogo, que deveria silenciar todas suas paixões e preconceitos, assim como isolar suas pré-noções antes da investigação social, sendo esta última a terceira dimensão. Estas condições permitiriam a cientificidade e o olhar neutro sobre a realidade (LÖWY, 2010, p.46).

Entretanto, da maneira como são concebidas, trata-se de meras formulações psicológicas na tentativa ingênua de proscrição dos elementos inconvenientes à investigação, acreditando-se que "a solução da objetividade, do conflito entre a necessidade de objetividade científica e a existência de pontos de vista contraditórios que se enfrentam no campo social, é a boa vontade, o esforço, a serenidade, o sangue-frio, o empenho na imparcialidade" (LÖWY, 2010, p.47).

Para ilustrar esta perspectiva, Löwy (2010) faz a analogia dela com a história infantil do Barão de Münchhausen a qual, resumidamente, seria a de um aventureiro fanfarrão que, durante uma cavalgada, atola-se em um pantanal e começa a afundar montado em seu cavalo. Desesperado, ao ver que o nível do pântano já estava na altura do ventre do cavalo, teve então a brilhante idéia de se puxar pelos próprios cabelos, conseguindo desta maneira livrar o cavalo e a si da morte. Desta analogia, critica-se a pretensão do cientista social de "se puxar" do contexto social e ideológico ao qual está inserido:

> A objetividade científica do método positivista significa que o sociólogo, que está enterrado até a cintura no pantanal de sua ideologia, de sua visão social de mundo, de seus valores, de suas pré-noções de classe, sai dessa puxando-se pelos seus próprios cabelos, arrancando-se do pantanal para atingir um terreno limpo, asséptico, neutro, da objetividade científica (LÖWY, 2010, p.47).

É justamente nesse ímpeto por se "autoneutralizar" que os positivistas caem em contradição, principalmente por tomarem como premissas indiscutíveis seus preconceitos de classe ou de gênero, tal como a visão comtiana da mulher como "naturalmente" idônea.

[57] Em capítulo sobre o método sociológico em seu manual de psicologia social, Briquet afirma que o único ponto de diferenciação entre as diferentes ciências estaria na questão da observação (que seria orientada pela teoria), igualando-se todas, posteriormente, no processo da indução, ou seja, na passagem "dos fatos às leis".

Apesar da preocupação real com a objetividade científica, suas posições conservadoras e até reacionárias tornam-se para eles algo evidente, óbvio, não passando assim pelo crivo da neutralização por simplesmente não serem vistos como preconceitos.

> ...esse modelo de objetividade científica inspirado nas ciências naturais, que supõe a possibilidade de neutralização ideológica, que supõe o esforço individual de objetividade, de autoneutralização ideológica do cientista social – esse modelo que segue o princípio metodológico do Barão de Münchhausen -, reaparece das maneiras mais variadas e imprevistas nos pensadores positivistas mais inteligentes e sofisticados, não só no século XIX, mas também no século XX (LÖWY, 2010, p.48).

Esta inversão despercebida serve como instrumento de justificação de formas de dominação através de um aparato teórico-metodológico que se autodenomina neutro. Uma análise dialética desta forma de pensamento revela, a despeito de sua zona ideológica e mistificadora, um núcleo de verdade, racional, que seria o do esforço sincero na tentativa de se alcançar o conhecimento científico e verdadeiro (*ibidem*, p.49). Desta maneira cabe, então, a problematização de quais seriam as premissas essenciais para se chegar à construção do que se entende por "verdade", através do apontamento crítico dos limites do pensamento científico tradicional do positivismo.

9.2 Os limites do Positivismo: a crítica a partir do Materialismo Histórico e Dialético

Augusto Comte é considerado, em algumas apreciações, não apenas o pai do Positivismo e de uma determinada Sociologia, mas também da Psicologia Social. Em sua produção teórica foi responsável por:

> ...longas obras sobre a natureza das ciências (1830-34), nas quais o psíquico seria o objeto de estudo da Biologia, da Sociologia e da Moral, todas ciências abstratas, que forneceriam os subsídios para as ciências concretas, e entre elas estaria a Psicologia Social, como subproduto da Sociologia e da Moral; para ele, seria a ciência que poderia responder a uma questão fundamental: "Como pode o indivíduo ser, ao mesmo tempo, causa e conseqüência da sociedade?" (LANE, 2002, p. 75).

Conseqüentemente, a Psicologia Social na visão comtiana compartilharia das premissas gerais do positivismo, que seriam: a crença na sociedade humana enquanto regida por leis naturais, independentes da vontade e ação humana; a igualdade das regras metodológicas das ciências sociais com a das ciências naturais e, por fim, a necessidade de se partir de uma posição de neutralidade, objetividade e desvinculação com qualquer posição

ideológica e de classe por vontade própria, através de uma “autoneutralização” (LÖWY, 2010).

Com estas premissas postas, à ciência positivista caberia a resignação em relação à ordem social, às leis que regem a sociedade, dedicando-se a sua mera constatação. Esta resignação, expressa num sofisticado conservadorismo teórico, implicaria na “ordem” que, segundo sua lógica, consentiria o “progresso”. Ordem e progresso seriam garantidos pela premissa de uma sociedade necessariamente dividida em classes, em que o trabalho manual seria separado do trabalho intelectual. Este, representado pelo “espírito científico” cujos porta-vozes seriam os sábios e os cientistas, proprietários de um discurso competente, dominariam aqueles ao se colocarem como os representantes da política e da racionalização da vida social. Nesse sentido, o positivismo partiria do princípio de que a teoria orientaria a prática, indo mais além, ao dominar esta prática. O resultado deste princípio definiria, na esfera material, uma *práxis* calcada, sobretudo, na dominação entre classes e na ideologia.

A dominação da prática pela teoria é resultado da racionalização desta sobre a realidade, revelando a separação entre ambas as esferas e a cisão objetiva entre pensamento e ser.

> Dentro da divisão social do trabalho, o cientista tem que conceber e classificar os fatos em ordens conceituais e dispô-los de tal forma que ele mesmo e todos os que devem utilizá-los possam dominar os fatos o mais amplamente possível. Dentro da ciência o experimento tem o sentido de constatar os fatos de tal modo que seja particularmente adequado à respectiva situação teórica (...) A ciência proporciona uma formulação clara, bem visível, de modo que se possam manusear os conhecimentos como se queira (...) para o cientista a tarefa de registro, modificação da forma e racionalização total do saber a respeito dos fatos é sua espontaneidade, é sua atividade teórica. O dualismo entre pensar e ser, entendimento e percepção, lhe é natural (HORKHEIMER, 1983, p.123)

Vinculada à materialidade da divisão social do trabalho, portanto entre a separação entre trabalho manual e intelectual, a divisão entre pensamento e ser e entendimento e percepção seria produto da *alienação* entre o indivíduo e sua existência, ou mais, da produção de sua existência. Nesse sentido, o positivismo ao conceber a sociedade de maneira naturalizada, segundo leis imutáveis e independentes da ação dos homens, transformaria-os em meros aparatos de leis das quais deveriam obediência.

Em crítica a esta posição teórico-metodológica, o materialismo histórico e dialético - cuja análise se dá sobre os homens reais e históricos produzindo suas condições de existência – aponta para o fenômeno da *alienação* enquanto resultado de um processo histórico determinado, entendendo-se por “história” o modo como os indivíduos:

> ...se reproduzem a si mesmos (pelo consumo direito ou imediato dos bens naturais e pela procriação), como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo com produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma da propriedade, que constituem as formas das relações de produção). É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja numa interpretação real, pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações (CHAUÍ, 2012, p.55).

Em uma palavra, o materialismo histórico e dialético volta-se para a *práxis* humana. Especificamente no caso da alienação, ou de uma *práxis* alienada, os homens não se reconhecem como produtores de suas condições de existência. É desta condição objetiva que o positivismo e a teoria tradicional burguesa produzirão idéias que se resignam a esta alienação, postulando, por exemplo, que os indivíduos "são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem, e os preguiçosos empobrecem" (CHAUÍ, 2012, p.87). Não é necessário realizar grande esforço intelectual para constatar o papel da psicologia nesse movimento de ratificação da práxis alienada.

A *alienação*, enquanto fenômeno objetivo e real, está ancorada na divisão social do trabalho e, em conseqüência, na divisão entre trabalho manual e intelectual. Esta divisão se realiza pela sua intrínseca relação com a *ideologia*, que também é inseparável da *práxis* alienada. No caso, a ideologia pode ser entendida, em sua determinação com o fenômeno da alienação, como:

> ...o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material (CHAUÍ, 2012, p.73-4)

Se a *ideologia* – enquanto falsa consciência - é possível pela *alienação*, portanto, pela inversão entre a produção e o produto, entre a práxis e a produção das idéias, não há como desvinculá-la da história sob a determinação da *luta de classes*. Com efeito, a história sob este ponto de vista "não perde de vista a origem de classe das idéias de uma época, nem perde de vista que a ideologia nasce para servir aos interesses de uma classe e que só pode fazê-lo transformando as idéias dessa classe particular em ideais universais" (CHAUÍ, 2012, p. 106).

Portanto, entender a *ideologia* como resultado da luta de classes é entendê-la como mecanismo de dominação da classe dominante sobre a realidade material e espiritual dos homens. A sociedade burguesa divide-se essencialmente em proprietários e não proprietários

dos meios de produção material, dos quais os primeiros também são proprietários dos meios de produção espiritual, racionalizando conforme o jogo das forças sociais a sua produção e distribuição. Desta perspectiva, a *luta de classes*:

> ...não deve ser entendida apenas como os momentos de confronto armado entre as classes, mas como o conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais, religiosos, artísticos, usados pela classe dominante para manter a dominação. E como todos os procedimentos dos dominados para diminuir ou destruir essa dominação. A ideologia é um instrumento de dominação de classe (CHAUÍ, 2012, p.111).

Conseqüentemente, há uma base objetiva e concreta nesta falsa consciência da realidade, que faz com que a ideologia se realize em sua efetividade como uma forma de práxis social invertida, em que a representação resultante da ação dos homens sobre o mundo lhes aparece como causa, como anterior à sua prática social, e não justamente como determinada por ela. Nesse sentido, a dominação material determina a produção espiritual, onde "as idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias" (p.101-2). A alienação concreta determina a dominação na esfera espiritual.

A ideologia, em sua função de universalização de determinada posição de classe, não revela a essência do processo social; pelo contrário, enquanto conjunto de idéias que se apresentam como "comuns" a todas as classes, realiza-se através da "aparência" desta realidade. Deste modo, realiza de maneira eficiente a inversão prática da realidade, que se apresenta como produto destas idéias, tal como estas "aparecem" aos homens. Nesse sentido, a ideologia opera a partir de "universais abstratos", ou seja:

> ...a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das idéias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não universalidade humana. As idéias da ideologia são, pois, universais abstratos (CHAUÍ, 2012, p.103).

Com efeito, a ideologia apesar de partir de uma base real - ou seja, uma sociedade divida em classes de proprietários e não-proprietários dos meios de produção da vida material e espiritual – expressa uma abstração que se pretende universal. Esta abstração realiza a sociedade em seu aparecer imediato, em oposição à sua realidade concreta mediatizada.

As formas ilusórias das quais a ideologia apresenta a realidade são constituídas pelo duplo processo de "abstração" e "inversão", que estão presentes nos fenômenos do *fetichismo* e da *reificação*. Chauí (2012) sintetiza aquelas da seguinte maneira:

> A abstração (...) é o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado, que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagarmos como tal realidade foi concretamente produzida. Uma realidade é concreta porque mediata, isto é, porque produzida por um sistema determinado de condições que se articulam internamente de maneira necessária. Inversão (...) é tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Assim, por exemplo, quando os homens admitem que são desiguais porque Deus ou a Natureza os fez desiguais, estão tomando a desigualdade como causa de sua situação social e não como tendo sido produzida pelas relações sociais e, portanto, por eles próprios, sem que o desejassem e sem que o soubessem (p.113).

Esta realidade estranhada – que se apresenta nas figuras de Deus, Natureza, Sociedade, Nação, Estado, Ciência, etc. – aparece como entidades exteriores "em si" que dominam os homens de maneira legitimada, apesar de terem sido produzidas por eles próprios. Esta aparência imediata, resultado da alienação, é confirmada pela ideologia, que reitera por meio de "'verdades' a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias 'verdadeiras' (...) também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (...) e representam realidades autônomas" (CHAUÍ, 2012, p. 96).

Deste modo, a ciência positivista pode ser entendida como a proposição teórico-metodológica essencialmente centrada na aparência social, nas formas como a objetividade se apresenta à consciência dos indivíduos, no caso, do cientista, por meio do processo social da dominação. Nesse sentido, a pesquisa do "fato social" resultaria meramente na investigação de elementos da imediaticidade do real e na constatação de relações causais entre universais abstratos, pouco revelando sobre a essência do fenômeno investigado.

Como grande representante da ciência tradicional e burguesa, o Positivismo foi o ponto de partida da primeira concepção de Psicologia Social – postulada por Augusto Comte – assim como a base da análise sociológica do livro *Psicologia Social* de Raul Briquet. Com efeito, aparece em sua obra elementos daquela ciência, tais como a investigação restrita à aparência social; a postura de conservadorismo e resignação frente às leis imutáveis da sociedade – que revelam um indivíduo impotente e separado radicalmente da sociedade; a proclamação ideológica da divisão social do trabalho pela apologia da imposição da teoria sobre a prática – em que a teoria científica governaria a realidade social; a noção de progresso como resultado da ordem – o que implicaria na defesa da ideologia burguesa, tendo em vista que "a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista, porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a Natureza e a sociedade (...) e (...) considera que todo o real se explica em termos de progresso" (CHAUÍ, 2012, p. 93).

Soma-se a isso o contexto histórico da publicação do manual de Briquet, o período entre-guerras, época de crise dos valores liberais e da plena realização de poderosas forças estranhadas na sociedade. Dentre elas, destaca-se o Cientificismo, responsável pela racionalização da sociedade e pela separação desta em relação aos indivíduos; o Fascismo, enquanto modelo político-ideológico que hipostasia o Estado e suprime os indivíduos, que são meras partes funcionais daquele "todo"; o Populismo, que se mostrava como a possibilidade de harmonia política, escondendo, em certa medida, o real confronto das forças antagônicas em formação na sociedade brasileira; o Nacionalismo e a Democracia conservadora, também como entidades "em-si", que aparentavam um princípio de conciliação entre classes. Todos estes elementos ideológicos, ilusórios da realidade concreta, são postos e pressuspostos no livro *Psicologia Social* (1935), que se ancora, sobretudo, no Positivismo de Augusto Comte – enquanto método de investigação e intervenção social; no Evolucionismo – enquanto base do entendimento do fator "herança" na formação do indivíduo, na teoria dos "instintos" como base da organização social, e na compreensão dos diferentes "níveis de civilização" de determinadas culturas; e no Liberalismo burguês, enquanto princípio da defesa do *self made man*, na crença da justiça por uma democracia biológica baseada nas "aptidões naturais" e na crítica ao modelo de escola tradicional.

Diante de todos estes elementos, faz-se necessária uma análise crítica que supere a ilusão da ideologia burguesa, da imediaticidade da realidade que aparece em "fatos", da sua realidade alienada apresentada sob uma *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1989) ou *formas fetichistas de objetividade* (LUKÁCS, 2003) resultantes do processo social de dominação. Esta superação é possível através da análise dialética destas produções, a partir do materialismo histórico e dialético e da teoria crítica da sociedade. No caso, a análise dialética revelaria as mediações da produção intelectual, sua raízes históricas, seus processos reais que são abstraídos através da ideologia. Pela produção intelectual se chegaria à sua função conservadora da produção material.

Em síntese, a teoria crítica em sua fundamentação dialética, "nega a prática enquanto prática imediata, isto é, nega a prática como um fato dado, para revelá-la em suas mediações e como práxis social, como atividade socialmente produzida e produtora da existência social" (CHAUÍ, 2012, p.90). Através das categorias dialéticas da *contradição*, *mediação* e *totalidade*, seria possível a passagem da aparência à essência, da pseudoconcreticidade à concreticidade e das formas de objetividade à realidade concreta em sua totalidade.

Desta forma, cabe a apresentação destas categorias dialéticas que fundamentarão a análise das categorias a que se propõe esta pesquisa, assim como, posteriormente, uma breve descrição dos conceitos de *pseudoconcreticidade* e *de formas fetichistas de objetividade*, como forma de reiterar as formas aparentes da realidade social burguesa.

9.3 Elementos do método materialista histórico esuas bases na dialética hegeliana

Este tópico constitui-se por uma densa discussão acerca da apropriação marxiana da dialética hegeliana[58], assim como do procedimento que dá base à teoria social inaugurada por Marx: a reprodução do concreto como "concreto pensado". Pressupõe-se que, para a discussão sobre as "formas fetichistas de objetividade" (Lukács) e a "pseudoconcreticidade" (Kosik), torna-se fundamental uma elaboração cuidadosa do que significa o "concreto", a "concreticidade".

Tendo em vista que a Psicologia Social no Brasil teve seu primeiro manual lançado em pleno Estado Novo – portanto, sob as condições de intensa industrialização, a formação de um Estado capitalista e as contradições entre capital e trabalho – é possível concluir que seu conteúdo revela uma perspectiva estrutural de classe. Entendida como uma produção intelectual sob condições concretas determinadas, a obra de Raul Briquet insere-se no quadro das produções de intelectuais brasileiros que lidavam com as contradições de uma sociedade que, apesar de liberal e republicana, ainda se amargurava com os efeitos escancarados da escravidão; que no âmbito científico recebia com entusiasmo os estudos culturalistas da antropologia e, por outro lado, mantinha a preocupação eugenista com o futuro da nação; que aos poucos livrara-se das teorias deterministas das raças, mas ainda as realizava em estudos populacionais e orientava políticas públicas sob o argumento de um suposto caráter nacional brasileiro e; por fim, que mesmo sob a apologia da modernização da nação, pressupunha a diferenciação científica entre os "superiores" e "inferiores" e fazia a defesa de estruturas conservadoras da sociedade. Deste modo, no "caso da Psicologia Social no Brasil, faz-se necessário compreendê-la como construção histórica e social, síntese de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e de sociedade e comprometida com posições de classe" (ANTUNES, 2012, p.46).

[58] Esta discussão fez-se necessária após séria incompreensão (de um parecer realizado por uma importante agência de fomento à pesquisa) quanto a aplicação da teoria marxiana e do método dialético em pesquisas científicas.

Se foram contradições que resultaram na necessidade histórica da Psicologia, seu desenvolvimento posterior não poderia escapar dessas mesmas contradições:

> Assim, a Psicologia se desenvolve, se fortalece e se consolida, como ciência e profissão, na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigido pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial, que tem na modernização a base para suas realizações no campo das ideias e da gestão de seus negócios e da sociedade (ANTUNES, 2012, p.58)

Estas, como tantas outras contradições – que serão desveladas conforme os estudos a que se propõe esta pesquisa – de um país capitalista industrial recém saído de um modelo predominantemente agroexportador, baseado no latifúndio e na escravidão, exigem uma abordagem materialista-dialética na compreensão de suas mediações concretas, assim como de sua produção intelectual, como esfera relativamente autônoma, porém estruturalmente circunscrita por essa realidade social.

Se as contradições no nível do pensamento revelam contradições no nível da realidade, cabe num primeiro momento a discussão sobre o método do materialismo histórico na apreensão do concreto para, em seguida, num segundo momento, a apreensão de suas formas de manifestação, as suas formas de objetividade ou pseudoconcreticidade e a dialética relação com a estrutura social.

***

Os mais de 40 anos de intenso trabalho e pesquisa a que se dedicou Marx - e que resultaram na teoria social marxiana - iniciado com os Manuscritos de 1844, giraram em torno de um problema central: a análise concreta da sociedade burguesa, ou seja, "a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista" (NETTO, 2011, p.17). Alicerçado na filosofia alemã, na economia política inglesa e no socialismo francês, Marx definiu as bases do método materialista dialético na famosa "Introdução" dos *Grundrisse*, configurando os caminhos da investigação que resultou n´*O Capital.*

A necessidade de reconciliação com a dialética hegeliana decorre do caráter contraditório do objeto estudado por Marx, a moderna sociedade burguesa[59]. O que para

[59]Para um discussão mais aprofundada, ver: ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Uerj, 2011.

Ricardo seria o ponto de partida da investigação – as antíteses do modo de produção capitalista – para Marx era um resultado, um momento necessário do movimento de realização do capital na história, cabendo investigar cientificamente a sua gênese por meio de um tratamento dialético.

Para Marx, o método dialético é o método científico verdadeiro. No entanto, o método marxiano não é igual ao da dialética hegeliana, mas "seu oposto", assim como descrito numa passagem do pósfácio da segunda edição d´O Capital:

> Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p.90).

A inversão materialista-histórica da dialética hegeliana fica evidente na concepção que Marx tem de "teoria", concebendo-a como "a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa" (NETTO, 2011, p.21).

Basicamente, o método dialético é uma forma de compreender a realidade a partir de seu movimento, que se dá por meio de contradições. Trata-se de um método genético, que busca a gênese do objeto a ser estudado, considerando este objeto em sua existência real e efetiva. Neste sentido, são elementos fundamentais da dialética para a investigação científica as relações entre sujeito e objeto, aparência e essência, forma e conteúdo, particularidade e totalidade.

No entanto, a existência efetiva do objeto – que está para além da existência do pesquisador – apresenta-se sob uma manifestação aparente. Cabe exatamente ao pesquisador, por meio do procedimento da abstração, apreender a estrutura e a dinâmica deste objeto, a sua essência, a partir de sua aparência. Assim, para o conhecimento da realidade é necessária uma posição ativa do sujeito frente ao objeto, e não meramente contemplativa, unicamente sob sua forma de manifestação. Esses dois níveis de realidade do objeto – sua essência e sua manifestação – "coincidem, mas não ´imediatamente´, e sim por mediações, através das quais a essência aparece com uma aparência diferente. É a própria essência, contudo, que determina esta sua forma diferente de manifestação e só o faz por ser contraditória" (GRESPAN, 2002, p.27).

Portanto, o método dialético é científico por apreender o movimento real e contraditório do objeto, assim como suas mediações que determinam suas formas de manifestação. Para tanto, outra noção que constitui o núcleo racional da dialética hegeliana e que se tornou fundamental ao procedimento analítico marxiano é a categoria da *totalidade*. Por meio dela é que se acessaria o nível da "verdade" científica, escapando das insuficiências do método da ciência burguesa. Com efeito, a concepção de totalidade torna-se o centro da concepção de "teoria" para Marx assim como descrito por György Lukács:

> Essa concepção dialética da totalidade, que parece se distanciar em larga medida da realidade imediata e construí-la de maneira "não científica", na verdade é o único método capaz de compreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade (LUKÁCS, 2003, p.79).

O interesse científico de Marx pela complexidade das relações sociais tinha como pano de fundo a totalidade da sociedade burguesa e como pedra de toque a produção burguesa moderna (a produção da riqueza material), entendida pelo autor como um momento crucial e determinante de todas as outras totalidades. A preocupação com o objeto evidencia-se na primeira linha dos *Grundrisse*: "*a produção material* (...) Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada" (MARX, 2011, p. 39). Como bem aponta Netto (2011), a escolha de Marx pela investigação teórica sobre a produção das condições materiais de existência não foi arbitrária, mas uma exigência do próprio objeto a ser estudado.

Na exigência de uma posição "ativa" do pesquisador frente a seu objeto - buscando apreender seu movimento real - outro aspecto do procedimento científico é revelado: a diferença entre o método de investigação e o método de exposição. O primeiro, parte das perguntas e hipóteses do pesquisador, enquanto o segundo, parte dos resultados encontrados pela investigação (NETTO, 2011, p. 27). Marx faz estas considerações n´*O Capital*, apontando que na investigação científica do objeto o que se é buscado é seu "nexo interno":

> Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p.90).

9.4 Da abstração analítica ao concreto pensado: a "viagem de retorno"

A crítica à economia política na "Introdução" dos *Grundrisse* revela uma síntese da base metodológica do materialismo dialético de Marx - então constituído após longo percurso intelectual –e dá o contorno do objeto de investigação: a sociedade burguesa. Para tanto, o "procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material" (NETTO, 2011, p.39), a produção burguesa moderna.

Em conhecida passagem do capítulo sobre "o método da economia política", Marx descreve o percurso metodológico correto para a investigação científica, que iria do abstrato ao concreto:

> Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P.ex., trabalho assalariado, capital etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relaçõesA primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc,; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise (MARX, 2011, p. 54).

Nesta passagem, Marx além de traçar o ponto de partida de sua concepção materialista e dialética, também faz a diferenciação fundamental entre realidade e pensamento, entre o concreto e o abstrato, ou seja, define sua posição investigativa crítica frente ao objeto. Assim como descrito por Lukács (2003), "o ponto de partida metódico de toda tomada de posição crítica consiste justamente na separação entre método e realidade, entre pensamento e ser" (p. 69) e, portanto, entre sujeito e objeto.

Conforme exposto acima, pela apreensão do real e do concreto, pode-se chegar por meios analíticos a conceitos e determinações abstratas mais simples: do "concreto representado" para "conceitos abstratos". Este percurso metodológico foi adotado pela economia política e se tornou exatamente o seu ponto de insuficiência, por constatar no concreto analisado uma "representação caótica de um todo". Segundo Marx, o trabalho

dialético fundamental é realizar "a viagem de retorno", apreendendo o concreto como concreto pensado, ao constituí-lo a partir de suas determinações mais simples até chegar à sua efetividade real dentro de uma totalidade dinâmica. Este, pois, seria o método "cientificamente correto":

> Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 54).

Para a realização da tarefa de ir do mais simples ao complexo, é fundamental o procedimento da abstração, momento analítico primordial. Dentro do percurso metodológico do materialismo dialético apresentado nos *Grundrisse*, Dussel (2012) define cinco passagens centrais: "a *abstração* das determinações; a elevação *dialética* do abstrato ao concreto, a construção sintética do *todo concreto*; a problemática em torno das *categorias;* (...) o plano das investigações" (p. 49).

Se o início do trabalho de investigação é o concreto real, cabe distingui-lo da primeira representação que se tem dele, da "representação plena" e "caótica" (daí a necessidade de separar o real – enquanto exterioridade - do pensado). A partir desta representação plena é que se dará o trabalho analítico da abstração:

> O ato da abstração é analítico no sentido de separar da `representação plena´um a um os seus múltiplos conteúdos noéticos (momentos da realidade da própria coisa); separa uma *parte* do todo e a considera como *todo*. Considerar uma "parte" como "todo", pela capacidade conceptiva da consciência, constitui a essência da abstração (DUSSEL, 2012, p.52).

A abstração ao separar o "conteúdo noético" da "representação plena", define as múltiplas determinações da coisa. Determinações estas que são momentos reais, mas que pelo trabalho analítico se tornam momentos do pensamento, reproduções do real agora conceptualizado. Este duplo trabalho da abstração (separar e produzir determinações) tem início sobre essa primeira "representação plena" e "caótica" e não sobre o real concreto, portanto, é posterior a esta representação inicial. Assim, "a representação é ´volatilizada` na

determinação abstrata; desaparece como representação plena, é negada metodologicamente – no momento, analiticamente" (DUSSEL, 2012, p.52).

Posto que a representação inicial é ainda um momento pré-analítico, resultado de uma forma fetichista de objetividade (LUKÁCS, 2003), o primeiro passo metodológico é exatamente depurá-la em suas determinações abstratas, das mais simples às complexas. Daí o interesse de Marx sobre o "trabalho em geral", abstrato, como categoria simples, para se pensar a economia da moderna sociedade burguesa.

> O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o ´trabalho` é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples relação (MARX, 2011, p. 54).

Após o trabalho analítico da abstração de "fixar" as determinações, cabe elevá-las do simples ao complexo, da parte ao todo, do abstrato ao concreto, que seria o trabalho *sui generis* do método dialético:

> O método dialético consiste em situar a ´parte`no ´todo`, como ato inverso ao efetuado pela abstração analítica. A abstração parte da representação (todo pleno) e chega à determinação abstrata (clara, mas simples). O ato dialético parte da determinação abstrata e constrói sinteticamente uma totalidade – concreta em relação à determinação, abstrata em relação à totalidade concreta explicada (DUSSEL, 2012, p.53).

Neste sentido, o estudo da "produção" como uma determinação simples (que também possui suas determinações internas), levou Marx a relacioná-la a outras determinações simples (distribuição, troca e consumo) e - a partir da relação estabelecida entre estes diferentes momentos - realizar o trabalho teórico de sintetizar uma nova totalidade, um concreto com "múltiplas determinações". Sendo um momento do processo geral do pensamento, o movimento dialético segue um duplo caminho:

> Por uma parte, maneja as determinações (claramente definidas como "conceitos", eles mesmos "construídos" enquanto essência pensada com determinações internas) e as relaciona mutuamente entre si (produção – consumo, p. ex.), codeterminando-se mutuamente, Deste modo, os "opostos" se codefinem. Num segundo momento, constitui-se sinteticamente com eles uma nova totalidade que adquire autonomia (é a totalidade articulada com múltiplas determinações). Levados a este nível concreto o que antes aparecia como opostos (produção e consumo), agora eles fazem parte de uma ´unidade`que os compreende e explica (DUSSEL, 2012, p.54).

Como citado anteriormente por Marx (2011), o "mercado mundial" seria o último nível de construção da totalidade e – tomando o exemplo da "população" – a partir deste

limite, deveria ser realizada a "viagem de retorno" à "população" só que agora construída segundo suas "múltiplas determinações".

Por meio desse movimento de "ascenso" e "descenso" dialético, torna-se fundamental o momento de explicação categorial, de definição da ordem dos *conceitos* ou *categorias* então realizados pelo trabalho da abstração, entendidos como "formas de ser" da totalidade real que é a moderna sociedade burguesa. Assim:

> No real, as determinações são momentos da sua existência, formas de ser da própria sociedade. Enquanto abstratas, são já fruto de um ato analítico de separação metodológica. As determinações abstratas, enquanto definidas, são "conceitos" e, enquanto "instrumentos" ou "mediações" interpretativas, são categorias. A ordem que estas guardam entre si é a própria ordem real que guardam as determinações como momento da realidade da sociedade burguesa concreta (DUSSEL, 2012, p.53).

Os momentos metodológicos fundamentais do materialismo dialético podem, assim, ser explicados da seguinte maneira: do *concreto real* (mundo externo), formular-se-ia por um processo de totalização uma *representação plena* (ainda inicial, abstrata, uma totalidade ainda caótica). Pelo trabalho da abstração se chegaria às suas *determinações abstratas* (em que se realizaria o trabalho de categorização e conceptualização) e, a partir delas, o processo de síntese a uma *totalidade construída (concreta) em geral*. Este seria o momento do "ascenso dialético". No entanto, é necessário o caminho de "retorno", o *retorno explicativo*, ou seja, o momento da "explicação categorial" que - a partir das categorias explicativas então sintetizadas - chegaria à *totalidade concreta histórica explicada* e, por fim, à realidade conhecida novamente (exterior) (DUSSEL, 2012, p.51). Cabe lembrar que não foi atribuição de Marx a realização de um tratado metodológico para a identificação destes diferentes momentos; antes, foram "reflexões ´ao correr da pena`" (*ibidem*, p.55).

A posição de Marx a respeito da ordem das categorias para a análise concreta da realidade lhe pôs em choque com as posições de Hegel e Proudhon sobre a relação entre as sucessões dessas categorias na história (real) e no pensamento lógico-teórico (abstração). Se para o primeiro as duas se assemelhavam (pensamento produzindo a realidade[60]), já o último as separava absolutamente. Para Marx - em oposição a ambos - o ponto de partida deveria ser a totalidade real e concreta:

> Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna

[60]Premissa constitucional da dialética hegeliana.

> sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem "na ideia" (...) Trata-se, ao contrario, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa (MARX, 2011, p. 60).

Portanto, a disposição ordinal das categorias no pensamento teórico, apoiado na realidade concreta, "deve estar determinada por sua posição sincrônica e essencial na moderna sociedade capitalista" (DUSSEL, 2012, p.56-57). Além disso, o entendimento e a apreensão da dinâmica dessa totalidade permite a compreensão de momentos históricos anteriores sem, no entanto, cair nas "robinsonadas" da economia política, que generalizava e naturalizava a sociedade burguesa para outras épocas.

> A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se (...) A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida (DUSSEL, 2012, p. 58).

O conceito de "trabalho em geral", tão utilizado por Marx, é resultado de um processo de uma abstração tanto "espiritual", quanto "concreta". Como determinação abstrata, constitui-se como essência do "trabalho" a partir de sua análise teórica. Por outro lado, a abstração do "trabalho" como "trabalho em geral" também é um resultado objetivo:

> ...essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo de trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente (...) tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna (ibidem, p.58)

Antes de constitui-lo como categoria econômica, é necessário definir o "trabalho" enquanto *conceito*, a partir da análise de suas determinações abstratas mais simples – ou seja, enquanto "trabalho geral", "determinação essencial abstrata" do trabalho, sua "laboriosidade essencial abstrata" (DUSSEL, 2012).

A partir do procedimento de elevar as categorias "mais simples" às mais "complexas", tendo em vista sua relação sincrônica com a sociedade burguesa moderna, cabe a discussão do eixo diacrônico da análise da ordem das categorias na história. Em passagem dos Grundrisse, Marx (2011) cita que a categoria "renda da terra", olhada por um ponto de vista histórico cronológico, seria a categoria econômica mais simples pelo fato da agricultura ser a forma de

produção universal desde as mais antigas formas de sociedade. No entanto, sob a moderna sociedade burguesa, a categoria "capital" é anterior a ela, "já que a funda e a explica teoricamente (sincronicamente)" (DUSSEL, 2012, p.59). Na sociedade burguesa, "a agricultura devém mais e mais um simples ramo da indústria, e é inteiramente dominada pelo capital. O mesmo se dá com a renda da terra" (MARX, 2011, p.60). O capital, como totalidade de todas essas determinações, é para Marx (2011) *ser* e *essência* da sociedade capitalista (DUSSEL, 2012):

> O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca (MARX, 2011, p. 60)

Portanto, para além da sucessão histórica das categorias, a análise deve contemplar a relação que as categorias assumem na sociedade burguesa, em sua reciprocidade dialética. É assim que...

> as categorias mais simples (determinações abstratas ou conceitos construídos) pode, por sua parte, *constituir* categorias mais complexas (assim, a categoria trabalho pode constituir um suposto da categoria dinheiro e esta, por seu turno, constitui um suposto do capital). E as categorias mais complexas ou concretas ("totalidade construída em geral")(...) podem *explicar*, mediante as categorias que as compõem (por exemplo, "capital constante" ou "capital variável"), a "totalidade concreta histórica explicada" (...), a moderna sociedade burguesa. As categorias são assim, elementos ou mediações de *construção* (constituição) ou *explicação* – momentos hermenêuticos essenciais do método (DUSSEL, 2012, p.60).

Em síntese, na "Introdução" dos *Grundrisse*, Marx delimitou de forma mais precisa não apenas o objeto e o método de sua pesquisa, como definiu as categorias de análise e seu consecutivo ordenamento na investigação, apesar das mudanças posteriores que ocorreram na estrutura da obra até sua plena realização n´*O capital*, assim como a parte "incompleta" sobre o Estado, o mercado mundial, etc. Contudo, é evidente no livro a preocupação de Marx com a apresentação das categorias e o cuidado com a descrição de seu percurso que vai das categorias mais simples às mais complexas.

Pretende-se, nesta pesquisa, a execução do mesmo percurso quanto à análise da produção intelectual da Psicologia Social no Brasil, para tanto, buscar-se-á primeiramente a definição de categorias de análise e, em seguida, a compreensão das relações que estas estabelecem entre si.

9.5 Totalidade, mediação e contradição: as três categorias fundamentais da análise materialista e dialética

Esta seção tem por intuito a descrição da relação entre as três principais categorias da dialética para a análise do materialismo histórico, assim como situar as posições contraditórias entre totalidade e particularidade, sujeito e objeto, pensamento e realidade na produção científica. Tal discussão justifica-se pela própria contradição do objeto da Psicologia Social e da relação entre Sociologia e Psicologia, considerada por Adorno (1991) como uma ciência parcelar, com um objeto particular.

A "Introdução" de 1857 pode ser pensada tanto como um ponto de chegada, quanto um ponto de partida. Primeiro, como ponto de chegada, por ser o resultado de um longo percurso intelectual que resultou na adequação investigativa então evidenciada em relação ao movimento contraditório do objeto de investigação, o que lhe exigiu um novo tratamento teórico. Segundo, como ponto de chegada, porque "este tratamento teórico, por sua vez, implica uma depuração ainda maior da formulação metodológica" (NETTO, 2011, p.55) constituindo assim uma unidade entre teoria e método, que se tornam indissociáveis.

Segundo Netto (2011), três categorias são nucleares na concepção teórico-metodológica de Marx e que são apresentadas nos *Grundrisse*: totalidade, mediação e contradição.

Como já discutido anteriormente, a totalidade concreta fundamental para Marx é a moderna sociedade burguesa. Esta, no entanto, não é apenas um "todo" cujas partes se "somam". Trata-se de uma *totalidade* "inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade" (NETTO, 2011, p.56), ou seja, é a unidade de "múltiplas determinações". Trata-se de uma "categoria de categorias, um conceito de conceitos" tanto no nível real, quanto no nível espiritual (DUSSEL, 2012, p.327), portanto, é a síntese de diversificadas determinações menos complexas, totalidade de outras totalidades.

A síntese, como um procedimento ativo do pesquisador, é "a visão de conjunto que permite (...) descobrir a estrutura significativa da realidade (...) numa situação dada. E é essa estrutura significativa que é chamada totalidade" (KONDER, 2012, p.36). Por outro lado, a totalidade deve ser vista como "um momento de um processo de totalização (que (...) nunca alcança uma etapa definitiva e acabada). Afinal, a dialética (...) negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses" (KONDER, 2012, p. 38). Ora, este processo de

constante síntese e totalização caracteriza exatamente a abstração, cujo fundamento é separar a parte do todo e transformá-la numa nova totalidade (de menor complexidade), assim sucessivamente até a "viagem de volta", como descrito anteriormente. Mais do que isso, o processo analítico da abstração já deve partir de uma síntese (mesmo que seja a representação inicial "caótica"). Portanto, "uma certa compreensão do todo precede a própria possibilidade de aprofundar o conhecimento das partes" (KONDER, 2012, p. 42). O conhecimento a que se chega, a totalidade, o "concreto", "não é um *ato* e sim *processo*" (KONDER, 2012, p.43), é um resultado a que se chega após longo trabalho que se dá pela abstração.

Essas totalidades constitutivas (de menor complexidade) possuem suas próprias tendências internas de desenvolvimento e têm diferentes momentos de determinação, ou seja, há aquelas que são mais determinantes que outras, como, por exemplo, o momento da "produção" como determinante sobre o "consumo", "a troca" e a "distribuição". Todas elas, formando uma unidade:

> O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentreo de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si (MARX, 2011, p.53).

O fato de terem diferentes tendências operantes é o que permite que a sociedade burguesa se configure como uma "totalidade estruturada e articulada", com um movimento "dinâmico" a partir do "caráter contraditório de todas as [outras] totalidades" (NETTO, 2011, p.57). Do contrário, seria amorfa e sem movimento, eternizada, como queria a economia política.

O trabalho da abstração (síntese e totalização) que leva ao "concreto pensado", é precisamente o procedimento analítico que vai da aparência à essência do fenômeno estudado, ou seja, que vai da sua manifestação imediata à sua dimensão mediata, conforme suas *mediações*. O procedimento analítico de romper a aparência imediata desses processos, acessando o seu núcleo racional, a sua essência, é possível porque eles estão em "inter-relação dialética e dinâmica e passam a ser compreendidos como aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico" (LUKÁCS, 2003, p.84).

Assim, o movimento dinâmico daquelas diferentes totalidades se torna inteligível a partir da relação entre essas totalidades constitutivas em seu nexo interno, da relação que estabelecem entre si, assim como em relação à totalidade inclusiva que faz a síntese de todas, portanto, a partir das mediações (internas e externas) que fazem a articulação de todas essas totalidades (NETTO, 2011). Sem a mediação, "a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ´unidade do diverso` (NETTO, 2011, p.57).

Como já citado anteriormente, o movimento dinâmico das totalidades se dá pelo jogo dialético de suas *contradições*. O trabalho do pensamento dialético é de identificar as "contradições concretas e as mediações específicas que constituem o 'tecido` de cada totalidade, que dão ´vida` a cada totalidade" (KONDER, 2012, p.44), trazendo à tona tanto os momentos de oposição quanto de união de suas partes constitutivas. Ao contrário do senso comum:

> ...no caso da realidade social, essas contradições não são indícios de uma imperfeita compreensão científica da realidade, mas pertencem, de maneira indissolúvel, à essência da própria realidade, à essência da sociedade capitalista. Sua superação no conhecimento da totalidade não faz com que deixem de ser contradições. Pelo contrário, elas são compreendidas como contradições necessárias, como fundamento antagônico dessa ordem de reprodução (LUKÁCS, 2003, p.80).

Daí o motivo de Marx escolher o método dialético segundo o movimento do seu objeto de pesquisa - que se mostrava contraditório - e, por isso, o fato do método dialético ser o único capaz de reproduzir o real no plano do pensamento, justamente por considerar as contradições da realidade como necessárias e não como erros do percurso metodológico. Pela articulação das três categorias da dialética: "Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo da ´produção burguesa`, ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social" (NETTO, 2011, p.58).

9.6 Pseudoconcreticidade e formas fetichistas de objetividade: a abstração da realidade

Se anteriormente foi descrito o longo percurso do processo de reprodução do concreto enquanto concreto pensado, nesta seção será realizada uma breve discussão sobre a face

alienada desta concreticidade, como forma de complementar a seção anterior sobre os limites do positivismo a partir do materialismo histórico e dialético. Dadas as definições das categorias dialéticas da totalidade, mediação e contradição, cabe o retorno à discussão sobre a base da produção ideológica da moderna sociedade burguesa, que se realizaria em sua manifestação através de uma *pseudoconcreticidade* (KOSIK,1989) e suas relativas *formas fetichistas de objetividade* (LUKÁCS, 2003) enquanto momentos da aparência abstrata e reificada da realidade social do capital.

Como descrito em capítulo anterior, a ideologia pode ser entendida como uma ilusão, que tem por fundamento os mecanismos de abstração e inversão do real. Apesar de ilusória, tem uma base real, portanto, objetiva. Enquanto manifestação de uma práxis alienada teria como função ocultar o processo social de dominação, através de uma realidade aparente que encontraria sua determinação essencial na produção material da realidade. Todavia, esta produção espiritual da realidade não se reduz a mero reflexo da realidade material:

> ...a ideologia não é um "reflexo" do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (isto é, abstrato e invertido) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social. Se a ideologia fosse um "simples reflexo" da realidade na consciência dos homens, a relação entre o mundo e a consciência não seria dialética (isto é, contraditória ou de negação interna), mas seria mecânica ou de causa e efeito. Se a ideologia fosse o espelho "ruim" da realidade, ela seria o efeito mecânico da ação dos objetos exteriores sobre nossa consciência, como a ação da luz sobre nossa retina (...) A ideologia é uma das formas de práxis social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade (CHAUÍ, 2012, p. 114-15).

Indo além, o fenômeno da alienação - como expressão de uma realidade autônoma e fora de controle diante de um indivíduo que nela não se reconhece mais - produz uma objetividade que aparece aos sujeitos de maneira fetichizada, reificada, enquanto *forma fetichista de objetividade* (LUKÁCS, 2003) ou *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1989). Enquanto resultado da cisão entre pensamento e ser, esta objetividade fetichizada – que aparece "como coisas e relações entre coisas" (LUKÁCS, 2003, p.87) seria o ponto de partida da investigação do Positivismo, limitado à mera aparência que está alienada de sua verdadeira essência, ou seja, da realidade concreta do capital, da sua *práxis* social.

> Essa mudança contínua das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais em sua ação recíproca, dialética e contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade *determinada* na qual ele funciona fazem com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a realidade como *devir social*. É somente nessa perspectiva que as formas fetichistas de objetividade, engendradas necessariamente pela produção capitalista, nos permitem vê-las como meras ilusões, que não são menos ilusórias por serem vistas como

> necessárias. As relações reflexivas dessas formas fetichistas, suas "leis", surgidas inevitavelmente da sociedade capitalista, mas dissimulando as relações reais entre os objetos, mostram-se como as representações necessárias que se fazem os agentes da produção capitalista. Elas são, portanto, objetos do conhecimento, mas o objeto conhecido nessas formas fetichistas e através delas não é a própria ordem capitalista de produção, mas a ideologia da classe dominante (LUKÁCS, 2003, p. 85-6).

Ao mesmo tempo em que aliena, esta objetividade fetichizada expressaria - a partir das relações deduzidas entre os objetos que constitui a sua realidade aparente - a própria fragmentação real e imanente à sociedade capitalista. Portanto, a lógica da identidade e da equivalência que se apresenta nos conceitos e nas leis positivistas, seria a expressão da própria equivalência resultante da abstração do trabalho e de todos os objetos na realidade do capital sob a forma da mercadoria. A abstração do pensamento revelaria uma abstração real, a pseudoconcreticidade revelaria a essência da concreticidade.

> O caráter fetichista da forma econômica, a reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão social do trabalho, que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção, sem se preocupar com as possibilidades e capacidades humanas dos produtores imediatos, transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua apercepção. Surgem fatos "isolados", conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico. Sendo assim, pode parecer particularmente "científico" levar até o fim e elevar ao nível de uma ciência essa tendência já inerente aos fatos (LUKÁCS, 2003, p.72).

Tendo isto em vista, Kosik (1989) e Lukács (2003) apontam para a análise dialética, a partir do ponto de vista da totalidade, como meio para se "destruir" a *pseudoconcreticidade* ou superar as *formas fetichistas de objetividade*. Esta análise se definiria pelo chamado "estudo concreto", que significaria a "relação com a sociedade como totalidade" (LUKÁCS, p. 140). Na compreensão da produção subjetiva em seu contexto histórico, objetivo, caberia ao pensamento dialético situá-la para além de sua imediaticidade, de suas relações causais aparentes, recuperando suas determinações dialéticas em seu movimento dentro da totalidade:

> O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta. A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado (KOSIK, 1989, p. 16).

A revelação de suas mediações (para além de sua imediaticidade) e o apontamento de sua função ideológica em determinada época seria, para Lukács (2003) insuficientes para a

análise dialética que, além de se ocupar destes pontos, ou seja, os limites de determinada subjetividade, também deveria apontar para o seu devir, para a sua "possibilidade objetiva":

> A relação com a totalidade concreta e as determinações dialéticas dela resultantes superam a simples descrição e chega-se à categoria da possibilidade objetiva. Ao se relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens teriam tido numa determinada situação de sua vida, se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente essa situação e os interesses dela decorrentes, tanto em relação à ação imediata, quanto em relação à estrutura de toda a sociedade conforme esses interesses. Reconhece, portanto, entre outras coisas, os pensamentos que estão em conformidade com sua situação objetiva (p. 141).

Estes seriam, pois, os fundamentos da análise materialista histórica e dialética de determinado fenômeno segundo seu movimento aparente, situando-lhe dentro de uma totalidade, ou em termos específicos, como parte da *práxis* humana.

9.7 A relação entre Psicologia e Sociologia: uma antinomia costurada

Das antinomias que aparecem ao pensamento a partir da pseudoconcreticidade burguesa - enquanto relações aparentemente naturais e deduzíveis da realidade empírica tal qual se apresenta - a oposição entre indivíduo e sociedade é uma das mais importantes, sobretudo por separar de maneira antagônica duas das suas principais ciências: a Psicologia e a Sociologia.

Conforme mostrou Adorno (1991), as dificuldades em se relacionar Psicologia e Sociologia não são derivadas de questões metodológicas ou dificuldades conceituais, tal como concebia o pensamento científico dominante, mas da cisão entre psique e objetividade na realidade concreta, efeito da *alienação* do indivíduo frente às cegas forças sociais. Nesse sentido, enquanto expressão de determinadas formas de objetividade à consciência, esta cisão seria a base de uma "falsa consciência":

> La separación entre sociedad y psique es falsa conciencia; eterniza em forma de categorias la escisión entre el sujeto viviente y la objetividad que impera sobre los sujetos y que, no obstante, son ellos quienes producen. Pero no se le puede quitar el terreno a esa falsa conciencia por decreto metodológico. Los seres humanos no son capazes de reconocerse a sí mismos em la sociedad, ni ésta en ellos, porque están enajenados entre sí y respecto al conjunto. Sus relaciones sociales cosificadas se eles presentam necessariamente como seres em sí mismos (p.139-40).

Nesse sentido, qualquer tentativa de aproximar metodologicamente os objetos da Psicologia e da Sociologia representaria mera harmonização formal e ideológica de um

antagonismo real entre sujeito e sociedade, cuja relação seria essencialmente reificada e alienada. Se as contradições do pensamento teórico revelariam as contradições reais, deste modo, enquanto ideologia, a teoria tradicional teria uma dupla dimensão de verdade e falsidade, por expor, de um lado, a efetiva cisão dos dois pólos ao pressupô-los como premissa indelével e, de outro lado, por buscar sua impossível reconciliação através de dispositivos metodológicos.

> Pero la diferencia entre individuo y sociedad no es solo cuantitativa: así se la encara unicamente por el camino de um processo social que troquela de antemano a los sujetos individuales como soportes de su función em el proceso conjunto. Ninguna síntesis científica futura puede conseguir que se meta em el misno saco lo que está radicalmente escindido consigo mismo (ADORNO, 1991, p. 147).

A realidade da qual se defrontam aquelas ciências seria a de um sujeito resignado diante de um processo social do qual não se identifica enquanto produtor. Do mesmo modo, este processo não reconhece os homens em sua ação histórica, senão enquanto acessórios de sua própria engrenagem social. Nesse sentido, torna-se impossível a realização do indivíduo que se vê anulado[61] diante do movimento de total socialização da sociedade. O triplo processo da *alienação*, *reificação* e *fetichismo* mediariam a relação de um indivíduo sem subjetividade diante de uma sociedade sem sujeitos, em que a totalização se tornou a base da práxis. A sociedade é vista como regida por leis e fatores extrínsecos, enquanto o indivíduo como uma mônada isolada. De um ponto de vista dialético, o indivíduo isolado, objeto fundamental da psicologia, enquanto "puro sujeito de la autoconservación, encarna el principio más íntimo de la sociedad con respecto a la que se encuentra em oposición absoluta" (ADORNO, 1991, p.157).

Frente a uma objetividade cega que determina a abstração em todos seus outros níveis, a relação entre estrutura social e suas formas de consciência se torna determinante. Com efeito, não levaria à reprodução mecânica do social ao nível individual, mas à determinação de sua forma aparente que, no caso, seria fragmentada:

> La psicodinámica es la reproducción de conflitos sociales em el indivíduo, pero no de forma tal que meramente copie las tensiones acctuales. Sino que además, al existir como algo cuajado y separado por la sociedad, esa dinâmica sigue

[61] Ruy Fausto (1987) realiza uma excelente análise da noção de pressuposição do sujeito "homem", sobretudo no que se refere à impossibilidade deste se tornar um sujeito positivado em seu predicado. No caso, dentro do modo de produção capitalista, o homem apenas "passa no" seu predicado, que o nega enquanto determinação alienada. Por outro lado, o capital é sujeito, que se predica positivamente em seus momentos "dinheiro" e "mercadoria", enquanto transforma o "homem capitalista" e o "homem operário" em suportes de sua reprodução. Deste modo, segundo a lógica marxiana, "o discurso teórico marxista em sentido estrito tem como objeto central não os predicados do sujeito pressuposto "homem", mas o sujeito real "capital", cujos predicados – suportes – reais são os predicados (negações) "do" sujeito pressuposto homem" (p.31).

> desarrollando aún más desde si mísma la patogénesis de uma totalidad social sobre la que también impera la maldición de la fragmentación (ADORNO, 1991, p.157).

Deste modo, esta abstração total implicaria na forma conhecimento da Sociologia e da Psicologia. A primeira, concebendo uma sociedade distante de sua concreticidade, regulada por abstratas leis e fatores isolados, a segunda, um indivíduo isolado da totalidade, sob sua própria lógica, e distante de sua práxis histórica.

Em síntese, a oposição entre Psicologia e Sociologia revelaria não apenas a divisão do trabalho ao nível intelectual, segundo a racionalização do conhecimento científico, mas a dupla condição do antagonismo entre indivíduo e sociedade: por um lado, ocultando o processo histórico e social que resultou na alienação entre parte e todo, ao mesmo tempo em que, ao tomá-la como premissa, o revela enquanto realidade alienada.

> La separación de Sociología y Psicología es incorrecta y correcta al mismo tiempo. Incorrecta em cuanto acepta como si fuera de recibo la renuncia al conocimiento de la totalidad que ordeno esa separación; correcta en la medida em que registra la ruptura cumplida en la realidad como demasiado irreconciliable para uma precipitada unificación conceptual (ADORNO, 1991, p. 159-160).

A Psicologia Social, enquanto tentativa de ponto de intersecção entre estas duas ciências particulares, também não escapou das inevitáveis antinomias destas, tendendo ora para a falsa consciência produzida pela Sociologia, ora pela Psicologia. Especificamente, será visto que Raul Briquet encontrou um beco em saída na tentativa de costurar a cisão entre indivíduo e sociedade a partir do Positivismo e de sua premissa no método das ciências naturais.

10 O LIVRO "PSICOLOGIA SOCIAL" DE RAUL BRIQUET (1935)

Esta seção é dedicada à análise[62] da estrutura do livro e de suas principais ideias, conforme a relação entre sua forma e conteúdo, totalidade e particularidade, sujeito e objeto, mediação e contradição, conforme as categorias do materialismo histórico e dialético. Também serão realizados alguns primeiros comentários acerca de passagens do texto, para depois serem melhor desenvolvidos em seções posteriores.

***

A primeira edição do livro *Psicologia Social* de Raul Briquet foi lançada em 1935 pela Livraria Francisco Alves: Paulo de Azevedo & CIA. Na primeira folha o autor é citado como "*CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E PROFESSOR DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO*". Note que, sua apresentação se dá pelos cargos acadêmicos que ocupava, revelando sua dupla vinculação tanto numa instituição médica, como noutra de Sociologia e Política. Também cabe destacar que o autor foi membro presente na fundação de ambas as instituições.

No total, o livro possui 265 páginas incluindo um "índice alfabético" com os principais termos da obra e suas respectivas páginas relacionadas, assim como um "índice de autores" segundo a mesma estrutura. Na última página há uma errata com a correção de 5 termos digitados equivocadamente.

10.1 Prefácio

No prefácio, assinado pelo autor em maio de 1935, Briquet indica ao leitor que o livro é resultado das lições de seu curso realizado no segundo semestre de 1933 na Escola Livre de

[62] Para a análise deste manual, foi adaptada a ortografia para os padrões atuais, com a exceção dos termos específicos da psicologia, tais como "bieviorismo" e "guestalte". Também foi mantido o modelo de referência da época, o qual não contempla as páginas dos livros referenciados, além de citar o nome do autor referenciado em caixa alta. Deste modo, todas as palavras em caixa alta são reproduções fidedignas à obra. Quanto aos destaques em itálico nas passagens do manual, serão indicadas aquelas realizadas pelo autor, portanto, todos os destaques que não constam de menção serão nossos.

Sociologia e Política de São Paulo, onde nele "se recolheu a doutrina dos autores cujas obras se alegam na bibliografia capitular" (BRIQUET, 1935).

Em meio à descrição da estrutura do Manual, destaca-se a que se refere à "PARTE GERAL" do livro, que "abrange aspectos da BIOLOGIA e PSICOLOGIA, de grande interesse para o assunto, e uma apreciação sucinta do método em SOCIOLOGIA, conforme Augusto Comte[63]" (BRIQUET, 1935).

No último parágrafo, o autor encerra com a seguinte colocação: "Muito nos desvanecerá aí concorrermos, com esta INTRODUÇÃO, para que melhor se estudem as causas psíquicas dos fenômenos sociais" (BRIQUET, 1935).

O manual é dividido em basicamente duas partes, uma "geral" e outra "especial". Dentro da primeira, encontram-se quatro capítulos: "Introdução"; "Subsídio da biologia"; "Subsídio da psicologia" - com as divisões: a) "Bieviorismo"; b) "Guestaltismo"; c) "Leis da Natureza Humana"; d) "Aprendizagem" - e "Subsídio da Sociologia".

A parte "especial" é dividida em duas frentes: "fatores psíquicos" e "vida social". A primeira contempla sete capítulos: "instinto"; "instinto agressivo"; "hábito"; "sugestão"; "imitação"; "simpatia" e "inteligência". Já a segunda contempla os seguintes nove capítulos: "grupos sociais"; "eu social"; "personalidade"; "adaptação social"; "preconceito de raça"; "liderança"; "opinião pública"; "multidão" e "revolução".

Segundo o autor, na parte especial:

> Consideram-se, primeiramente, os FATORES PSÍQUICOS que motivam o comportamento social, a saber, INSTINTO e HÁBITO; as três formas da identidade social: SUGESTÃO, IMITAÇÃO, SIMPATIA; e, por último, a INTELIGÊNCIA. Sob a rubrica – VIDA SOCIAL – encaram-se os efeitos dêsses fatores sôbre os indivíduos em sociedade: GRUPOS SOCIAIS; a personalidade no triplo aspecto: EU SOCIAL, PERSONALIDADE e ADAPTAÇÃO SOCIAL. Para rematar, examina-se a psicologia coletiva propriamente nas suas reações fundamentais: PRECONCEITO ÉTNICO, LIDERANÇA, OPINIÃO PÚBLICA, MULTIDÃO e REVOLUÇÃO (BRIQUET, 1935).

Por fim, uma nota de rodapé indica que foi adotada "a ortografia combinada pelas Academias Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa" (BRIQUET, 1935).

[63]Todos os destaques em itálico são nossos, exceto quando mencionado o destaque do autor.

10.2 "Introdução"

No primeiro capítulo, dedicado a "introdução", o autor procura situar a Psicologia Social frente a outras disciplinas e áreas do conhecimento, além de mapear grandes nomes de pesquisadores relacionados a seu desenvolvimento.

Já no primeiro parágrafo, o autor traz o que seriam definições do campo de investigação da Psicologia Social: "A psicologia social estuda os aspectos sociais da vida mental. Segundo GECK[64], examina os fenômenos psíquicos do grupo social. Para ELLWOOD[65], tem por escopo a aplicação dos princípios psicológicos à interpretação dos fenômenos sociais" (BRIQUET, 1935, p.1).

Percebe-se, nesse primeiro parágrafo, uma tendência geral no livro que é a de apresentar o campo teórico através da referência a autores e não por aspectos objetivos[66]. Nota-se também que são apresentadas três definições distintas, conforme a relação entre psique e sociedade, parte e todo. A primeira,aponta o estudo dos "aspectos sociais da vida mental", ou seja, parece ter como foco aquilo que da totalidade aparece na particularidade, ou seja, o que do social há no individual. Por outro lado, a segunda - conforme a definição de GECK - examinaria "os fenômenos psíquicos do grupo social", ou seja, parece focar na reação "psicológica" de um todo determinado. Já a terceira – conforme a definição de ELLWOOD – refere-se à "aplicação dos princípios psicológicos à interpretação dos fenômenos sociais", ou seja, parece defender a utilização atravessada de conceitos psicológicos na investigação de fenômenos sociais. Aparentemente são definições que se contradizem, pois enquanto a primeira dá foco à totalidade sobre o individual, as duas últimas fazem o sentido oposto, ficando mais evidente na terceira que pensa a primazia do "psicológico" frente ao "social".

No segundo parágrafo, é feita a diferenciação entre "psicologia social" e "coletiva" segundo a escola italiana referenciada por SIGHELE, ROSSI e GROPPALLI[67]:

---

[64] Social Psychology in Germany. Sociology anda Social Research. N.2. 1929.

[65]Principes de Psycho-Sociologie. Ed.fr. Paris. Giard et Briére. 1914

[66] Pela própria natureza de um manual, o livro de Raul Briquet faz constantes referências a autores no debate dos diferentes temas dos capítulos, todavia, apresenta também suas posições, direta e indiretamente. A hipótese tomada neste estudo é que os autores referenciados – e sua regularidade em todo o livro – são critérios que refletiriam o pensamento do autor do manual.

[67] Tratam-se de autores remanescentes da escola determinista criminológica italiana.

> A primeira opõe-se à individual e considera *as manifestações psíquicas do grupo social como um todo*. A segunda objetiva o comportamento especial dos indivíduos em sociedade. Deve, pois, ser parte da psicologia social, talvez, a mais interessante, e que se expressa nas representações da multidão (BRIQUET, 1935, p.1).

Aparentemente, nesta passagem novamente apresenta-se a separação entre parte e todo, entre psicologia "individual" e psicologia "social" e, em seguida, entre esta e a psicologia "coletiva" dedicada ao estudo de fenômenos tais como a "multidão". Nota-se que, para a escola italiana, o campo de investigação da psicologia Social está nas "manifestações psíquicas do grupo social como um todo", portanto, na primazia do "psicológico" sobre o "social", tal como a definição de Geck no parágrafo anterior.

Em seguida, no terceiro parágrafo diferencia-se a "psicologia coletiva" da "psicologia étnica" que, no caso, "investiga as reações psíquicas dos grupos humanos, tendo em vista a sua especificação racial" (BRIQUET, 1935). Tendo-se em vista as produções médicas citadas em seções anteriores deste estudo, conclui-se a questão entre raça e psiquismo parece ainda presente na discussão científica de então[68].

O autor dá continuidade à discussão no parágrafo seguinte ao fazer referência a Augusto Comte e Émile Durkheim, os quais entendem que:

> ...a psicologia social deva preceder a *individual*[69]. Em verdade, argumentam eles, se o homem só é completamente conhecido dentro das reações sociais, compreende-se que só possa ser convenientemente caracterizado em função do reagente social. Por conseguinte, a psicologia individual, que, então passaria a denominar-se *moral* ou *antropologia*, constituiria a ciência suprema, indo ocupar o ápice da hierarquia científica, porquanto encara o homem do ponto de vista social e ético (BRIQUET, 1935, p.1).

A discussão acerca da hierarquia do conhecimento humano – típica do positivismo desde sua origem – foi discutido anteriormente. Contudo, cabe destacar que, a partir desta visão, a psicologia individual – definida como a ciência suprema – tomaria, supostamente, para si a tarefa de reconciliação do "social" e do "individual", do todo com a parte, ao encarar "o homem do ponto de vista social e ético".

Ainda sob o argumento dos grandes representantes do Positivismo, Briquet posiciona a Psicologia Social – junto da Antropologia Social, a Biologia Social e a História - como a base da Sociologia, acrescentando que:

---

[68] Sobretudo na referência de um médico contratado pela Escola Livre de Sociologia e Política por ser sanitarista, tal como Raul Briquet.
[69] Destaque em itálico do autor.

> A psicologia social participa assim do método sociológico como do biológico. Não pode constituir uma ciência autônoma pela simples razão que não mira a problema algum cujo estudo não incumba, respectivamente, à biologia ou à sociologia. Entretanto, o seu objetivo, no conjunto dos conhecimentos, em especial no grupo das ciências sociais, consiste em *evidenciar a importância dos fatores psíquicos na interpretação do comportamento dos indivíduos.* Essencial é manter-se a coordenação dos fatos, relacionar sempre as partes ao todo, e conservar nítida a unidade estrutural. Não foi outro o critério de DURKHEIM ao consolidar o pensamento comtiano de colocar a moral na cúpula dos conhecimentos humanos. Se o indivíduo só se completa depois de integrado na sociedade, e, uma vez que desinteressa o aspecto estritamente pessoal ou biológico, claro é que *a psicologia, no sentido lato, há de ser forçosamente social* (BRIQUET, 1935, p.2).

Este extenso parágrafo apresenta inúmeros pontos relevantes para discussão, dentre os quais alguns serão selecionados. Primeiramente, a Psicologia Social é situada em um determinado "limbo" entre o método da Sociologia e da Biologia e, conseqüentemente, por esta condição, não poderia se constituir enquanto ciência autônoma. Em contrapartida, na esfera das ciências sociais teria relevância ao "evidenciar a importância dos fatores psíquicos na interpretação do comportamento dos indivíduos". A princípio, segundo esta concepção, parece que o problema do objeto da Psicologia Social é meramente metodológico e não objetivo, concreto. Apresenta-se mais como uma questão de organização do conhecimento científico do que um problema ontológico. Esta, aliás, é uma tendência do texto, sobretudo por partir dos princípios do positivismo: divide-se o fenômeno social em variáveis ou categorias múltiplas (em "fatores"), sem relacioná-los de maneira efetiva com a totalidade (apesar de considerá-la, segundo seus próprios parâmetros). Desta maneira, pela incapacidade de integrá-los senão de forma abstrata, o autor toma uma determinada posição de resignação quanto ao papel da Psicologia Social e de seu campo de investigação.

Com efeito, há também que se considerar a posição em que se é colocada a Biologia na investigação do ser humano e sua relação com a totalidade (discussão que será aprofundada posteriormente).

Logo abaixo Briquet cita Pierre Janet para afirmar que "a sociologia é parte da psicologia" e estas duas ciências se diferenciariam "pelos instrumentos de que se socorrem; esta [a psicologia], da observação de crianças, primitivos e alienados[70], etc.; aquela [a sociologia], do método comparativo e estatístico[71]" (BRIQUET, 1935, p.2). Por trás de

---

[70]Para o pensamento médico da época – ainda sob influência da filosofia monista e das teorias racistas do século XIX - crianças, primitivos e alienados teriam em comum o rebaixamento do nível de desenvolvimento intelectual e cultural. Essa equiparação entre ontogênese e filogênese foi fortemente defendida por intelectuais no século XX como Freud e Piaget, em determinados momentos de suas obras.

[71]Tal metodologia atribuída à Sociologia foi predominante nos estudos de craniologia e frenologia do início do século XIX, assim como na eugenia de fins desse mesmo século.

qualquer fenômeno coletivo, estariam os fatores psíquicos, que não explicariam o fenômeno em sua completude, pois é necessário "considerar que o espírito humano, em grande parte, é produto evolutivo, e a história mostra que a motivação ou determinismo da conduta é de natureza psicológica[72]". Portanto, seria um equívoco "pretender estudar psicologicamente as instituições sociais, sem o subsídio insubstituível dos informes sobre o respectivo desenvolvimento concreto[73]" (BRIQUET, 1935, p.2). Para o autor, o "progresso" do estudo em "psico-sociologia" estaria justamente em sua suposta "harmonia" com os dados da Biologia, considerados precedentes. Por fim, faz um apanhado de filósofos que se preocuparam com a questão da conduta humana, tal como Aristóteles, Spinoza, Hume, Comte e Spencer. Nota-se, nesta passagem, a tentativa de hierarquizar o conhecimento humano, estabelecendo uma anterioridade da determinação da biologia sobre a sociedade. Deste modo, novamente a dimensão "individual" é pressuposta como anterior à "social", concebendo a base do comportamento social pela gênese evolutiva do ser humano.

A "Introdução" do manual dedica suas três primeiras páginas à discussão acerca da definição e do método da Psicologia Social e as onze páginas restantes à referência a autores estrangeiros de relevância na área, complementando-a com uma breve descrição de suas investigações.

Da escola norte-americana são citados William James; Stanley Hall; J.M. Baldwin; E.L. Thorndike; J.H.B. Watson; F.H. Giddings e os "contemporâneos" C.H. Ellwood; L. Bernard; R. Wheeler. Além deles, Briquet destaca também os pesquisadores que lançaram manuais e coletâneas de Psicologia Social nos Estados Unidos e foram expoentes na consolidação desta disciplina no país:

> Muitos nomes ilustram ainda a psicologia social entre os norte americanos: KIMBALL YOUNG, de Wiscosin, com o precioso *Source-Book for Social Psychology* (1931), e um manual *Principles of Social Psychology*; BOGARDUS (E.), da Califórnia, autor de interessante volume: "*Fundamentals of Social Psychology*", e diretor da revista *Sociology and Social Reserach*; FOLSOM (J.K.), com valiosa obra: *Social Psychology*; KRUGER e REKLLESS, que escreveram *Social Psychology*, trabalho muito apreciado (...) Merecem ainda citados numerosos compêndios, tais como os de ALLPORT, ROSS, MURPHY, GAULT, SPROWLS, KANTOR, EWER, MURCHISON, etc. sem falar na monumental Encyclopedia of Social Sciences, editada por E.R.A. SELIGMAN. (BRIQUET, 1935, p.6-7)

[72]Segundo o entendimento do texto, acreditamos que no lugar de "psicológica" deveria constar "biológica".
[73]Evidentemente não se trata do conceito de "concreto" tal como formulado por Marx na *Introdução* à *Crítica da Economia Política*. O concreto referido provavelmente faz referência ao desenvolvimento biológico, material, orgânico.

Em todo o livro Briquet faz referência a estes clássicos manuais e compêndios. Trata-se de uma escolha de fundamental importância, tendo-se em vista o objetivo da obra em realizar uma apresentação, sob o formato de manual, da Psicologia Social.

Da escola inglesa são citados W. Bagehot; W. Trotter e William McDougall[74]. Já da escola alemã comparecem J.F. Herbart; Lazarus & Steinthal; W. Wundt; Holzapfel. Kurt Haase; G. Simmel e L.H.A Geck. Da escola francesa destacam-se Gabriel Tarde; Emile Durkheim e Gustave Le Bon e, por fim, da escola italiana os nomes de Scipio Sighele; Pascual Rossi; Gropalli e G. Sergi, assim como, Enrico Ferri; Lombroso e Garófalo[75].

10.3 " Subsídio da Biologia"

Neste capítulo, Raul Briquet traz discussões em torno das pesquisas sobre genética e hereditariedade humana. A intenção é apontar a importância da "herança" na formação do indivíduo, compreendido como resultado da interação entre este fator e o "meio". A conclusão a que chega é que qualquer abordagem que privilegie exclusivamente a "herança" ou o "meio" torna-se equivocada. Assim, justifica a importância da Biologia para os estudos em Psicologia Social.

O capítulo é composto por dez páginas e usa como bibliografia cinco autores dentre os quais dois são brasileiros. O texto que orienta praticamente todo o capítulo é *The Biological Basis of Human Nature* (1930) de H.S. Jennings. Em inglês também são referenciados *The Biological Foundations of Society* (1925) de A. Dendy e *Studies in Human Biology* (1924*)* de R. Peral. Em espanhol foi contemplado o livro *La Herencia Biológica* (1934) de Gunther Just. Por fim, dois médicos brasileiros foram citados: Otávio Domingues com *Eugenia em Cinco Lições* (1933) e Renato Kehl em *Lições de Eugenia* (1929). Cabe destacar que ambos os livros nacionais tratam especificamente do tema da eugenia, ao contrário dos demais.

O capítulo começa com a seguinte consideração relativa aos estudos sobre evolução e hereditariedade:

> Apesar dos grandes progressos da biologia no domínio da evolução e hereditariedade, são errôneos muitos conceitos e aplicações que dela se fazem às

[74] McDougall foi o primeiro a compilar "os conhecimentos a que se convencionou chamar psicologia social na obra *Social Psychology* (1908)". (BRIQUET, 1935, p.8)
[75]Tais referências serão analisadas posteriormente.

> questões sociais. Representam sofismas em que incorrem até pesquisadores de valor em outros departamentos da ciência. Não se alegue que seja pequena a conseqüência disso. Tenham-se em vista certos países, onde as leis que regulam a imigração[76] e outros problemas administrativos não correspondem à completa verdade biológica (BRIQUET, 1935, p.17).

Em seguida, completa com a consideração de que parte das opiniões omitidas por estes estudos partem de "provas fragmentárias" ou decorrem de "erros de mistura com a verdade" ou da "conservação de noções peremptas ante as modernas conquistas da experimentação" (p.17).

Briquet faz uma breve digressão sobre as tradicionais correntes do pensamento – racionalismo e empirismo – para concluir que no raciocínio em genética, entendida como o "*estudo por essência experimental da hereditariedade*", o pesquisador, ou "experimentador", deve estar em "estado de constante renovação intelectual [onde] idéias e concepções velhas são postas à margem, e substituídas por outras que decorrem de novas observações e de resultados experimentais recentes" (BRIQUET, 1935, p.17-18). A preocupação do autor é com os grandes modelos lógico-conceituais do racionalismo aplicados à hereditariedade que, em certa medida, mais ajustariam a realidade a seu sistema do que o inverso.

Nesse sentido, cita Jennings como referência principal do capítulo e como alicerce da defesa da experimentação nos estudos desta área, enumerando sete "falácias" acerca da evolução e da hereditariedade recorrentemente encontradas no ambiente científico.

A primeira falácia é descrita com o seguinte tópico: "Formar juízo não experimental sobre hereditariedade e evolução" (BRIQUET, 1935, p.18). Este tópico basicamente trata da discussão descrita anteriormente e se apresenta com a seguinte afirmação:

> Houve tempo em que os intelectuais se julgavam no dever de emitir opinião sobre os dois principais problemas da biologia – evolução e hereditariedade. Filósofos, psicólogos, médicos, criminalistas, ninguém deixava de interferir na apreciação que só se justificaria, entretanto, à vista de observações novas e de experiências minuciosas (BRIQUET, 1935, p.18)

Ora, o principal paradigma que influenciou filósofos, psicólogos, médicos e criminalistas a que Briquet situa num "tempo" anterior foi o Evolucionismo. Por outro lado, era contemporâneo à época os estudos experimentais de Watson que, em certa medida, buscavam a refutação do determinismo inatista dos evolucionistas.

---

[76] Como já discutido em capítulo anterior, os fluxos migratórios mundiais se tornaram uma questão crônica na *Era da Catástrofe* (HOBSBAWM, 2004).

Mais a frente, o autor defende os estudos de Biologia que se baseiam em "observações e experiências diretas e especificadas" (p.18) e alerta para um erro tradicional dos positivistas que "herdaram o patrimônio intelectual de COMTE e não lhe conservaram a significação metodológica, por lhe imprimirem rijeza incompatível com a constante renovação da verdade científica" (BRIQUET, 1935, p.18-19). Assim, pesquisar na área da genética seria lidar constantemente com o desconhecido e com resultados não previsíveis que posteriormente seriam dignos de refutação, condição esta que, supostamente, não ocorreria em sistemas apriorísticos.

A segunda falácia apresenta-se como o tópico: "Atribuir a uma só causa o que depende de muitas. É a apreciação unilateral" (BRIQUET, 1935, p.19). Apesar de pequeno, este tópico dá continuidade às questões relativas à experimentação:

> Com efeito, na experimentação não se procura propriamente a causa de dado fenômeno. Investiga-se como ele responde às modificações de um ou mais fatores, não se preconcebendo uma causa com exclusão de outras (...) nada, porém, impede que se descubra uma causa, e depois outra bem diversa. A lógica manda, por conseguinte, que, ao se proclamar um resultado positivo, não se excluam outras que não estejam em jogo. Do contrário, seria limitar e comprometer o avanço cientifico (BRIQUET, 1935, p.19-20).

A terceira falácia apresenta-se como o tópico: "Os caracteres orgânicos ou são hereditários ou condicionados ao meio" (BRIQUET, 1935, p.20). Já no primeiro parágrafo, o autor justifica tal afirmação enquanto falácia por redundar "no mesmo sofisma de aceitar-se uma causa, repelindo outra. É o simplismo do raciocínio, cujos malefícios avultam no caso de *problemas políticos e sociais*[77]" (BRIQUET, 1935, p.20).

Em seguida, contribui para a discussão presente no primeiro tópico ao defender a multifatorialidade na determinação dos caracteres orgânicos, entendidos como produtos dos genes[78], como do ambiente. Por fim, cita Jennings para afirmar que a "genética mostra que o caráter hereditário resulta da interação de muitos genos e de outros fatores, além do meio" (p.20).

A quarta falácia apresenta-se no tópico: "A hereditariedade importa semelhança da prole com os pais. Semelhantes geram semelhantes" (BRIQUET, 1935, p.21). Neste tópico o autor esclarece os significados da relação entre hereditariedade, semelhança e transmissão na

---

[77] Destaques nossos. Briquet não dá exemplos, como também não dá continuidade a esta discussão. Entretanto, noutras passagens do livro, o autor aponta para a necessidade de se aproximar o estudo das ciências à resolução de problemas sociais, tal como a proposta original da Escola Livre de Sociologia e Política.

[78] Em nota de rodapé, Briquet conceitua genes ou "genos" como "*complexos orgânicos dispostos em série de cromosómios*" (*ibidem*).

tentativa de resolver o equívoco comum à época de associá-las indiscriminadamente. Nesse sentido, assinala que a semelhança na descendência com a prole é mero efeito estatístico e não fenômeno previamente determinado e necessário. A partir deste argumento, conclui com a seguinte observação:

> Os estudiosos dos fenômenos humanos, ao verificarem que o biologista tudo classifica de hereditário, quer dizer, alterável por mudança nas células germinativas, supõem tratar-se de semelhança. Como não a encontram nos fatos que examinam, reputam pequeno ou nulo o papel da hereditariedade humana. *Outros, ao revés, concluem pela sua influência soberana em homens e animais e, então, se tornam adeptos da eugenia*. (BRIQUET, 1935, p.21)

Neste trecho, Briquet traz à discussão as duas linhas de pensamento resultantes do embate entre a defesa e a recusa da determinação genética no comportamento humano, colocando a eugenia enquanto falácia teórica. Além disso, também parece responder o porquê dedicou um capítulo sobre o "subsídio da Biologia" para se pensar a constituição da Psicologia Social enquanto disciplina autônoma.

A quinta falácia apresenta-se como o tópico "O caráter hereditário não é alterável pelo meio. Inversamente, o caráter modificável pelo meio não é hereditário" (BRIQUET, 1935, p.21). Trata-se do maior tópico do capítulo. Nele, Briquet inicia com a refutação de Pearson[79] sobre a "inevitabilidade" da herança genética independentemente do meio através dos estudos de R. A. Emerson de 1921 com milhos de diferentes cores. As conclusões foram as seguintes:

> ...de duas plantas com os mesmos genos, uma pode ser vermelha e outra verde. A diferença resulta do meio e das condições diferentes em que vive (...) Por outro lado, se duas plantas tiverem idêntica exposição solar e produzirem as cores vermelha e verde, a diferença será devida ao geno e não ao meio. Logo, obtém-se resultado divergente, mas análogo, ora com o geno, ora com o meio (BRIQUET, 1935, p.22)

Em seguida, cita outras pesquisas que reiteram a influência do meio sobre as cores de trigo, assim como sobre a forma do abdômen da *Drosophila melanogaster* como demonstrado por T.H. Morgan[80], como também sobre o número de facetas no olho de insetos tal como demonstrou Koffka[81]. A discussão a que se segue no capítulo leva Briquet a realizar conclusões no final do capítulo de suma importância para a compreensão de seu pensamento:

> A falácia da irredutibilidade do caráter hereditário tem prejudicado muito o *aperfeiçoamento do individuo e da sociedade*. Não tem merecido atenção maior nem

[79] Autor não citado na bibliografia e cuja obra também não foi especificada.
[80] Autor não citado na bibliografia do capítulo.
[81] Autor não citado na bibliografia do capítulo.

> do médico, que o considera inacessível à terapêutica, *nem do psico-sociólogo, que o julga inaplicável ao estudo do comportamento social.*
>
> Pelo fato de dados fenômenos de herança serem experimentalmente hereditários, não se há de concluir que se não possam obter por via de ação ambiente. *O próprio fato experimental é produto do meio*. Inversamente, o papel importante da hereditariedade não exclui, de forma alguma, o da *educação*.
>
> Está visto que, de ambos os males, *maior é o que confere soberania à herança* (BRIQUET, 1935, p.24)

A crença no aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade é tema recorrente em todo o livro, assim como de outras idéias que são encontradas no pensamento positivista, defendido constantemente pelo autor. A despeito disso, pode-se perceber nestes parágrafos uma argumentação fundamental para a defesa do estudo e da pesquisa psicossocial, tendo em vista o destaque para a importância da ação do meio e da educação. Quanto ao papel desta, cabe lembrar que Briquet foi um dos signatários do manifesto da Escola Nova naquela época.

A sexta falácia apresenta-se como o tópico: “Evitando-se o cruzamento de indivíduos com vícios hereditários, ter-se-ão, quase completamente, reduzido tais defeitos nas gerações futuras” (p.24). Trata-se de um tópico pequeno e que pode ser resumido na seguinte passagem:

> *A debilidade mental, a insânia, a deformidade* são hereditárias, porque semelhantes geram semelhantes.
>
> Sem dúvida, é recomendável a não procriação de indivíduos com *taras graves e manifestas*. Daí, porém, o afirmar-se que, resolvido o problema dos vícios hereditários, se fecharão hospitais de *alienados* e prisões, vai grande distância
>
> (...)
>
> A despeito da ação lenta da eugenia, deve-se aconselhar que os membros de uma mesma família, com *defeitos similares, não se casem*, embora aparentemente isentos deles, porquanto é provável a recessividade. Os filhos poderiam receber um par de genos, um de cada progenitor, de *caracteres desfavoráveis*. Convém ainda apontar o *perigo* do consórcio dos não consangüíneos, quando houver, em ambas as famílias, caracteres recessivos *indesejáveis*.
>
> Não existindo sinal de *sério defeito genético*, é *admissível* o matrimônio de primos-irmãos (BRIQUET, 1935, p.24-25).

Nesta longa passagem, Briquet defende a eugenia enquanto política de controle social, embora em linhas anteriores tenha colocado o próprio pensamento inatista como um "mal" e dado relevância à ação do meio social e da educação. Além do aparente pavor de se reproduzir a debilidade, a insânia e a deformidade entre as gerações, também há a recomendação de que seus representantes não se casem. Portanto, a problemática parece não residir apenas na reprodução, mas também na comunhão de indivíduos com "vícios

hereditários". Isto justificaria a preocupação constante do autor no decorrer do livro com a questão do aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade e, conseqüentemente, com a garantia de sua não degeneração.

Por fim, a sétima falácia apresenta-se com o seguinte tópico: “Os indivíduos superiores ou inferiores, procedem, respectivamente, de pais superiores ou inferiores” (BRIQUET, 1935, p.25). e dá continuidade à discussão anterior. Nele, defende-se que não há uma regra fixa sobre a qualidade da prole em relação aos pais, ou seja, de que “pais inferiores” podem gerar “filhos superiores”, utilizando como exemplo o resultado de pesquisas com trigo.

O autor começa com a seguinte consideração: “Teve tanta voga semelhante preconceito, que houve tempo em que se esquadrinhavam antepassados notáveis para explicar o aparecimento de um gênio” (BRIQUET, 1935, p.25). Mais abaixo, na defesa da tese da seção, acrescenta: “O filho de alienado ou indolente pode perfeitamente ser ativo e equilibrado” (p.25).

Note-se que Briquet põe como “preconceito” a crença no determinismo geracional da superioridade ou da inferioridade sem, no entanto, problematizar a própria idéia de “superior” e “inferior”. Além disso, associa as características de “alienado” e “indolente” com indivíduos inferiores e de “ativo” e “equilibrado” com indivíduos superiores. Apesar da crítica à prática do esquadrinhamento de antepassados, ainda parte, a princípio, de uma argumentação ainda calcada no discurso eugênico.

Por fim, conclui com importante síntese para a compreensão do argumento do capítulo:

> Em substância, deve ficar a noção de que *a herança e o meio se unem para formar o indivíduo*; aquela fixa os limites do seu possível desenvolvimento, que este realiza ou não. Deve, portanto, ser posta à margem toda doutrina que exalte um desses fatores em detrimento do outro, *e não saiba conjugá-los* (BRIQUET, 1935, p. 26).

Aparentemente, deverá ser esta a tarefa da Psicologia Social: “conjugar” estes dois “fatores” na compreensão do indivíduo. Embora, ainda pouco tenha se falado no sobre o conceito de “meio” no texto.

No último parágrafo da conclusão, cita Gunther Just[82] para argumentar que por trás da questão da herança estaria a "vida cujas forças se ostentam idênticas assim na formação dos olhos do inseto com na da alma humana" (p.26). Note-se, assim, mais uma tendência do texto, que é a de aproximar a lógica do mundo natural à do mundo social, ao fenômeno humano.

Desta maneira o capítulo se encerra. Contudo, cabe destacar a importância política deste capítulo ao se desdobrar sobre as "falácias" em torno da genética e da hereditariedade, desconstruindo, assim, com argumentos científicos visões predominantemente racistas, biologizantes e comprometidas com a dominação, que foram muito caras à sua época. A base da crítica de Briquet a teorias em geral é comumente amparada no argumento científico, na procura da cientificidade de determinado fenômeno. À frente será debatido os prós e contras desta posição.

10.4 "Subsídio da Psicologia"

Neste capítulo, Briquet se dedica à discussão dos principais fundamentos da psicologia moderna situados em três correntes: a Psicanálise, a Gestalt e o Behaviorismo[83]. Também desenvolve os elementos que constituem a base da "natureza humana", além das condições necessárias à aprendizagem.

Dentre as três correntes, Briquet não realiza a apresentação da Psicanálise, justificando na seguinte nota de rodapé: "Não nos ocuparemos, aqui, da psicanálise, que, sobre ser bastante divulgada entre nós, não se compadece, pela complexidade estrutural e vastas aplicações sociais, com uma exposição necessariamente sumária" (BRIQUET, 1935, p.28). A forte influência do pensamento psicanalítico em Briquet será encontrada, sobretudo, no debate dos temas que compõem a "parte especial" do livro.

O capítulo 3 é um dos mais extensos do livro, sendo composto por 48 páginas. A bibliografia referenciada também é extensa e dividida em "Psicologia Geral", "Bieviorismo", "Guestaltismo" e "Natureza Humana".

Na parte de Psicologia Geral são referenciados autores que realizaram grandes sínteses – tais como os grandes manuais de Psicologia – assim como livros de introdução e crítica à

---

[82] Just, G. *La Herencia Biológica*. Barcelona. Col. Labor, 1934.
[83] Durante o livro, o autor utiliza os termos "guestaltismo" e "bieviorismo".

ciência psicológica. Dentre os contemplados estão E.G. Boring, G. Dumas, H.S. Garret, William James, G. Murphy, H. Piéron. G. Politzer e R.S. Woodworth. Cabe destacar o único brasileiro citado, Plínio Olinto, com o manual nomeado *Psicologia* de 1933. Na parte de Behaviorismo, apenas três autores são referenciados: V.M. Bechterew, I.P. Pavlov e J.B. Watson com duas obras de cada. (BRIQUET, 1935, p.73)

A maior bibliografia concentra-se na parte sobre Gestaltismo. No total são 18 autores citados dentre os quais estão três obras de K. Koffka e W. Köhler. Também são citadas duas obras de R.M. Ogden e E. Rignano. Destaque para o texto do brasileiro L.G. Fleury, *Noções sobre a Teoria da Estrutura* presente na *Revista Educação* de 1933. (*ibidem*). Por fim, na parte sobre Natureza Humana são referenciados G. Ferrero, T. Ribot, E.L Thorndike e quatros obras de R.H. Wheeler. Também, cabe destaque o texto de Alcantara Machado presente no volume 4 da *Revista Criminologia e Medicina Legal* de 1929 com o título *A Psicologia do Testemunho* (BRIQUET, 1935, p.74).

No início do capítulo, após breve introdução, Briquet inicia com a discussão sobre o Behaviorismo na seção "A".

10.4.1 "BIEVIORISMO[84]"

Esta seção contém no total seis páginas e tem início com a seguinte colocação:

> Também chamado *psicologia objetiva*[85], *concreta*, *de reação*, *de comportamento*, *comportamento bio-social* (A.P.WEISS), *antroponomia* (W.S. HUNTER[86]), o bieviorismo (sic) surgiu em 1913, com WATSON (J.H.B.), ao repudiar a psicologia clássica e a introspecção, e ao admitir tão só, como substrato científico, as respostas do aparelho músculo-glandular (BRIQUET, 1935, p.27).

Note-se que Briquet não faz diferenciação clara entre o behaviorismo enquanto filosofia e enquanto psicologia comportamentalista.

Em seguida cita brevemente a discussão de H. Pierón[87] sobre a objetividade das reações sob o uso da linguagem e questiona qual seria a origem do behaviorismo, situando-lhe nas primeiras experiências de psicologia animal de Thorndike com a noção de "terceira dimensão" em pintos, concluindo que a aprendizagem dos mesmos se dá via "trial-and-error

---

[84] Ortografia original.
[85] Todos os destaques em itálico desta citação são do próprio autor.
[86] Tanto Hunter, quanto Weiss, não são citados na bibliografia no final do capítulo.
[87] Autor não citado na bibliografia.

learning". Cabe destacar que Briquet fez questão de ressaltar a importância desses estudos para a psicologia educacional, tendo em vista que eles apontam que se "aprende, não observando ou considerando, senão fazendo, isto é, por tentativas e não pelo raciocínio ou imitação" (BRIQUET, 1935, p.28).

Em continuidade neste tema, cita a obra *Psychology from Standpoint of a Behaviourist* de Watson[88] para discutir o conceito de "hábito" enquanto reflexo condicionado, fazendo assim a ponte para a esfera da educação ao concluir que: "Educar é criar hábitos, sobretudo mentais, pouco se nos dá sejam formados pelos reflexos condicionados, ou pelo discernimento, como pretendem os guestaltistas" (BRIQUET, 1935, p.29).

Após breve discussão sobre as diferentes "respostas bieviorísticas" classificadas por Watson, assim como seus estudos sobre a emoção em crianças, cita uma das principais concepções do autor de fundamental importância, sobretudo pela época histórica em que foi formulada:

> Foi WATSON pioneiro da escola que rejeita o instinto como fator de comportamento. Ao seu parecer, toda criança *normal*, em meio *conveniente* e com *treino adequado*, pode ser transformada no cidadão que se deseja – sábio, artista, e, até, *mendigo* ou *ladrão*, sem levar em contra tendências, vocações e *raça* (BRIQUET, 1935, p.30).

Apesar de contexto diferente, Briquet mais uma vez não deu maior desenvolvimento ao conceito de "meio", permanecendo ainda uma referência vaga.

Mais a frente, procura realizar uma espécie de acordo entre a Psicanálise e o Behaviorismo no que diz respeito às práticas educacionais:

> É interessante o reparo de B. RUSSEL que os conflitos emocionais reaparecem nos hábitos, ou em um hábito e um reflexo. Quer isso dizer que a técnica educativa há-de socorrer-se, alternadamente, ora da psicanálise, para matéria que importe forte instinto, e ora do bieviorismo, para a de menor conteúdo emotivo (BRIQUET, 1935, p.30).

Em grande parte do livro, Briquet tende a não encontrar conflitos ou contradições entre diferentes teorias e suas práticas, assim como fez entre as duas correntes citadas acima. Em capítulos subseqüentes, essa crença na "complementaridade" também ocorrerá no âmbito do pensamento sociológico.

---

[88] WATSON, J.B. *Psychology from Standpoint of a Behaviourist*. Lippincott. 1919.

Em seguida, Briquet, então faz referência à discussão de Max Meyer[89] sobre a problemática do "outro" na pesquisa, além dos estudos de S.T. Franz e K.S. Laschley sobre localizações cerebrais e aprendizagem.

Por fim, encerra a seção "A" com sínteses e reflexões sobre o behaviorismo, citando Politzer[90]:

> Foi esse precisamente o grande mérito da escola watsoniana – mostrar que o método científico reclama radical reforma do entendimento humano. Não há sinceridade nem desejo de precisão capaz de transformar a física aristotélica em experimental, exclama POLITZER, porque a sua natureza metafísica a isso se opõe. Ao seu ver, a história da psicologia, neste último meio século, não é de organização, mas de aniquilamento do mito da natureza dupla do homem, conceito que procede dos gregos, e recebeu consagração de DESCARTES (BRIQUET, 1935, p. 31-32)

O autor dá continuidade à conclusão trazendo elementos do pensamento positivista, tais como o pensamento "moral" e o "espírito científico". Além disso, como forma de embasar a discussão em torno do tema da Psicologia Social, aponta a "aplicação social" do watsonismo e sua eventual capacidade de controle e predição dos fenômenos humanos:

> Cabe ao bieviorismo o mérito de ter não só extremado a *objectividade das reações psicológicas* e o combate à introspecção, mas também o de abranger a sociologia e a moral, no pressuposto de *regular a conduta humana*. A sua ampla difusão deve-se tanto ao seu programa de *remodelação social* quanto à revisão metodológica da psicologia. Esta não podia ir além das normas a que se subordina o espírito científico, ao passo que, eticamente considerado, o watsonismo veio exaltar as esperanças em um mundo melhor, onde os homens se preparem e se organizem dentro dos ensinamentos da ciência.
>
> (...)
>
> Graças à observação e à experimentação sistemáticas, pretende o bieviorismo *predizer a atividade humana* dentro de razoável certeza, e formular leis e princípios pelos quais as ações do homem possam ser pautadas pela sociedade. (BRIQUET, 1935, p.32).

Cabe, por fim, destacar que em duas passagens o autor fez pequenas referências à Psicologia russa. Na primeira, ao citar os estudos sobre a relação entre hábito e reflexo condicionado e, na segunda, na conclusão do capítulo, sobre os estudos de dinâmica social com crianças pré-escolares sem, contudo, citar autores específicos.

---

[89] *Fundamental laws of Human Behavior* (1911); The Psychology of the Other One (1921). Livros não citados na bibliografia.

[90] POLITZER, G. Critique de Fondements de La Psychologie. V.I – Paris. Rieder – 1928.

10.4.2 "GUESTALTISMO[91]"

A seção B possui treze páginas e faz uma discussão mais detalhada do tema em comparação à seção anterior sobre o behaviorismo. Isto justifica-se, no decorrer do livro, na presente influencia que Briquet herdou da Psicologia da Gestalt, buscando inclusive em determinados momentos aproximações entre esta e a Psicanálise.

O autor inicia a seção aproximando o tema em questão para a Psicologia Social:

> Para alguns os fatores psico-sociais (hábito, instinto, sugestão, etc.) poderiam ser substituídos por uma lei única e fundamental, assim enunciada: *os indivíduos são partes de um todo organizado, que é a sociedade ou grupo* (BRIQUET, 1935, p.32-33).

Assim prossegue com uma introdução ao entrar no conceito de Gestalt, fazendo referência aos seus fundadores: Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler. Além disso, traça um histórico de suas áreas de pesquisa e destaca sua importante oposição ao associacionismo[92].

Briquet cita Koffka para sintetizar a teoria da seguinte maneira: "O guestaltismo é caracterizado pelo duplo problema da relação do todo com as partes, e da harmonia, adaptabilidade e perfeição teleológica de certas estruturas morfológicas e tipos de comportamento" (KOFFKA) (BRIQUET, 1935, p.33).

Em seguida, dedica-se à discussão acerca da complexidade do "todo" na análise dos fenômenos, mostrando a insuficiência de algumas linhas de investigação da Psicologia que se ocupam apenas da decomposição de elementos sem, no entanto, apreenderem a sua totalidade. Para tanto, faz referência às noções de "tijolo-argamassa" e de "propriedade-forma" (Gestalt-Qualität) de Ehrenfels[93].

Para a ilustração desses conceitos, o autor cita pesquisas sobre a expressão facial das emoções, além da crítica de Woodworth[94] na análise da personalidade realizada pelas pesquisas em Psicologia até então:

> Igualmente, diz WOODWORTH, não se pode conhecer o caráter de alguém, enumerando-lhe os vários traços de personalidade, dando a cada um o seu coeficiente e, por fim, inscrevendo os índices em tabelas. Estas não mostrarão onde

---

[91] Ortografia original.

[92] Conforme a proposta de análise deste livro, não serão citadas as definições e descrições detalhadas das teorias tal como estão no texto, tendo em vista que não contribuem – enquanto conteúdo – para a apreensão das noções de indivíduo, sociedade e ciência da obra como um todo. Não é objetivo deste estudo realizar uma análise da precisão descritiva e do conteúdo apresentado no livro.

[93] Autor não citado na bibliografia.

[94] WOODWORTH, R.S. *Contemporary Schools of Psychology* – Londres. Methuen.1931.

> esteja o traço dominante, quais os de segunda ordem, nem tão pouco o papel de cada um isoladamente. *A personalidade não é simples soma de caracteres, mas um todo organizado* (BRIQUET, 1935, p.35)

Nesse sentido, complementa a afirmação acima realizando importante reflexão sobre a noção de "todo" da Gestalt enquanto crítica à "abstração" produzida pela corrente elementarista: A soma simples, em que cada parcela independe das outras, e se conta como uma no total, só é possível em aritmética, onde é abstrata. Do ponto de vista concreto, não é fácil ter-se certeza de que um agregado consiste realmente de itens independentes (p.35).

Mais a frente, ainda embasando esta idéia, dá exemplos da Gestalt no mundo natural, tal como no sistema solar, no organismo humano, na embriologia animal e na usina hidrelétrica, citando pesquisas de Sherrington, Laschley[95], Pavlov e Coghill[96]. Esta, aliás, é uma tendência do autor na maior parte do livro, ao fazer referências à fenômenos das ciências naturais com o fim de explicar fenômenos humanos.

O livro inicia, então, um tópico intitulado "Guestaltismo e Percepção" com a finalidade de descrever as "experiências fundamentais" da Gestalt que se deram no âmbito dos estudos sobre percepção. Deste modo, cita os estudos de Wertheimer (1912) sobre a visão cinematográfica, fazendo referência à noção de "quadros móveis" do fisiologista Plateau[97] e concluindo novamente com Woodworth que "se percebe o movimento como um todo contínuo, e não como a soma das posições sucessivas" (BRIQUET, 1935, p.37). Briquet realiza a descrição detalhada do experimento de dinâmica ocular de Wertheimer, inclusive expondo uma ilustração gráfica a partir do livro de Wheeler[98].

---

[95] Sherrington e Laschley não foram citados na bibliografia no final do capítulo.

[96] COGHILL, G.E. "The Early Development of Behavior in Amblystoma", in Wheeler: *Readings in Psychology*. (Data não citada na bibliografia).
PAVLOV, I.P. *Les Réflexes Conditionels* – Paris – Alcan. 1927
PAVLOV, I.P. *Leçons sur lÁctivité du Cortex Cérebral* – Paris. A. Legrand. s.d.

[97] Não citado na bibliografia

[98] Wheeler é um dos autores mais referenciados no manual e grande referência no pensamento de Briquet. Raymond Holder Wheeler (1892-1961) após servir o exército na Primeira Guerra Mundial, tornou-se professor do departamento de Psicologia e Filosofia da Universidade do Kansas (1925-1947) e depois professor da Psicologia e Filosofia na Babson School of Business Administration em Massachussets. Ficou conhecido pelos estudos em climatologia, sobretudo pelas pesquisas sobre os ciclos de tempo e sua influência sobre o comportamento humano e sobre a civilização. Também realizou publicações na área da Gestalt, sobretudo a importante obra *The Laws of Human Nature and Principles of Mental Development* em co-autoria com F.T. Perkins..Quatro obras de R.H. Wheeler são citadas na bibliografia, contudo não há referência do autor sobre em qual delas há a ilustração gráfica. Fonte: http://socialarchive.iath.virginia.edu/ark:/99166/w6vd850t.

Em seguida, inicia-se um tópico intitulado “Figura e Fundo” - princípio também fundamental na Psicologia da Gestalt – com a seguinte colocação: “a diferença entre um e outro é capital na organização da experiência e do comportamento” (BRIQUET, 1935, p.40).

Deste modo, segue-se a descrição de experimentos de percepção visual, ilustrados com a famosa “figura do vaso com duplo perfil humano” e de quadros de pontos dispersos regularmente onde são discutidos os fatores de “individuação do todo” (*ibidem*). A conclusão a que se chega – a partir de Woodworth - é que o “cérebro não responde com igual prestreza e fidelidade a todas as figuras, mas ao todo, e, dessa maneira, a visão não é aprendida, senão inerente à natureza da atividade cerebral” (BRIQUET, 1935, p.41).

Por fim, encerra o tópico com uma noção fundamental da Gestalt para o pensamento em Psicologia Social, que seria a transposição dos princípios orientadores da sensação para o âmbito do comportamento[99]: O estudo dos mecanismos sensoriais proporciona excelente meio de analisar a dinâmica do comportamento em geral. Seria absurdo estudar as respostas-motoras do organismo ao meio, sem considerar o que este representa (BRIQUET, 1935, p.42). Nesse sentido, Briquet realiza também a crítica aos princípios do behaviorsimo descritos na seção anterior.

O último tópico desta seção intitula-se “Guestaltismo e Discernimento”. Nele, basicamente, o autor desenvolve a crítica formulada pelo “guestaltismo” à idéia de aprendizagem com base na teoria dos estímulos-resposta e dos reflexos condicionados. Para tanto, cita os experimentos de Köhler com cães e macacos - que puseram em xeque a teoria das “tentativas e erros” de Thorndike - e encerra com importante discussão em torno da noção de aprendizagem para a Gestalt:

> Na guestalte, o fator percepção tem suma importância no mecanismo da aprendizagem. Aprender é fazer alguma coisa nova, reorganizar a situação total, preencher claros entre a situação presente e o objetivo. Ora, supre-se a lacuna, vendo-se a situação como um padrão que inclui e dirige o objetivo (BRIQUET, 1935, p.43)

Briquet também aprofunda a discussão sobre o tema do ensino e da educação a partir de uma crítica à Thorndike:

> Há, sempre, nas tentativas e erros, uma parcela de discernimento, por menor que seja, presente em todas as experiências de psicologia educacional. Dá a percepção original e a compreensão final do objetivo. Mostra que o indivíduo deixa de repetir movimentos antigos, por já não existir o complexo ou campo, que os impunha. A

[99] Assim como propôs Solomon Asch em seu clássico *Social Psychology* (1952).

> educação confere, a cada passo da aprendizagem, padrão novo e total de respostas. A tarefa educacional abrange, portanto, a totalidade, e cumpre *evitar o ensino fracionado.*
>
> (...)
>
> Como se depreende dos estudos de C.M. CHILD e COGHILL sobre o desenvolvimento embriológico, de LASCHLEY referentes à neurologia experimental, e de KÖHLER, que dizem respeito à aprendizagem em macacos e outros animais, *o comportamento tornou-se um problema de dinâmica* (BRIQUET, 1935, p.43-44).

Após trazer a contribuição do conceito de aprendizagem na Gestalt para se pensar o comportamento humano, conclui a seção com a idéia de que este seria um "problema de dinâmica":

> No conceito guestálitco, a aprendizagem consiste na formação de uma nova organização, como experiência ou comportamento, quer por diferenciação de estrutura subordinada, quer assimilando duas ou mais estruturas. Os pormenores dessa formação dependem das gradações da experiência e comportamento, e da reedificação das organizações existentes em formas novas e únicas. (BRIQUET, 1935, p.44).

10.4.3 "LEIS DA NATUREZA HUMANA"

A seção D tem no total onze páginas e busca debater as chamadas "leis gerais do comportamento humano", tomando como premissa a aproximação deste com as leis da natureza em geral no que diz respeito ao estudo do movimento dos objetos, segundo a relação de forças configurada a partir do "todo dinâmico" que constitui a sua estrutura de ação.

A bibliografia é composta por cinco autores, dentre os quais um é brasileiro: Alcântara Machado[100]. Dos outros quatro são referenciadas uma obra de G. Ferrero[101], T. Ribot[102] e E.L. Thorndike[103], e duas obras de R.H. Wheeler[104]. A seção inicia com a seguinte consideração:

> Fazendo parte da natureza, claro é que, pelas *suas leis gerais se regerá o comportamento humano*. Igualmente, se o homem constitui um *sistema de energia*, deve condicionar o seu funcionamento às leis da energética ou dinâmica. Esta subordinação é provada por investigações de embriologia sobre a motilidade e

---

[100] MACHADO, A. *A Psicologia do Testemunho*. Rev. Criminologia e Medicina Legal. São Paulo, 1929. Vol. IV.
[101] FERRERO, G. La Legge Del Minimo Sforzo e La Inerzia Mentale, in "*I Simboli*". Turim. Bocca. 1893.
[102] RIBOT, T. La Vie *Inconsciente et lês Mouvements* – Paris. Alcan. 1914.
[103] THORNDIKE, E.L. *Human Learning*. N.Y. Century Co. 1931.
[104] WHEELER, R.H. *The Laws of Human Nature*. Londres. Nisbet – 1931.
WHEELER, R.H. *Readings in Psychology*. T. Crowell. N.Y. - 1930

> sistema nervoso, e por experiências de fisiologia nervosa. Não há razão, por conseguinte, para *reduzir o organismo humano a uma máquina*. Doravante, será considerado como *unidade funcional*, que *obedece aos princípios da dinâmica* (BRIQUET, 1935, p.44).

Ao dar seqüência à discussão presente no final da seção anterior, Briquet desenvolve a concepção do comportamento humano enquanto um problema de "dinâmica". Inicialmente faz uma crítica ao mecanicismo por conceber as "partes" acima do "todo" e se preocupar meramente com as descrições do fenômeno. No sentido oposto, o autor defende o todo enquanto "unidade funcional", que não só explicaria as propriedades de suas partes, como possibilitaria a compreensão do fenômeno em sua "dinâmica", para além da mera descrição elementarista (BRIQUET, 1935, p.44). Neste sentido, utiliza-se de exemplos do mundo físico, matemático e orgânico para reiterar sua tese: "

> Do ponto de vista energético, o homem não é mais complicado do que o átomo químico. Dinamicamente, equivalem-se os termos *complexo* e *simples*[105]. A distinção é fenomenológica (...) Nesse sentido é que se diz: as partes não podem explicar o todo; a química não explica a fisiologia, nem esta o comportamento humano (BRIQUET, 1935, p.46).

Mais a frente, segundo a proposta da seção, faz referência à Wheeler para elencar "as leis gerais da natureza humana" em tópicos que vão de I a VIII. A apresentação se dá da seguinte maneira: "Examinem-se as leis gerais da dinâmica explicativas da circulação da energia (unidades energéticas) no universo, e que, portanto, se aplicam ao comportamento humano. Foram muito bem compendiadas por WHEELER[106]" (BRIQUET, 1935, p.46).

O primeiro tópico apresenta-se como "*I – Lei das propriedades da massa: o todo é maior do que a soma das partes*[107]" e apenas reforça a idéia, anteriormente descrita, de propriedade do todo (Gestalt-Qualität), o qual configura o corpo humano.

O segundo tópico apresenta-se como "*II – Lei das propriedades derivadas: as propriedades das partes derivam das do todo*". Nele o autor traz o exemplo da personalidade enquanto "propriedade decorrente da organização humana, e pois, da sociedade" (BRIQUET, 1935, p.47).

O terceiro tópico apresenta-se como "*III – Lei da ação determinada: o todo governa as partes*". Como o próprio autor cita, trata-se de uma "amplificação da lei anterior" (p.47), Como ilustração, traz exemplo da teratologia e da organogênese do sistema nervoso.

---

[105] Destaque do autor.
[106] Segundo as normas de citação e referência da época, Briquet não citou qual obra de R.H. Wheeler orientou-se para escrever o trecho subseqüente.
[107] Todos os subtítulos que acompanham os tópicos desta seção estão originalmente destacados em itálico.

O quarto tópico apresenta-se como "*IV – Lei da individuação: as partes emergem do todo por diferenciação*". Além de exemplificá-la no movimento embrionário, novamente remete à noção de personalidade, "que surge no indivíduo, como a figura geométrica no espaço, e a melodia na série de notas musicais" (BRIQUET, 1935, p.47).

O quinto tópico apresenta-se como "*V – Lei da gênese da massa: os todos evolucionam como todos*". Nele não se fez referência ao comportamento humano, mas apenas a exemplos da evolução intra-uterina, do esqueleto humano e do ovo, o qual de uma célula (um todo) evoluciona em embrião (outro todo).

O sexto tópico apresenta-se como "*VI – Lei do menor esforço, da ação mínima ou estacionária: o objeto descola-se de um ponto para outro, pela distância temporal mais curta*". Este tópico destaca-se por ser o maior da seção e, conseqüentemente, com discussão mais aprofundada. Nele, parte-se da discussão proveniente da física que pensa o movimento do objeto – a partir do seu ponto de partida, meio e ponto de chegada – como obedecendo à lei da distância mais curta. A partir desse modelo, pensa-se o comportamento humano.

> Antes que o movimento seja possível, o *todo dinâmico* proporciona começo, direção e fim, que, sendo remoto, é estabelecido antes de iniciar o movimento. *Todo comportamento humano* será, pois, objetivado: terá alvo remoto. Daí, o preceito de *ordenarmos a atividade*, por menor que seja, se lhe pretendermos imprimir *simetria* e *utilidade*. A vontade, diz WHEELER, é energia organizada, e *pensar é obedecer às leis dinâmicas* (BRIQUET, 1935, p.49).

O autor lembra que a "lei do menor esforço" não se aplica apenas ao movimento do objeto, mas à sua configuração, ao seu "todo dinâmico", que lhe proporciona tal propriedade. O objeto, assim como o ser humano, obedeceria à lógica da diferença de forças que constitui a estrutura em que está inserido, onde o princípio do movimento está da passagem da força de maior tensão para a de menor tensão, levando a um virtual "equilíbrio". Assim é exemplificado este modelo no comportamento humano:

> Na sociedade humana, o princípio é o mesmo. O auditório fatigado, p.ex., luta entre o desejo de deixar a sala e o desgosto de quebrar a praxe de cortesia. Resolve ficar, obedecendo à lei do menor esforço. Prefere o incômodo físico, tensão menor, à deselegância social, tensão maior (BRIQUET, 1935, p. 50).

Note-se que tanto para o indivíduo, quanto para a "sociedade humana", o princípio físico do "menor esforço" segue a mesma orientação lógica, aplicando-se da mesma maneira em todos os casos.

Como descrito acima, o próprio "todo" dá a configuração do movimento e estabelece o jogo de forças. Nesse sentido, segundo esta concepção, papel fundamental seria o da sociedade e do nível cultural do grupo em relação às tensões entre os indivíduos:

> As tensões são proporcionais ao *índice cultural* do grupo: o *civilizado* está sob constrangimento maior do que o *selvagem*, o *letrado* tem de enfrentar mais conflitos do que o *inculto*.
>
> (...)
>
> Quando o indivíduo não se conforma com as normas do grupo, estabelecem-se, entre ele e este, tensões de vária intensidade. Na sociedade primitiva, o grupo não só tem medo do oposicionista, como chega a adorá-lo. Na civilizada, para descarregar as tensões, isola-se o elemento que diverge, seja ele *anormal* ou *delinqüente*. Quando se trata de figura genial, tanto podem aclamá-lo líder, como excluí-lo ou encarcerá-lo; tudo depende das necessidades e objetivos sociais em dado momento (BRIQUET, 1935, p.50).

Ainda na discussão do tema, o autor cita Ribot e sua obra *Le Moindre Effort en Psychologie*[108] (1914) assim como o artigo de G. Ferrero intitulado *A inércia mental e a lei do menor esforço* (1893) em que defende, nas palavras de Briquet, que a "evolução social (...) mostra, admiravelmente, que tal lei regula a atividade psíquica do homem" (BRIQUET, 1935, p.51).

Esta lei em última instância representaria a "velhice" e a "preguiça", condições de "regressão" caracterizadas pela "lógica primária", "associação por contingência" e "raciocínio analógico". Resultado desta lei na ciência estaria nos processos de "abstração" e "generalização". Estes seriam resultados desta "lei salutar e imposta pela natureza humana – vida breve e memória fugidia" (p.51).

Briquet refere-se ao "misoneísmo" como "expressão forte da lei mencionada. A estagnação é cautela; medo de desarticular a vida social ou individual. A pessoa receia não possuir plasticidade necessária, e encaramuja-se no passado" (BRIQUET, 1935, p.51-52). Como ilustração, cita pensadores como Galileu e Harvey que desafiaram o misoneismo da sociedade de sua época com conhecimentos novos sobre o mundo. Cabe destacar que, mais uma vez, a lógica do indivíduo é igualada à lógica social.

Por fim, novamente referencia Ribot ao trazer suas três categorizações do ser humano segundo a lei do menor esforço: a) de "atividade superior"; b) "de atividade média"; c) "astênicos". Também cita as "causas" dessa lei que seriam: "insuficiente produção e

---

[108] Texto não referenciado na bibliografia.

distribuição de energia; aversão à dor e ao pensar; desinteresse, e hábito" (BRIQUET, 1935, p.52).

O sétimo tópico apresenta-se como "*VII – Lei do trabalho máximo ou energia máxima: toda perturbação do sistema energético compromete o todo*". Nele, o autor utiliza o seguinte exemplo:

> O potencial disponível é dinamizado para o reequilíbrio. Onde a tensão é maior, também o é a soma de energia aproveitável. Por isso, os animais aprendem melhor quanto maior o estimulo da fome. Indivíduos há que *produzem melhor* sob o império de forte emoção. Escritores assombram pelo trabalho sob premência de dificuldade financeira: Camilo, Fialho, W. Scott, Balzac, etc. (BRIQUET, 1935, p.53)

O oitavo tópico apresenta-se como "*VII – Lei da configuração: todo sistema de energia funciona como unidade*". Nele, complementa-se a discussão anteriormente realizada e utiliza-se exemplos do mundo físico novamente para ilustração.

Em suma, a tentativa de utilizar modelos das ciências naturais para a explicação do comportamento humano parece uma constante até então no raciocínio de Briquet. Apesar da tentativa de compreender a ação humana dentro de uma "totalidade", cai-se em abstrações e conceituações vagas que parecem mais afastar do que aproximar os conceitos de "indivíduo" e "sociedade" de sua realidade concreta. Com efeito, a aproximação da compreensão da dinâmica social a modelos emprestados da física também se torna problemática, principalmente quando o autor buscar costurar a oposição entre homem e mundo físico ao atribuir uma similaridade no nível "energético" entre ambos. O homem não passaria de um fluxo metabólico-energético que compartilharia, a princípio, de uma totalidade, de um "todo dinâmico", igual ao mundo físico. Deste modo, sociedade, cultura e indivíduo obedeceriam às mesmas leis gerais que, por natureza, não estariam vinculadas a determinado contexto histórico.

10.4.4 "APRENDIZAGEM"

A seção D é dedicada ao tema da aprendizagem. São no total dezenove páginas onde o autor faz uma discussão sobre as condições necessárias à aprendizagem. A bibliografia é

ancorada apenas em duas obras de R.H. Wheeler: *The Science of Psychology*[109] (1931) e *Principles of Mental Development*[110] (1932).

A seção inicia com a seguinte consideração:

> O estudo da aprendizagem[111] só assumiu maior positividade depois que recebeu o contingente da psicologia animal, até então inaproveitada em virtude do preconceito da distinção radical e supremacia do homem sobre os demais seres do universo (BRIQUET, 1935, p.54).

Mais uma vez Briquet traz como base de discussão a obra de Wheeler e, assim, parte de uma orientação com base na Gestalt. Logo abaixo acrescenta que, no caso da aprendizagem,"a sua importância social põe-se em destaque, atentando-se em que na aprendizagem coletiva é que se desenvolvem a civilização e a cultura"(BRIQUET, 1935, p.54). Note-se que não é citado o tema da educação e seu conceito, mas apenas o de aprendizagem.

A discussão segue sobre a definição de aprendizagem e elenca as "condições" para sua realização, "das quais muitas são controláveis" (BRIQUET, 1935, p.55). O capítulo, assim, desenvolve-se sobre estas condições, estruturalmente divididas em tópicos.

O primeiro tópico apresenta a condição do "objetivo" como fundamental à aprendizagem, onde o conhecimento prévio da "utilidade" do que será aprendido se torna necessário. Briquet referencia a psicologia animal para reforçar sua argumentação:

> A aprendizagem, no animal, refere-se ao objetivo: alimento, satisfação sexual e abrigo. No homem, todavia, relaciona-se com objetivos mais numerosos e complexos . Todos os pormenores de dado mecanismo de aprendizagem são aspectos de resposta simples e unificada, dirigida pelo estímulo-padrão. Este encerra o objetivo e é, parte ambiental, e, parte, subordinado à estrutura orgânica (BRIQUET, 1935, p. 55).

Ambos os fatores, ambiental e orgânico, não foram melhor desenvolvidos pelo autor.

A segunda condição - e segundo tópico - é o "objetivo antecipado", onde o autor complementa a discussão anterior sobre a questão do "fim" ao qual a aprendizagem visa. Em comparação à aprendizagem animal, o autor ressalva: "Não há necessidade de supor, por outro lado, que [os animais] concebam os fins dentro de relações complexas, como nós. São para eles, espaciais e concretas, ao passo que, para o homem, são lógicas e até abstratas"

---

[109] WHEELER, R.H. *The Science of Psychology*. Londres. Jarrolds – 1931.
[110] WHEELER, R.H. and PERKINS, F.T.: *Principles of Mental Development*. N.Y. T. Cromwell – 1932.
[111] Neste ponto da citação, Briquet abre uma nota de rodapé onde destaca: "*Muito nos valeu, neste capítulo, a obra de R. Wheeler: The Science of Psychology*" (*ibidem*, p.54)

(BRIQUET, 1935, p.56).

A terceira condição é a "precisão do objetivo", que leva o autor a defender a importância de programas de ensino que sejam "compatíveis com o tempo e capacidade dos alunos" (p.56).

A quarta condição é o "desejo de aprender", onde são citados experimentos de memorização de Ebbinghaus de 1885 e J.Petterson de 1916. Já na quinta condição - "conhecimento dos resultados" - são referenciados experimentos de 1922 de W.A. Book e L. Norwell, assim como de Kitson. Em ambos os tópicos, mostra-se os resultados positivos quando os sujeitos estão em posição ativa frente ao conhecimento. No final, Briquet faz uma espécie de "recomendação[112]", em que destaca "a conveniência de se informarem os alunos das notas obtidas, e de se manterem as sabatinas e provas parciais, de grande valimento no controle do aprendizado" (BRIQUET, 1935, p.57).

A sexta condição nomeada de "aprendizagem e esquecimento" discute os "métodos de maior eficácia" no aprendizado e traz uma experiência de Kurt Lewin de 1917 sobre o "inconveniente da tarefa incompleta" como fator na memorização. Na sétima condição - "emoção e aprendizagem" - o autor traz a crítica sobre a diferenciação que Thorndike faz de "emoção" e "aprendizagem", defendendo o sentimento e a emoção como parte do processo. Define as condições emotivas em "estímulos padrão" e "estruturação orgânica" e, por fim, cita a experiência de F.A. Moss com camundongos.

A partir do tópico seguinte, Briquet inicia um debate sobre as bases da "memória" e não necessariamente sobre as "condições" de aprendizagem, apesar de não sinalizar qualquer mudança ao leitor[113]. Os tópicos continuam sob a mesma estrutura, contudo o eixo da discussão aparentemente foi alterado.

Desse modo, o oitavo tópico - "associação e discernimento" – mostra a insuficiência do conceito de "contigüidade" do behaviorismo e descreve as cinco leis secundárias da contigüidade. O nono tópico – sob o título de "impropriedade da associação" – prossegue na crítica à teoria behaviorista da aprendizagem ao fazer referência à "teoria das sinapses" de Sherrington e dos experimentos com memorização de figuras geométricas a partir das pesquisas de autores da Gestalt tais como F.Wulf e Koffka (1922) e N.L. Perkins (1932). O

---

[112] Trata-se de uma característica do autor em quase todo o livro.

[113] Outra característica do livro são essas mudanças na orientação do texto sem indicação ao leitor. Provavelmente, isto se deve ao fato do manual ser uma mera compilação das aulas ministradas pelo autor.

último, utiliza-se uma gravura ilustrativa das figuras geométricas com o seguinte título: “simetrização nas recordações sucessivas de figuras visuais” (BRIQUET, 1935, p.61).

O décimo tópico, nomeado “erros de recordação”, faz simples referência aos erros por “omissão”, “de elaboração” e “sensoriais”. O décimo primeiro, nomeado “prova testemunhal”, parte de Wheeler (sem referência) para descrever brevemente a questão do testemunho no processo judicial. Cabe o destaque da seguinte passagem em que o autor aproxima a discussão à realidade cotidiana, trazendo temas de importância à Psicologia Social:

> ...Tratando-se de pessoas de *inteligência curta*, ou com *reação psicopática*, o depoimento por via de regra não merece fé. Além de muito sugestionáveis, tais indivíduos fantasiam o depoimento e apreendem, imperfeitamente, assim o sentido das perguntas que lhes são feitas, como o alcance das respostas (...) Nos casos que empolguem a opinião pública, forma-se a *mentalidade coletiva*, a cuja influência poucos poderão resistir. Daí, a tendência moderna do processo penal[114] de se reduzir a prova testemunhal a uma só (BRIQUET, 1935, p.62)

No décimo primeiro tópico intitulado “Amnésia”, conclui-se que nesta condição o indivíduo não está “apto para desenvolver o mecanismo da aprendizagem” (p.62). Já no décimo segundo tópico com o nome “Valor da Repetição”, Briquet traz as pesquisas de Jost (1897), Starch (1912) e G.S. Snoody[115] (s/d) sobre a relação entre repetições de estímulos e memorização. Quanto a pesquisa de Starch, há a ilustração de um gráfico com o título “curvas de repetições espaçadas (Starch)” (BRIQUET, 1935, p.63).

O décimo terceiro tópico sob o título “memória lógica” descreve as pesquisas de memorização de Wheeler com sílabas desconexas. O décimo quarto tópico intitulado “o todo e as partes” traz a conclusão dos “estudos experimentais” de Ebert e Meumann[116] e E. Meumann (1904) sobre a maior facilidade de aprendizagem a partir do “todo”. O décimo quinto subtópico – “métodos auxiliares de memorização” – traz metodologias de divisão da matéria ensinada com base na memorização, tais como “método progressivo”, “método de repetição direta”, “método de repetição inversa”. Briquet cita L.A. Pechstein (1917) e E.W. Sawdow[117] (1927) sobre o método mais indicado no aprendizado da poesia e faz novamente

---

[114] A criminologia foi tema presente entre o fim do século XIX e início do século XX, sendo apropriada pelos primeiros estudos de uma psicologia social ainda, predominantemente, normativa.
[115] Starch e Snoody foram citados a partir de Wheeler em *The Science of Psychology*, segundo referência em nota de rodapé de Briquet.
[116] Ambos também foram citados a partir de Wheeler em *The Science of Psychology*, segundo referência em nota de rodapé de Briquet.
[117] Ambos citados a partir de Wheeler em *The Science of Psychology*, segundo referência em nota de rodapé de Briquet.

“recomendações” sobre o tempo e melhor horário de estudos para o aluno. Ainda neste sentido, cita o fenômeno chamado “irradiação”, causa de cansaço em estudantes e estudado por Snoody (1920), concluindo que esta seria “causa da falta de discernimento e do desinteresse pelos trabalhos escolares” (BRIQUET, 1935, p.66). Também faz referência às pesquisas de Bryan e Harter (1897) sobre os “planaltos” ou “períodos estacionários” e a sua possibilidade de controle “pela intercalação judiciosa das fases de trabalho e repouso” (p.66), conforme Snoody.

O décimo sexto tópico – “inibição retroativa” – traz as conclusões das pesquisas de Müller e Pilzecker[118] (1900) sobre o tema. Já o décimo sétimo – “transferência” – também cita as pesquisas de E.S. Robinson (1920) e P.H. Ewert (1926) neste assunto. O décimo oitavo – “maturação”, faz referência à pesquisa de C.H. Bird[119] (1926) com pintos e à relação entre aprendizado e maturação. Também, ilustra com um gráfico nomeado “curva de maturação (Bird)” (BRIQUET, 1935, p.67).

Apesar de, aparentemente, abordar direta ou perifericamente o tema da aprendizagem no decorrer dos tópicos, no décimo nono Briquet parece retomar a proposta central do capítulo, apesar de não enunciar explicitamente. Sob o nome de “aspectos motores da aprendizagem”, cita a importância da “recitação” no processo de memorização segundo Katzaroff (1908) e A.I. Gates (1917). No tópico seguinte faz brevíssima consideração sobre “destreza muscular” e no vigésimo primeiro – “desenho sob reflexão” – traz novamente Snoody (1926) e sua pesquisa sobre “mirror tracing”, em que ilustra com uma gravura nomeada “desenho ao espelho (Snoody)”.

O vigésimo segundo tópico com o nome “dilação ou demora inicial” cita a pesquisa de Snoody sobre o tema e complementa com uma gravura com o nome “dilação inicial (Snoody)” (BRIQUET, 1935, p.70). Conclui sobre o efeito da dilação “na contração emotiva dos estudantes durante os exames” (p.70).

Por fim, encerra o capítulo no vigésimo terceiro subtópico – “descrição e explicação” – em que parte da diferenciação de ambas a partir de uma ilustração nomeada “descrição e explicação (Wheeler)” (BRIQUET, 1935, p.71), concluindo que “descrição e explicação são relativas e dependem completamente do ponto de referência” (p.71). No final, a partir de uma

---

[118] Também citados a partir de Wheeler em *The Science of Psychology*, segundo referência em nota de rodapé de Briquet.
[119] *Idem* nota de rodapé 74.

defesa da posição da Gestalt sobre a aprendizagem – tomando por base os conceitos de "discernimento" e "experiência" – conclui com a seguinte afirmação:

> A experiência é condição externa, necessária, mas não suficiente, do aprendizado. A prova disso é que muita gente, assim no *campo intelectual*, como *no social*, não sabe tirar lição dos fatos, por não perceber situações diversas que se sucedem. Cada passo no aprendizado, seja qual for, importa substituir a situação anterior por outra relacionada a fatores diferentes. Constante renovação de objetivo, eis a condição para se adquirirem novos conhecimentos (BRIQUET, 1935, p.72).

O capítulo, assim como outros demais, encerra-se sem conclusão ou síntese.

10.5 "Subsídio da Sociologia"

O capítulo em questão é o maior do livro, assim como o mais importante para a apreensão do pensamento social de Raul Briquet em seu conjunto. Nele, o autor traz discussões em torno de temáticas da Sociologia positivista, tais como as concepções de ciência, evolução social, metodologia científica, fato social e da diferenciação entre "normal" e "patológico". Por sua importância, a análise deste capítulo será descrita com maior detalhamento.

A bibliografia consta de dezessete autores, dentre os quais três são brasileiros: Walter P. Leser[120], Pontes de Miranda[121] e Alberto Salles[122]. Entre os famosos nomes do positivismo estão Comte, Condorcet e Durkheim[123]. Novamente, Briquet usa a obra de Ellwood, Ribot e Sorokin[124] em algumas discussões. Já os outros autores citados estão H. Blumer, C.H. Cooley, A. Ferriére, Wilson Gee, A. Lalande, Odum and Jocher, S.A. Rice e J.E. Rigolage[125].

---

[120] LESER, W.P. *Contribuição para o Estudo dos Métodos Estatísticos Aplicáveis à Medicina e Higiene*. Tese Inaugural. Faculdade de Medicina de São Paulo. 1933. Note-se que Briquet utiliza um texto em torno da medicina social para ilustrar a discussão do método em Sociologia.

[121] MIRANDA, P. de. As Leis Sociológicas e o Ensino de Direito. *Estado de São Paulo. Conferência.* Agosto 1927.

[122] SALLES, A. *Sciência Politica*. São Paulo. Teixeira Irmão. 1891.

[123] COMTE, A. *Cours de Philosophie Positive*. 4º- 6º vol. Paris 1839 – 1842.
CONDORCET, N. *Tableau Historique des Progrés de l´Espirit Humain*. Paris. Stenheil. Nova Ed.1900.
DURKHEIM, E. *Les Régles de la Méthode Sociologique*. Paris. Giard Briére. 1915.

[124] ELLWOOD, C. *Methods in Sociology*. Duke Univ. 1933.
RIBOT, T.: Psychologie, in *De La Méthode dans lês Sciences*. 1º v. Paris – Alcan. 1909.
SOROKIN, P. *Contemporary Social Theoris*. Harper Brothers. N.Y. 1928.

[125] BLUMER, H. Book Reviews. *The American Journal of Sociology*. Chicago. Maio 1930. P. 1101-1111.
COOLEY, C.H. *Social Organization*. N.Y. Scribner. 1929.
FERRIÉRE, A. *La Loi du Progrés en Biologie et en Sociologie*. Paris. Giard Briére. 1915.
GEE, W. (Ed.) *Research in the Social Sciences*. N.Y. Macmillam. 1930.

O capítulo inicia com a seguinte afirmação: “Importa ao psicólogo que objetiva o estudo da gênese mental dos fatos sociais, possuir juízo exato, embora sucinto, do conjunto do espírito e método sociológico”. (BRIQUET, 1935, p.75). Note-se que há dois pontos, neste trecho, que são fundamentais para a compreensão do papel do psicólogo social na concepção de Briquet. Primeiramente, seu objeto de estudo seria a “gênese mental dos fatos sociais”, deste modo, retomam-se as posições de Geck e Ellwood presentes no primeiro capítulo, que direcionam o olhar do particular para o universal. Também, coloca-se como pressuposto a apropriação do “espírito e método sociológico” para a efetivação deste tipo de investigação.

Logo abaixo, inicia uma discussão sobre metodologia e ciência, pontuando que a complexidade dos fenômenos da realidade exige que se tenham diferentes tipos de metodologia em ciência. Entretanto, esta variedade caberia às formas de investigação e não de síntese:

> Toda ciência define-se quanto ao modo de observação, a saber, de analisar pormenorizadamente os fatos e fenômenos que lhe compete estudar. Quer isso dizer que, se a observação difere com o objeto ou fenômeno considerado, o mesmo não se dá com a indução. *Esta é universal para o conhecimento, e, partindo dos fatos para a lei, que é a unificação teórica, sobe do particular para o geral.*
>
> (...)
>
> Tal o método que, desde COMTE, se aplica aos problemas da ciência social...(BRIQUET, 1935, p.75).

Em seguida, Briquet aprofunda a discussão sobre esta temática segundo a visão positivista de Augusto Comte, tendo como referência a condensação do pensamento realizada por Rigolage[126]. Dessa maneira, afirma que:

> O método é indissolúvel da doutrina, e o é na razão direta da complexidade dos fenômenos que se estudam. Sem aplicação, as regras metodológicas, por mais exatas que sejam, reduzem-se a generalidades, insuficientes para dirigir as pesquisas, porquanto não indicam as modificações que sofrem na sua uniformidade. *No estudo dos fenômenos sociais ressalta o condicionamento do método ao conceito de ciência* (BRIQUET, 1935, p.75-76).

Neste primeiro momento, nota-se a defesa de uma metodologia implicada com a realidade, evitando-se cair em “generalidades”. Também, a defesa da ciência – e sobretudo da

---

LALANDE, A. “La Psychologie, ses divers objets et sés méthods”, in G. DUMAS: *Nouveau Traité de Psychologie*. 1º v. Paris. Alcan. 1930.
ODUM and JOCHER: *An Introduction to Social Research*. N.Y. Holt. Co. 1929.
RICE, S.A.: (Ed.): *Methods in Social Science*. Univ. Chicago Press. 1931.
RIGOLAGE, J.E. *La Méthode Positive em Seize Leçons*. Lição X. Paris. Vigot. 1917.

[126] Apesar de fazer referência à síntese do pensamento comtiano realizado por Rigolage, Briquet não cita diretamente as passagens específicas deste autor.

metodologia científica – para o estudos dos fenômenos sociais. Logo abaixo, opõe este tipo de metodologia à "teológica" e à "metafísica":

> O fato de se reduzirem os fenômenos à intervenção sobrenatural, ou explicá-los por entidades (conceitos, em essência idênticos), não impede a reprodução dos seus caracteres. Constam estes, no concernente ao método, da preponderância da imaginação sobre a observação, e, no que respeita à doutrina, da busca do absoluto. *Daí, a tendência, na ciência social, de exercer-se ação arbitrária e indefinida sobre os fenômenos, que não são havidos como subordinados às leis naturais*
>
> (...)
>
> Particulariza-se a filosofia positiva, quanto ao método, pela *supremacia da observação sobre a imaginação*[127], sendo preciso introduzir, em ciência social, a tendência de se *submeterem os conceitos aos fatos*; no tocante à doutrina, pelo caráter relativo da noção, inicialmente absoluto. *A passagem do absoluto para o relativo constitui um dos resultados mais importantes de toda revolução intelectual* (BRIQUET, 1935, p.76).

Na passagem acima, nota-se a defesa de fundamentos essenciais da filosofia positiva e de sua realização no pensamento científico. Primeiramente, a crença na possibilidade de se situar determinados fenômenos sociais a um conjunto de leis supostamente naturais. Também, a apologia da realidade sobre a imaginação, ou seja, a observação dos fatos a despeito de qualquer manifestação subjetiva ou metafísica. Por fim, o relativismo, portanto, a recusa de qualquer saber absoluto sobre a realidade como condição de realização do conhecimento verdadeiramente científico[128].

Quanto à posição relativista, o autor completa no parágrafo abaixo que se refere a "toda pesquisa das leis que regem os fenômenos, de modo que o progresso especulativo se submete ao aperfeiçoamento da observação, e não pode a realidade exata, em campo algum, ser inteiramente descoberta" (BRIQUET, 1935, p.76).

Adiante, Briquet inicia uma discussão que relaciona a posição epistemológica de determinada sociedade à sua forma de governo, afirmando que:

> A predominância da observação sobre a imaginação, e a passagem do absoluto para o relativo constituem a dupla condição de positividade da ciência social. Para patentear tal ponto, atente-se no espírito de aplicação da política contemporânea, caracterizada pela convicção ilusória de exercer ação ilimitada sobre os fenômenos sociais. Semelhante erro dominava, outrora, toda sorte de concepções, e *prolonga-se tanto mais quanto mais a complicação dos fenômenos retarda o conhecimento das suas leis* (BRIQUET, 1935, p.77).

---

[127] Destaque do autor.

[128] Na crítica a este pressuposto, Horkheimer e Adorno, em A Dialética do Esclarecimento (1947), apontam justamente para a absolutização do saber pragmático sobre a realidade, com base na técnica, que levou à redução do esclarecimento ao mito. Deste modo, o cientificismo, em seus pressupostos, contribuiria para a mistificação da realidade concreta.

Note-se uma tendência do autor, presente em grande parte do livro, de voltar o olhar científico para a esfera política, principalmente, pela defesa da apropriação do método científico à compreensão das leis que regem os fenômenos sociais como forma de controlar e resolver seus impasses. Desse modo, afirma que "os diferentes fenômenos, a um tempo mais complicados, tornam-se mais modificáveis. Os fenômenos sociais são havidos como indefinidamente modificáveis" (p.77).

Abaixo, prossegue na discussão ao fazer a crítica às formas de governo com base na política teológica ou metafísica, sobretudo por não apreenderem – ou mistificarem - a relação entre os efeitos e as causas dos fenômenos sociais. Quanto à tradição metafísica, o autor realiza a seguinte consideração:

> Recorrendo, de modo muito mais vago, ao artifício da providência, a escola metafísica fez intervir entidades ininteligíveis, e, sobretudo – a natureza – que não passa de modificação do princípio teológico. Deixando-se de condicionar os efeitos às causas, atribuem-se ao acaso os acontecimentos observados, ou, quando se demonstre a inutilidade de tal recurso, exagera-se a influência do gênio individual sobre a marcha dos problemas humanos. *Dessas duas doutrinas, é-se levado a representar a ação política do homem como indefinida e arbitrária. O gênero humano, com isso, fica entregue à experimentação de diversos sistemas políticos, cada um dos quais pretende exaltar o seu tipo de governo* (BRIQUET, 1935, p.77).

A preocupação do autor com a relação entre causa e efeito no âmbito da investigação da sociedade mostrou um maior contorno no parágrafo acima. Trata-se da preocupação de não reduzir os fenômenos humanos a simplificações ou explicações vagas e difusas, tal como a explicação sobre o "gênio individual". Nesse sentido, a crítica da redução da ação política do homem como "arbitrária" se dirige não apenas à sua simplificação, mas à própria política que se estabelece a partir desta visão.

Assim, Briquet aponta justamente para este âmbito:

> O antigo sistema político impedia o livre exame das questões sociais e conseguia disfarçar tais inconvenientes. Quando, porém, a política metafísica permitiu o exame delas, extremou-se o perigo a ponto de se pôr em dúvida, até, a utilidade do estado social. Não se hesitou em preconizar a superioridade da vida selvagem, o retorno à vida primitiva, como se não fora esta uma *fase obrigatória e inicial na evolução das sociedades. Esquece-se que o desequilíbrio social decorre da revolução industrial e da concentração do capital.* O excesso relativo de população, agrava, outrossim o ajustamento de dada geração, que não prevalece para a seguinte (BRIQUET, 1935, p.77-78).

Note-se que, apesar de não se referir aos termos específicos, o autor faz a crítica à ideologia metafísica e à política que lhe estava implicada ao apontar para a forma de "ocultação" da realidade social da época, de sua desigualdade decorrente da concentração de

capital, pela apologia da vida selvagem em contraposição a esta sociedade industrial. O pensamento político em questão, em suas especulações, não esclareceria, mas negaria a realidade que investigava idealizando outro modelo de sociedade. Cabe, contudo, destacar dois pontos problemáticos no pensamento do autor: primeiro o olhar evolucionista sobre o problema, em que o cientificismo é posto no topo da pirâmide do desenvolvimento intelectual do homem; o segundo, pela defesa – no parágrafo seguinte – da doutrina neomalthusiana, cujos postulados também serviram de mistificação das reais determinações de sua sociedade.

Ainda neste tema, Briquet dá sequência à reflexão trazendo uma perspectiva materialista de sociedade:

> As utopias metafísicas mostram a impossibilidade de se estabelecer, em política, noção estável, enquanto se cogitar da pesquisa do melhor governo, sem atentar no respectivo estado de civilização. Todo progresso humano, político, moral ou intelectual, afirma COMTE, é inseparável do material, ou seja, do fator econômico, em virtude da íntima conexão que caracteriza o curso natural dos fenômenos sociais (BRIQUET, 1935, p.78).

Apesar de materialista e com um olhar sobre o que seria uma "totalidade", nota-se o olhar naturalista sobre o desenvolvimento dos fenômenos sociais, compreendidos sob "leis naturais", tal como descrito no parágrafo seguinte:

> A ordem e harmonia só podem existir dentro da subordinação dos fenômenos sociais às leis naturais, cujo conjunto circunscreve, para cada época, os limites e o caráter da ação política. A noção do movimento social, regulado por leis naturais, constitui a base da dignidade humana, na ordem dos acontecimentos políticos. As principais tendências da humanidade adquirem, dess´arte, marcado cunho de autoridade, que deve ser respeitado por toda e qualquer legislação. A crença no poder indefinido das combinações políticas confere ao homem automatismo social, dirigido pela supremacia absoluta e arbitrária, quer da providência, quer do legislador (BRIQUET, 1935, p.78).

A totalidade que circunscreve a ação política, segundo a visão acima, situaria-se na regulação imposta pelas leis da natureza aos fenômenos sociais. Além de dar condição para a "ordem" e a "harmonia", seria o fundamento da dignidade humana. Note-se que, apesar da crítica à "supremacia absoluta e arbitrária" dos regimes anteriores, a subordinação do movimento social às rígidas leis naturais representaria, na visão defendida, justamente a suposta esfera da "liberdade" e não do automatismo social.

Deste ponto de vista, a Sociologia preencheria importante papel, o da "previsão racional" - condição básica para seu critério de positividade – dos fenômenos sociais, tendo em vista a complexidade dos mesmos. Nesse sentido, não se diferenciaria das demais

ciências, assim como o fenômeno social também não se diferenciaria dos demais que estão sob a determinação de leis naturais, apreendidas pela observação.

Por fim, o autor encerra esta seção com a seguinte afirmação: “Deixando de ser absolutos, os conceitos políticos devem referir-se ao estado variável de civilização, afim de que, seguindo o curso dos acontecimentos sociais, possa a teoria prevê-los, sujeitos, como são, a profundas desordens por parte do legislador” (BRIQUET, 1935, p.79). Noutro momento do livro Briquet voltará à relação entre ciência e política, além do papel do “governante” diante de uma sociedade compreendida racionalmente.

O texto, deste modo, encerra esta discussão para entrar noutra complementar e de fundamental importância para Sociologia positivista: a dos princípios de *estática social* e *dinâmica social*. Assim o autor apresenta o tema:

> Em todo sistema social, distingue-se o estudo das condições de sua existência, das do seu movimento. Donde duas ciências: *estática social* e *dinâmica social*[129], autônomas e distintas como a anatomia e a fisiologia. Esta divisão corresponde à dupla noção de *ordem e progresso* (BRIQUET, 1935, p.79).

Logo em seguida, traz a definição de *estática social* a partir da noção de consenso e da aproximação da lógica social à das ciências naturais:

> O princípio das leis estáticas do organismo social consiste no consenso característico dos fenômenos dos corpos vivos, evidenciado na vida social em seu mais alto grau. Assim entendida, a estática tem por fim o estudo experimental e racional das ações e reações mútuas que as várias partes do sistema social exercem umas sobre as outras, excluindo-se o movimento que as modifica. *Fundadas no conhecimento de tais relações, as previsões sociológicas permitem conhecer quais as indicações relativas a cada modo de existência social, de forma idêntica ao que se observa em anatomia* (BRIQUET, 1935, p.79).

Note-se que a discussão, anteriormente descrita, sobre a possibilidade do governante ou legislador prever os fenômenos sociais toma forma e contorno no parágrafo acima a partir da idéia de estática social, relativa à esfera da “ordem”. Nesta esfera seria possível a apreensão e previsão das relações entre as partes de determinado sistema social. Daí a fundamental importância dada à Sociologia tanto para o desenvolvimento (ou progresso) da ciência, quanto da política.

Já o estudo da dinâmica, ou do movimento social, por ser contingente ao da estática social, pressuporia a noção de “solidariedade”:

---

[129] Destaques do autor.

> Todo elemento social é solidário com os demais. Serve de doutrina de base ao estudo do *movimento social*[130], cujo conceito pressupõe a conservação do organismo correspondente. Além disso, supre, pelo menos temporariamente, a observação direta que, amiúde, não se aplica a certos fatores sociais. *Avalia-se o estado deles conforme as relações científicas com outros elementos conhecidos* (BRIQUET, 1935, p.79-80).

Note-se que Briquet reproduz uma idéia fundamental da escola positivista da época que seria a de conceber a existência social pela perspectiva da solidariedade e da harmonia, sobretudo pela aproximação com o modelo das ciências naturais, da anatomia ou da física, tal como na passagem abaixo:

> O desenvolvimento da humanidade prova o *consenso social*[131] pela reação de toda mudança especial. *Em política, como em mecânica, a comunicação dos movimentos demonstra a existência de ligações*. Verifica-se o mesmo quando, em vez de se encararem os fenômenos sociais de uma só nação, estes se apreciam em diversas nações contemporâneas, embora o consenso, então, seja menos pronunciado (BRIQUET, 1935, p.80).

Adiante, o autor traz outra idéia cara ao Positivismo e ao pensamento social evolucionista em geral, que seria a relação entre regime político e "estado correlato de civilização". Esta correspondência seria, supostamente, a base da harmonia social:

> O principio da relação entre as instituições e o estado paralelo de civilização consiste na harmonia que se estabelece entre o conjunto e as partes do sistema social. As instituições políticas, de um lado, os costumes e conceitos, de outro, *são sempre solidários*. Relacionam-se às *condições correspondentes da evolução da humanidade, considerada na atividade intelectual, moral e física* (BRIQUET, 1935, p.81).

Note-se que, nos dois últimos parágrafos reproduzidos acima, Briquet traz o que seria uma concepção de totalidade, desenvolvida pelo consenso e harmonia de suas partes, ou seja, pela noção de "ordem". Apesar de problemática - sobretudo por não dar luz à contradição e limitar-se ao vago termo "condição de existência" - cabe destacar a importância desta perspectiva ao analisarem-se as "partes" da sociedade na ligação que estabelecem entre si e com a totalidade social em seu conjunto.

O autor prossegue, então, na discussão entre regime político e estado de civilização, destacando brevemente a condição de dissolução da harmonia social que ocorreria nos períodos revolucionários. Também aprofunda a especificidade da relação entre ambos, ao afirmar que a esfera do "regime político exerce, por uma reação necessária, alta influência

---

[130] Destaque do autor.
[131] *Idem.*

sobre a civilização (...) Uma e outra concorrem, dentro da interdependência, para exibir o consenso do organismo social" (BRIQUET, 1935, p.81).

Logo abaixo, faz considerável desenvolvimento em torno desta discussão segundo sua articulação com outros conceitos da filosofia positiva:

> O ponto de vista relativo, dentro do qual o sistema social deve ser encarado, constitui o principal caráter de positividade. Devendo o regime político ser concebido consoante as relações com o estado de civilização, tal conceito apresenta *toda idéia de bem ou mal político como relativa e variável, sem que, por isso, seja arbitrária, porquanto a relação é sempre determinada*. Tal filosofia poderia levar a perigoso otimismo, erro, aliás, só possível em *espíritos pouco científicos*. Toda inteligência, medianamente desenvolvida, *jamais confundirá a noção cientifica da ordem espontânea com a apologia da ordem presente*. Segundo o *princípio das condições de existência*, a filosofia positiva ensina que, nas relações dos fenômenos com o homem, estabelece-se espontaneamente certa ordem. Mostra que esta pode apresentar graves inconvenientes, *capazes, todavia, de serem modificados por uma sábia intervenção*. Quanto mais os fenômenos se complicam ao se especializarem, mais as imperfeições se multiplicam e agravam. *Os fenômenos sociais são os mais desordenados, e, ao mesmo tempo, os mais modificáveis, o que, aliás, não é compensação* (BRIQUET, 1935, p.82).

No parágrafo anterior, o autor traz a importante discussão em torno da determinação dos valores morais de um regime político, conforme suas condições (necessárias) de existência. Trata-se, mais uma vez, de um olhar fundamental para a totalidade e suas relações determinadas entre as diferentes esferas da sociedade e da cultura. Apesar de noção insuficiente e superficial, concebendo as contradições enquanto "imperfeições", destaca-se a análise sobre os fenômenos sociais enquanto "desordenados" e passíveis de modificação, assim como o esclarecimento quanto a noção de "ordem espontânea". Esta posição abriria oportunidade para o entendimento do papel do psicólogo social, tanto no trabalho de análise das contingências sociais, quanto em sua modificação através de suposta intervenção social orientada pelo conhecimento científico. Nesse sentido, o autor reitera que, para a filosofia positiva, "em vez de rejeitar a intervenção humana, tal filosofia promove-lhe a aplicação ativa, reputando os fenômenos sociais como os que mais se devem e deixam modificar, consoante normas científicas" (BRIQUET, 1935, p. 83).

Esta intervenção sobre os fenômenos sociais pressupõe a noção da ordem social enquanto "consenso" e da sociedade enquanto "organismo social". Deste modo, a "concepção da harmonia social dá o fundamento teórico da ordem política, espiritual e temporal. Induz a encarar a ordem artificial e deliberada como simples prolongamento da natural e involuntária, para a qual tendem sem cessar as diferentes sociedades" (p.83). Ao cientista, que visa a modificação social, caberia apreender o movimento das "tendências espontâneas" da

sociedade, que seguem um curso natural e teleológico evidenciado na evolução histórica de todas as formações sociais. Nesse sentido, caberia "contemplar a ordem para aperfeiçoá-la, e não criá-la, o que seria impossível" (p.83). Assim como no ciclo da natureza, a ação sobre a sociedade nada criaria, mas apenas mudaria a configuração das partes, segundo o consenso e a solidariedade do sistema que lhes dá coesão. Não é à toa que se exemplifica este ponto de vista com a noção de "solidariedade" do modelo da astronomia para análise dos astros.

Logo abaixo, Briquet reitera esta posição, trazendo mais uma vez a defesa de uma noção de totalidade que se aproxima, em certa medida, da concepção da Gestalt apreciada em inúmeras passagens do livro:

> O conceito de consenso social determina a modificação do método positivo, aplicado à sociologia. Uma vez que os fenômenos sociais são correlatos, ao estudá-los não os devemos separar. Deduz-se o dever de examiná-los, simultaneamente, em seus vários aspectos. *Nenhum fenômeno social, apreciado por um meio qualquer, pode ser introduzido em ciência, quando encarado de modo isolado* (BRIQUET, 1935, p.84).

O texto segue, então, em torno da comparação entre a lógica metodológica da filosofia inorgânica e orgânica, onde na primeira partir-se-ia da investigação dos elementos conhecidos e simples para o todo, enquanto na segunda, "cujo objetivo é o homem ou a sociedade, a marcha oposta é a única racional, por ser o conjunto melhor conhecido do que as partes" (BRIQUET, 1935, p.85). Desta, segundo a relação entre totalidade e particularidade, Briquet afirma que a "concepção de animal é mais nítida que a de vegetal, e o é, progressivamente, à medida que se aproxima do homem, cuja noção constitui o ponto de partida de tais cogitações[132]" (p.85). Nesse sentido, segundo Briquet, a investigação que iria do conjunto às partes embasaria tanto o método sociológico, quanto o biológico.

O capítulo encerra esta seção ao entrar na problemática que se ocuparia a chamada "sociologia dinâmica". Briquet faz referência à Condorcet e à sua crença na existência de um único povo que, em decorrência do desenvolvimento e do progresso realizado pelas consecutivas gerações, permitiria a integração do conjunto das modificações sociais. Desta maneira, o "espírito da *sociologia dinâmica* (...) [consistiria] em conceber cada um dos estados sociais consecutivos, como resultado do precedente e propulsor do seguinte, dentro do axioma de LEIBNIZ: *o presente encerra o germe do futuro*" (BRIQUET, 1935, p.85).

---

[132] Note-se a possível aproximação entre esta afirmação e a famosa frase de Marx (2011) nos *Grudrisse*: "*a anatomia humana é a chave para a anatomia do macaco"* (p.58).

Os princípios da estática e da dinâmica permitiriam a síntese da ordem e do progresso, segundo o espírito de suas leis:

> A estática social estuda as leis de coexistência; a dinâmica as de sucessão. *Esta proporciona à prática a doutrina do progresso, aquela, a da ordem*.
>
> (...)
>
> O curso da vida humana permite perceber as modificações que sobrevenham no estado da sociedade, constituindo o movimento social a soma das suas mudanças sucessivas (BRIQUET, 1935, p.85-86).

Deste ponto de vista, afirma Briquet, a partir de Comte, que o progresso intelectual humano nas consecutivas gerações e seus representantes, seus "espíritos criadores", são apenas "órgãos desse movimento progressista" (BRIQUET, 1935, p. 86) que repousam sobre uma ordem orientada e determinada.

O capítulo entra em nova discussão, trazendo ao debate a noção de "perfectibilidade humana", assim como sua possibilidade de realização frente às condições de existência e às tendências sociais de determinada época. Segundo Briquet, "a *perfectibilidade humana* objetiva o aumento da felicidade nas várias fases da civilização, assim se entendendo a harmonia entre o desenvolvimento das faculdades do homem e as circunstâncias que dominam a sua existência" (BRIQUET, 1935, p.86).

O autor cita, de forma resumida, alguns pensadores que meditaram em torno do tema do aperfeiçoamento e do progresso, tal como Aristóteles, Fontenelle, Condorcet e C. Bernard, para então apurar a definição do conceito a partir de sua relação com o conceito de evolução:

> O conteúdo real da noção de aperfeiçoamento é a idéia de *evolução contínua da natureza humana*, vista em seus diversos aspectos, segundo uma *constante harmonia com as leis evolutivas*, e apreciando-se não um povo isolado, mas *o conjunto da humanidade*
>
> (...)
>
> *É indiscutível o melhoramento do mundo ambiente, através da ciência e da arte, da maior suavidade nos costumes e melhor organização social* (BRIQUET, 1935, p.87).

Note-se que, mais uma vez no texto, o conceito de evolução aparece não apenas como recurso para traçar diferenças entre sociedades, mas para apontar sua desigualdade. À ciência e à arte é atribuído o papel de "melhoramento do mundo ambiente" que se traduz pela vaga "suavidade dos costumes" e "melhor organização social". Este desenvolvimento social não é

tomado sob a ótica da complexidade de cada cultura, mas pelo juízo do "mais evoluído" e, conseqüentemente, do "menos evoluído", apesar do "conjunto da humanidade" evoluir.

Abaixo, o autor retoma a questão da determinação das condições sociais e políticas frente à possibilidade da ação humana no meio. Nesse sentido, volta ao exemplo do homem público, o "estadista":

> **A política positiva exibe o princípio dos limites da ação política133. Todo estadista, com experiência de governo, está convencido de que a ação política sofre, por parte das influências sociais, uma limitação subordinada não só à modificabilidade do desenvolvimento pelo total das causas de variação, causa principal, mas também à ação voluntária e deliberada das combinações políticas (**BRIQUET, 1935, p.87**).**

Note-se que a figura do estadista ou governante é novamente equiparada à do cientista positivista que, ao contemplar a ordem vigente, segundo suas variáveis, poderia aperfeiçoá-la segundo os limites impostos pela tendência social daquele momento. Como mesmo afirmou o autor em passagens anteriores, existe apenas a condição de aperfeiçoar a ordem social, mas não de (re)criá-la. Desta maneira, as "modificações só se referem à intensidade e ao modo de atuar dos fenômenos sem alterar-lhes a natureza e filiação" (BRIQUET, 1935, p.87). Em seguida, o autor reitera a noção de que os limites das condições de existência impõem-se sobre qualquer desenvolvimento intelectual ou sobre qualquer tipo de transformação: "Os gênios mais eminentes têm mostrado que estão subordinados ao estado contemporâneo do saber. O mesmo condicionamento regula o progresso na moral e nas artes" (BRIQUET, 1935, p.88).

Segundo Briquet, de todas as três "fontes de variação social", que são raça, clima e ação política, esta é a que tem maior importância por permitir a "interferência humana" (p.88). Deste modo, conclui esta seção com uma síntese da idéia debatida:

> Em política, como em ciência, a oportunidade é condição de eficiência, seja qual for o mérito do *super-homem* a quem se confiar a *direção dos negócios públicos*. A intervenção política, *como a do médico*, só é benéfica quando consulte o estado orgânico e suas reações. A história apresenta exemplos de autoridade política prolongada, que não deixou vestígio por ser contrária ao movimento social contemporâneo, tal FELIPE II de Espanha. São igualmente dignos de reflexão os casos em que a ação política, sustentada pela autoridade poderosa, malogrou por ter introduzido melhoramentos prematuros, embora dentro da tendência social. *Não incumbe ao político reger os fenômenos, senão modificar-lhes o desenvolvimento, o que requer o conhecimento das suas leis.* Um fato está explicado quando pode ser ligado, assim à situação presente, como ao movimento precedente. O entroncamento do fenômeno na evolução mostra o sentido que deve ser observado *para evitar-se dissipação de energia* (BRIQUET, 1935, p.88).

---

[133] Destaque do autor.

Note-se, na passagem acima, que Briquet traz pela primeira vez no texto a noção de "super-homem", ou seja, o representante ou o diretor dos "negócios públicos", cuja prática – aproximada ao do médico e do cientista – deverá intervir sobre os fenômenos conforme a ordem pré-estabelecida pelas leis da sociedade. Sua ação apenas orientaria o andamento da locomotiva social e deveria pressupor as relações de causa e efeito dos fenômenos, para se evitar o gasto desnecessário de energia em qualquer intervenção política. Acredita-se na possibilidade de uma racionalização quase completa da ação política, segundo a lógica científica da previsão e do controle.

O texto sofre uma nova quebra abrupta e inicia uma discussão sobre formas de investigação sociológica, que se daria pelos métodos de "observação", "experimentação", "comparativo", "histórico", "estatístico", "monográfico" e de "inquérito". Assim como em passagens anteriores, optou-se por reproduzir parte integral dos parágrafos, tendo em vista a importância da referida seção para o objetivo deste estudo.

> OBSERVAÇÃO. Para ser valiosa, deve ser dirigida e interpretada pela teoria. É essa subordinação que lhe confere caráter científico.
>
> (...)
>
> As observações, por conseguinte, deverão integrar-se em teorias que conexionem os fatos atuais aos conhecidos; só podem ser eficazes quando dirigidos pelo conhecimento esboçado dentro das *leis da solidariedade* (BRIQUET, 1935, p.89).

Note-se que Briquet faz referência, de antemão, aos preceitos do "caráter científico" da observação. Primeiramente, põe a teoria como ponto de partida e chegada daquela, no seu objetivo de colheita dos fatos da realidade. Em seguida, concebe o valor destes fatos sociais enquanto integrados num corpo teórico que lhes articule entre a produção já conhecida e, também, a subseqüente. Tudo, segundo a premissa das "leis da solidariedade" que regeriam a lógica dos fenômenos sociais.

Em toda síntese teórica - que daria direção e orientação racional para a investigação sociológica – estaria a objetivação das "cogitações positivas sobre as leis de solidariedade e de seriação dos fenômenos correspondentes" (BRIQUET, 1935, p.89).

O autor cita, então, Augusto Comte para concluir que qualquer "espírito preparado por uma educação conveniente (...) conseguirá converter, depois de exercícios suficientes, em indicações sociológicas, as impressões que recebe de quase todos os acontecimentos da vida social" (p.89).

Em seguida, inicia a pequena discussão sobre o método da "experimentação", reservada aos dois parágrafos abaixo:

> EXPERIMENTAÇÃO. Toda observação passa a ser experimental quando a seqüência normal dos fenômenos sofre determinada mudança. *Os casos patológicos e movimentos revolucionários equivalem a experimentação biológica e social*.
>
> Os movimentos patológicos sociais não podem ser inteiramente utilizados, porquanto as leis do estado normal da sociedade ainda não são bem conhecidas. Todavia, tais casos não violam *as leis do organismo social*, pois só alteram o grau e intensidade dos fenômenos e não a sua natureza e relações. Ora, uma vez que as leis subsistem, em qualquer estado do organismo social, cabe concluir-se que, pela análise das desordens sociais, se chegue à teoria da existência normal. Segue-se a importância do estudo das massas revolucionárias (BRIQUET, 1935, p.89).

A discussão sobre o "normal" e o "patológico" do ponto de vista da Sociologia positivista será realizada no final do capítulo, entretanto, já se abre o debate situando os movimentos sociais revolucionários como a esfera social patológica, na medida em que são a exarcebação de relações que estão sob as leis naturais da ordem "normal" da sociedade, ou seja, do momento de sua ordem. Nesse sentido, o momento revolucionário seria a oportunidade para o estudo das leis que regem o organismo social, justamente por não alterar estas leis, mas intensificar os fenômenos sociais que estão determinados, em certa medida, por estas leis. Note-se a aproximação desta noção de patologia com a postulada pela psicanálise freudiana, que entende o limiar entre normal e patológico pela esfera quantitativa (e não como mudança qualitativa da natureza). Também se aproxima pelo fato de partir do estudo da doença para entender a normalidade. Entre todos estes pontos, está a crença na aproximação dos fatos biológicos com os sociais, tal como na referida aproximação realizada pelo autor entre a experimentação biológica com a social.

O próximo método é o "comparativo"[134], em que Briquet afirma a sua importância para a comparação entre o fenômeno social humano com a dos animais, principalmente dos mamíferos, que apresentariam "rudimentos de solidariedade" e, assim, permitiriam uma análise dos grupos sociais de um ponto de vista evolutivo. Este método também seria fundamental para a apreensão e comprovação das leis do movimento da ordem social, contanto que se apoiasse no princípio da causalidade:

> Baseia-se o método comparativo no princípio da identidade constante do desenvolvimento humano, embora tenha o inconveniente de não considerar a sucessão dos estados sociais, que representa como coexistentes.

---

[134] Como já citado anteriormente nesta pesquisa, o primeiro *Handbook of Social Psychology* publicado foi baseado em pesquisas de cunho comparativo por G. Murphy.

> Este método só terá valimento se a aplicação e os resultados forem encaminhados de acordo com o conceito evolutivo da humanidade.
>
> Para aplicá-lo de modo científico, dentro do princípio da causalidade, é mister fundamentar-se na proposição que, ao mesmo efeito, corresponde sempre a mesma causa (BRIQUET, 1935, p. 90).

Adiante, Briquet realiza a discussão do "método histórico", a maior desta seção, que se apresenta da seguinte maneira:

> MÉTODO HISTÓRICO. Parte do geral para o particular, permite diferençar a biologia da sociologia, e imprimi-lhe caráter assim científico como lógico. Nenhuma explicação isolada, assevera o fundador da sociologia, terá valor se não repousar no conceito geral de evolução humana.
>
> A comparação histórica das diversas fases de civilização deve referir-se sempre à totalidade do desenvolvimento social (BRIQUET, 1935, p.90).

Note-se que o autor faz importante colocação, que revela novamente uma tendência em seu pensamento, que é o de pressupor a noção de "totalidade" para a análise de fenômenos. No caso da metodologia descrita, seria a totalidade no âmbito histórico, segundo o princípio evolucionista, a responsável pela dimensão científica e lógica da investigação sociológica ao partir da dedução. Dessa forma, embora anteriormente o autor aproximasse a experimentação biológica da social, neste momento traça-lhes uma diferenciação.

Em seguida, expressa a importância do método histórico para se apreender o sentido dos eventos históricos segundo sua concatenação e seriação evolutiva. Nesse sentido, retoma a idéia de uma ordem social baseada no consenso e na harmonia:

> A tendência para *considerar cooperadores aos homens de todos os tempos*, só se observa nas ciências, e, isso mesmo, nas mais adiantadas. O método histórico dá-lhe desenvolvimento e cultua o respeito aos antepassados.
>
> O espírito do método histórico consiste no uso das *séries sociais*[135], a saber, na apreciação dos diversos estados da humanidade que mostram, pelo conjunto dos fatos, o aumento contínuo de toda disposição física, intelectual, moral ou política, combinado ao decréscimo correspondente do pendor oposto (BRIQUET, 1935, p. 90-91).

Logo abaixo, Briquet aponta a forma de aplicação do método histórico que, na análise de determinado fenômeno, deveria partir da dedução de seus antecedentes históricos (os mais remotos possíveis) em sua determinação evolutiva. Nesse sentido, aponta para a principal falha dos estadistas de seu tempo:

---

[135] Destaque do autor.

> Cumpre aplicá-lo primeiramente ao passado, procurando deduzir cada situação histórica bem conhecida do total das que a precederam. Só se aprende a predizer o futuro depois de haver, de algum modo, predito o passado. As máximas da maioria dos estadistas falham na prática por terem observado apenas o presente[136], e, quando muito, o passado próximo.
>
> Na apreciação do momento atual, incide-se no risco de confundir fatos principais com secundários, de sobrepor manifestações estrepitosas e efêmeras às tendências fundamentais, em regra pouco brilhantes, e, por fim, de conferir ascendência ao poder ou instituições e doutrinas em declínio (BRIQUET, 1935, p.91).

Ainda sob a ótica evolucionista, encerra a discussão ao fazer referência (e uma orientação) à posição do sociólogo tendo em vista o método histórico:

> O sociólogo deve evitar tomar o decréscimo contínuo como tendência à extinção total. Seja exemplo o homem civilizado cuja alimentação diminui cada vez mais, por efeito da preponderância do exercício intelectual e moral, à medida que se eleva o grau de civilização. Aqui, o concluir pela extinção total seria absurdo.
>
> A importância da história releva COMTE, exalta-se na sociologia, cuja diretriz está no conjunto das determinações históricas (BRIQUET, 1935, p.91).

Mais uma vez a lógica da biologia aproxima-se à social, no caso, a evolução biológica em relação à evolução social. Por fim, o autor encerra com a apologia da Sociologia realizada por Comte.

A discussão, então, segue para o "método estatístico", apresentando-o da seguinte maneira:

> MÉTODO ESTATÍSTICO. Tem-se-lhe atribuído valor que não pode ser constante, por tratar-se de deduções cuja positividade depende da natureza científica dos dados sobre que opera. Para ELLWOOD[137], constitui uma fase do *survey*[138], sondagem ou levantamento, onde se procura medida exata dos movimentos e tendências sociais, por meio de tábuas e tabelas, enumeração e cotejo dos fatos coligidos pela observação. O vício de interpretação é conseqüência das falhas ou precariedade da análise qualitativa, dos dados sobre os quais procede a estatística. Em suma, é, como se depreende, uma análise quantitativa. Põe-se em destaque a essência do método científico, mostra a interdependência dos diversos fatores, em dada situação,

---

[136] Este parágrafo delineia as pretensões da Escola Livre de Sociologia e Política em sua fundação, tal como na passagem do Manifesto (1933): "*Esse mal não pode ser remediado às pressas, nem admite paliativos desalentadores. Urge encará-lo de frente, com pensamento mais para o futuro do que para o presente*".

[137] Elwood é um dos autores com maior número de referências no manual de Briquet. Segundo o site da American Sociological Association, Charles Ellwood (1873-1945) foi um dos principais sociólogos do período do entre-guerras, realizando pesquisas sobre pobreza e desigualdade racial, assim com em temas como preconceito, comunicação e revolução, sendo perseguido pela Ku Klux Klan por conta de suas críticas ao racismo. Também foi defensor da educação como meio para se chegar à evolução social e da sociologia como ciência destinada à superação de problemas sociais e orientadora de reformas na sociedade. No que diz respeito à psicologia social, foi responsável por aproximar esta disciplina aos estudos em torno da "revolução". Além disso, concebia o indivíduo e a consciência como resultado da interação entre hereditariedade e meio social, acreditando na existência de uma vida mental coletiva. Fonte: http://www.asa*net.org/about/presidents/Charles_Ellwood.cfm.

[138] Destaque do autor.

> evidencia as relações de causa e efeito e supre as deficiências do método dedutivo... (BRIQUET, 1935, p. 91-92).

Briquet, como exemplificação, cita a pesquisa de Sorokin sobre mobilidade social, que traz os conceitos de mobilidade "ascendente" e "descendente" e corrente "horizontal" e "vertical", que a partir da estatística permitem avaliar o nível de progresso material de um país.

Por fim, apresenta-se a discussão sobre o "método monográfico e de inquérito", que se resume a apenas um parágrafo:

> MÉTODO MONOGRÁFICO E DE INQUÉRITO. Corresponde ao *survey*, muito em voga na América do Norte, e consiste em estudos mais ou menos particularizados de condições locais. É processo analítico cujo valor decorre da extensão das áreas a que se aplica, e do seu constante encadeamento na soma dos fatores que definem o problema geral (BRIQUET, 1935, p.92).

Cabe destacar os poucos parágrafos dedicados pelo autor na apresentação de métodos de tipo "survey", que foram a base das pesquisas de opinião pública nos Estados Unidos no início do século XX.

O capítulo segue, assim, para sua parte final, dando início à discussão das regras do método sociológico segundo Dürkheim, separando-se a seção do texto em cinco tópicos conforme cada regra: 1) observação dos fatos sociais; 2) distinção lógica entre normal e patológico; 3) constituição dos tipos sociais; 4) explicação dos fatos sociais; 5) exibição de prova.

A primeira regra, "observação dos fatos sociais", é apresentada com uma breve definição de fato social:

> Ao pensar do eminente representante da moderna sociologia francesa, *fato social*[139] é toda maneira de proceder, fixada ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo constrangimento exterior, ou que, geral na extensão de determinada sociedade, possua existência própria, independente das manifestações individuais (BRIQUET, 1935, p. 93).

O autor acrescenta ainda o pressuposto de tratar os fatos sociais objetivamente (como coisas), além de outras exigências, tais como excluir as pré-noções em sua investigação.

A segunda regra, "distinção lógica entre normal e patológico", é apresentada com a discussão anteriormente levantada pelo autor ao se referir ao método da experimentação, trazendo novamente os pressupostos da evolução:

---

[139] Destaque do autor.

> O fato social só se pode dizer normal para dada espécie social, e em relação a determinado período de desenvolvimento. Por conseguinte, para conhecer se lhe cabe tal denominação, não basta observar sob que forma se apresenta, no geral das sociedades pertencentes a essa espécie. Cumpre, outrossim, cuidadosamente considerar as espécies na fase correspondente de evolução. Como *espécies sociais*[140], entendem-se os *intermediários entre a multidão confusa das sociedades históricas*[141], e o conceito único, mas ideal, de humanidade (BRIQUET, 1935, p.93).

Abaixo, Briquet reproduz as regras, implicadas nesta distinção, do livro de Dürkheim, destacando-os em itálico e sem completar a referência com as páginas. Não cabe a este estudo reproduzi-las integralmente, apesar de breves.

A terceira regra, "constituição de tipos sociais – princípio de classificação", é apresentada da seguinte maneira:

> Começa-se por classificar sociedades[142], consoante o grau de composição, tomando por base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único. Nessas classes, distinguem-se variedades e diferenças, conforme se dá, ou não, a fusão completa dos segmentos iniciais (BRIQUET, 1935, p. 94).

Não há prosseguimento nesta discussão, encerrando-se com uma breve definição de "sociedade simples" enquanto "aquela que não encerra outra mais simples" (BRIQUET, 1935, p.94).

A quarta regra, "explicação dos fatos sociais", além de apresentar uma definição inicial, referencia novamente a passagem do livro de Dürkheim (também sem especificar as páginas e destacando em itálico). Neste caso, por ser breve, o trecho será reproduzido integralmente:

> Em sociologia, como em biologia, o órgão independe da função, quer dizer, conserva-se o mesmo dentro de fins diversos.
>
> *Regra 1ª. Quando se explica o fenômeno social, faz-se míster pesquisar separadamente a causa eficiente, e a função que exerce.*
>
> *Regra 2ª. A causa determinante do fato social deve ser inquirida entre os antecedentes, e não em estados de consciência individual* (BRIQUET, 1935, p.94).

Logo abaixo, Briquet acrescenta uma "proposição complementar" afirmando que:

---

[140] *Idem*.

[141] Destaque nosso.

[142] Uma crítica a este caminho do método de Dürkheim seria aquela realizada por Marx aos economistas clássicos no Grundrisse que, ao investigarem a "população", chegavam apenas a algumas determinações vazias de um todo caótico: "*A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseaim. P.ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p.ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc.*" (MARX, 2011, p.54).

> A função social fato social deve sempre ser investigada na relação que mantém com o fim social. A origem primeira de todo processo social de certa importância deve ser procurada na constituição do meio social interno, a saber, nos elementos de qualquer natureza que entrem na composição da sociedade (BRIQUET, 1935, p.94).

Por fim, a quinta regra, "exibição de prova", traz as condições científicas necessárias para se apreender a causalidade dos fatos sociais. Briquet em seguida faz nova referência em itálico a Dürkheim:

> Só há um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que são simultaneamente presentes ou ausentes, e investigar em se as variações das diferentes combinações de circunstâncias provam a dependência de um para o outro.
>
> *Regra. Só se explica o fato social de certa complexidade, acompanhando o desenvolvimento integral das suas espécies sociais* (BRIQUET, 1935, p.94).

Desta maneira, sem conclusões, o capítulo é encerrado.

10.6 "Instinto"

O capítulo 5 sobre o "instinto" inicia a "parte especial" referida por Raul Briquet no prefácio do livro. No caso, os temas do "instinto" e do "hábito" (capítulo 6) referem-se aos "fatores psíquicos que motivam o comportamento social" (BRIQUET, 1935, prefácio).

O capítulo em questão possui 12 páginas e traça um breve panorama de contribuições teóricas acerca do instinto, partindo de autores norte-americanos da época, realizando em seguida uma referência ao comportamentalismo e concluindo com a reflexão psicanalítica. Dentre os principais autores referenciados estão: Henry Bergson, G. Dumas, Sigmund Freud, Ernest Jones, Pavlov, Skinner e Trotter[143]. Recorrentemente, faz-se referência à obra de W. Rivers[144] em passagens específicas. Outros autores da bibliografia são: L. Bancels, G. Bohn, L. Cecil, M. Ginsberg, Hachet – Suplet, E. Kretschmer, F. Paulhan, H. Warren, G. Wallas e E. Weiss.

---

[143] BERGSON, H. *Evolution Créatice*. Paris. Alcan. 1907.
DUMAS, G. L´Éxpression dês Emotions, em *Nouveau Traité de Psychologie*. V. III. Paris. Alcan.
FREUD, S. Au dela Du Principe Du Plaisir, em *Essais de Psychanalyse*. Paris. Payot. 1927.
JONES, E. *Essays applied in Psycho-Analysis*. Londres. Hogarth Press. 1923.
PAVLOV, I.P. *Les Réflexes Conditionels*. Paris. Alcan. 1927.
SKINNER, C.E. The Status of Instinct. *Journal Educational Sociology*. Maio 1933.
TROTTER, W. *Instincts of the Herd in Peace and War*. Londres Benn. 1930.

[144] RIVERS, W.H.R. *L´Instinct et l´Inconscient*. Ed.fr.Alcan – 1926.

Briquet inicia o capítulo com a definição de "instinto" a partir de Rivers, entendido como um "conjunto das tendências condicionadas a fatores inatos (RIVERS). Caracteriza-se pela grande adaptabilidade ao meio, e distingue-se do impulso, que designa, em geral, pendor indesejável e nocivo à sociedade" (BRIQUET, 1935, p.96). Nota-se, prontamente, a preocupação do autor ao "impulso" frente ao meio social.

Em seguida, traz as considerações de Spencer, Parker, Conklin, Calkins e Cannon[145] sobre a aproximação entre instinto e reflexo, sua base hereditária e a relação entre instinto e emoção. Não cabe à proposta deste estudo as discussões realizadas pelos autores sobre o tema. Contudo, cabe destacar que Briquet trata como equivalentes os conceitos de "instinto" e "reflexo", tal como demonstrado por Pavlov.

Mais a frente o livro entra, novamente, na problemática entre herança e meio, traduzida no capítulo pela relação entre instinto e hábito. Assim como em passagens anteriores do livro, Briquet aparentemente defende uma reconciliação – ou uma harmonização - entre a oposição em torno da esfera biológica e social. Também estima, a partir deste ponto de vista, projetos de intervenção social segundo a idéia de "aperfeiçoamento":

> A controvérsia *instinto-hábito*[146] reduz-se à suposta predominância dos fatores herança e meio. Cumpre *conjugá-los* e não exaltar um em prejuízo do outro. Excluindo-se do estudo da natureza o que tem ela de mais espontâneo e inato, como sejam as respostas automáticas aos estímulos do meio, toda obra de *reconstrução ou aperfeiçoamento social*, que se não estear no instinto ou no hábito, tem de ser artificial, esboçada em apriorismo e, por isso mesmo, votada a reveses nos resultados práticos (BRIQUET, 1935, p.97).

Em seguida, faz-se a descrição dos conceitos pavlovianos de "reflexo do alvo" e "reflexo da liberdade" que, segundo o autor, são os reflexos de "maior projeção social" (p.97). Não cabe neste estudo maiores desenvolvimentos sobre o tema, apenas o destaque de que o autor vê um potencial educativo no controle dos reflexos de alvo, caracterizados pelo ideal de posse de objetos pelo homem. Tal potencial estaria na importância desse reflexo para o progresso e a cultura.

O capítulo segue com uma divisão entre os parágrafos por asteriscos, dando início à discussão sobre a relação entre instinto e meio social segundo alguns pensadores e cientistas. Segundo o autor, "ARISTÓTELES E COMTE, entre outros, puseram em evidência o papel social do instinto, chamando atenção para a necessidade de reformar-se a sociedade dentro da

---

[145] Autores não citados na bibliografia.
[146] Destaque do autor. Os demais nesta citação são nossos.

sua sublimação" (BRIQUET, 1935, p.99). Posteriormente, Briquet realizará maior desenvolvimento sobre a relação entre civilização e sublimação, principalmente do ponto de vista da Psicanálise.

Logo abaixo, traz a contribuição de Ellwood acerca dos principais erros na concepção de "instinto", que estariam em limitá-lo apenas a animais inferiores, assim como em entendê-lo como independente do meio e da consciência do indivíduo. Neste último ponto, Briquet pontua que o instinto "*é fator modificável e, portanto, perfectível e educável*". Ainda sob esta argumentação com base na crença no "progresso", completa que o "instinto é tendência peculiar à espécie, e a todos os homens. Daí, a sua significação primacial no prever o comportamento dos grupos humanos, sobre ele se assentando a base das relações sociais" (BRIQUET, 1935, p.100). Portanto, segundo este ponto de vista, o objetivo seria controlar e prever por dispositivos científicos os instintos dos homens que constituiria a base das relações sociais, buscando assim assegurar o aperfeiçoamento e o progresso do homem e da sociedade.

Em seguida, Briquet cita os diferentes tipos de instinto classificados por Marshall. Cabe, para este estudo, destacar importante passagem em que o autor reflete sobre a relação entre "instinto nutritivo" e "propriedade privada":

> O instinto nutritivo oferece aspecto de grande importância no *aquisitivo* ou de *apropriação*[147]. Nele se estriba a propriedade privada, e, da sua hipertrofia, verdadeiramente neoplásica, ressente-se o mundo contemporâneo. Para se verificar *se é legítima* a propriedade privada, aconselha RIVERS consultar a antropologia. Procedendo à observação em arquipélagos da Melanésia, verificou que, em alguns, de Salomão e das Novas Hébridas, p. ex., a terra é do domínio coletivo da tribo. Resta saber se o é *por efeito do instinto gregário* ou das *tradições sociais e do exemplo*, sendo que, no primeiro caso, será mais difícil erradicar o caráter profundamente individualista do nosso regime de propriedade (BRIQUET, 1935, p.100).

Na passagem acima – para além das duras críticas à propriedade privada realizadas por Briquet – repete-se duas tendências de sua obra. Primeiro, busca, por meios científicos, respostas sobre o comportamento humano pressupondo a oposição entre indivíduo (enquanto entidade biológica-instintual fechada) e o meio (tradições e "exemplo", ou seja, a cultura) sem, no entanto, dar maior problemática ou desenvolvimento à relação entre a suposta oposição. Segundo, visa a intervenção científica sobre o comportamento humano e sobre a cultura, observado no questionamento sobre a dificuldade de "erradicar" o individualismo, entendido ou como resultado de "instintos" - ou seja, tendo uma origem instintiva e universal no homem.

---

[147] Destaques do autor. Os demais serão nossos.

Noutra passagem, a mesma relação entre instinto e formas sociais é realizada, agora entre os instintos "sexuais" e "parentais" e a formação da família:

> Se o instinto sexual leva à formação da família, o materno e o paterno consolidam o núcleo de organização social[148]. Como prova de fortaleza do instinto parental, está o divórcio nos Estados Unidos. Não obstante a relativa facilidade com que é sentenciado, a proporção de casais que se desquitam, com ou sem filhos, é de cerca de um para cinco. Eloqüente demonstração de que, no lar, se exaltam os sentimentos de renúncia, e se calam ressentimentos em favor da prole (BRIQUET, 1935, p.100).

Em seguida, após fazer breves considerações sobre o instinto gregário e sua relação com o cooperativismo entre os homens, cita os instintos "apopatéticos" de Thorndike usando como base da discussão a obra de H.C.Warren. Por fim, retoma Ellwood e Comte para realizar uma problemática comparação entre homem e mulher do ponto de vista instintual:

> Existem diferenças sexuais no instinto. O homem é mais *catabólico*, dispersivo de energia. A mulher, *anabólica*, conservadora, fundamentalmente *movida pelo instinto e emoção*, ainda que possua cultura idêntica à masculina. Com isso, acentua ELLWOOD, mostra-se *socialmente mais adaptável*, e, por conseguinte, de *tipo social superior*, mais em contato com a realidade e em harmonia com o substrato bio-psicológico da natureza humana.
>
> (...)
>
> A mulher, opina COMTE, é menos aparelhada para a continuidade de intenso trabalho mental, cabendo-lhe, em virtude de maior sensibilidade moral e física, moderar a ação fria e rude da razão masculina (BRIQUET, 1935, p.102).

As duas breves passagens acima trazem inúmeras afirmações problemáticas e que serão melhor discutidas posteriormente. Contudo, para esta parte do estudo – dedicada à análise do capítulo sobre instinto – cabe destacar a insuficiência da explicação meramente "instintual" do comportamento humano do ponto de vista de uma obra cuja referência é a Psicologia Social. Na busca de explicar os "fatores psíquicos" que estão na base de determinado comportamento social, Briquet parece ignorar a dimensão social e histórica, caindo inevitavelmente em naturalizações baseadas em preconceitos e no senso comum. Apesar de fazer referência a estudos antropológicos – como no caso do instinto nutritivo – e da busca de uma superficial relação com o "meio social", não escapa de uma noção isolada sobre o instinto, tratando-o como componente universal do comportamento humano. Deste modo, o resultado redunda em tratar como uma questão instintiva algo demasiadamente histórico no homem. Também, destaca-se o fato de conceber um sujeito (no caso, a mulher[149])

---

[148] Notável como Briquet coloca o instinto como o fundamento da organização social.

[149] Foi apenas na década de 30, especificamente no dia 3 de maio de 1933, que a mulher teve direito a votar e ser votada na eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Trata-se de uma luta por reconhecimento que durara 100

que existiria acima da cultura, ou seja, um sujeito basicamente instintual que existiria apesar da cultura.

Assim, encerra-se esta parte do capítulo com uma divisão composta por asteriscos. A parte seguinte é fundamentalmente dedicada à contribuição da Psicanálise sobre o tema do instinto.

Briquet faz uma breve descrição sobre os conceitos de Freud de "instinto sexual", "Eros", "libido" e "instinto de vida" e "instinto de morte". Em determinada passagem cita Flügel[150] e dedica parágrafos, com base na obra de E.D. Weiss[151], à discussão dos conceitos de "projeção", "introjeção", "narcisismo" (onde cita Naeke[152]), "identificação" e "ambivalência", concluindo que para Freud "o instinto é a tendência de todo organismo vivo para reproduzir e restabelecer o estado anterior ao qual teve de renunciar, sob influência de forças perturbadoras externas" (BRIQUET, 1935, p.104).

Finalizado tal desenvolvimento, retoma a discussão de Augusto Comte – a que fez referencia noutro momento - acerca da sublimação social dos instintos, dedicando parágrafos deste debate até o fim do capítulo.

O debate em torno do pensamento comtiano se dá, basicamente, na relação entre instintos de ordem "pessoal" e os de ordem "social", levando o autor a uma concepção específica da relação entre parte e todo, e particular e universal. O argumento gira em torno da crença de que os instintos de ordem pessoal estão acima e controlam os de ordem social, apesar de defender a idéia de que a felicidade comum depende antes da satisfação dos instintos sociais. Nesse sentido, a moral humana, em sua realização universal, nada seria sem o que há de comum nas "particularidades" entre os indivíduos. Sendo assim, a existência da moral depende em última instância dos instintos pessoais. (BRIQUET, 1935, p.105).

O autor segue a discussão, então, na relação entre "benevolência" e "inteligência", conceituando essas duas dimensões como diretamente proporcionais. Também, visualiza a dimensão social em seu estado "sadio" enquanto esfera de realização da racionalidade e da inteligência:

---

anos e que encontrou um pequeno avanço naquele momento. Ainda assim, não seria possível escapar da reação conservadora à sua emancipação (como foi descrito no capítulo sobre o entre-guerras), tampouco da misoginia presente nas teorias científicas e normativas da época.

[150] Não referenciado na bibliografia.

[151] WEISS, E.D. *Psico-analisi*. Milão. Hoeplo.1933.

[152] Não referenciado na bibliografia.

> Em verdade, a *inteligência realmente superior* só se desenvolve em fundo de benevolência, único capaz de proporcionar alvo alevantado ao impulso. Somente as faculdades afetivas são profundamente ativas e *a sua preponderância fixa a direção e fim do estado social*. Os pendores sociais são, simultaneamente, os únicos adequados para produzir e manter a felicidade pessoal[153]. Não obstante, argumenta COMTE, o *homem é dominado pelo conjunto dos instintos pessoais*. Esse antagonismo explica a luta entre o *espírito de conservação e o de progresso*. Inspira-se aquele nos instintos pessoais, e este, na combinação da atividade intelectual com os sociais (BRIQUET, 1935, p.105).

Tendo em vista essa hierarquia entre os instintos pessoais e sociais – em que o primeiro dominaria o segundo na visão comtiana[154] - o autor defende que "a escola da vida" estaria na família e nela deveria repousar o modelo para preparar o indivíduo à vida social, e não o inverso. Nesse sentido, o próprio desenvolvimento da moral segue etapas de desenvolvimento que iniciam no indivíduo e terminam na sociedade:

> A vida individual caracteriza-se pela *preponderância dos instintos pessoais*; a doméstica, pelo *surto da simpatia*, e a social, pela *supremacia do intelecto*. Cada um desses graus de existência prepara o seguinte, donde, para COMTE, a coordenação da moral, a principio, pessoal, depois, doméstica, e por fim, social. (BRIQUET, 1935, p.106).

Note-se que, neste momento, tenta-se apreender essa transição entre o puramente individual e o puramente social, donde residiria a princípio o fenômeno psicossocial. Neste visão, a esfera do indivíduo se caracterizaria pela emergência afetivo-instintual, enquanto a sociedade representaria o oposto, o âmbito organizador do intelecto e do pensamento. No meio deste choque, estaria a esfera doméstica como a base da identificação social através da "simpatia". Seriam três momentos com dinâmicas específicas e que têm início no indivíduo.

Briquet finaliza o capítulo com o reforço de seu argumento que, a princípio, aproxima o pensamento psicanalítico ao comtiano no que diz respeito à relação entre civilização e sublimação. Também, faz importante referência à posição da educação frente a esta concepção:

> Cumpre insistir: a ordem social deve repousar sobre os instintos, naturalmente sublimados e controlados. Sem dúvida, a *perfectibilidade humana* está na aquisição do método e dos preceitos que permitem alcançar a verdade[155]. *A educação não atribui aos indivíduos faculdades que não possuam ou não possam desenvolver*, por motivo de herança ou de meio, senão que mostra a cada cidadão, através de atuação precoce e sistemática, *os aspectos vulneráveis da sua estruturação psíquica*[156], e os

---

[153] Note-se a tentativa de Comte em lidar com a oposição entre indivíduo e sociedade.

[154] "*Os instintos pessoais dominam os sociais*" (*ibidem*).

[155] Note-se a clara ligação desta afirmação com as proposições do *Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política* e do ensaio *Rumo à Verdade* de Roberto Simonsen.

[156] Trata-se de uma visão cara ao higienismo da década de 30, sobretudo, na sua missão de identificar o mais precocemente possível qualquer "anormalidade" para que logo fosse remediada.

> recursos mais adequados para reprimí-los e nobilitá-los (BRIQUET, 1935, p.106).

Nesta última passagem, nota-se a relação entre particularidade e totalidade defendida pelo autor. A particularidade, ao invés de revelar o que há da dimensão social – da totalidade - na verdade a determina. Nesse sentido, a educação pouco muda a intangibilidade dos instintos pessoais, a sua suposta imutabilidade, limitando-se a orientar e revelar o que está dado e pressuposto. Novamente cabe pensar esta modalidade de pensamento dentro do contexto deste livro, ou seja, em torno de uma determinada concepção de "psicologia social". A totalidade social parece resultar de somatórias individuais e pouco revela sobre a formação do sujeito histórico. Aparentemente, a intervenção social pela educação se dá sobre o indivíduo entendido enquanto sistema fechado, não problematizando a totalidade que produziria o mesmo.

10.7 "Instinto Agressivo"

O capítulo 6 dá continuidade ao anterior acerca do instinto, aprofundando a dimensão responsável pela agressividade no ser humano, sobretudo em sua expressão no contexto bélico. A orientação teórica do debate é predominantemente psicanalítica. Sua estrutura contém nove páginas e tem na bibliografia quatro autores: P. Bovet, M.R. Davie, Freud e E. Glover[157].

> De todos os instintos é o agressivo, talvez, o menos controlado assim entre os povos como indivíduos. A história mostra que a luta é imanente à vida social, variando tão só a ordem dos combatentes, que se dispõem consoante interesses econômicos e políticos. Do começo do século passado a esta parte, vê-se, ora, a Inglaterra e Alemanha contra a França, ora, esta e a primeira contra a Alemanha, objetivando cada qual destruir o poder militar da nação que lhes ameace a soberania. Dessa ambivalência podem-se prever futuras coalizões defensivas contra as potências havidas por mais fortes.
>
> (...)
>
> A guerra tem sido necessidade cíclica, meio singular de restabelecer, temporariamente, o equilíbrio político internacional (BRIQUET, 1935, p.108).

[157] BOVET, P. El Instinto Luchador. Ed. Esp. Madrid. F.Beltran (s/d).
DAVIE, M.R. La Guerre dans les Sociétés Primitives. Edition française. Paris. Payot. 1931.
FREUD, S. La Déception de la Guerre, em Essais de Psychanalyse. Paris. Payot. 1927.
GLOVER, E. War, Sadism and Pacifism. Londres.A.: Unwin.1933

Note-se que o autor faz claras referências ao contexto histórico que atravessara sua obra naquele momento, sobretudo ao traumático conflito da Grande Guerra e as tensões do entre-guerras. Também, cabe lembrar, que a motivação inicial da instituição que produziu esta obra foi compreender a realidade brasileira após a amarga derrota da elite paulista na Revolução de 1932. Por fim, chama a atenção que, ao contrário da noção de harmonia e consenso social presentes no capítulo 4, parte-se agora da visão do conflito como imanente à vida social. Por sinal, não há um capítulo dedicado ao "instinto de vida", limitando-se apenas ao "agressivo".

Em seqüência, Briquet considera como elementos que "explicam" a guerra o fator "político", o "econômico" e o "psicológico", considerando este o "mais importante". Com efeito, dentro do fator psicológico encontram-se três elementos básicos: "medo", "instinto gregário" e o "sadismo", entendidos como "fatores etiológicos da guerra" (BRIQUET, 1935, p.109). Note-se que, se o "instinto" e o "hábito" são a base da vida social, o medo, o instinto gregário[158] e o sadismo são a base da guerra.

Após situar o "medo" como fator de respeito tanto entre homens como em animais, completa: É o medo proteiforme nas manifestações. Assim, o receio da agressão corporal leva ao desejo de liberdade; o do desconhecido, à antipatia pela raça não convenientemente integrada; o da fome ao temor que venham a faltar os meios de subsistência (BRIQUET, 1935, p.109). Para ilustrar tal idéia cita exemplos da Convenção na França revolucionária – e o medo de uma minoria violenta – assim como na relação do homem com insetos.

Em seguida, pouco desenvolve sobre o "instinto gregário" como fator etiológico dos conflitos, indicando apenas que "a guerra é fenômeno universal, que só não conhecem os esquimós e habitantes da Groelândia" (BRIQUET, 1935, p.109) por serem povos com a vida restrita à sobrevivência em ambientes extremos.

Para a explicação do "sadismo", cita o psicanalista inglês E. Glover, que considera este fator como "impulso agressivo, consciente ou inconsciente, associado ao amor, o que explica o mecanismo da agressão física, da humilhação" (BRIQUET, 1935, p.110). O ponto problemático do sadismo estaria em sua repressão deficitária, que levaria à angústia e ao ódio descolado nos neuróticos. Assim como na fobia, o afeto seria dirigido pela projeção a um objeto alheio e, nesta descarga, a "angústia nutre o ódio, este promove aquela, e ambos

[158] Uma tendência do livro é tratar as formas coletivas de reunião entre os homens como predominantemente irracionais.

convergem para a destruição" (p.110). Assim como nos animais que atacam ao sentirem-se ameaçados, também no ser humano essa "ameaça" na forma de angústia revelaria tendências agressivas e primitivas:

> O inimigo instintivo é interno e desconhecido. Para as crianças, é representado pelo mundo exterior; por isso, atacam, isto é, transferem, e recorrem à projeção. Ora, esta nada mais é senão deslocamento psíquico, tentativa de transformar o estímulo interno (psíquico) em externo (realidade), e o inimigo, de interno em externo. Na fase adulta, o mecanismo de projeção é muito danoso para a civilização, e, não obstante, é de *grande vigor na maioria das relações sociais* (BRIQUET, 1935, p.110-111).

Nota-se que Briquet, a partir de uma análise psicanalítica do comportamento agressivo do homem, aparentemente faz uma antropologia do comportamento bélico e das próprias relações sociais. Para ilustração de suas afirmações, faz no livro constantes referências ao comportamento das crianças que representariam, a princípio, um estado de determinada dominação e primitivismo dos impulsos agressivos, ainda não totalmente controlados pelas forças sociais. Não à toa que mais a frente as compara aos "selvagens", que projetam no mundo os espíritos maus que temem. Tendo isso em vista, o autor conclui que a respeito de "ser imposição econômica, a guerra é derivativo, válvula de escapamento dos instintos que, insatisfeitos, representam forte potencial de desintegração da família ou tribo. É, por conseguinte, modalidade de adaptação biológica" (BRIQUET, 1935, p.111). Nesse sentido, dá-se a entender que, enquanto fator de "adaptação biológica" para a manutenção dos laços de proximidade, a guerra justifica-se sob um ponto de vista evolutivo.

Em seguida, o autor faz breve consideração sobre a "homossexualidade sublimada" nos grupos adultos masculinos para então relacionar o estado de civilização com a forma de sublimação:

> Muitos protestam contra a guerra. Com efeito, o sentimento que os move é nobilíssimo, mas não objetiva a respectiva *etiologia*. Os homens só extinguirão a guerra socializando e sublimando os instintos egoístas: tal o objetivo magno, que só se obterá na *educação pacifista*, em especial para crianças (BRIQUET, 1935, p. 112).

Trata-se de mais uma passagem em que Briquet, sob o espírito de transformação dos escolanovistas de sua época, defende uma educação humanizadora com o acréscimo da reflexão oriunda da Psicanálise da qual era estudioso. Novamente, faz referência a um tipo de intervenção social cujos efeitos serão observados em gerações futuras, assim como busca as causas e os "fatores etiológicos" de determinado "mal social" visando sua cura ou extinção, tal como procedem os profissionais de sua área de formação, a medicina. Entretanto, pondera

no parágrafo seguinte que “dificilmente se erradicam de vez os pendores maus. A psicanálise mostra que a parte mais profunda dos homens é feita de tendências elementares, idênticas em todos eles” (p.112).

O autor entra, então, na discussão psicanalítica sobre o conceito de “ambivalência”, para afirmar que os homens, por formarem-se sob sentimentos antagônicos, não podem ser totalmente bons ou maus, mas qualquer um dos dois “conforme as relações que estabelecem com as necessidades do grupo” (p.112). Com efeito, Briquet cita dois fatores principais na transformação das tendências agressivas do homem: a primeira de origem “interna”, a *libido*, e o segundo de origem “externa”, a *educação* e o *meio*. Nesse sentido, afirma que na “adaptação à vida social, distingue-se o que é inato do que é adquirido (...) [sendo] muito diferentes as relações e a interdependência com os pendores que não sofreram a transformação libido-social” (BRIQUET, 1935, p.112).

Note-se que a libido, apesar de ser “fator interno” de transformação dos “pendores” agressivos, é considerada pelo autor como meio de socialização e, conseqüentemente, de civilização. Por outro lado, o autor ressalva noutra passagem que, apesar deste potencial transformador, “nem sempre a educação e a ambiência conseguem altruizar tendências egoísticas” (p.112). Esta constatação estipularia uma dimensão ética específica, no qual a ação altruísta (boa) – e portanto, civilizada – não necessariamente se daria pela via de tendências e “pendores” da mesma qualidade, podendo pelo contrário, ser embasada por motivos opostos, egoísticos. Neste encontro conflituoso entre as tendências egoísticas e as imposições civilizatórias, em que a submissão à regra se torna fundamento da vida em sociedade mesmo que inconscientemente a contragosto, “talvez, seja útil uma pequena dose de hipocrisia, porquanto é mínimo o número daqueles em que o pendor à vida civilizada se tornou qualidade orgânica. Com o tempo, melhoram as condições e é maior a transformação social dos impulsos” (BRIQUET, 1935, p.114).

Briquet, a partir deste ponto de vista, contrapõem-se ao argumento de que o negro seria “mais sanguinário” do que o branco e faz referência à barbárie da Primeira Guerra Mundial como comparativo:

> Para o fundador da psicanálise, não cabem grande decepções no que se refere à recente guerra européia. Atribuiu-se aos povos em luta um estado de civilização que, em verdade, não tinham alcançado; por conseguinte, não se despenharam de grande altura, que não a haviam atingido (BRIQUET, 1935, p.114).

Por fim, entra-se na discussão acerca da psicogênese afetiva para se pensar a agressividade e o comportamento bélico no homem, tendo como premissa a noção de "sucessão" dos estados psíquicos no desenvolvimento da personalidade, em que os anteriores, "mais primitivos", são superados e coexistem com os ulteriores, "mais elevados".

Por alguma desordem no mecanismo repressivo, "ao revés, os estados primitivos são capazes de reincidência e evocação, porque o primitivo, na vida psíquica, consoante FREUD, é imperecível" (BRIQUET, 1935, p.115). Cabe destacar que, em passagem anterior, Briquet associou essas tendências primitivas da personalidade ao comportamento das crianças e dos "selvagens". Deste modo, completa:

> Por mais inteligentes que sejam, os homens imbecilizam-se quando as idéias se chocam de encontro a resistências sentimentais, reduzindo o intelecto a instrumento da vontade. Suprimidas estas, a razão readquire a soberania. A *cegueira lógica*[159] na guerra é fenômeno secundário interpretado como *efeito da excitação afetiva*; esta só se *apaga* com a *supressão das causas que a determinaram* (BRIQUET, 1935, p.115).

Percebe-se que, apesar da crença na "cegueira lógica" da guerra, o autor faz importante ponderação sobre a determinação social deste estado "imbecil" do homem e acredita em sua mudança e "supressão" pela identificação de suas causas. Como mencionado anteriormente, essa supressão se daria pela via da intervenção social, sobretudo pela educação.

10.8 "Hábito"

O capítulo estrutura-se em nove páginas e tem como referência seis autores: J. Dewey, L. Dumont, W. James, G. Murphy, Ravaisson e K. Young[160]. O capítulo orienta-se, basicamente, numa discussão "geral" sobre hábito em torno das contribuições de Murphy e Young - autores responsáveis pelos primeiros manuais de Psicologia Social nos Estados

---

[159] Theodor Adorno trouxe, anos depois, idéia oposta a esta ao conceber que haveria uma racionalidade legitimamente destrutiva na guerra e que ela estaria em prol da administração da irracionalidade humana.

[160] DEWEY, J. *Human Nature and Conduct*. Londres. A. Unwin. 1922
DUMONT, L. "De l´Habitude". *Revue Philosophique*. Iº v. Paris. Alcan. 1876
JAMES, W. *Précis de Psychologie*. Paris. Riviére. 1909.
MURPHY, G. "Habit". *Encyclopedia of Social Sciences*. N. Y. Macmillan. V. VII
RAVAISSON. *De l´Habitude*. Alcan, nova ed – 1927
YOUNG, K. *Social Psychology*. N.Y. Crofts. 1931.

Unidos -, Dumont e Ravaisson. Logo em seguida trata das pesquisas sobre a noção de "reflexo" da psicologia russa, finalizando com a descrição das leis de formação do hábito segundo William James. Ao contrário do capítulo anterior que aprofundou a discussão psicanalítica acerca do instinto, este apenas dá um breve panorama sobre as teorias mais importantes sobre o hábito, segundo o autor. Assim começa o capítulo:

> *Hábito* é o comportamento repetido não determinado pela hereditariedade (MURPHY). Segundo o fundador do Positivismo, é uma das principais bases de perfectiblidade dos animais e, principalmente, do homem.
>
> (...)
>
> Apresenta-se, para L. DUMONT, como fato universal – atributo da força, do ponto de vista mais geral. Não se restringe à animalidade, estendendo-se ao mundo inorgânico (BRIQUET, 1935, p.117).

Na passagem acima, Briquet traz a contribuição de Murphy, cujo manual baseado num psicologia comparada foi fundamental para o primeiro movimento em torno de uma chamada "psicologia social". Em seguida faz referência à Comte e sua concepção de "perfectibilidade" conforme aprimoramento, através da previsão e do controle das contingências sociais. Por fim cita Dumont, que concebe como "hábito" fenômenos de acomodação de objetos, tais como roupas que se ajustam ao corpo com o tempo ou a fechadura que melhor desliza após uso contínuo. O argumento vai além, assim, da esfera do comportamento humano, justificando-se assim, no mundo inorgânico.

O autor, então, traz a contribuição de Ravaisson que diferencia hábito de "adaptação" e inclui o "desejo" em sua conceituação, estendendo a reflexão para a esfera da educação:

> Não se confunda *adaptação*[161] com hábito. Aquela é fenômeno, este estado. RAVAISSON conceituava: hábito é mais que estado ou tendência – é *virtude*. Com efeito, a princípio, é esforço e fadiga, e só, depois, pela prática, se torna atraente e aprazível: passa, então, a *desejo*. Aí está o segredo da educação – *arte de atrair ao bem pela ação, e de nela fixar* (BRIQUET, 1935, p.118).

Em seguida, problematiza a oposição entre "herança", que estaria ligada aos instintos, e "meio", ligado aos hábitos, concebendo o comportamento como "*produto de herança e aprendizagem*", concluindo que "a distinção entre instinto e hábito é relativa. Até nos protozoários se encontra leve capacidade para adquirir hábito" (p.118).

---

[161] Destaque do autor. Os demais são nossos.

Logo abaixo, Briquet faz importante consideração – a partir de Murphy - acerca da influência da teoria da evolução e do pensamento biológico no desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência:

> Em meados do século passado, destacou-se a significação do instinto, por efeito da teoria da evolução. Seguiram-se os estudos de GALTON sobre as diferenças individuais de inteligência, aparentemente inatas. Hoje a psicologia tem raízes mais fundas na biologia do que nas ciências sociais, e, por conseguinte, põe de manifesto as variantes herdadas (BRIQUET, 1935, p.118).

Entra-se, então, no debate sobre os reflexos essenciais ao homem, que são os reflexos básicos como fome e sede (instintos primários) e que se desenvolvem até os mais complexos em contigüidade à maturação e à aprendizagem (instintos secundários e terciários). Em sequência, são debatidos os desenvolvimentos sobre o "reflexo condicionado" em que Briquet faz a importante afirmação de que "para a psicologia social, os dois princípios fundamentais da aquisição de hábitos, ou seja, da aprendizagem, são as respostas condicionadas e a integração destas em padrões mais amplos" (BRIQUET, 1935, p.119).

Ao contrário da passagem anterior que situava a Psicologia no terreno da herança, nesta a Psicologia Social tem seu objeto definido dentro do campo do hábito e da aprendizagem, portanto, dando ênfase evidente aos determinantes do meio.

A discussão segue, assim, em torno da produção teórica de Wladimir Bechterew e Ivan Pavlov[162], renomados cientistas da Psicologia russa. São destacadas no texto suas pesquisas sobre reflexo associado e condicionado. Não cabe, para o propósito deste estudo, uma descrição mais detalhada sobre as pesquisas em questão. Entretanto, um pequeno trecho biográfico sobre Bechterew merece destaque:

> Procurou o sábio russo dar *caráter objetivo à psicologia*, baseando-se nos reflexos, como conceito fundamental. Pretendia percorrer o domínio da psicologia sem empregar os vocábulos *sentimento*, *sensação*, *pensamento*[163]. Chegou a denominar *reflexologia* à psicologia (*ibidem*, p.120). Tinha, talvez, exageros, como o de reduzir o fenômeno psicológico ou biológico à descrição físico-quimica. Mas não se lhe podem negar dois grandes méritos: a) ter imprimido cunho fisiológico, geral e neurológico, ao estudo da psicologia; b) haver ampliado vastíssimo o campo de aplicações práticas: criminologia, organização do trabalho e assuntos similares. Muito escreveu sobre questões sociais. Em 1907, fundou a Academia Oficial de Psico-Neurologia de Leningrado onde, até a morte, dirigiu uma série de investigações sobre desenvolvimento infantil, higiene mental, suicídio, e outros importantes problemas (BRIQUET, 1935, p.120)

---

[162] Autores não citados na bibliografia do capítulo.
[163] Destaques do autor.

Apesar de considerar um exagero o reducionismo de Bechterew, considera como mérito a aproximação desta modalidade de estudos à investigação psicológica. O outro mérito estaria justamente na "aplicação social" deste conhecimento, em esferas que também competiam à medicina social brasileira, tais como a criminologia, higiene mental, etc. Briquet, aparentemente, vê com entusiasmo as pesquisas de caráter estritamente biológico aplicadas à reflexão dos fenômenos sociais.

Logo abaixo, traz a contribuição dos estudos de Pavlov sobre a salivação de cães para concluir que "a gênese e extinção dos reflexos condicionados (...) têm o mesmo mecanismo cerebral, com a diferença que, no primeiro caso, a resposta condicionada é positiva e, no segundo, negativa (BRIQUET, 1935, p.121). Também se dá destaque à posição do autor russo em relação à Psicologia, na afirmação de que embora se tenha "notáveis contribuições, PAVLOV não se tinha na conta de psicólogo. Ao seu parecer, a fisiologia da região mais nobre do sistema nervoso dos animais superiores só pode ser estudada com êxito, renunciando-se às pretensões insustentáveis da psicologia" (p.121).

Até a conclusão da parte sobre o tema do "reflexo" são citadas de forma breve as contribuições de Krasnogorski e Mateer (1918) sobre o reflexo condicionado na criança, como também a "ambivalência do hábito". A parte final classifica os hábitos em "sociais", "intelectuais", "emotivos", "nervosos", "fisiológicos" e "motores", em que a "peridiocidade dos fatos habituais explica-se pela intermitência dos estímulos ou dos estados de nutrição" (BRIQUET, 1935, p.123). Briquet encerra esta parte com a afirmação de que os hábitos "são poderosos fatores do progresso, cuja essência estaria em criar os bons e suprimir os maus" (p.123), resgatando assim, o pensamento comtiano sobre a importância do hábito.

A última parte é dedicada à "formação do hábito" segundo quatro leis classificadas por William James. Esta parte - iniciada de forma abrupta no capítulo – faz desenvolvimentos demasiadamente resumidos sobre cada lei, o que prejudica a compreensão do sentido do texto. Para o objetivo deste estudo, não se dará excessiva descrição a esta parte.

A primeira lei é a da "iniciativa", qualificada pelo autor como "iniciativa enérgica e irrevogável (...) A iniciativa dá a velocidade inicial, e remove a tentação de renunciar ao propósito" (BRIQUET, 1935, p.123).

A segunda é a "lei da constância", ou seja, "não admitir exceção alguma, enquanto o novo hábito não estiver seguramente enraizado" (p.123). Para ilustração, Briquet cita o tratamento contra o vício do fumo e da bebida.

A terceira é a “lei da oportunidade”, ou seja, “aproveitar a primeira ocasião de pôr em prática as resoluções e orientar toda sugestão emocional no sentido do hábito a adquirir-se” (BRIQUET, 1935, p.124)

A quarta é a “lei do exercício”, ou seja, “manter vivo o esforço, submetendo-se a pequeno exercício diário e desinteressado” (p.124).

Aparentemente, o debate das leis em questão – a despeito da necessidade de classificação do fenômeno do “hábito” – faz recomendações de tom moralizante, tal como na passagem abaixo:

> Soubessem os jovens que, no futuro, se reduzem a um feixe ambulante de hábitos, diligenciariam formar o caráter, enquanto possuem plasticidade. Tecemos o próprio destino; bom ou mau, o fio da vida somos nós que o compomos. Não se preocupem, pois, os moços, com o resultado da educação, uma vez que observem o essencial, a saber, o trabalho metódico de todo instante (BRIQUET, 1935, p.124-125).

Por fim, Briquet afirma que o hábito – por sua grandeza - constitui a segunda natureza do homem, exemplificando tal importância ao fazer referência aos casos de detentos da Bastilha que, ao entrarem em situação de liberdade, preferiram retornar ao cárcere por não serem capazes de adaptar-se aos novos hábitos da vida liberta.

Embora trace a sua posição, no decorrer do capítulo, sobre a relação tênue entre hábito e instinto, percebe-se que a discussão pouco aprofundou-se na problemática desta relação ao tender para a apresentação de diferentes visões de autores sobre o tema do hábito. Desta maneira, encerra-se a parte sobre os fatores psíquicos que estão na base do comportamento social.

10.9 “Sugestão”

Os capítulos oito, nove e dez tratam daquilo que Briquet considera os “três fatores de identidade social”, ou seja, “de pensamento ou sugestão, de ação ou imitação, e de sentimento ou simpatia. Em outros termos, a indução do conhecimento é sugestão; da atividade, imitação; e do sentimento, simpatia” (BRIQUET, 1935, p.126). Basicamente, o capítulo oito trata do fenômeno da “sugestão” em duas de suas manifestações mais evidentes: na hipnose e no espiritismo. Grande parte de suas páginas tomam por base a contribuição psicanalítica sobre o assunto.

Este capítulo possui nove páginas e contempla treze autores na bibliografia. Dentre eles, estão dois brasileiros[164]. São referenciados autores renomados como Ferenczi, Freud, Janet, Jones e Wundt[165], assim como, novamente, são tomadas como base as obras de Dumas e Wheeler[166]. Além destes, são citados Baudouin, Fajardo, Schilder & Kauders e Sidis[167].

No início, Briquet traz a definição de "sugestão" segundo quatro autores:

> *Sugestão*[168] é o estado psíquico de quem aceita, sem maior exame, idéia de outrem e procede de conformidade (WHEELER). Define-a BERNHEIM como ato pelo qual a idéia é levada ao cérebro e por ele sancionada. Para P. JANET, representa o desenvolvimento completo e automático da idéia fora da vontade e percepção pessoal. Conforme TH. LIPPS, caracteriza-se não pela idéia evocada, mas pelo efeito psíquico produzido, o que é de suma significação (BRIQUET, 1935, p.126).

Em seguida, o autor desenvolve o raciocínio a partir da interpretação psicanalítica, sobretudo na contribuição de Ernest Jones que entende o efeito da sugestão como algo secundário de um "estado afetivo induzido", ou seja, de uma dissociação da consciência que produz "manifestações regidas pelos mesmos mecanismos de produção dos sintomas histéricos" (BRIQUET, 1935, p.127). Com efeito:

> O sugestionador apenas utiliza, pois, a dissociação existente que irá explicar a natureza da sugestão. Toda e qualquer manifestação provocada de hipnotismo pode aparecer espontaneamente como efeito da neurose histérica. Tem-se, pois, a impressão de que a hipnose serve para evocar sintomas histéricos (JONES) (BRIQUET, 1935, p.127).

Em continuidade, são citadas as três principais "condições" do estado de sugestão, que são: "laço de simpatia"; "conhecimento deficiente", ou seja, onde "a ignorância nada mais é que a falta de idéias contrárias à sugestão" (p.127) e, por fim, "desejos insatisfeitos", em que

---

[164] MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *O Hipnotismo*. Rio - Leite Ribeiro. 1926.
RIBEIRO, L. & CAMPOS, M. *O Espiritismo no Brasil*. S. Paulo. Cia Editora. 1931.

[165] FERENCZI, S. *Sex in Psycho-Analysis*. Boston. Badger. 1916
FREUD, S. *Psychologie Colletive et Analyse du Moi*. Paris. Payot. 1924
JANET, P. *L' Automatisme Psychologique*. Paris. Alcan. 1921
JONES, E. *Traité Théorique et Pratique de Psychanalyse*. Ed. Fr. Paris - Payot. 1925.
WUNDT, W. *Hypnotisme et Suggestion*. Ed. Fr. Paris. Alcan. 1893.

[166] DUMAS, G. *L'Interpsychologie in Traité de Psychologie*. Paris. Alcan. 1924. Vol.I
WHEELER, R. *The Science of Psychology*. Londres. Jarrold. 1931.

[167] BAUDOUIN, C. *Psychologie de la Suggestion et de l'Autosuggestion* - Delachaux - Neufchatel. 1924
FAJARDO, F. *Tratado de Hipnotismo*. Rio. 1897
SCHILDER & KAUDERS. Hypnosis. 1927. *Nervous and Mental Diseases*. Publ. Co. N.Y. 1927
SIDIS, B. *The Psychology of Suggestion*. N.Y. Appleton. 1921.

[168] Destaque do autor.

o autor exemplifica com a frase em francês "*le désir est pére de la pensée*" (p.127). O laço emocional entre o sugestionador e o sugestionado seria condicionado pela transferência.

Briquet, então, descreve dois exemplos em que a sugestão aparece com maior expressão: no espiritismo e na hipnose.

No primeiro, o autor traz a referência de Wheeler, fazendo uma interpretação do fenômeno espírita a partir de seu contexto ambiental e afetivo. Seria uma descrição científica do fenômeno religioso em seu contexto, tal como algumas vertentes da "psicologia social da religião" realizam:

> De um lado, o ambiente velado, a sessão que se prolonga até provocar cansaço. Assediam-se os crentes com uma série de fenômenos, dispostos de modo que os levem a interpretações errôneas. As observações são vagas, imprecisas, e quem encaminha a sessão assenhoreia-se da credulidade e emotividade dos *irmãos*[169] para nortear-lhes o juízo sobre o que vêem e ouvem. Não assim com a investigação científica: salas arejadas e claras; suspensão dos trabalhos quando a fadiga possa prejudicar as deduções; análise sucessiva de cada fenômeno para anotar-lhe com precisão o determinismo. O sábio pormenoriza, evita a superficialidade, reduz quanto pode o coeficiente pessoal ou a preceituação doutrinária, e procura encarar diretamente o fenômeno. E, mais que tudo, cerca-se de constante cepticismo com que orienta as pesquisas, e com que pode, em qualquer momento, modificar o plano de investigação (BRIQUET, 1935, p.128).

Note-se que, na passagem acima, Briquet defende uma posição cientificista frente ao conhecimento, acreditando numa forma de conhecimento "neutro", desinteressado e preciso. Ele aparentemente faz a contraposição entre um laboratório experimental e um centro espírita, como se fossem dimensões comparáveis e que buscassem o mesmo objetivo. No fundamento desta comparação está a crença na possibilidade de um conhecimento "verdadeiro", em que a ciência é dirigida por um "sábio" que "evita superficialidade" e se dedica estritamente à pesquisa dos fatos objetivos.

No segundo exemplo, da hipnose, o autor descreve o fenômeno enquanto sono induzido onde o indivíduo submete-se à vontade de outro. Em importante passagem, destaca a dimensão social desta:

> A hipnose é, em regra, *individual*, mas pode ser *coletiva*[170], já repentina, no arrebatamento da massa sob o fascínio da oratória, já deliberada, como no tratamento de estados mórbidos, qual o do alcoolismo. No Instituto, para esse fim criado por Brechterew, em Leningrado, contam-se aos milhares as curas de alcoólatras, que o grande fisiologista efeituou por hipnose coletiva (BRIQUET, 1935, p.129).

---

[169] Destaque do autor
[170] Destaque do autor.

Na passagem acima, Briquet traz dois exemplos fundamentais de sua época em que a "sugestão" estaria presente, etiologicamente ou politicamente. O primeiro refere-se ao fenômeno de massas (que será melhor desenvolvido em capítulo posterior) e o segundo à questão do alcoolismo (mais uma vez no texto), ou seja, a um tema é de preocupação medicina social e da saúde pública, que foi base de programas de intervenção social de cunho higienista na época. Outro ponto a ser destacado é a referência à psicologia soviética, recorrentemente citada pelo autor tanto no âmbito da pesquisa educacional, quanto na pesquisa de base.

Em seguida, retoma-se a discussão através das chamadas "condições da hipnose", destacando os "desejos insatisfeitos", em que é afirmado que "a relutância popular contra o hipnotismo baseia-se na percepção inconsciente da sua natureza sexual" (BRIQUET, 1935, p.130). Após descrever brevemente as três fases da hipnose de Janet (cansaço curto, ação sonambúlica e paixão sonambúlica), Briquet desenvolve o texto sobre a questão da transferência a partir de Ernest Jones:

> A *transferência*[171], fixação de impulsos insatisfeitos sobre a idéia do médico, de sentimentos sexuais inconscientes, representaria, para Freud e Ferenczi, o papel mais importante nos métodos de tratamento das psico-neuroses, exceto na psicanálise, que não a cria e só se limita a torná-la manifesta. A transferência é aspecto particular do deslocamento. Na tendência exagerada ao deslocamento de sentimentos está a prova de que, nas associações superficiais, é que se deve procurar a explicação final da sugestão anômala. Ainda que se provasse que a maior parte dos sintomas histéricos resultam da sugestão verbal, o fato em si não teria interesse, porque se refere ao problema, aliás importante, da origem da relação afetiva, que aumenta a suscetibilidade para a sugestão verbal (JONES) (BRIQUET, 1935, p.130-31).

Pela relação estreita entre sugestão e transferência, acrescenta Briquet – fazendo referência a Möbius – que "todos nós somos mais ou menos sugestionáveis" (BRIQUET, 1935, p.131). Logo abaixo, prossegue a discussão sobre a origem sexual das reações de sugestão, tomando como base Freud e Ferenczi:

> Tais reações se originam na esfera psico-sexual, embora, na maioria dos casos, hajam perdido o caráter erótico e se tenham sublimado. Julga FERENCZI que um fator sexual inconsciente está na base de toda emoção simpática e que, quando duas pessoas se encontram, o inconsciente procura sempre operar a transferência. Quando consegue satisfazer o consciente, sob forma sexual ou sublimada, (amizade, respeito, etc.), estabelece-se o laço de simpatia. Se o pré-consciente recusa aceitar o desejo inconsciente positivo, ambas as pessoas experimentam, uma pela outra, um sentimento de antipatia variável de intensidade, e que pode chegar à aversão. Aqueles a quem amamos e idolatramos na vida real são suscetíveis, em qualquer

[171] Destaque do autor.

> momento, de se tornarem para nós objetos sexuais (FREUD) (BRIQUET, 1935, p.131).

Na passagem acima, o autor traz o que seria – a principio – a base das relações sociais de "simpatia" (tema que será discutido no capítulo X), localizada na esfera da sexualidade e realizada pelo mecanismo da transferência. Cabe destacar que as relações sociais são interpretadas pelo autor do ponto de vista do inconsciente, cuja "validade científica" é até hoje posta em questão pelas chamadas *hard sciences*.

Por fim, o autor faz descrições em pequenos subtópicos sobre temas como "Características da Hipnose", "Efeitos Orgânicos da Hipnose", "Perigos da Hipnose", "Cura Sugestiva", "Auto-Sugestão" e "Sugestão Contrária". Para fins deste estudo não cabe maior detalhamento destas partes, exceto em dois breves trechos. O primeiro encontra-se em um pequeno alerta que se faz acerca dos perigos da hipnose, onde se afirma que "a bem da higiene mental, devem vedar-se espetáculos públicos dessa natureza, sem embargo de representar o hipnotismo recurso terapêutico dentro de indicações precisas" (BRIQUET, 1935, p.132).

Já o segundo consta no último tópico, acerca da "sugestão contrária" ou "negativismo", em que Briquet retoma as espécies de "recomendações" sobre a educação infantil, afirmando que:

> Todos sabem que é imprudente aconselhar-se às crianças que se acautelem, quando, p.ex., estejam junto a um poço, no topo de uma escada ou com instrumento cortante em mãos. Muitas dificuldades de ordem educativa procedem de tentativas frustradas e contraproducentes de sugestão. A criança, v.gr., exulta em fazer o recompensado por ter obedecido à ordem, adquire a noção de que pais e professores desejam a resistência... (BRIQUET, 1935, p. 133-34)

No último parágrafo do capítulo, faz-se uma síntese e um balanço, em que se é colocada a importância da sugestão para se pensar as relações sociais, assim como o papel do indivíduo sobre ela. Novamente, faz-se referência a Wheeler:

> A sugestão, com se viu, depende de dois fatores. 1º) O indivíduo não é vítima passiva da influência que outro sobre ele exerce. Pelo contrário, colabora ativamente, quer na vida normal da sociedade, quer durante o transe hipnótico. Tal cooperação traduz-se na disposição para acreditar, ou no desejo de satisfazer uma aspiração qualquer. 2º) Dentro dessa situação, são inúmeros os estímulos (palavra, gesto, etc.), apropriados para despertar semelhante convicção. Assim entendida, *a sugestão é modo ou forma de inter-ação entre os indivíduos* (WHEELER) (BRIQUET, 1935, p.134).

10.10 "Imitação"

O capítulo nove estrutura-se em oito páginas e traz as interpretações acerca da imitação em autores como Gabriel Tarde[172], Baldwin[173] e em teorias como a do reflexo condicionado, da tentativa-e-erro e da Gestalt. Além dos autores citados, também são referenciados textos presentes no manual de Kimball Young[174] e o clássico manual de G.H. Murphy[175], assim como as obras de Bordier[176] e Davies[177].

A parte de principal destaque está logo no início, onde Briquet faz o debate em torno do conceito de "imitação" em Tarde:

> Foi G. Tarde quem pormenorizou os aspectos da imitação social. A ciência, escrevia ele, consiste em considerar toda realidade sob tríplice feição: *repetição, oposição e adaptação*, veladas por inúmeras variações, assimetrias e desharmonias.
>
> (..)
>
> A sociedade resulta da inter-relação mental ou da unidade psíquica, assegurada pela imitação. A equação se exprimiria: *sociedade = relação inter-individual = imitação* (BRIQUET, 1935, p.136).

Note-se que o ponto de vista científico em questão orienta-se pelos princípios do Positivismo. Apesar de considerar "desharmonias" na realidade, não cita qualquer conflito e contradição nas relações sociais, tendo por princípio a "unidade psíquica" entre os indivíduos, como resultado do processo de imitação. A sociedade seria resultado de uma "inter-relação mental" entre os indivíduos.

Com efeito, nota-se no texto subseqüente que os princípios de "evolução" e "progresso" são premissa deste raciocínio, quando o autor concebe que uma das principais funções da imitação estaria, justamente, em permitir uma "economia" de tempo social ao evitar que se repetissem compulsivamente as fases evolutivas do progresso humano que se pretenderia reproduzir no ato imitativo. Nesse sentido, a imitação estaria sob a configuração de leis naturais e universais:

---

[172] TARDE, G. *Les Lois de L´Imitation*. Paris. Alcan. Nova Ed – 1921.
TARDE, G. *Psychologie et Sociologie*. Ed. Francesa. Paris. Giard. 1910.
[173] BALDWIN, J.M. *Interprétation Sociale et Morale du Développement Moral*. Giard Brière – Paris. 1899.
[174] HUMPHREY, G. "Imitation and the Conditioned Reflex", in Young, K.: *Source Book for Social Psychology*.
PETERSON, J. "Instint and Mental Adjustemente. Journal of Abnormal and Social Psychology". 1922-23, in YOUNG, K: *Source Book for Social Psychology*.
[175] MURPHY, G. H. *Experimental Social Psychology*. Harper Brothers. N.Y. 1931.
[176] BORDIER, A. *La Vie des Societés*. Paris: C. Reinwald. 1887.
[177] DAVIES, M. M. *Psychological Interpretations of Society*. Longmans Green. Londres. 1909.

> A repetição universal corresponde, no mundo inorgânico, aos movimentos periódicos e, principalmente, vibratórios; no orgânico, à hereditariedade, e, no social, à imitação, sob todas as formas (costumes, moda, obediência, educação, etc.). Do ponto de vista social, imitar novidade é moda, repetir padrões em vigor constitui convenções, e reproduzir o passado forma o costume (BRIQUET, 1935, p.136).

Na passagem acima, Briquet repete uma tendência em seu escrito que é a de comparar o universo social à lógica orgânica e inorgânica. Assim como nesta última esfera, a imitação estaria sob a ordem de "repetição universal" de mesmo caráter.

Segundo o autor, se a evolução da ciência está em captar a realidade em sua repetição universal, então "o progresso do saber consolida a convicção de que todas as semelhanças resultam de repetição[178]. Daí, a excelência do método histórico contemporâneo, que explica as doutrinas ou instituições pela evolução" (BRIQUET, 1935, p.136).

Toda produção do saber – deste ponto de vista – teria um chão comum segundo a sua ordem evolutiva, enquanto resultado das "tradições, experiências, mais ou menos organizadas, e transmitidas imitativamente pelo grande veículo, que é a linguagem, no dizer de TARDE" (BRIQUET, 1935, p.136-37). Por transmitir uniformidades e padrões, a imitação seria um importante facilitador do mecanismo de adaptação social, donde provêm os principais hábitos sociais.

Mais a frente são elencadas as "quatro leis da imitação", ainda segundo Gabriel Tarde. Briquet separou cada lei em tópicos, apesar se ter dedicado poucas linhas à descrição de cada uma. A principal é a primeira, que diz que "*a imitação procede da camada social superior para a inferior*". Neste tópico o autor faz a seguinte colocação:

> Segue-se a escol [179](sic) intelectual para dirigir e manter elevado o padrão de vida espiritual. Está visto que se não aplaude a procedência atual da supremacia intelectual, porquanto emana de desigualdades financeiras, que estabelecem, preliminarmente, entre crianças e adolescentes, duas classes: a dos que devem trabalhar, e a dos que podem estudar (BRIQUET, 1935, p.138).

Nesta passagem o autor faz a distinção fundamental entre trabalho manual e intelectual e sua reprodução ideológica entre as classes sociais na esfera da educação. Também aponta, precisamente, esta questão na esfera econômica. Por outro lado, nota-se neste trecho,

---

[178] Mais uma idéia que Adorno pensa de maneira oposta, ou seja, que em realidade a ciência seria a responsável pela construção da repetição sobre aquilo que a princípio não tem lógica e nem sentido a priori.

[179] Acreditamos que a palavra correta seja "escola". Apesar de no final do livro constar uma página de errata, não há referência a esse termo especificamente.

aparentemente, uma referência à crença no aperfeiçoamento a partir da elevação da "vida espiritual", segundo a perspectiva positivista citada anteriormente pelo autor.

As leis seguintes pouco foram desenvolvidas, sendo respectivamente: "a imitação difunde-se em progressão geométrica"; "a imitação reflete-se no meio social"; "a imitação procede, *ab interioribus ad exteriora*[180]" (BRIQUET, 1935, p.138).

Assim, após o longo desenvolvimento sobre a teoria de Tarde, Briquet dá continuidade à discussão sobre o tema da "imitação", traçando breve comentário sobre as três fases do processo imitativo em Baldwin (biológica ou subcortical; cortical ou psicológica; social, plástica ou subcortical). Para este estudo não cabe maiores desenvolvimentos desta parte, apenas a pontuação de que se trata de mais uma teoria que busca pensar o fenômeno da imitação segundo "leis", tal como realizado por Tarde, com a peculiaridade desta tratar da área estritamente sociológica e aquela da neuropsicológica.

Em seguida, explica as "causas" da imitação segundo o behaviorista Allport, que refuta as teses que defendem o caráter instintivo da imitação. Por fim, Briquet descreve as três teorias que explicariam o fenômeno da "imitação": a do "reflexo condicionado", por "tentativas e erros" e da "Gestalt". As duas primeiras são rasamente descritas pelo autor, não ocupando sequer uma página (portanto, não serão objeto deste estudo). Já a última, teoria claramente da preferência de Briquet, ocupa maior espaço para discussão.

Para a explicação segundo a Psicologia da Gestalt, Briquet parte da noção de "discernimento", exemplificado no estudo de J. Peterson (e citado por Wheeler) sobre "adaptação mental" e imitação. As conclusões do estudo foram elencadas em pequenos itens que, devido à precisão, serão reproduzidos abaixo por inteiro, apesar da extensão. Neles, nota-se a referência a temas e situações que competem ao estudo da Psicologia Social, principalmente por remeterem ao impacto das forças sociais sobre o indivíduo, coagindo-o à adaptação:

> a) Muitos atos, supostos de caráter imitativo, podem filiar-se em identidade de órgãos, e no fato que todos os membros da mesma espécie respondem a grupos de excitantes análogos. Uma vez que todos os homens possuem mãos semelhantes, é natural que manuseiem igualmente os objetos b) Todos os membros de certo grupo verificam que resulta *economia de energia e tempo*, etc., ao proceder-se de dado modo, sem preocupação da forma pela qual outros se conduzem em circunstâncias similares. c) Quando os indivíduos divergem do comportamento dos que os cercam, sofrem pressão, motivo pelo qual *a uniformidade no campo social é irrestrita*. d) Praticamente, almeja-se a aprovação ou amizade de outrem, como prêmio ao

[180] "Do interior para o exterior".

> comportamento, e, daí, *a razão de harmonizar-se a maneira de pensar com a de outros*. e) Costumes e hábitos incutem-se na infância, *mais por coação e medo de castigo do que por imitação voluntária*. f) A conduta alheia desperta a imitação de atos cuja importância não provoca o interesse do individuo, porque, até então, não suspeitara da sua significação social. É o que acontece com adolescentes que descuram da regularidade nas refeições, do esmero no traje, etc. g) Submete-se a pessoa à influência de propagandistas, entusiastas, etc., quando presentes, porque *resistir-lhes acarreta contrariedades*. Escutam-se, p.ex., opiniões absurdas sobre escolas filosóficas ou sistemas políticos, *sem protesto que seria inoportuno e inútil.* h) A pessoa compreende que, para elevar-se mais rápido no prestígio social, é de vantagem imitar. Ao vestir-se como os demais, *fá-lo para evitar crítica* que provoca estado de tensão. Não é outra a razão por que a gente se conforma com ideais e objetivos do grupo, assim com se adapta às suas ações, *para sofrer o mínimo de constrangimento e conflito*[181] (WHEELER) (BRIQUET, 1935, p.140-41).

Nesse sentido, pouco importa se o comportamento imitativo se dá ou não ao nível da consciência, mas sim a posição que ele ocupa frente ao grupo. Adiante, o autor aproxima o fenômeno da "imitação" com o da "sugestão", onde a oposição entre indivíduo e meio se estabelece: "De um lado, o sistema neuromuscular que possibilita o discernimento e os desejos; de outro, o ambiente social de costumes e pontos de vista" (BRIQUET, 1935, p.142). Nota-se que a oposição se dá, novamente, entre dois pólos abstratos em que um deles se define pela biologia e o outro pelo "ambiente" de costumes.

A partir de Ellwood, Briquet faz a relação entre história e imitação, onde o progresso só seria possível pelo comportamento imitativo, ou seja, em "reproduzir variações úteis de pensamento ou ideal" (p.142). Apenas desta maneira a "civilização" se realizaria.

Por fim, sem qualquer síntese ou conclusão, encerra-se o capítulo com uma referência a estudos antropológicos comparativos da imitação, em que se provaria a similitude da "natureza humana" segundo os padrões dados pela evolução cultural dos povos:

> Povos distanciados no espaço, de cultura e raça diferentes, apresentam, muitas vezes, costumes e instituições semelhantes. Parece que, com instintos análogos, capacidades intelectuais e desejos idênticos, a natureza humana elabora ideais e práticas similares, em especial em estágios aproximadamente equivalentes de evolução cultural (ELLWOOD) (BRIQUET, 1935, p.142-43).

Desta maneira, Briquet dá contornos – em certa medida – a parte das crenças que fundamentam seu pensamento. A idéia de uma natureza humana pautada por instintos e de uma cultura sob as regras da evolução, em que não seria problemática a conclusão de que povos, culturalmente distintos, tivessem cognição e desejos "idênticos".

---

[181] Nesta passagem, Briquet faz reflexões nítidas – apesar de muitas vezes normativas – de competência dos estudos de Psicologia Social. Apesar de alguns itens serem vagos e serem decompostos em variáveis isoladas e sem relação, percebe-se neste momento importantes conclusões sobre o impacto do grupo na subjetividade do indivíduo.

10.11 "Simpatia"

O capítulo em questão estrutura-se em seis páginas e faz referência a cinco autores: Giddings, Grieco, Ribot, Scheeler e Tarde[182]. Já no primeiro parágrafo, traz uma discussão sobre o "sentimento" no homem, segundo as visões opostas de Bentley e Ellwood (não referenciados na bibliografia do capítulo):

> Pensava BENTLEY que o sentimento representa tão só o lado subjetivo da atividade, explicando-se a vida social pelos interesses práticos, isto é, pelas atividades humanas. É a emoção, lembra ELLWOOD, que consolida a vida instintiva, *de sorte que os instintos-sentimentos vão constituir as forças sociais, denominadas desejos*[183]. (BRIQUET, 1935, p.144).

Em seguida, inicia a definição de "simpatia" sob três perspectivas:

> A simpatia – sentir como outros e com outros – originariamente referia-se à dor alheia, mas hoje estende-se a outros sentimentos. Diz-se *orgânica*[184], *psicológica* e *reflexiva*. *Orgânica*, como nos animais e crianças, que reagem identicamente às emoções dos que os cercam (choro, etc.); forma de sugestão e imitação. *Psicológica*, no contágio do medo, revolta, alegria, pesar; corresponde à emoção simpática. *Reflexiva*, subordinada à razão, e que gera o amor da humanidade (BRIQUET, 1935, p.144).

Logo abaixo, o autor traça uma breve equiparação entre o conceito de "consciência da espécie" de Giddings e "simpatia social" de Tarde, donde seria possível medir o "grau de sociabilidade" de determinado grupo. Além disso, faz referência à Aristóteles em torno do tema e cita a obra *Teoria dos Sentimentos Morais* de Adam Smith, em que a simpatia é caracterizada como a "base social da humanidade", ou seja, é "substrato da ordem social, assegura a harmonia na coordenação das atividades humanas, e, por conseguinte, tem função conservadora. Complementarmente, é a lei da simpatia, no dizer de SUTHERLAND, a de todo progresso" (BRIQUET, 1935, p.145).

À frente, o autor traz a contribuição da psicanálise para se entender o fenômeno da "simpatia":

---

[182] GIDDINGS, F. *The Principles of Sociology*. N.Y. Macmillan. 1928.
GRIECO, A. *S. Francisco de Assis e a Poesia Cristã*. Rio. Ariel – 1933.
RIBOT, T. *Psychologie des Sentiments*. Paris. Alcan. 1896.
SCHEELER, M. *Nature et Formes de La Sympathie*. Ed. Fr. Paris – Payot – 1928.
TARDE, G. *Etudes de Psychologie Sociale*. Paris. Giard Briére. 1898.

[183] Note-se, novamente, a tentativa de apreender a intersecção entre a esfera individual e social.

[184] Todos os destaques em itálico nesta citação são do autor.

> Aspecto especial da simpatia encontra-se no *egocentrismo*[185], amplificação do mundo que nos cerca, e assume caráter universal. Ao sentimento de transferência, filia-se, na opinião de SCHEELER, o solipsismo, em que a realidade se totaliza no *Eu* individual com manifestações subjetivas (BRIQUET, 1935, p.145).

A parte seguinte do texto afasta-se, momentaneamente, da discussão psicológica e social, desenvolvendo-se em torno do debate acerca da simpatia e do sentimento em diversas religiões, assim como no movimento artístico e filosófico do Renascimento. Nesta parte, Briquet mostra notável erudição ao citar Brama, Buda, o cristianismo, o budismo, o judaísmo, o protestantismo, os hindus e a figura de São Francisco de Assiz, considerado "símbolo da simpatia máxima do cristianismo" (BRIQUET, 1935, p.146). Também traz os autores da literatura portuguesa H. Pinto, Tomé de Jesus e M. Bernardes; assim como Dante e Petrarca, e os filósofos Spinoza e Descartes. Apesar de instigante, não cabe para este estudo maiores descrições sobre esta parte, exceto o último parágrafo em que são citados os movimentos de oposição ao "humanitarismo" e ao "protestantismo", onde Briquet faz importantes pontuações:

> Movimentos contrários ao humanitarismo e ao protestantismo, nasceram com: a) o *romantismo*, onde se inclui o *positivismo* de A. COMTE, que proclama a fusão afetiva planetária, e restabelece o culto cavalheiresco da supremacia moral da mulher; b) o *proletarismo*, descrente da eficácia da simpatia, sob qualquer aspecto, e que reconhece na luta de classes o único fator da evolução histórica (BRIQUET, 1935, p.147).

Na passagem acima, não apenas o autor mostra profundo conhecimento da origem epistemológica do positivismo, como cita pela primeira vez a noção de "luta de classes", que será desenvolvida com maiores detalhes posteriormente.

Em seguida, são definidas as "quatro leis da simpatia". Cabe destacar que, ao contrário de outros momentos do texto, estas leis não foram elencadas segundo determinada teoria ou a partir do raciocínio de determinado autor. Aparentemente, Briquet as definiu segundo sua própria leitura, sobretudo por sintetizar, em leis, diferentes teorias em torno do tema.

A Primeira lei é descrita como: "*a identificação afetiva é subordinada à reprodução emocional*". Segundo o autor, ela se caracteriza:

> a) pela evolução subconsciente; b) pelo surto automático e involuntário; c) pela limitação do ponto de vista subjetivo e objetivo à esfera da consciência. Seja exemplo a menina que brinca de mãe com a boneca; realiza a fusão afetiva não só para com a boneca (fusão ecfórica), como também para com a sua mãe (fusão eufórica). No primeiro caso, pondera SCHEELER, o Alter (menina) identificou-se

[185] Destaques do autor.

> com o Ego; no segundo é este que se funde com o Alter (mãe) (BRIQUET, 1935, p.147-48).

Na segunda lei – "*a participação afetiva conduz ao amor da humanidade*" – Briquet faz novamente referência a Scheeler, concebendo que contra o egoísmo é fundamental o sentimento de altruísmo e simpatia compartilhados:

> No altruísmo a simpatia concebe a humanidade forçosamente como unidade da espécie (SCHEELER). Nele não se distingue o forasteiro do natural, o *inculto* do *civilizado*, o *criminoso* do *normal*, pois são resultantes de fatores extrínsecos, condicionados ao *meio* e à *herança*, por conseguinte, *independentes do fator pessoal* (BRIQUET, 1935, p.148).

Nota-se que, tanto na primeira lei, quanto na segunda são usados termos que remetem a uma concepção evolucionista, tais como "evolução subconsciente", "unidade da espécie", "civilizado" – e que fazem referência ao pensamento de uma antropologia baseada num discurso eurocêntrico e dominante. Além disso, Briquet traz o condicionamento dos fatores "meio" e "herança" na produção do indivíduo "forasteiro" e do "natural"; do "inculto" e do "civilizado"; do "criminoso" e do "normal" (colocando o criminoso enquanto anormal). Trata-se de um ponto importante para a apreensão do pensamento de Briquet, tendo em vista que "meio" e "herança" são tomados como fatores "extrínsecos". Nesse sentido, além de serem entendidos sob a mesma proporção, pela mesma ordem, são também colocados como "independentes do fator pessoal".

A terceira lei é a "lei da semelhança", ou seja, "a simpatia entre dois indivíduos ou dois grupos é proporcionada ao grau de semelhança, patente ou virtual (GIDDINGS)" (BRIQUET, 1935, p.148). Nota-se que, em comparação às outras com base na teoria psicanalítica, a terceira lei orienta-se pela teoria sociológica.

Por fim, a quarta lei é a "lei do desenvolvimento", ou seja, "a simpatia desenvolve-se consoante a clareza e extensão das representações, contanto que se trate de temperamento emotivo (SPENCER) (BRIQUET, 1935, p.149). Segundo o autor, os momentos de tristeza são mais compartilhados que os de alegria, exemplificando a partir de Ribot na idéia de que: "Chora-se, por vezes, nos momento alegres para solver estado de tensão, qual seja a expansão da jovem mãe nos braços do esposo. As lágrimas de alegria, ensina RIBOT, ocorrem no momento de ação, e as de tristeza no de reação (BRIQUET, 1935, p. 149).

Briquet encerra o capítulo exemplificando o "sacrifício familiar" com a obra *Ma Jeunesse* de Michelet, chegando à conclusão no último parágrafo que: "A falta da simpatia

produz a apatia e demonstra ausência de compreensão. É o que acontece com as crianças, cruéis e indiferentes ao mal que praticam" (BRIQUET, 1935, p.149).

10.12 "Inteligência"

O capítulo onze estrutura-se em sete páginas e contempla oito autores. Neste, novamente são usados as produções de Ellwood e Wheeler[186] (de onde foi citado o texto de Helson) e dois livros dos autores franceses Delacroix e Febvre[187] (cujo texto foi extraído de um seminário internacional). Dos grandes manuais, foi usado o texto de Klineberg[188] sobre testes mentais e pela primeira vez no livro foi contemplado um texto em alemão, de Jaensch[189]. Também foram referenciados dois livros de Klüver[190] sobre eidética, além de Millikan[191], cujo texto *The relation of science to industry* (1930), revela um tema pertinente às pesquisas da época.

A seção começa com uma discussão de Briquet sobre a inteligência animal do ponto de vista da Psicologia da Gestalt, onde são citados exemplos do comportamento de peixes (Wheeler e Perkins), pintos (Lewis) e camundongos (Helson) chegando, mais adiante, à conclusão de que o "desenvolvimento da inteligência, do macaco ao homem, é, em substância, a história do constante progresso dos meios ou instrumentos de alcançar os objetivos" (BRIQUET, 1935, p.151), portanto, da evolução da complexidade dos meios tendo em vista fins específicos. Nesse sentido, descreve-se o progresso humano desde a pedra talhada às pinturas rupestres, chegando às organizações sociais complexas, à religião, etc. Assim, conclui o autor: "Com a vida em grupo, começa o homem a disciplinar a conduta individual, e, com isso, progrediram, paralelos, a inteligência, a emoção e o comportamento social" (p.151). Daí compreende-se um capítulo sobre o tema da inteligência em um manual de Psicologia Social.

---

[186] ELLWOOD, C. Cultural Evolution. N.Y. Centruy Co. 1927
HELSON, H. Insight in the White Rat. J. Exp. Psyc. 1927. Vol. X 9. cit. *Wheeler: Science of Psychology*).

[187] DELACROIX, H. Le Langage et La Pensée. Paris. Alcan. 1924
FEBVRE, L. e outros: *Civilisation – le Mot et l´Idée*. Paris, Renaissance du Livre. 1930. I Semanaire Internationale de Synthése.

[188] KLINEBERG, O. Mental Tests. *Encyclopedia of the Social Sciences*. V. X.1933.

[189] JAENSCH, E.R. Die Eidetic. Leipzig. Quelle Meyer. Zweite Aufl. 1967.

[190] KLÜVER, H. Studies on the Eideitic Type and on Eidetic Imagenary. *The Psychological Bull*. Fe.1928. v. 25, n.2.
KLÜVER, H. Description of Eidetic Phenomena. *Psychol. Bull*. 1925, 22. p.331.

[191] MILLIKAN, T.A. The Relation of Science to Industry, em Cowdry, E.V. *Human Biology and Racial Welfare*. P. Hoeber. N.Y. 1930.

Assim como acima, o autor também faz uma referência à evolução da escrita cujos primórdios situam-se nos pictogramas. Reflete então sobre a linguagem deste ponto de vista concluindo que: "A linguagem, mostrou DELACROIX, decorre das emoções, da vida social e da natureza da inteligência, que só será devidamente interpretada pela psicologia" (BRIQUET, 1935, p.151). Mais um argumento em favor do estudo da inteligência sob a perspectiva da Psicologia Social.

Em seguida, faz breves desenvolvimentos em formato de tópicos sobre os temas "inteligência infantil" e "imaginação eidética". Não cabe a este estudo maiores desenvolvimentos sobre os temas. Entretanto, Briquet faz importantes considerações no tópico seguinte, nomeado "Testes mentais", que inicia da seguinte maneira:

> Medem só os conhecimentos adquiridos e não aquilo que o indivíduo é capaz de aprender. Apreciam apenas a *inteligência de reação*[192], não passam de uma *vista em corte* das faculdades psíquicas do examinando (Delacroix). A predição pelo teste só prevalece se não se alteram as circunstâncias do meio em que se desenvolve a criança (BRIQUET, 1935, p.153).

Interessante notar que esta modalidade de crítica voltará com força apenas décadas adiante, tendo em vista que os testes psicológicos sofrerão um "boom" com o advento da Segunda Guerra Mundial e as pesquisas decorrentes dela. Nota-se na passagem a ponderação em relação à precisão do teste em avaliar a inteligência do indivíduo, apontando para as "circunstâncias do meio" como condição necessária a ser considerada. Nesse sentido, tais "circunstâncias" são fundamentais também na análise dos resultados, donde, segundo Briquet: "É preciso cuidado na interpretação dos testes. Reclamam grande prática em usá-los, e o valor deles depende do critério com que os seus dados são balanceados com outros, que entram na formação psíquica (ambiente, cultura, etc.)" (BRIQUET, 1935, p. 153).

Apesar de importante crítica, pouco se desdobra sobre os conceitos de "meio", "ambiente" e "cultura", dando margens a interpretações instrumentais e abstratas dos termos, assim como à sua utilização conforme concebem as ciências naturais. Além disso, acrescenta-se o fato de que a questão do "meio" foi também preocupação da psicanálise de cunho higienista da época, preocupada com o "meio familiar" no desenvolvimento das crianças anormais.

Briquet então traz a contribuição das pesquisas de Klineberg para a crítica à concepção inatista (e racista) de inteligência.

---

[192] Todos os destaques em itálico nesta citação são do autor.

> KLINEBERG, em 1931-32, estudou-lhes as aplicações sociais. Mostrou que as diferenças de inteligência não podem ser referidas à superioridade racial, nem explicadas por via de herança, dependendo tão só das condições desiguais do meio social e cultural[193]. A rapidez da resposta, igualmente, não depõe em favor da diferença intelectual inata, por não levar em conta aquelas pessoas cujo espírito se não treinou[194] na concorrência individual (BRIQUET, 1935, p.153).

Mais a frente, o autor afirma que a grande utilidade dos testes é distinguir nos "casos extremos" as crianças "normais" das "subnormais", assim como mostrar "no aproveitamento escolar notavelmente baixo, a diretriz do exame psicanalítico e da orientação pedagógica para a normalização do nível psíquico" (BRIQUET, 1935, p.154), ou seja, o teste seria recurso para a orientação precisa da prática da higiene mental do escolar, uma das grandes frentes da entrada do saber psicanalítico na esfera da educação na década de 30 no Brasil.

Ao discutir ainda os cuidados na avaliação de estudantes em pleno ano letivo, acrescenta que "os inconvenientes desse diagnóstico parcial, se podem atenuar, todavia, pelo recíproco conhecimento que se estabelece entre professores e alunos" (p.154). Nesse sentido, Briquet traz consideração fundamental acerca da avaliação do aluno ao fazer referência – pela primeira vez no texto – à relação entre professor e aluno e justamente à relação psicodinâmica dentro da sala de aula.

Por fim, apesar das críticas e ponderações, aponta que: "não obstante os reparos apontados, os testes mentais representam um grande progresso na análise da personalidade intelectual e emotiva. Substituem a apreciação pessoal, subjetiva, muito discutível, por formas de comprovada objetividade" (BRIQUET, 1935, p.154). Portanto, apesar de apontada a importância do conhecimento relacional entre professor e aluno, o autor preza pela "objetividade comprovada" dos instrumentos de avaliação intelectual.

O último tópico, que encerra o texto, nomeado "Inteligência na Vida Social", é de suma importância para a compreensão do pensamento de Raul Briquet. O próprio título faz referência à importância da inteligência dentro do processo de reprodução social, importância esta que é dada por Comte - citado logo no início – a partir da sua crença no progresso da sociedade enquanto fundamentalmente um progresso intelectual. Deste modo, a inteligência seria peça fundamental na compreensão da cultura e da civilização:

---

[193] Apesar de fundamental na derrubada dos argumentos hereditaristas, o limite desta crítica encontra sua maior expressão em sua derivação ideológica sintetizada na "Teoria da Carência Cultural" na década de 60, onde o "ambiente" das classes populares seria automaticamente associado à pobreza cultural.

> A inteligência gera a aprendizagem. A cultura e a civilização, portanto, decorrem desta e são produto daquela. A inteligência, que se mede pela faculdade de pensar abstratamente (Thorndike), orienta a pesquisa e a meditação, subordinando-as às regras da lógica, e vivificando o estudo desinteressado (BRIQUET, 1935, p.154).

A aprendizagem, enquanto base da formação dos hábitos e, portanto, da cultura seria resultado do movimento da inteligência humana. Esta, enquanto produtora do pensamento conceituador e abstrato, impõe a sua lógica à forma de pensar em geral conforme a sua característica, peculiar, de ser neutra e "desinteressada". Sua forma "superior" apresentar-se-ia na lógica, em detrimento de qualquer outro tipo de saber não carregado de objetividade.

Em seguida, o autor cita exemplos de progressos tecnológicos alcançados pelos seres humanos (radiotelefonia, radiotelegrafia, etc.) e os percursos científicos que resultaram nestes. Destaca-se uma passagem em que revela sua perspectiva política frente à questão da energia renovável: "Atente-se, v.gr., na solução do problema de desagregação do núcleo atômico, que modificará, por completo, as necessidades econômicas dos povos, quando de posse da energia universal. Depreende-se quanto urge incentivar a ciência pura[195]" (BRIQUET, 1935, p.155).

Além disso, faz importante consideração fundamental para a compreensão da posição da "cultura" no desenvolvimento social, afirmando que "a natureza da sociedade humana e o provável desenvolvimento da vida social somente se explicam pelo fator diferencial entre os grupos humanos e os animais, que é a cultura" (p.155). Aparentemente, neste trecho Briquet coloca a natureza humana como essencialmente cultural e, por isso, radicalmente diferente dos animais. Nesse sentido, a cultura "consta da indústria humana e das instituições sociais. No sentido mais amplo, abrange os padrões de comportamento socialmente adquiridos e transmitidos" (p.155).

O autor ainda concebe a "cultura" como constante renovação de valores, e modificação das condutas a partir do que se foi transmitido socialmente. Para tanto, põe-se como condição o "intercâmbio de experiências" e a "linguagem" (BRIQUET, 1935, p.155).

Mais a frente, traz o pensamento evolucionista cultural, aproximando o desenvolvimento humano ao do mundo orgânico e inorgânico.

> Na curva da *cultura humana*[196], observam-se os períodos de MORGAN: de selvajeria, homens que vivem de caça e pesca; de barbárie, caracterizada pela agricultura primitiva, e de civilização, quando surgem a escrita e o registro dos acontecimentos. Os estágios de evolução cultural, estabelecidos pela antropologia e

[195] Dez anos após a publicação deste livro, estourariam as bombas atômicas em Hiroshima e Nagazaki.
[196] Destaque do autor.

> arqueologia, são tão nítidos, declara ELLWOOD, quanto os da biologia e geologia para a evolução orgânica (BRIQUET, 1935, p.155).

Se por um lado a "cultura" rompe a dimensão humana da natureza em geral, por outro, sua evolução e progresso estaria sob os mesmos princípios desta mesma natureza.

Por fim, Briquet encerra o capítulo, fazendo novamente uma espécie de "recomendação", que reflete em grande medida o pensamento em comum dos intelectuais de sua época. Segundo o autor: "Segue-se a importância do critério impessoal e do objetivo social indeclinável na seleção daqueles que devem colaborar no progresso e felicidade do país" (BRIQUET, 1935, p.156).

Assim, conclui-se do autor que se os instrumentos de avaliação intelectual seriam dispositivos objetivos e não discutíveis de seleção pessoal, caberiam a eles papel essencial na escolha daqueles que assumiriam a frente no movimento do progresso da nação. Por serem neutros e desinteressados, colaborariam assim para a justiça social ao colocarem os indivíduos certos para as funções certas.

10.13 "Grupos Sociais"

O capítulo estrutura-se em quinze páginas e é um dos maiores do livro. As cinco primeiras páginas são dedicadas à exposição de teorias sobre os grupos sociais e seus determinantes, tomando como referência autores como Bristol, Ellwood, Maunier, Richard, Sapir e Sumner[197]. As dez páginas seguintes trazem importante contribuição à introdução do pensamento marxiano no Brasil, ao expor uma grande síntese teórica do pensamento de Marx a partir da contribuição das obras de Max Beer[198] e Antero de Quental[199]. Também, foi contemplado o curso de economia social de Davis[200], transformado em texto, na Escola Livre de Sociologia e Política.

---

[197] BRISTOL, L.M. *Social Adaptation*. Harward Un. Pr.1930.
ELLWOOD, C. *The Psychology of Human Society*. N.Y. Appleton. 1931.
MAUNIER, R. *Les Groupements Sociaux*. Paris. Alcan. 1929.
RICHARD, G. *La Sociologie Générale et les Lois Sociologiques*. Paris. Doin. 1912.
SAPIR, E. "GROUP", in *Encyclopedia of Social Science*. v. VII. (s/d)
SUMNER, W.G. *Folkways*. Boston, Ginn. 1906.

[198] BEER, M. *Histoire Générale du Socialisme et des Luttes Sociales*. Ed.fr. Paris. Les Revues. Vol.V. 1931.
BEER, M. *Karl Marx, sa vie; son oeuvre*. Ed.fr. Paris. Librairie de l´Humanité. (s/d).

[199] QUENTAL, A. *O que é a Internacional – Prosas*. Vol. II. Coimbra. Imprensa da Universidade. 1926.

[200] DAVIS, H. *Economia Social* (Aulas Mimiografadas da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo). 1933-34.

O capítulo em questão começa com a seguinte definição:

> *Grupo social* é toda reunião de indivíduos espiritualmente solidarizados. Nesta acepção, compreende-se não só o grupo evolucionado, com ideologia própria e consciência da sua função social, mas também aquele que, em fase inicial de desenvolvimento, é privado de maior fusão psíquica dos seus membros, que se mantém coesos pela identidade de condições econômicas (BRIQUET, 1935, p.157).

Note-se, na citação acima, que o conceito de "grupo" é a princípio associado à idéia de solidariedade e condicionado ao movimento de evolução social. Também aparece enquanto congregação subjetiva, espiritual e "fusão psíquica", tal como concebido por Tarde em capítulo anterior. Nesse sentido, Briquet faz referência a Dupréel, que conceitua o grupo social enquanto "toda reunião de indivíduos, em cujas relações sociais o elemento de acordo sobrepuja o antagonismo" (BRIQUET, 1935, p.157).

Abaixo, o autor afirma que o objetivo da associação grupal seria o de garantir a auto-conservação e o desenvolvimento da linguagem. Complementa tal consideração com a idéia de Chapin de que os indivíduos "mais hábeis e sagazes (...) ensinam os meios de tornar a vida social mais eficiente" (p.157). Ou seja, novamente retorna a idéia comum no texto de que os supostos "mais capazes" deveriam assumir a ponta de lança do desenvolvimento da humanidade, para tornar a vida mais "eficiente".

Em seguida, Briquet traz as distinções de grupos "primários" e "secundários" realizada por Cooley e Bogardus, assim como as idéias de grupo "físico", "específico" e "simbólico" de Sapir. Também divide o grau de coesão dos grupos em "direta", "seletiva" e "referencial". Por fim, cita os três grupos sociais na concepção de Maunier, que são de "parentesco", de "localidade" e de "atividade". Para este estudo não cabe maiores descrições e desenvolvimentos dos conceitos em questão, justamente por não terem sido aprofundados com maior rigor. Entretanto, cabe destacar que esta referência a diversos autores revela, outra vez, a tendência do texto em realizar classificações de determinado fenômeno social ou tema específico.

Após contemplar Maunier, o texto sofre uma quebra e logo se dá início ao tópico "Padrões Culturais", descrito pelo autor da seguinte maneira:

> Assim se denominam certos fatores sociais do comportamento humano: *tradições, tabus, usos e costumes*, e *leis*[201]. Constituem o patrimônio tradicional do povo, e

[201] Destaques do autor.

> aqueles que os violam ou são excluídos da comunhão ou tratados com desconfiança e suspeita (BRIQUET, 1935, p.159).

Note-se que o tema em questão faz referência direta ao objeto de estudo da Psicologia Social ao ser conceituado enquanto "fatores sociais" que agem sobre o comportamento dos indivíduos.

O texto prossegue, então, com breves desenvolvimentos sobre esses fatores sociais, dando-se mais destaque para o tema da "tradição", tanto por sua importância sobre a conduta do indivíduo, quanto pela sua dimensão fundamentalmente "inconsciente":

> As tradições são uniformes, universais, imperativas: têm fundo inconsciente. Atuam de modo coercitivo sobre os indivíduos, *e representam verdadeiros cânones do comportamento*. Transformam-se em superstições por efeito de inferência errada. Assim, refere-se no Diálogo das Grandezas do Brasil, que "os índios partem para a caça, mas desamparam a jornada e se tornam a recolher, se ouvem cantar a peitica, ave agourenta para eles[202]"
>
> (...)
>
> Não há lógica dedutiva na observância das tradições. Assim procederam os antepassados; é razão suficiente pra fazer-se o mesmo (BRIQUET, 1935, p.159)

Apesar de julgar a superstição indígena enquanto "inferência errada", o autor faz importante colocação ao colocar a tradição como fenômeno que está para além da compreensão lógica e dedutiva, sendo maior que esta. Também, faz referência à poderosa influência das forças sociais sobre o comportamento do indivíduo, enquanto seu "grande cânone".

Pouco se é descrito sobre os "tabus", os "usos e costumes" e a "leis", não sendo, deste modo, relevante para este estudo. Na sequência do texto, novamente ocorre uma quebra de tema, sem conclusão, e se inicia um tópico nomeado "Sociedade Humana", que é apresentado da seguinte maneira: "A sociedade humana é o agrupamento de indivíduos em interdependência psíquica. Tem sido explicada por três teorias: a do contrato social, a orgânica, e a do determinismo econômico" (BRIQUET, 1935, p.160). Cada teoria é explicada sucintamente pelo autor, entretanto, cabe destacar suas considerações pessoais em cada uma delas.

A teoria do contrato social é descrita como a mais antiga, desde Epicuro, e ainda presente "na administração pública do liberalismo atual" (p.160). Para Briquet, trata-se de

---

[202] Aspas originais ao texto. Não foi dada referência a esta citação.

uma utopia na medida em que pressupõe que os "indivíduos sejam observantes dos deveres sociais" (p.160). Além disso, é limitada, pois "não se apreciam outros fatores que concorrem, de modo poderoso, na estrutura e função da sociedade" (BRIQUET, 1935, p.161).

Já a teoria orgânica - tendo por representante de destaque Herbert Spencer - ao conceber a sociedade enquanto um organismo regido pelas leis imutáveis da natureza e da evolução, teria sua limitação em não "levar em conta, entre outros, o fator psíquico, precioso para assegurar o ritmo da vida social, travando-lhe os surtos de animalidade (...)O ponto vulnerável desta teoria é negar a existência do indivíduo e da sua responsabilidade." (BRIQUET, 1935, p.161).

Note-se que Briquet recusa tanto uma abordagem que concebe um indivíduo abstraído de determinações, tal como a contratualista, assim como aquela que exclui a ação da histórica do sujeito, concebendo uma sociedade mecanizada, tal com a da teoria orgânica.

Por fim, a descrição da teoria do determinismo econômico dá início à exposição de Briquet em torno da teoria política de Marx, prolongando-se até o fim do capítulo. Assim apresenta o autor:

> Ainda chamado *socialismo econômico*[203] ou *cientifico*, *materialismo histórico* ou *marxismo*, por ter sido sistematizado por K. Marx (1818-1883) é eminentemente objetivo, e procura, nos fatores econômicos e no depoimento histórico, a essência estrutural das sociedades.
>
> (...)
>
> Impõem-se o seguinte resumo para orientar o psicosociólogo nos quadros em que se terá de mover. O *determinismo econômico* é doutrina; o *materialismo histórico*, aplicação política. Por tal forma, porém, é vasta a extensão desta que, pelo geral, funde-se a teoria na prática (BRIQUET, 1935, p.161).

Nesta breve apresentação nota-se a característica das primeiras interpretações das obras de Marx no Brasil, que concebiam o materialismo histórico uma ciência, pragmática, economicista e fatorialista, ou seja, que reduzia a sociedade ao "fator" ou ao "determinante" de ordem econômica. Todavia, faz-se importante referência à noção de "práxis" enquanto fusão da teoria e prática.

Abaixo, Briquet faz referência às duas obras de Max Beer como sínteses que chegaram "à essência" da teoria marxista, e completa com um aviso ao leitor: "Condensamos, abaixo, a

[203] Todos os destaques nesta passagem são do autor.

sua exposição dos fundamentos do materialismo histórico, com leves modificações para clareza e método de apreciação" (BRIQUET, 1935, p.162).

O texto segue, até a finalização do capítulo, com parágrafos escritos sob aspas. Não há referência às páginas dos livros de Max Beer, assim como não é possível apreender qual passagem é da obra dele ou da própria escrita de Raul Briquet. Contudo, a exposição do materialismo histórico – tendo em vista a escassez das obras marxianas no Brasil da época – contempla os pontos fundamentais para uma primeira compreensão do "velho Marx", apesar de conter os vícios de uma apresentação manualesca, assim como do reducionismo da leitura positivista comum ao período.

Após um breve espaço entre os parágrafos, indicando aparentemente o início de uma nova discussão, dá-se início à apresentação da teoria marxiana com a contextualização histórica do socialismo desde a "pré-história" até os tempos de Marx, quando se tornou a "doutrina do proletário revolucionário" (BRIQUET, 1935, p.162). O texto sofre, então, uma quebra e o parágrafo seguinte inicia com o tópico "Dialética Hegeliana", apresentado da seguinte maneira: "'Marx unificou as várias doutrinas e teorias sociais em voga, por volta de 1843, socorrendo-se da dialética de HEGEL'" (p.162).

O texto desenvolve o conceito de dialética desde os gregos até trazê-lo à luz da visão hegeliana, conforme as noções de contradição e negação:

> "HEGEL chamou dialético ao seu método de lógica. Para ele, cada conceito tem o seu contrário ou contradição, e cada afirmação comporta uma negação[204]. É a contradição que põe as coisas em movimento, fomenta o *processo evolutivo*[205] e desenvolve todas as partes e forças do ser" (BRIQUET, 1935, p.162).

Segue, então, para exemplos do movimento dialético a partir das contradições no mundo orgânico e na história da humanidade (sucessão dos modos de produção), concluindo com a importante afirmação de que: "Não se trata, portanto, de contradições lógicas, que obscurecem o pensamento ou representação dos fatos. MARX refere-se de preferência às contradições materiais e aos conflitos na evolução das coisas" (BRIQUET, 1935, p.163).

Ainda na discussão, explica a idéia de "síntese" enquanto "negação da negação" e, para exemplificar, descreve o desenvolvimento do indivíduo da infância à fase adulta. A negatividade, segundo o autor, "constitui o pulso da vida" (BRIQUET, 1935, p.164). Na

---

[204] A apresentação dos elementos da dialética, sobretudo aqueles que entram em choque com os princípios do positivismo, são de enorme importância na exposição realizada pelo manual de Briquet, principalmente levando-se em conta os valores da instituição da qual ele se originou.

[205] A noção de "evolução" recorrentemente aparece nessa apresentação, a partir da leitura realizada por Briquet.

esfera social, acrescenta que devido "ao espírito profundamente penetrante na investigação dos fatos históricos, conseguiu MARX por em destaque a contradição em todos os conflitos e lutas que, na sociedade, se tem travado" (BRIQUET, 1935, p.164). Só a contradição permitiria a evolução para um "grau superior", não sendo esta dada de forma automática.

Dá-se, assim, uma introdução às noções de "afirmação" (tese), "negação" (antítese) e "síntese". Exemplifica-se o movimento negativo e contraditório na evolução do ovo que sintetiza um ser vivo, e trazendo a apropriação que Marx realizou da dialética hegeliana enquanto teoria revolucionária:

> "Graças ao método dialético, viu MARX, no proletariado, a negação da ordem atual e, na luta do socialismo, a síntese final. O elemento positivo é, aqui, a ordem econômica baseada na propriedade privada e na concorrência, e é contra este estado de coisas que se dirige a luta do proletariado, ou seja, a contradição" (BRIQUET, 1935, p.165).

Após sucinto comentário sobre o princípio da passagem da quantidade para a qualidade, encerra a seção sobre dialética descrevendo esta como "evolução com meios revolucionários. Não é automática, pois requer o desenvolvimento da contradição. Sem ela, o positivo se torna identidade vazia e morta. Quer isso dizer que sem luta de classe não será possível a evolução social" (BRIQUET, 1935, p.166).

O tópico seguinte intitula-se "Concepção Materialista da História" e é apresentado da seguinte maneira: "Para MARX, a economia política é base da sociedade burguesa, e a evolução intelectual, em última análise, só reflete a econômica" (p.166).

Logo abaixo, explica com maior detalhamento esse princípio de Marx e a concepção materialista em detrimento à idealista[206]. Apesar de fazer referências ao desenvolvimento dialético da história, a interpretação apresentada parte de uma concepção vulgar do marxismo.

Mais a frente, reitera o princípio de investigação do materialismo histórico: a realidade concreta, material:

> "A base da história da humanidade é, portanto, material. As condições materiais da existência significam o modo pelo qual os homens, como seres sociais, e por meio da natureza ambiente e das próprias capacidades físicas e intelectuais, formam a vida objetiva, procuram os meios de subsistência, produzem, repartem e trocam entre si os bens indispensáveis à satisfação das necessidades" (BRIQUET, 1935, p.166).

---

[206] A passagem em questão traz fielmente a discussão presente n´*A Ideologia Alemã*, apesar de não fazer qualquer referência à esta obra de Marx.

Note-se que, na passagem acima, além do destaque dado por Briquet ao entendimento da realidade enquanto "material", e não simplesmente subjetiva, há também a referência aos indivíduos enquanto "seres sociais" produtores dessa realidade material e objetiva baseada na troca. Trata-se de um ponto fundamental para a problematização futura do objeto e da investigação em Psicologia Social.

Nesse sentido, cita importante questão na compreensão da teoria marxiana que é o entendimento da esfera da "produção" enquanto principal "categoria da vida material", ou seja, como a esfera de maior determinação da realidade objetiva. Trata-se de uma discussão também fundamental por fazer referência, continuamente, à classe produtora de valor – o proletariado – e à sua condição potencialmente revolucionária. Nesse sentido, desenvolve com detalhamento a relação de contradição entre forças produtivas e relações de produção, que atinge seu ápice quando a "superestrutura social e a intelectual já não correspondem à infraestrutura econômica" (BRIQUET, 1935, p.166), momento histórico de formação de uma nova consciência de classe com vista à emancipação, tal como a passagem de Antero de Quental citada por Briquet[207]:

> "O povo teve consciência do seu direito ultrajado, do seu trabalho menosprezado, sentiu uma voz íntima dizer-lhe que também os filhos do povo eram homens e como tais deviam levantar a cabeça, e conquistar, para si, na sociedade, o lugar que compete a homens livres e dignos" (ANTERO DE QUENTAL) (BRIQUET, 1935, p.167-68).

A força conservadora contra essa tendência à emancipação estaria representada na "infraestrutura econômica", representada pelos ideais políticos, jurídicos e religiosos do modelo tradicional de sociedade em questão. Briquet finaliza com a conclusão de que a "situação nova cria outros sistemas e doutrinas sociais, assim como gera grandes pensadores de que precisa" (BRIQUET, 1935, p. 167).

O subtópico seguinte, intitulado "Luta de Classes", apresenta-se da seguinte maneira:

> "Toda camada social que representa determinado papel na produção, constitui uma *classe*. A dos operários é representada pela camada social cuja principal fonte de renda é constituída pelo salário; a dos capitalistas, pela camada cuja principal fonte de renda procede do lucro, dos juros e da renda imobiliária. São duas classes separadas por irredutíveis antagonismos, quer no que respeita ao modo como obtêm os recursos para viver, quer no que concerne à organização da sociedade. A oposição originária, fundada sobre questões de salário e duração do trabalho, transformou-se, com o tempo, e à proporção que a consciência de classe do proletariado se desenvolve em torno das próprias bases da sociedade" (BRIQUET, 1935, p.167).

[207] Briquet não fez referência às páginas do livro de Quental.

Acima, não apenas o autor traz os conceitos de "classe" – enquanto categoria dentro da produção – contribuindo assim para problemática em torno do conceito de "grupo social", como também cita o conceito de "consciência de classe" enquanto fenômeno resultante do antagonismo "irredutível" entre os operários e os capitalistas.

O autor segue no texto com uma discussão sobre a luta de classes e o norte do potencial revolucionário do operariado em direção ao socialismo, dando um tom, aparentemente, teleológico à superação do antagonismo das classes rumo a este novo modo de produção. Também é citada, de forma breve, a idéia de "ditadura proletária" enquanto período revolucionário de transição. Além disso, a partir de Antero de Quental, faz-se uma importante passagem em que se é problematizada a propriedade privada, enquanto capital alienado, e o trabalhador enquanto força de trabalho universal.

> "Cumpre distinguir a *propriedade individual*[208], conjunto necessário à subsistência material e espiritual dos indivíduos, que sobre ele tem direito extenso e absoluto de usar e dispor, da *propriedade privada*, retenção indébita dos instrumentos de trabalho, e que deve ser substituída pela *coletiva*, patrimônio da humanidade, da qual o individuo, por isso mesmo que faz parte da humanidade, tem direito de *usar*, mas de que, por isso mesmo que não é mais do que parcela da humanidade, não tem direito de *dispor*. Esse capital lhe não pertence individualmente: dele *usa*, não *dispõe*: é de todos os que trabalham, de todos que queiram trabalhar: é *coletivo*. A coletividade é uma pessoa: representa a humanidade laboriosa (ANTERO DE QUENTAL)" (BRIQUET, 1935, p.169)

O último tópico do capítulo, nomeado "Teoria Econômica de C. Marx", é apresentado pelo autor da seguinte maneira: "Para investigar-se a força motora e o fim da economia capitalista, de onde procede o imenso acréscimo da riqueza, escreveu MARX 'O Capital'. A seu ver, riqueza é a massa de valores em uso que a sociedade produz" (BRIQUET, 1935, p.169). Note-se, novamente, uma aparente concepção teleológica na interpretação do sentido da obra *O Capital* que, além de ser um estudo das bases da moderna sociedade burguesa, é compreendido de antemão também como um estudo de sua superação.

Nos parágrafos seguintes, Briquet se dedica à discussão dos tópicos fundamentais da obra máxima de Marx, tratando da complexidade na formação do valor das mercadorias, sobre a oposição entre trabalho manual e intelectual, sobre salário e mais-valia. Ainda, cita a fundamental questão para a época sobre a extensão da produção da mercadorias para um sistema em série, em que o maquinismo se torna o principal meio de competição e concorrência, levando ao movimento contraditório de concentração e centralização. Assim o autor conclui que:

---

[208] Destaques em itálico do autor.

> "A vida econômica é, assim, arrastada para um processo crescente de concentração e centralização de que resulta cavar-se mais fundo o abismo entre as classes e dividir-se cada vez mais a sociedade em dois campos antagonistas. De um lado, o pequeno número de magnatas que concentram nas mãos a riqueza; do outro, a grande massa dos que nada possuem e só contam para viver com a força de trabalho" (BRIQUET, 1935, p. 171).

O resultado dessa concentração de capital seria a formação de uma massa miserável de trabalhadores nos centros urbanos, que formariam progressivamente uma consciência de classe e que visariam, segundo Briquet, a transformação da ordem existente. Nesse sentido, o autor conclui o capitulo com a perspectiva de que o "último ato desse drama gigantesco será a expropriação dos capitalistas pelas massas populares, que colocarão os meios de produção sob a direção e controle da coletividade, e, assim, realizarão a democracia econômica" (p.171).

Apesar do tom manualesco, que leva a simplificações e vulgarizações da teoria marxiana, Raul Briquet fez uma notável introdução ao materialismo histórico, tendo em vista a escassez de publicações sobre o tema na época. Temas fundamentais apresentados nos subtópicos, como a influência da "dialética hegeliana", a "concepção materialista de história", a noção de "luta de classes" e a critica da economia política presente n´*O Capital*, dão um panorama da contribuição da obra de Marx e se tornam necessários para um livro de introdução à Psicologia Social.

10.14 "Eu Social"

O capítulo treze estrutura-se em sete páginas e, diferentemente de outros capítulos temáticos, apresenta ao leitor diversas pesquisas acadêmicas em torno do tema, tais como as de Binnewies, Bowden e Pitkins[209] que estão presentes no livro *Science of Psychology* (1930) de Wheeler, assim como a de Bogardus[210] presente em *Sociology and Social Research* (1933). Também são citados os dois conhecidos nomes de Piaget[211] e Thorndike[212].

---

[209] BINNEWIES, W.G. "A Method of Studying Rural Social Distance". J. Appl. Soc. 1926. Vol. 10. p. 239-242 (cit. *Wheeler: Science of Psychology*).
BOWDEN, A.O. *A Study of the Personalities of Student Leaders in Colleges in the United States*. J. Abn. and Psy. 1926. Vol. 21. p. 149-160 (cit.idem).
PITKINS, W.B. *Our Moral Anarchy. Century*. 1926. Vol. 112, 648 (cit. Idem).
[210] BOGARDUS, E.S. "A Social Distance Scale". *Sociology and Social Research*. 1933.
[211] PIAGET, J. "L´Individualité en Historie", in Caullery e outros: *L´Individualité*. Paris. Alcan. 1933.
[212] THORNDIKE, E.L. *Individuality*. H Mifflin. Boston. 1911.

Inicialmente, o texto apresenta-se com a consideração de Briquet de que o "Eu é o indivíduo centrado em si mesmo (PIAGET). Pode ser encarado do ponto de vista biológico, psicológico e social[213] (BRIQUET, 1935, p.172). Dá-se, desta maneira, seqüência a tópicos divididos em parágrafos para descrever essas diferentes dimensões.

O primeiro trata do "Eu biológico ou físico" entendido como "unidade subordinada à estrutura anatômica" (p.172). Já o segundo, descreve o "Eu psicológico ou espiritual" enquanto "consciência do Eu" e "experiência complexa" (introspecção). Por fim, o "Eu social" é conceituado como "o indivíduo condicionado biológica e socialmente[214]. A forma e qualidade da individualidade decorre dos contactos sociais, ao passo que a possibilidade de adquiri-la depende, em igual extensão, da estrutura que o organismo herdou" (BRIQUET, 1935, p.173).

Note-se que, apesar do conceito ser de "eu social", o autor traz uma visão em que a estrutura biológica tem influência "em igual extensão" sobre a formação da individualidade. Entretanto, logo abaixo, dá-se continuidade à discussão:

> Deduz-se que o Eu social não se define em função do sistema nervoso (Eu biológico), nem da consciência (Eu psicológico), senão do *intercâmbio entre o indivíduo e o grupo*. Este é que interessa ao *psico-sociólogo* quando procura *prever e dirigir o comportamento humano*, de extrema complexidade, e que, embora normal, é um todo unificado em constante modificação. *O indivíduo de hoje não é o mesmo de tempos atrás* (BRIQUET, 1935, p.173).

No parágrafo acima, Briquet traz importante definição de "eu social" enquanto o ponto de convergência entre o indivíduo e o grupo do qual faz parte. Contudo, vai além ao definir o que seria um objeto de investigação da Psicologia Social, traçando por fim o papel do psicólogo social: "prever" e "dirigir" o comportamento. Há claro um interesse pela pesquisa nessa nova disciplina, e o texto aparentemente dá evidências explicitas de qual seria seu percurso.

Ainda em relação à passagem anterior, cabe destacar a concepção de "comportamento humano" como parte de uma totalidade dinâmica, ou seja, não estático em relação a sua temporalidade histórica. Trata-se de uma premissa fundamental para a conceituação de um objeto que seja de incumbência da investigação em Psicologia Social, sobretudo, por conceber um indivíduo histórico.

---

[213] Note-se que esta divisão vai de encontro aos primeiros capítulos do livro sobre os subsídios da "Biologia", da "Psicologia" e da "Sociologia" à Psicologia Social.
[214] Ou seja, aos "fatores extrínsecos" citados anteriormente pelo autor.

Mais a frente, o autor acrescenta mais elementos à conceituação de "eu social", que seria definido "pela consideração que a pessoa goza no seu meio. Possue-se o desejo inato de ser notado. O homem tem tantos Eus sociais quantos os indivíduos que o conhecem e dele formam opinião" (BRIQUET, 1935, p.173). Desta maneira, sob o inato "desejo" de visibilidade, os "Eus sociais" seriam tão numerosos quanto os grupos dos quais o indivíduo faz parte, explicando assim as diferentes facetas que o mesmo indivíduo apresenta em ambientes diversificados. Nesse sentido, acrescenta o autor: "Segue-se o desmembramento da personalidade em diversos Eus, que se podem opor uns aos outros, mas que também podem harmonizar-se na divisão do trabalho. Seja exemplo o militar, afetuoso com a família, e cruel para com os soldados" (p.173).

Nota-se, neste ponto, mais um elemento que faz referência a um determinado interesse em torno da pesquisa em Psicologia Social. A preocupação com a divisão social do trabalho não foi exclusiva desta passagem no texto, sendo abordada noutras em que se tornou explícita a preocupação de se colocar os indivíduos mais capazes ("superiores") nos postos mais altos de "direção" da sociedade. Nesta em questão, aparecem elementos de certa preocupação com o ajuste, com a "harmonia" da personalidade - e seus diferentes "Eus" - com o posto de trabalho[215].

Não há melhor figura de exemplificação desta idéia do que a do "político" que, segundo Briquet, ao aderir "ao partido vencedor, está dominado pelo complexo de Édipo, solucionável pela identificação, fase inicial de todo fenômeno de amor, com o adversário poderoso" (BRIQUET, 1935, p.173).

O autor dá seqüência ao texto trazendo a discussão de Wheeler em relação ao choque entre indivíduo e grupo, em que o primeiro buscaria a satisfação dos desejos de um lado, ao mesmo tempo em que deveria obediência aos padrões de comportamento impostos pelo segundo, de outro.

O texto sofre uma quebra e dá início ao tópico intitulado "desenvolvimento genético", em que trata da formação do "eu" do ponto de vista do desenvolvimento. Para este estudo não cabem maiores descrições desta parte, exceto a passagem em que o autor cita a figura do "jovem" da seguinte maneira: "O jovem começa a pensar no futuro, percebe a significação da

[215] Esses elementos que aparecem no texto contêm o germe de toda uma ideologia formada em torno da chamada Psicologia Organizacional e sua preocupação com a "flexibilidade" e "resiliência" dos trabalhadores, assim como a separação entre o ambiente de trabalho e o familiar, a "inteligência emocional", etc.

vida. Exalta-lhe o desejo de reciprocidade, sobretudo do sexo oposto[216]. Os Egos hipertrofiados surgem, então, quer por efeito do complexo de inferioridade, quer por sugestão parental" (BRIQUET, 1935, p.174-75).

Novamente há uma quebra no texto e se dá início ao tópico "*Análise da Personalidade*", em que são apresentadas pesquisas em torno do tema. Antes, o autor faz importante discussão referente à metodologia neste campo de pesquisa:

> O método experimental é aleatório em psicologia social, devendo o seu subsídio *harmonizar-se com outros dados*. Aplicado ao estudo de fenômeno tão complexo e variável como é o da personalidade, depreende-se quanto seja delicado o seu emprego. Teve o mérito, declara WHEELER, de patentear o conteúdo emotivo do comportamento humano, e mostrar que *tais disposições de espírito são socialmente condicionadas* (BRIQUET, 1935, p.175).

No parágrafo acima, Briquet faz importante apontamento sobre o método experimental em Psicologia Social, ao considerá-lo insuficiente quando isolado de outros dados referenciais, o que o torna reducionista e mero espectro de números sem sentido. Além disso, traz a concepção de personalidade que é própria da investigação daquela disciplina, ou seja, enquanto resultado de forças sociais[217].

Adiante, o autor diferencia os "métodos gerais" de investigação dos "métodos especiais". Os primeiros seriam, basicamente, análises de biografias e casuísticas[218], enquanto os segundos incluiriam os "testes de distância social", citados pelo autor até o final do capítulo. Tais estudos, realizados por pesquisadores como Bogardus, Binnewies e Pitkins, visavam apreender a "atitude social" de certo indivíduos em relação à determinada raça[219] ou etnia.

---

[216] Esta passagem revela uma tendência deste capítulo e que, entretanto, aparece em outras passagens do livro, que seria de descrever e explicar determinados fenômenos a partir de hipóteses prontas. O indivíduo com desejo "inato" de ser reconhecido, o político que se define pelos efeitos do Complexo de Édipo, o jovem que em seu desenvolvimento desejará o "sexo oposto", todos são exemplos de interpretações de uma Psicologia que se propõe normativa, que põe em determinado lugar estabelecido o indivíduo ou determinado fenômeno social investigado, em que parece ter mais respostas do que questões sobre a realidade concreta. Estas questões serão retomadas posteriormente.

[217] Interessante que a discussão deste parágrafo vai de encontro às ponderações de Adorno acerca dos limites do método experimental na pesquisa em Psicologia Social, presentes no clássico estudo *Personalidade Autoritária*.

[218] Briquet abre extensa nota de rodapé no texto para exemplificar estudos psicanalíticos de biografias de determinadas figuras históricas. Dentre eles, foram citados os estudos de Freud sobre Da Vinci e de Ernest Jones sobre Andrea Del Sarto.

[219] Briquet, assim como os pesquisadores citados, conceituam como "raça" os turcos, "pretos", japoneses, hindus, judeus, alemães, chineses, gregos, húngaros, etc; portanto, fazem referência ao conceito enquanto nacionalidade, a despeito do termo "preto".

Especificamente, o estudo de Bogardus foi realizado com 248 estudantes de psicologia social e visava avaliar o nível de simpatia destes com determinadas raças, variando em três graus: simpatia, indiferença, aversão. A conclusão a que chegou foi de que:

> A maioria dos 119, que colocaram os turcos no recorde de raças indesejáveis, não tinha jamais visto um sequer. Era malquerença gratuita, efeito de leitura de jornais, de filmes em que são diminuídos, de narrativas que lhes deprimem o caráter, ou reminiscências de piratarias lendárias (BRIQUET, 1935, p.176).

Outro estudo de Bogardus, também citado por Briquet, foi realizado com 110 pessoas visando apreender a distância social entre si e outras raças, segundo os critérios de "matrimônio", "companheiros de clube", "vizinhos", "colegas de profissão", "concidadãos", "simples visitantes de país" e "exclusão do país". A conclusão a que chegou é que "a distância aumenta na razão inversa do parentesco étnico" (BRIQUET, 1935, p.177).

Já o estudo de Pitkins foi realizado com 500 pessoas, visando avaliar seu o "critério moral" ao solicitar que ordenassem os Dez Mandamentos bíblicos de acordo com o que consideravam mais ou menos importante de 1 a 10. Inesperadamente, o primeiro em importância foi o mandamento "Não terás deuses estranhos", enquanto que o mandamento "Não matarás" ficou em sexto lugar em importância. Disto, Briquet conclui:

> Este resultado leva à suposição de que quanto *mais se cultiva a inteligência*, tanto mais se modificam os conceitos morais, e menor é a importância dos mandamentos puramente religiosos. Entre os consulentes havia 59 moralistas, padres e pastores evangélicos, sendo possível que tivessem concorrido para conservar o 1° mandamento no 6° lugar (BRIQUET, 1935, p.177).

Novamente, nota-se certa tendência normativa do autor, ao associar "inteligência" ao saber não associado à religião. Entretanto, cabe destacar a importância destas pesquisas para a consolidação da Psicologia Social enquanto disciplina. Tais estudos passaram a se tornar praxe no mundo acadêmico, dando o alerta sobre a intolerância étnica e o preconceito, e evidenciando a importante apreensão que estes pesquisadores tiveram do movimento autoritário da sociedade e que culminaria na catástrofe humana da política de extermínio dos judeus pela Alemanha nazista. Em capítulo posterior, o livro dedicará parte exclusiva à discussão sobre "preconceito de raça".

Assim, o capítulo encerra com uma pequena discussão de Briquet no tópico "Perfil de Caráter ou Psicografia", citando Bowden, que não é de importância a este estudo.

10.15 "Personalidade"

O capitulo catorze estrutura-se em quinze páginas e contempla oito obras em sua bibliografia. Dentre os autores clássicos, estão Jung e Piaget[220]. Também são contemplados F. Alexander, E.W. Burgess, A. Delmas & M. Boll, E. Kretschmer e W.L.Thomas[221]. Além desses autores, é referenciada uma publicação de um colóquio da American Psychiatric Association[222] de 1928.

Briquet apresenta o capítulo em questão trazendo as contribuições de Piaget e Wheeler sobre a definição de "personalidade":

> Para PIAGET, personalidade é o indivíduo que se submete às normas de reciprocidade e universalidade.
>
> (...)
>
> WHEELER define-a como o organismo psicológico ou a organização total das tendências de reação do individuo. É o padrão particular, o equilíbrio das reações que distinguem uma pessoa de outra ou, em outros termos, a soma dos caracteres mentais de cada um (BRIQUET, 1935, p.179).

Nesse primeiro momento do texto, o conceito de personalidade gira em torno unicamente do indivíduo e de sua organização mental, tal como nas definições de Piaget e Wheeler.

Em seguida, o autor dá seqüência ao texto fazendo breve discussão sobre a ontogênese da personalidade, iniciando com a questão do reconhecimento da face e do afago materno em recém-nascidos. Na seqüência, dá-se início ao tópico "Personalidade infantil", em que são discutidos os efeitos na vida adulta do tipo de relacionamento que os filhos estabelecem com os pais desde a tenra infância. Tal discussão ocupa uma página do capitulo e busca fazer um breve resumo das situações em que se tem pais autoritários ou "descuidados" (sic) e as conseqüências dessas posições. Aparentemente, Briquet parece cair na defesa de normas quase gerais da conduta, supostamente previsíveis, assim como no trecho abaixo:

---

[220] JUNG, C.G. *Psychological Types*. N.Y. Harcourt Brace. 1926.
PIAGET, J. "L´Individualité en Historie", in Caullery e outros: *L´Individualité*. Paris. Alcan. 1933

[221] ALEXANDER, F. *The Psycho-analysys of the Total Personality*. Nervous and Mental Disease. Publ. Co. N.Y. 1930.
BURGESS, E.W. *Personality and the Social Group*. Chicago Un. Press. 1929.
A. DELMAS et M. BOLL: *La Personalité Humaine*. Paris. Flammarion. 1922.
KRETSCHMER, E. *Physique and Character*. N.Y. Harcourt Brace. 1926.
THOMAS, W.I. *The Unadjusted Girl*. Boston. Little Brown. 1923.

[222] First Colloquium on Personality Investigation Proceedings. American Psychiatric Association. N.Y. 1928.

> À proporção que cresce, a criança torna mais estreitas as relações com os pais. Se estes forem em demasia autoritários, prejudicam-lhe a iniciativa e ela ficará sujeita, mais tarde, à agressividade de outros, a ponto de se subaltenizar completamente à vontade alheia (BRIQUET, 1935, p.180).

Em seguida, inicia-se o tópico "Ambição dos Pais", que dá seqüência à discussão anterior. Nele, o autor trata do que considera uma situação "comum" em famílias que seria a da projeção do pai e da mãe[223] sobre os filhos daquilo que gostariam de ser ou então a busca pela não repetição dos erros a que foram submetidos em vida. A preocupação com o papel e o tipo de criação dos pais é reiterada em todo o tópico, levando o autor a recomendar que: "É preciso não projetar sobre os filhos tendências e sentimentos pessoais. Emancipemo-los, quanto antes, assim da tutela física, como da psíquica e emotiva, causadora de tantos males" (ibidem, p.181). Além disso, recomenda o cuidado com a excessiva projeção do ideal de ego, concluindo que: "Faríamos reimpressão avelhentada, sem o necessário prestígio para a luta social em que se vão empenhar" (BRIQUET, 1935, p.180).

Note-se que, em mais uma passagem, Briquet concebe uma geração futura cuja formação deveria ser racionalizada e modelada, em prol da "luta social" para a modernização e evolução da sociedade. É nítida a similitude desta visão com a proposta educacional (e política) da Escola Livre de Sociologia e Política.

Logo abaixo, dá continuidade às recomendações, dando destaque em itálico ao que seria o "lema" dos pais na educação dos filhos:

> *Dedicação constante e renúncia ao prêmio*, eis o lema que norteará os pais ao educar e formar a personalidade dos filhos. Ambiente-se inteligentemente o momento em que as emoções dos jovens se tornem autônomas, e procure-se discretamente ajudá-los a dirigirem o próprio destino[224] (BRIQUET, 1935, p.182).

A preocupação com a "projeção ambiciosa" dos pais e o futuro das crianças sintetiza toda a discussão desta parte do capítulo. Briquet, a partir de uma psicologia predominantemente normativa, traça recomendações para a educação dos filhos e, supostamente, prevê o controle sobre a formação da personalidade da criança em busca de indivíduos autônomos, donos de seus destinos[225]. A sequência desta discussão traz dois casos

---

[223] Briquet faz referência a modelos de família compostos por pai, mãe e dois filhos.

[224] Esta idéia de conduzir o outro a "dirigir o próprio destino", de "se conduzir", foi típica do período em questão e está presente na divisa da bandeira da cidade de São Paulo, tal como consta em nota de rodapé no capítulo sobre o entre-guerras. Pôde ser encontrada na figura de Lênin junto aos operários e camponeses russos, como também no movimento de libertação das colônias no pós-guerra. No caso, é uma tendência do livro, sobretudo ao assumir a responsabilidade de orientar as gerações futuras que dirigirão o país.

[225] Tal idéia aproxima-se da ideologia liberal do "self made man" (HOBSBAWM, 2003).

clínicos em que esta projeção desmesurada determinou o destino da "prole", reforçando a importância da moderação paterna e materna desde a infância. Esta é mais uma preocupação presente na política de higiene mental do escolar, tanto sobre os pais, quanto dos filhos, como foi evidenciada em passagens anteriores.

Por fim, o autor descreve os "quatro desejos fundamentais" que constituem a personalidade na concepção de W. J. Thomas: desejo de atividade, de segurança, de reciprocidade, de aprovação. A especificidade destes típicos desejos não constitui preocupação a este estudo.

O tópico seguinte, nomeado "Tipos de Personalidade", traz a classificação dos indivíduos, realizado por Jung e Conklin, em "extroversos", "introversos" e "ambiversos", cujo conteúdo também não interessa a este estudo.

O capítulo sofre, então, uma divisão por uma linha. Dá-se então início a nova parte dedicada a longa discussão sobre a personalidade a partir da Psicanálise freudiana. A apresentação desta parte mostra importante posição de Briquet em relação à influência da Psicanálise sobre a Psicologia em sua constituição:

> Até há pouco, a psicologia escolástica desmembrava o conjunto do *Eu*, descrevendo isolados os elementos ou faculdades da alma: memória, percepção, etc. Mas a psicologia só pode merecer o nome de ciência da alma depois dos descobrimentos de FREUD (BRIQUET, 1935, p.185).

Desta maneira, o autor faz uma exposição dos fundamentos da Psicanálise começando com a pressuposição de que a personalidade não é harmônica. Também discute a tensão entre desejo e realidade, e diferencia inconsciente, pré-consciente e consciente. Por fim, trata da diferenciação entre Id, Ego e Superego até entrar na problemática que diz respeito à Psicologia Social:

> Sempre que o indivíduo muda de um grupo social para outro, tem de submeter-se aos respectivos cânones de vida coletiva, sob pena de provocar conflitos. É exatamente o que acontece com o emigrante que precisa aclimar-se, adaptando-se às novas condições de metabolismo e de meio
>
> (...)
>
> Assim como o organismo, graças à imunidade, adquire resistência contra certas doenças, a personalidade constitui *mecanismos de defesa* com que enfrenta os conflitos sociais (BRIQUET, 1935, p.187).

Cabe destacar que o exemplo usado por Briquet, para ilustrar o choque de novas forças sociais sobre o indivíduo, dá-se pela figura do "emigrante" que na época se tornava figura

social de suma importância na formação do Estado capitalista brasileiro, assim como questão fundamental do entre-guerras, e que hoje constitui um dos importantes objetos de estudo da Psicologia Social. Também, note-se que, na explicação dos mecanismos de defesa cuja causa são "conflitos sociais", o autor utiliza de analogia com a Biologia.

O texto segue com a descrição dos principais "desafogos" (sic) à tensão gerada no indivíduo diante do meio social: racionalização, sublimação e introversão. Briquet dedica mais linhas à discussão da primeira e da última, trazendo exemplos desses mecanismos de defesa no âmbito da educação.

A racionalização, enquanto justificativa criada pelo individuo ao nível consciente no intuito de alegar "razões e motivos que disfarçam a contrariedade insconciente" (BRIQUET, 1935, p.187) é exemplificada pelo autor na esfera educacional da seguinte maneira: "Não é outra a razão por que alunos reprovados atribuem o mau êxito à inépcia ou injustiça dos professores. Dessa maneira, mantém integro o Ego para com o meio exterior, sobretudo familiar, e não lhes fica a aresta irritativa" (p.187).

A sublimação, descrita em apenas um parágrafo, é entendida como o processo em que a "tendência sexual ou reprovável é transformada por outra que não o é, de maior valimento social" (p.187), tendo como exemplo a figura do cirurgião, cujo trabalho revela um "impulso sádico" sublimado.

Já a introversão é apresentada da seguinte maneira:

> A *introversão* constitui aspecto defensivo. Assume, comumente, caráter de devaneios. Censurando, diante de terceiros, o rapaz ou estudante, por via de regra, em vez de estimulá-lo, deprimimos-lhe o brio. A censura só é útil quando oportuna, amistosa e não reiterada. Caso contrário o educando defende-se, agrava a falta, e arquiteta um mundo, onde exalta o *Ego*, vence os adversários, e dignifica a vida. As fantasias, com efeito, representam válvula de segurança da personalidade (BRIQUET, 1935, p.189).

Se o trato do educador com o educando serve de exemplo para a conceituação da introversão, também o é a pessoa com algum tipo de deficiência física, referida pelo autor como portadora de "vício físico":

> A introversão é mais pronunciada em caso de vícios físicos. Com isso, exime-se a vítima a vexames e contrariedades, pois ninguém deseja despertar compaixão ou curiosidade.
>
> (...)
>
> Ninguém deve mostrar-se, pois, surpreso diante de pessoas com vício físico, cabendo-lhe o dever, que é inteligência, de tratá-las como indivíduos normais.

> Escusa caridade, que deprime, e agrava situações dolorosas (BRIQUET, 1935, p.189).

Em complemento às considerações acima, Briquet cita o exemplo de Milton e A.F.Castilho que, apesar de sua deficiência visual, compuseram obras literárias clássicas.

À frente no texto, o autor segue com a discussão da esfera "patológica" da introversão que pode resultar no já referido "alotropismo", exemplificado pelo autor novamente na esfera educacional com a seguinte conclusão:

> Daí à demência precoce é um passo. Desse estado mórbido funcional, suscetível de *cura psicanalítica*, são responsáveis, freqüentemente, os pais, os educadores e o meio onde o adolescente se desenvolveu. O indivíduo luta com o ambiente social para manter a organização psíquica através do período da sua formação (BRIQUET, 1935, p.190).

Como já discutido anteriormente, tanto o educando, quanto seus pais e educadores foram objeto das investigações e intervenções psicanalíticas na década de 30 dentro dos programas de higiene mental. Tudo que fosse suscetível de "cura psicanalítica" se tornou objeto desses programas, que foram poderosos meios de justificação e normatização do cuidados dos pais com os filhos, assim como do saber educacional. Note-se que, desta concepção, surge intensa preocupação com o "meio" e o "ambiente social" na formação da personalidade do indivíduo, tal como aparece na passagem abaixo:

> Para que a personalidade evolva de modo normal, é indispensável que o educando encontre, no meio doméstico e social, identidade de emoções. Se, no primeiro, prevalecem a ternura e a simpatia, e os instintos de combatividade se asfixiam, está claro que o adolescente não terá lastro suficiente para arrostar o mundo, impregnado de dissídios e hipocrisias. A divergência entre os estimulo social e o doméstico acarreta a dissociação da personalidade (BRIQUET, 1935, p.190).

A preocupação com a busca de uma "identidade de emoções" revela, assim como em passagens anteriores, a preocupação com o desenvolvimento saudável da futura geração que dirigirá o país. Tornando-se, assim, aparentemente, uma espécie de questão de saúde pública a saúde mental dos adolescentes.

O texto sofre uma divisão – indicada por três asteriscos - e Briquet inicia a última discussão do capítulo sobre o tema das "Leis da personalidade", referidas pelo autor como as mesmas que constituem a "natureza humana", tal como descritas no terceiro capítulo do livro. Trata-se de parte fundamental na compreensão das noções do autor em torno da relação entre individuo e sociedade. Por serem descritas, a maioria, em apenas um parágrafo, optou-se por reproduzi-los integralmente.

A primeira lei, segundo a qual "o todo é maior que a soma das partes", é explicada da seguinte maneira:

> O todo é a sociedade, e as partes são as personalidades. A natureza humana, fenômeno do grupo e não do indivíduo, só se desenvolve em sociedade, indispensável para a estruturação dos padrões de comportamento. Não padece duvida que o grupo exibe aspectos que se não encontram na soma dos comportamentos individuais (BRIQUET, 1935, p.190-91).

Note-se, na passagem acima, que se a sociedade é "o todo" e as personalidades "as partes", aquela não se limita a mera soma das últimas, apresentando configuração que se distingue da mera adição de individualidades. Também, a "natureza humana" é entendida como resultado social e expressa no grupo, ou seja, dentro de uma totalidade e não como mero apanhado somatório de leis que regem cada indivíduo em sua particularidade. A sociedade, enquanto totalidade, seria a base, a estrutura, dos "padrões de comportamento". Esta é mais uma contribuição, a partir dos princípios da Gestalt, para se pensar na problemática entre indivíduo e sociedade, embora entre em choque com outras visões sobre o tema apresentadas anteriormente e, muitas vezes, defendida pelo autor.

A segunda lei – "as propriedades das partes decorrem das do todo" – dão continuidade à discussão da primeira lei:

> Assim como o peso do corpo se subordina ao sistema de gravitação, *a personalidade adquire a característica do grupo social*. Todos os aspectos da conduta humana, intelectual, emotiva e sensorial, *modelam-se* de acordo com os padrões de atividade coletiva. *Pelo produto avalia-se o produtor*. A criança nervosa, irritável, é indício, quase seguro, da excitabilidade psíquica dos pais ou do meio em que cresceu (BRIQUET, 1935, p.191).

A passagem acima faz referência à questão que fundamenta múltiplos campos da Psicologia Social. A hipótese de que a personalidade é um resultado social é, atualmente, ponto de convergência nas pesquisas desta disciplina. Foram inúmeras as que investigaram a influência do grupo sobre a cognição, a emoção e a percepção[226]. A defesa de que "pelo produto avalia-se o produtor também foi o chão comum da teoria social produzida no século XX.

Cabe também destacar que o autor, além de utilizar um modelo da Física para exemplificar o fenômeno social, trouxe o exemplo da influência social na formação da personalidade infantil, apesar de fazer inferências normativas assim como em outras

---

[226] Mais uma vez, cabe lembrar os clássicos estudos apresentados por Solomon Asch em seu famoso manual *Psicologia Social*.

passagens. Além disso, fez importante separação entre as totalidades da família e do meio social, orientação também dada pela teoria social citada acima.

A terceira lei – "o todos governa as partes" – prossegue na discussão anterior tal como descrito abaixo:

> Os usos e costumes do grupo circunscrevem a atuação pessoal. O êxito social do indivíduo decorre da relação dinâmica com o grupo; *procede dentro das leis e preceitos da coletividade*. Fora do respectivo sistema configuracional, que é a sociedade, *o homem nada significa*. O mesmo se dá com o corpo que cai; abstraída do sistema gravitacional, a massa não tem maior significação (BRIQUET, 1935, p.191).

Nesta passagem, a despeito do exemplo da gravitação, traz-se a idéia de que não é possível pensar o indivíduo fora da totalidade social. A sociedade é entendida, assim como na primeira lei, enquanto base das padronizações sobre o comportamento dos indivíduos, sob "leis" e "preceitos". Note-se que Briquet faz referência constante à perspectiva positivista de que cada configuração social é regida por leis passíveis de dedução. Nesse sentido, não seria possível pensar em indivíduo fora da sociedade justamente pelo mesmo não estar sob a lógica das leis da coletividade.

A quarta lei – "As partes emergem do todo por diferenciação" - faz menção à Embriologia para explicar a formação de diferentes tipos de personalidade no meio social:

> As variações da personalidade *decorrem dos padrões sociais* que regulam o comportamento do indivíduo isolado. A pessoa não tem exatamente as mesmas relações no tocante à outra ou ao grupo social. A evolução da personalidade *é análoga ao desenvolvimento funcional do embrião*, onde as várias partes adquirem, por via de individuação, estruturas e funções específicas (BRIQUET, 1935, p.191).

Nesse sentido, Briquet traz a importante idéia de que a individuação é, sobretudo, social e não mero resultado biológico. A influência social se daria sob a imposição de padrões no comportamento, que variariam segundo a totalidade em que o indivíduo estaria inserido.

A quinta lei – "Os todos desenvolvem-se como todos" – faz importante referência à relação entre biologia e sociedade:

> A sociedade humana não resulta de processo aditivo. Já se assinalou o *grupo social como unidade evolucionária*. A estruturação da personalidade faz-se de modo gradual, atinge a maior complexidade na adolescência, em que se amplia em superfície, e na maturidade, onde ganha em profundeza e se estabiliza. *A evolução biológica condiciona-se em grande parte à existência das sociedades, na qual se elabora o progresso espiritual e material* (BRIQUET, 1935, p.191).

A idéia de evolução, outra vez, aparece no texto para explicar a sociedade como "unidade evolucionária", enquanto um todo que se desenvolve integralmente e não por processo somatório de partes. A sociedade seria a base do "progresso", condicionando a própria evolução biológica; portanto, o social orientaria o desenvolvimento do âmbito biológico.

A sexta lei – "Lei do menor esforço" – é apresentada da seguinte maneira:

> Todas as tensões precisam ser solucionadas da forma mais direta. Quando a ascendência da vida doméstica se prolonga em demasia, o indivíduo fica em *condições desvantajosas na luta pela vida*. Constrói o sistema de energia consoante o padrão doméstico, diverso do social, para onde se desloca a futura atividade. Ora, *o lar representa zona de tensão mínima*, e, adotando tal modelo para organizar o seu sistema energético, o adolescente perderá, certo, *eficiência e segurança de ajustamento social* (BRIQUET, 1935, p.192).

Nesta passagem, Briquet traz a idéia da oposição entre a vida doméstica e social, problematizando o "prolongamento da vida doméstica" sobre a relação do indivíduo com o meio social. O ajustamento social do adolescente estaria diretamente relacionado à forma de vínculo que este estabeleceria com seu lar, ou seja, com a psicodinâmica familiar. Note-se que o olhar dado ao sujeito é enquanto um sistema de energia que sofre "tensões".

Logo abaixo, o autor, aparentemente, faz mais uma "recomendação" aos "pais" sobre como se relacionar com os filhos emocionalmente, concluindo que a "coordenação emotiva não deve entrar em conflito com os interesses sociais" (p.192). Deste modo, defende no texto que em prol da eficácia dos interesses sociais, estes devem resguardar-se quanto à projeção narcisista de desejar que os filhos não saiam de casa.

A sétima lei – "Lei do trabalho máximo" – é a que apresenta maior detalhamento nesta seção e inicia com a apresentação do autor sobre o tema do "misoneísmo": o chamado "horror a idéias novas". Estas representariam, com o avanço da idade do indivíduo, uma ameaça à integridade psíquica por colocarem em xeque aquilo que no sujeito já está sedimentado em termos de idéias e valores. Entretanto, no terreno social e político, o misoneísmo representaria fator regressivo da sociedade, sendo fundamental a sua problematização:

> Só vingam as idéias depois que se tenha modificado a mentalidade, afim de serem integradas no patrimônio intelectual do indivíduo. Impor à força doutrinas é inútil e contraproducente: toda violência gera reação igual e contrária. Se a idéia é parte do todo psíquico do indivíduo ou grupo, compete, preliminarmente, preparar um e outro à assimilação daquela[227]. *A parte deve coexistir em relação funcional com o todo;*

[227] Várias significações esta passagem pode ter, sobretudo, ao se aproximar das questões referentes à luta por direito dos segmentos oprimidos da sociedade. Um dos principais instrumentos políticos das minorias em sua

> *logo, é indispensável mudar primeiro aquele, para depois incutir a noção nova* (BRIQUET, 1935, p.192).

A discussão acima é complementada no último parágrafo, quando o autor faz a ressalva de que os "governantes jamais deveriam olvidar a lei áurea da dinâmica social de que toda ação determina reação igual e de sentido contrário. A justiça só imperará quando os líderes se deixarem guiar não por impulsos, senão pela irradiação da verdade psicológica" (BRIQUET, 1935, p.193). Mais a frente no livro, a idéia do contágio da opinião pública pela via inconsciente – e, portanto, não racional – será melhor problematizada.

A oitava lei – "Lei da forma ou configuração" - é apresentada em apenas um parágrafo da seguinte maneira:

> A personalidade conserva o equilíbrio dentro da distribuição equitativa dos estímulos sociais. Segue-se que equivale à unidade orgânica, e responde a todos os seus aspectos externos. Quanto mais variados os pontos dos estímulos, mais diferençada, ampla e estável será a personalidade, deformando-se, todavia, dentro de relações unilaterais (BRIQUET, 1935, p. 193).

Note-se que a oitava lei reflete o que seria a essência do pensamento por trás de todas as outras: o desmembramento da interação entre individuo e sociedade em variáveis e relações lógicas ou previsíveis. Apesar da consideração do autor sobre a importância da totalidade - seja psíquica, seja social – esta ainda se apresenta como elemento abstrato, vago (e meramente descritivo), durante toda a discussão.

10.16 "Adaptação Social"

O capítulo em questão estrutura-se em dez páginas e tem por referência bibliográfica apenas uma obra: *La Tempérament Nerveux* (1926) do psicanalista Alfred Adler[228]. Segundo Briquet, no processo de adaptação social encontram-se os mecanismos de *compensação*, *racionalização*, *projeção*, *introversão*, *identificação* e *regressão*. Dentre eles, Adler aprofundou seu estudo na *compensação*, "*fator de grande importância no reajustamento psico-social*" (BRIQUET, 1935, p.194).

---

luta por reconhecimento é estabelecer uma nova gramática que dê conta de suas experiências de opressão e, assim, poder compartilhar esta com o "todo" social, com o grupo. Do ponto de vista materialista histórico, esta idéia residiria na premissa da mudança material, na base concreta, como condição para a mudança ao nível das formas de consciência.

[228] ADLER, A. *La Tempérament Nerveux*. Ed. fr. Paris Payot – 1926.

Apesar de longa a discussão, o texto centra-se em torno do ajustamento ao meio do indivíduo com deficiência ou transtorno, referido no texto com a expressão "inferioridade orgânica". Segundo o autor: "A escola adleriana não confere maior influência aos fatores hereditários, do indivíduo ou raça, sem embargo de levar em conta as condições de inferioridade anatômica ou funcional" (p.194).

A dificuldade de adaptação daquele que supostamente possui inferioridade orgânica, do "neurótico" (sic), revelaria aspectos básicos da inadaptação daqueles indivíduos considerados "normais". A etiologia estaria, sobretudo, no desenvolvimento psicodinâmico da infância (e em seus sentimentos resultantes), assim como na relação com o meio:

> Os desvios de adaptação social resultam, em essência, do *sentimento de inferioridade*[229], adquirido em conseqüência de fatos ou impressões da infância. Estabelece-se o equilíbrio psíquico compensando tal sentimento pela exaltação do de personalidade, em torno do qual gira a sintomatologia complexa do neurosado.
>
> (...)
>
> O grau de desvio psíquico depende da inadaptação às imposições do meio. O indivíduo luta contra o estado mórbido anátomo-patológico, e contra a sua psique (BRIQUET, 1935, p.195).

Note-se que, deste ponto de vista, o "meio social" não é posto como fator etiológico, mas apenas uma barreira que entra em choque com uma individualidade com sua lógica própria.

Deste modo, caberia ao psicoterapeuta o papel de reeducação do indivíduo "desviante" durante o processo analítico:

> Não há, no neurótico, insiste ADLER, fatores do caráter que se não encontrem no homem normal. É questão de intensidade e desvio. Em longa análise, da qual deve o doente participar de maneira ativa, o psicoterapeuta conseguirá *rastrear a gênese do mal*. Desse modo, pode e deve confiar na *reeducação eficaz dos que têm inferioridade orgânica*. Os dispositivos psíquicos do neurótico são verdadeiras antenas sensíveis, com que mede e compara as reações nas lutas incessantes com o meio, e na projeção sobre o futuro. Luta com os impulsos em extremo agressivos, com a máxima inquietude e impaciência. Daí, os sentimentos de temor, esperança, dúvida, amor, repulsa e ódio (BRIQUET, 1935, p.196).

Esta é mais uma passagem em que Briquet faz referência à prática da higiene mental com base em uma psicanálise predominantemente organicista, que parte da busca pela

[229] Destaque em itálico do autor.

“gênese do mal” até o trabalho de reeducação do paciente com “inferioridade orgânica” de maneira “eficaz”, tendo em vista sua adaptação e o ajustamento social[230].

Logo abaixo, o autor afirma que “a enumeração dos órgãos inferiores é longa: estrabismo, miopia excessiva, desordens da palavra e audição, grande fealdade, estatura muito baixa ou muito alta[231], etc” (p.196). Diversas neuropatologias e psicopatologias estariam associadas a inferioridades como convulsões tetanóides, espasmofilias, desordens gastroduodenais. Cita-se, ilustrativamente, um caso de Bartel que identificou suicidas cuja causa seria uma hipoplasia genital na constituição timo-linfática.

Cada nascimento com algum tipo de inferioridade implicaria em determinada formação psíquica e de personalidade, assim como determinada forma de adaptação ao meio. É assim que Briquet afirma:

> A inferioridade do órgão sobre a constituição psíquica, compromete a atividade e o pensamento, manifesta-se nos sonhos, *reflete-se na escolha da profissão, dos pendores e disposições artísticas*. À visão originalmente deficiente corresponde viva imagem mental. Idêntica hipertrofia vicária observa-se, quer nos vícios de audição, como foi o caso de BEETHOVEN, quer nos da palavra, como se deu com DEMÓSTENES. O aparelho digestivo inferiorizado incrementa a atividade psíquica no que se refere à alimentação, donde a gula, e, por extensão, cobiça, poupança e avareza (BRIQUET, 1935, p.196-97).

Note-se, na passagem acima, não apenas um olhar idealizado e um pré-conceito sobre a pessoa com deficiência (cuja dificuldade com algum sentido implicaria na “super” especialização dos outros), como uma mudança feita na direção do texto: se no capítulo anterior discutiu-se a relação entre indivíduo e sociedade, ressaltando a importância do “todo” na constituição dos sujeitos, neste fica evidente a defesa de um aparente psicologismo-organicista que exclui a influência social sobre a formação da personalidade, donde a “cobiça, a poupança e avareza” são resultado de um aparelho digestivo “inferiorizado”.

O texto segue sob o mesmo tom, pontuando formas de funcionamento psíquico de determinados indivíduos específicos a partir de sua constituição orgânica, sob a qual determinada inferioridade resultaria em “mecanismos de compensação”, tal como o indivíduo que sofre de desordem nutritiva e desenvolve, em contrapartida, “amor precoce ao dinheiro”, ou então às crianças “muitos feias”, que apegadas em demasia aos pais, reduzem sua realidade a mera fantasia e ficção.

---

[230] Esta, diga-se de passagem, foi uma das missões da psicologia desde o seu nascimento: ajustar o indivíduo à sociedade.

[231] Atualmente, para cada uma destas enfermidades descritas formaram-se áreas de especialização da Psicologia, especialmente em cursos de pós-graduação *latu sensu*.

As famosas “crianças nervosas”, desenvolveriam “petulância” ou “desobediência”, conforme a orientação do sentimento compensatório e da fantasia neurótica implicada. Disto, o autor conclui que: “Todas as idéias do neurótico (...) têm estrutura idêntica à sua representação infantil. É o meio com que procura fugir à humilhação, e ao rebaixamento que teme acima de tudo” (BRIQUET, 1935, p.198). As fantasias que criaria para simplificar a realidade e, assim, lidar com ela, seriam idênticas aos do “infante”, do “selvagem” e do “rústico”[232].

Deste ponto, seguem-se páginas exemplificando casos gerais de indivíduos neuróticos, que se constituiriam sob a “sede de mando”, encontrada no sádico ou no suicida, nos cônjuges ciumentos, nos irmãos invejosos, e que se expressaria como “complexo de masculinidade” nas mulheres, tal como na passagem abaixo:

> **Nas mulheres, cria o complexo de masculinidade233, que é desejo de reagir como homem, no sentimento e ação, afim de suprimir a inferioridade que as acabrunha. Algumas escolhem esposos com manifesta desvantagem orgânica para exercer sobre eles domínio compensador. O deslize conjugal seria sempre, ao ver de ADLER, reação de vingança ou protesto contra a diminuição da personalidade, justificada ou não, consciente ou inconsciente, sob forma de ódio ou indiferença234 (**BRIQUET, 1935**, p.200).**

Outras formas neuróticas ainda são citadas, tal como aquelas presentes na velhice, na menopausa, no onanismo, na timidez, na crueldade, no alarde de pontualidade ou nos retardatários[235].

O texto segue então para a parte final com o tópico “Neurose de Conflito”, dando seqüência à descrição das formas da neurose, tal como no exemplo da compaixão. Contudo, não cabe a este estudo maior detalhamento sobre esta parte, exceto sobre o final do capítulo onde o autor realiza conclusões fundamentais para a compreensão do pensamento presente no livro, tal como na longa passagem abaixo:

---

[232] A equivocada aproximação entre desenvolvimento ontogenético e filogenético por parte dos evolucionistas já foi anteriormente apontada noutra seção.

[233] Destaque do autor.

[234] Note-se que a Psicanálise da época, baseada no saber médico-higienista e sob a ótica organicista, concebia a mulher sob um olhar misógino e normativo, refém ainda do saber dominante e conservador de sua época.

[235] “*Um homem não podia dar nascença ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. Tudo era loucura. Os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo seu cuidado na tafularia, um ou outro almotacé enfunado, ninguém escapava aos emissários do alienista. Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural e as segundas a um vício. Se um homem era avaro ou pródigo, ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental*” (ASSIS, 1994, p.55). Esta passagem de *O Alienista* de Machado de Assis fez um nítido presságio do que se tornaria os desdobramentos da ciência psicológica normativa.

> Deduz-se a necessidade de suprimir para logo o sentimento subjetivo de inferioridade, e a tendência depreciativa (pólos do comportamento nervoso),encorajando o doente e convencendo-o a que se analise. *O sentimento de inferioridade e a tendência depreciativa*[236], adverte consoladoramente ADLER, *são a base da neurose, mas não da alma humana*.
>
> (...)
>
> Apesar de grande otimismo, o psicólogo vienense é razoável nas esperanças de reeducação social. No que concerne à *criminalidade infantil*, julga que muito se tem de fazer ainda, e que os resultados serão, por enquanto, diminutos, porque pais e educadores, povo e governo, ainda *não estão ao corrente das normas que regulam a psique infantil*[237]. Refere o caso de uma pequena camponesa de cinco anos, que matou a três meninas menores, levando-as para brincarem e, depois, atirando-as ao rio. Foi descoberta depois do terceiro infanticídio. Não mostrou arrependimento; apenas rápido pranto, distraindo-se logo depois. Foi internada em hospital de alienados, verificando-se tratar-se de deficiência mental. Apurou-se que, durante quatro anos, era a caçula de vários irmãos e amimadíssima pelos pais. Com o nascimento de outra menina, deslocaram para esta o afeto, guardando ela, por isso, violento rancor à irmãzinha. Lembrou-se de suprimi-la, mas era difícil por ser muito vigiada, e, com medo de ser apanhada, transferiu o ódio a todas as crianças menores do que ela, que passaram a ser suas inimigas virtuais (BRIQUET, 1935, p.203).

Note-se em ambos os parágrafos citados acima uma preocupação com a prevenção e manutenção da saúde mental. O autor foi enfático ao afirmar, a partir de Adler, que a neurose não é condição da alma humana, mas momento a ser "suprimido". Entretanto, no terreno da criminalidade – e, portanto, da ressocialização e "reeducação social" – há pouco a se esperar tendo em vista a ignorância da sociedade civil e das autoridades em relação às leis que regem a "psique infantil". Desta forma, o saber psicanalítico novamente é apontado para um sentido higienista, em que de posse dele seria possível prever e controlar a psique infantil, seja por meio da forma de criação dos pais, seja pela maneira de se educar os infantes, ou seja, por fim, pela via das políticas públicas destinadas a esse fim. As "normas" da psicodinâmica infantil tornariam-se uma questão de saúde pública, onde a garantia da saúde mental das futuras gerações seria a comprovação da saúde de uma futura nação a se desenvolver. A evolução da sociedade seria possível pela saúde de seu povo, que seria garantida pelo saber médico.

Assim como na passagem anterior, o parágrafo que encerra o capítulo traz um tipo de saber psicológico e psicanalítico normativo, onde mais se encontram respostas do que perguntas para as questões relativas à subjetividade humana.

> A prova de *maturidade*[238] do psicólogo consiste em compreender não só os fenômenos das neuroses e psicoses, como também os da vida normal, no que

---

[236] Todos os destaques são do autor.
[237] Destaque nosso.
[238] Todos os destaques são do autor.

> oferecem de antagônico. A tarefa do psicoterapeuta, ensina ADLER, é discernir, na atitude provocante do *presunçoso*, o acanhamento ridículo do fraco; na *desobediência* e *crueldade*, os esforços do homem submisso e incapaz de dominar a si próprio; na *virilidade transbordante*, a revolta contra as leis que constrangem e o terror que inspira a possibilidade do papel feminino; e, na *embriaguez do mando*, o terror da derrota (BRIQUET, 1935, p.203).

A despeito deste suposto saber que se põe como norma, cabe destacar na passagem anterior a preocupação do autor em considerar como "maduro" o psicólogo que se volta à "compreensão" dos antagonismos da realidade, desviando o olhar clínico apenas para o âmbito da patologia individualizante.

10.17 "Preconceito de Raça"

O capítulo em questão contém quatorze páginas e contempla extensa bibliografia com o total de vinte e três obras. Dentre os autores conhecidos no geral estão Franz Boas, Gilberto Freyre, Freud e Nina Rodrigues[239]. Pela primeira vez no texto, Briquet cita Arthur Ramos[240], o qual meses após a publicação do livro analisado neste estudo também publicaria um manual de Psicologia Social. Além de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, também são citados os brasileiros M. Couto, Álvaro de Faria e Roquete-Pinto[241]. Note-se que o texto de Faria (1934) foi retirado da tese apresentada no *Congresso Afrobrasileiro* realizado no Recife e o de Couto (1934) da revista Mundo Médico[242].

Numa visão panorâmica sobre a bibliografia, nota-se a convergência de alguns temas, tal como a imigração japonesa nas obras de Bälz, Okakura, Scherer e Steiner[243], além de M.

---

[239] FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio. Maia Schmidt. 1934.
FREUD, S. *Résistances à La Psychanalyse*. Revue Juive. Paris. 15.3.25.
BOAS, F. *The Mind of Primitive Man*. Macmillan. N.Y. 1931.
BOAS, F. *Antropology and Modern Life*. Londres. Allen Unwin. 1932.
NINA RODRIGUES, R. *Os Africanos no Brasil*. Cia. Editora Nacional. S. Paulo. 1932.
NINA RODRIGUES, R. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Rio. Ed. Guanabara. s/d.

[240] RAMOS, A. *O Negro Brasileiro*. Rio. Civilização Brasileira. 1934. Biblioteca de Divulgação Cientifica.

[241] COUTO, M. *Discurso contra a Imigração Japonesa*, na Assembléia Nacional Constituinte. Mundo Médico. Rio. 24 fev. 1934.
FARIA, A. O *Problema da Tuberculose no preto e no branco e relação de resistência racial.* Tese apresentada no Congresso Afro-Brasileiro. Recife. 1934.
ROQUETE-PINTO, E. *Ensaios de Antropologia Brasiliana*. Cia. Editora. S. Paulo. 1933.

[242] No presente estudo foi salientado, em capítulo anterior, a importância histórica das revistas médicas para a divulgação deste saber no país.

[243] BÄLZ, E. *Zur Psychologie der Japaner*. Globus. Tomo 84.20. 1903.
OKAKURA, K. *Les Idéaux de l´Orient. Le Réveil du Japon*. Paris. Payot. 1917
SCHERER, J.A.B. *Japan´s Advance*. The Hokuseido Press. Tokio. 1934.
STEINER, J.F. *The Japanese Invasion*. Chicago. A.C. McClurg. Co. 1917.

Couto, citado acima. Em torno da questão das raças e da civilização estão as obras de Finot, Hankins, Hertz, Kohn, Lapicque, Pittard[244], além das obras dos já citados Gilberto Freyre, Álvaro de Faria, Nina Rodrigues e Arthur Ramos.

Também são destaques as compilações citadas no texto, tal como a intitulada *Por que ser anti-semita* (1933)[245] e os textos de Kohn na *Encyclopedia of Social Sciences (1934)* e Lapicque no *Nouveau Traité de Psychologie* (1930) de G. Dumas. Por fim, são contempladas as obras de Bauer, Fischer & Lenz e de Sombart[246].

O texto inicia com a afirmação de que os "preconceitos resultam do etnocentrismo, segundo o qual o nosso grupo é centro universal e unidade-padrão" (BRIQUET, 1935, p. 204). Mais abaixo, cita os três principais tipos de preconceito – racial, religioso e político – considerando o primeiro "o mais importante do ponto de vista social, por se referir a caracteres anatômicos, indeléveis, que se perpetuam através do tempo. Não assim os restantes, que mais facilmente se anulam ou (...) se atenuam, pela conversão, mimetismo ou educação" (p.204).

Em seqüência, cita o "pan-germanismo" como fator da "grande guerra" e faz referência à busca por direitos iguais no "pan-eslavismo" e no "despertar da raça amarela". Cita Hertz – a partir de estudos historiográficos e etnológicos - para concluir que "os caracteres fundamentais são idênticos em todas as etnias (...). A adaptabilidade dos indivíduos de uma raça às condições sociais e culturais de outras, não é imitada por qualidades herdadas" (p.204). Em seguida, faz a crítica à diplomacia que encontra apenas no extermínio a solução para a questão das raças, reiterando que a impossibilidade de se chegar à "paz universal" está na crença descabida da inferioridade de algumas raças em detrimento de outras.

Briquet traz, então, a discussão fundamental da miscigenação no Brasil, fazendo longo desenvolvimento que inicia com a seguinte consideração:

---

[244]FINOT, J. *Le Prejugé des Races*. Paris. Alcan. 1905.
HANKINS, F. H. *The Racial Basis of Civilization*. N.Y. Knopf. 1931.
HERTZ, F. *Race and Civilization*. Ed. ingl. Londres. K. Paul. 1928.
KOHN, H. *Race Conflict*. Encyclopedia of the Social Sciences. V. XIII. 1934.
LAPICQUE, A. "Analyse des relations Du poids cerebral avec la grandeur du corps et le degré de I´Intelligence", in G.Dumas: *Nouveau Traité de Psychologie*, cap. IV. Paris. Alcan. Vol.I. 1930.
PITTARD, E. "Les Races et l´Histoire". Paris. La Renaissance du Livre. Col. *L´Evolution de l´Humanité*. v. V. 1924.

[245] Vários autores: *Por que ser anti-semita?* Civilização Brasileira. Rio. 1933.

[246] BAUER, FISCHER and LENZ: *Human Heredity*. Allen Unwin. Londres. 1931.
SOMBART, W. *Les Juifs et La Vie Economique*. Paris. Payot. 1923.

> Para nós, brasileiros, o assunto é de singular magnitude. Foi AGASSIZ, parece, quem primeiro profligou a mestiçagem, e apontou o nosso país como *aquele em que mais patentes se mostravam os malefícios do cruzamento de branco com preto e índio*. Os males alegados resultam não da miscigenação, mas *da falta de seleção individual dos elementos que se conjugam* (BRIQUET, 1935, p.205).

Na passagem acima, Briquet faz referência a um dos temas que orientou o pensamento social brasileiro desde o século XIX: a miscigenação e seus possíveis "malefícios", tal como a degeneração da raça. Não é à toa que cita o tema como de "singular magnitude" para o povo brasileiro. Entretanto, apesar da polêmica que gira em torno do cruzamento das raças, a principal questão seria a da "seleção individual" de cada pólo do cruzamento. Nesse sentido, tal seleção orientaria o âmbito da política, sobretudo no âmbito da distribuição geográfica da população:

> A política do povoamento nacional deve nortear-se pela rigorosa seleção dos indivíduos, e não por divergências e antagonismos raciais. R. PEARL sugere a imigração periódica para assegurar a assimilação progressiva do sangue novo nos países de desenvolvimento econômico, industrial e extrativo. A entrada de imigrantes seria fechada durante 20 anos, e, depois, aberta no decênio seguinte, com restrições só de ordem individual (BRIQUET, 1935, p.205).

Note-se que, apesar de haver a ressalva de não se orientar a política de povoamento segundo oposições raciais, ainda assim o eixo do raciocínio gira em torno de um substrato biologizante, ao pressupor a seleção de "sangue novo" a ser assimilado na população através da miscigenação. Nesta passagem, fica clara a defesa – já anteriormente referida por Briquet noutros momentos – de uma administração racional da sociedade, agora no âmbito da imigração[247]. O saber científico em torno da miscigenação seria, aparentemente, o norte de uma política de Estado sobre as populações. Por trás da defesa da miscigenação, está outra idéia que toma forma no texto:

> Todos os grupos de importância histórica, disse HANKINS, foram heterogêneos na composição étnica. As raças têm todas as qualidades humanas *em grau diverso de desenvolvimento*. Esta *sobressai pela energia física, aquela pelos dotes intelectuais*. Essencial é, todavia, não esquecer que, assim considerando o problema, *nenhuma é detentora de superioridade universal*. Não se podem atribuir qualidades específicas a indivíduos pelo simples fato de pertencerem a determinada raça. As barreiras sociais, levantadas em nome da teoria racial, não têm substrato biológico. *O cruzamento é fator na produção de homens superiores*, e o autor americano não

[247] Interessante como a questão da racionalidade sobre o direito de ir e vir dos indivíduos, amplificada pela política sobre o imigrante, atualmente é tema recorrente. Na Europa, assiste-se ao impasse sobre a entrada catastrófica de refugiados de guerra, sobretudo da Síria e da Líbia. No Brasil, à recepção diária de milhares de haitianos sob a mesma condição de refugiados. Nos Estados Unidos, vê-se a política restritiva sobre a imigração como principal promessa do pré-candidato do partido republicano, Donald Trump. Cabe destacar que em momentos de crise imigratória, tal como no atual ano de 2015, são recorrentes as defesas incautas de pensamento xenofóbicos e, até, nazi-fascistas.

> hesita em subscrever a hipótese de que a maioria deles, pelo menos na história européia, precede da miscigenação (BRIQUET, 1935, p. 205-06).

Apesar dos indivíduos, em sua singularidade, não se reduzirem às "características" de sua raça, há pois a crença de que diferentes raças ocupariam de antemão lugares específicos na divisão social do trabalho, algumas por sua capacidade "intelectual", outras pela "física" sem, contudo, que exista algum tipo de "superioridade universal" entre elas. A partir dessa premissa, o autor admite a possibilidade de se produzirem "homens superiores" através da miscigenação, onde o potencial "intelectual" de uma raça poderia ser combinado com o potencial "físico" de outra. Note-se um ponto nevrálgico de contradição, em que Briquet busca escapar de uma concepção hereditarista-racista partindo de um argumento, igualmente, racista. Além disso, por não encontrar, até o momento um ponto de resolução frente a influência efetiva do fator "raça" sobre o indivíduo, faz uma falsa oposição entre totalidade e particularidade, em que a superioridade da raça seria algo falacioso, enquanto, por outro lado, a superioridade do indivíduo seria efetiva. A raça, a priori, não poderia ser definida como superior ou inferior, entretanto, poderiam ser produzidos indivíduos superiores.

O texto segue em longa parte sobre as raízes históricas das idéias que tratam da desigualdade entre as raças. Primeiramente, cita-se Aristóteles e sua crença de que existiriam raças próprias para serem dominadas. Em seguida, traz as concepções dos aristocratas Bodin, Boulainvilliers e Montlosier. Coube ao penúltimo a crença no mito ariano. Também é citado Gobineau e sua obra *Essai sur l´Inégalité dês Races Humaines* (1851) que, nas palavras de Briquet, "é essencialmente reacionário" (BRIQUET, 1935, p.206-207). Sobre os efeitos dessas idéias sobre a política, o autor destaca a obra *Gênese do XIX Século* (1881) de Chamberlain, supostamente responsável pela intensificação da separação entre anglo-saxões ingleses e celtas irlandeses. Também Guilherme II e Bismarck foram idólatras desta obra.

O autor então debate as especulações do gobinismo sobre o declínio da Grécia e do Império Romano pela perspectiva da mestiçagem, onde encontrou refutação nos argumentos históricos de Hertz que, a princípio, reproduzem a perspectiva da miscigenação:

> Conta Plutarco que, ao fundar Atenas, exclamara Teseu: *Concorram, aqui, todas as nações*[248]! Para Heródoto, os atenienses eram de linhagem helênica e as suas principais famílias originaram-se do estrangeiro. Foi graças à *miscigenação inteligente*, que se tornou Atenas a cidade mais ilustre do universo. Coteje-se com Esparta, aristocrática, orgulhosa, isolada do convívio com o resto do mundo. Conservou-se *culturalmente estéril*, não obstante a linhagem muito mais helênica do

[248] Destaque do autor. Os demais são nossos.

> que a ateniense. Tal retraimento, adverte HERTZ, não a impediu de despovoar-se, e de se despenhar *na degeneração político-moral* (BRIQUET, 1935, p.208).

Note-se que se faz referência à "degeneração", não genética, mas relacionada aos valores do povo ateniense. A causa da magnitude do povo ateniense estaria na "miscigenação inteligente", ou seja, na correta seleção individual dos cidadãos. Não há referência, nesta seção do texto, à influência dos fatores concretos e históricos no desenvolvimento de ambos os povos, concentrando-se o argumento apenas na linhagem genética e na miscigenação. Entretanto, linhas a frente, o autor conclui sob perspectiva diferente:

> Parece a HERTZ que a mistura de raça fino-turco-eslava foi muito propícia para o sangue helênico. E a derrocada só se desfechou de novo com a implantação do sistema feudal e da intolerância católica. A causa do ocaso grego se encontra, portanto, *em fenômenos sociais, desordens econômicas e conseqüências da organização militar* (BRIQUET, 1935, p.209).

A partir da passagem acima, apreende-se do argumento do autor que a diferença entre gregos e espartanos seria influência da miscigenação, portanto, de fatores estritamente biológicos; por outro lado, a derrocada do povo grego seria resultado de fatores sociais, econômicos e políticos.

O texto segue com uma quebra entre os parágrafos por três asteriscos. Apesar de nova seção, o autor segue com a referência ao texto de Hertz, assim como na discussão sobre a diferença entre raças. Assim se inicia a nova parte:

> Uma vez que a dissolução do mito de desigualdade racial, tão funesto à civilização e à paz universal, só se pode obter com o trabalho lento e sistemático da educação, compreende-se o malefício dessas teorias cerebrinas, pseudo-cientificas, que fundamentam violências inonimáveis de nações e povos (...) Na guerra de Secessão, muitos escravocratas sulistas defendiam o seu ponto de vista do modo seguinte: "o homem foi feito à imagem de Deus; ora, Deus não é preto, logo, preto não é gente" (BRIQUET, 1935, p.209-10).

Note-se que, mais uma vez no capítulo, Briquet faz uma crítica às concepções que defendem a desigualdade entre raças, sobretudo por seu caráter não científico. Também, faz referência ao papel da educação no esclarecimento do indivíduo, atribuindo a ela papel fundamental para a não violência entre os povos e nações.

Logo abaixo, questiona o porquê do preconceito racial tão contingente na sociedade tendo em vista o avanço do saber científico – de "notáveis cientistas" (sic) – contra esse tipo de pensamento. O autor cita, então, frases de cientistas como A. Humboldt, C. E. Von Baer, Ratzel e F.Von Luschan. Do primeiro, cita a consideração de que "a humanidade é um todo-unidade: há, sem dúvida, raças plásticas mais altamente educadas e que se têm nobilitado pela

cultura mental" (BRIQUET, 1935, p.210); já do último, cita a passagem da obra *Völker, Rassen and Sprachen* (1932) em que se defende a seguinte posição:

> Não existem raças selvagens senão povos cuja cultura diverge da nossa. Os caracteres decisivos das chamadas raças resultam, em essência, dos fatores – *clima, sociedade e outros*. Não há raças fundamentalmente inferiores. As diferenças, em particular, *morais e intelectuais*, não são tão grandes como as que se encontram entre indivíduos da mesma raça (BRIQUET, 1935, p.210).

Das citações acima, nota-se um giro sobre as teorias racistas do século XIX, pondo em xeque a questão da hereditariedade e ressaltando o papel da cultura e do meio. Entretanto, esse culturalismo repete o mesmo pensamento preconceituoso de seus antecessores, ao pressupor, de antemão, a questão da diferença entre os povos enquanto desigualdade. É sob esse ponto de vista que Briquet conclui:

> O negar a inferioridade das raças *não importa desconhecer as diferenças físicas e mentais que apresentam*. O que se contesta é que tais diferenças sejam irremovíveis, inerentes a determinada raça, transmissíveis por herança, a despeito da ação conjugada do meio, regime alimentar, etc. Ora, o ensinamento moderno é que se trata de divergências não qualitativas, *senão quantitativas, questão de grau e intensidade* (BRIQUET, 1935, p. 211).

Aparentemente, o autor contesta o hereditarismo em prol de uma abordagem que contemple o meio e a possibilidade de mudança. Entretanto, isto se torna um chão fértil para teorias também problemáticas, tendo em vista a possibilidade de comparação e discriminação de níveis mentais tal como objetivava a Psicologia Diferencial, assim como a intervenção sobre o indivíduo e seu meio escolar e familiar tal como se orientavam as práticas higienistas da época.

Em seguida, o texto inicia uma discussão sobre a questão das diferenças, dividida em duas partes. A primeira, intitulada "Diferenças Físicas", traz as refutações de Hertz, Pittard e H. Beer sobre os estudos craniológicos do século XIX, concluindo, a partir de Hankins, que:

> As características físicas e psíquicas são peculiares às diversas raças. *Seria ilógico*, pondera Hankins, *que a psique humana fosse imutável e invariável, quando é patente e manifesta a diferenciação física*. Depreende-se que só se deve dizer que uma raça é superior ou inferior a outra em relação *a determinado caráter, físico ou moral* (BRIQUET, 1935, p.211).

No parágrafo acima, refuta-se uma concepção universalista da psique humana, contudo, não por um argumento culturalista, mas físico. Nesse sentido, nega-se o universalismo, mas se cai, em contrapartida, em um essencialismo, em que cada raça teria sua subjetividade prescrita por suas diferenças físicas e morais. Portanto, retorna-se à defesa da

desigualdade entre as raças por meio de atributos "do caráter", em que a psique de determinada raça seria diferente, segundo sua característica própria.

A segunda parte, maior que a primeira, trata das "Diferenças Psíquicas" e inicia com a afirmação de que "ninguém pleiteia a uniformidade das reações mentais, v. gr., entre preto e branco. A divergência é clara no que respeita às faculdades psíquicas e sensoriais" (BRIQUET, 1935, p.211-12).

Segue-se então com a discussão da não pertinência de resultados de pesquisas que buscavam comprovar correlativamente as diferenças cerebrais entre negros e brancos, assim como a comparação entre volume craniano e inteligência. Entretanto, entra-se na polêmica, a partir de Hankins, sobre a correlação entre tamanho do cérebro e inteligência, justificada pela diferença entre o cérebro humano e dos antropóides. Deste raciocínio, busca-se a diferença entre brancos e negros (que teriam o lobo frontal menor), chegando-se à conclusão de que as diferenças são "de grau" e não qualitativamente genéricas:

> As raças divergem na organização mental com diferenciação subsecutiva das *faculdades culturais*. Não se deduza, todavia, que a civilização branca seja superior *em todos os sentidos*, nem tão pouco que seria reproduzida pela raça africana em identidade de condições geográficas e culturais, senão que *o homem de cor* criaria uma cultura diferente da do branco e, em alguns pontos, superior à destes (BRIQUET, 1935, p. 213)

O autor não faz maiores desenvolvimentos sobre o que seriam as "faculdades culturais", entretanto, o texto dá o sentido de que seriam aquelas desenvolvidas dentro de determinada cultura. Independente de a influência ser cultural ou biológica, nota-se a incessante preocupação com a questão das diferenças entre indivíduos e raças[249]. Sob este ponto, conclui que "as diferenças étnicas médias entre as raças são pequenas em comparação à série total de variações dentro da mesma raça e não têm maior significação"; contudo, faz-se a defesa da existência de um "potencial genético" distinto entre as raças "do ponto de vista físico, intelectual e psíquico" (BRIQUET, 1935, p.213).

O texto segue com o tópico nomeado "Mistura de Raças", em que Briquet aprofunda a importante questão da miscigenação, sobretudo na realidade brasileira. Inicia com a consideração de que "vão rareando-se os que impugnam o cruzamento sob pretexto de prole estéril e inferior" (BRIQUET, 1935, p.214), citando logo abaixo exemplos de "mestiços superiores", como Dostoiévski, Tolstoi, Lênin, Dumas, etc.

---

[249] Sobretudo entre negros e brancos, além do olhar evidentemente etnocêntrico ao se fazer referência aos "homens de cor".

Deste foco, o texto toma a posição de defesa da miscigenação, a partir do argumento que:

> O mulato tem duas forças a propulsá-lo na vida – a do preto, que quer vê-lo egresso do seu meio acanhado, e a do branco a incutir-lhe energia e ambição
>
> (...)
>
> É bem evidente a sua filiação mental. De modo geral, o negro, pelo menos o afro-brasileiro, é *imprevidente, satisfaz-se com o êxito momentâneo, possui grande destreza manual, é vivaz, arrebata-se com a oratória e com o verbalismo*. Destacam-se nele: *inconstância, pequena energia psíquica, escassa iniciativa, e desambição geral* (BRIQUET, 1935, p.214).

Nota-se que, novamente, sob o pretenso argumento cultural, o autor faz a naturalização do social a partir de uma argumentação preconceituosa. Isto fica evidente, de maneira curiosa, na descrição das "duas forças de propulsão do mulato" em não foram desenvolvidas as características do homem branco.

Em seguida, o autor cita Nina Rodrigues em sua classificação dos negros segundo sua "procedência". Abre então extensa nota de rodapé para explicar a diferenciação realizada pelo "ilustre professor baiano" (sic) entre negros "camitas africanos", "bantus", "sudaneses" e "insulanos".

Adiante, o tema do texto sofre nova quebra e Briquet inicia uma discussão sobre "a diferenciação dos africanos, para aqui transladados, afim de evidenciar o que representam na formação econômica do povo brasileiro" (BRIQUET, 1935, p.215). Para tanto, faz referência à importante obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, onde traz a idéia de que o negro africano teve papel formador na civilização brasileira, sendo "a mão direita da formação brasileira (...) [enquanto] os portugueses e índios, a mão esquerda" (p.215).

Abaixo cita autores como Eschwege, P. Calógeras e Max Schmidt que evidenciaram a influência do saber africano sobre a metalurgia e a agricultura brasileira, ressaltando sobre a eventual "superioridade técnica do negro sobre o indígena e até o branco" (p.215). De volta a Freyre, faz novamente citações de sua obra, dando destaque a importantes reflexões do autor sobre a realidade do Brasil escravocrata, sobretudo, na questão do "patriarcado brasileiro" enquanto contexto da idéia de "depravação do negro", assim como da influência profunda do sistema econômico sobre a realidade da época: "Exprimiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Deles

se deriva toda a acre tendência para o sadismo característico do brasileiro, nascido e criado no engenho"[250] (G.FREYRE) (BRIQUET, 1935, p.216).

O texto segue com a controvérsia entre as idéias de Nina Rodrigues e do arcebispo Ireland, em que o primeiro seria pessimista quanto à miscigenação e ao aperfeiçoamento do "mulato" enquanto que o último seria, ao contrário, otimista. Não cabe a este estudo maiores desenvolvimentos sobre esta parte.

Outra vez, o texto sofre uma quebra e inicia-se nova discussão, agora em torno da causa do preconceito racial – segundo R.E. Parker – entendido enquanto "reação de defesa contra a concorrência" (p.216). O autor cita o exemplo da "antipatia" dos estadunidenses sobre os japoneses tendo como principal motivo o "fator econômico". O fato de o Japão ter crescido exponencialmente, tornando-se uma potência industrial a partir de um modelo semi-feudal, fez com que se acirra-se "a idiossincrasia da grande república americana por efeito de rivalidades políticas e econômicas" (p.216). Cabe destacar que, na descrição do desenvolvimento da sociedade japonesa, Briquet abre uma nota de rodapé em que especifica tal evolução enquanto efeito da política sobre a educação no país:

> O maravilhoso progresso cultural e industrial do Japão é devido, essencialmente, ao seu sistema escolar. Possui 46 mil instituições educacionais, 3 para cada 10 milhas quadradas, em que estão matriculados 13 milhões de pessoas, ou seja um quinto da população do império (BRIQUET, 1935, p.217).

O autor conclui esta parte com a defesa de uma causa "social" (e, portanto, não inata) ao fenômeno do preconceito:

> O preconceito medra nos países onde é grande a diferença cultural das raças. Prova de que se trata de sentimento adquirido, e não inato, está em que as crianças brancas divertem-se com as pretas, na maior espontaneidade. É preciso a advertência dos pais, por vezes castigos, para dissuadi-los desse convívio natural (BRIQUET, 1935, p.217).

Todavia, nota-se ainda certa ausência de um conceito mais abrangente do preconceito, além de uma visão que contemple mais os seus determinantes.

Por fim, o texto sofre nova quebra marcada por três asteriscos, onde o autor faz breve referência ao preconceito sobre os judeus, povo "eternamente perseguido (...) Amoedador por excelência, esta a única compensação que lhe sobra, aliás, estimulada pela religião, que tem a riqueza como benção de Jeová" (BRIQUET, 1935, p.217). De posse destas pré-concepções,

---

[250] Apesar dos limites desta obra de Gilberto Freire, esta referência é de suma importância por trazer a influência das condições concretas na produção subjetiva daqueles que compunham a pirâmide social brasileira.

Briquet reflete sobre o porquê da produção de ilustres pensadores como Einstein, Spinoza e Bergson, encerrando o capítulo com a contribuição de Freud, que questionou a si próprio o fato de que para "exaltar a psicanálise (...) era preciso estar amplamente preparado para aceitar o isolamento a que o condena a oposição, destino, mais do que a qualquer outro, familiar ao judeu" (BRIQUET, 1935, p. 218).

10.18 "Liderança"

O capítulo em questão estrutura-se em oito páginas e tem por referência doze autores. Dentre eles, destacam-se Hegel, Hume, William James e o psicanalista Otto Rank[251]. Também são referenciados Guizot, Macpherson, Ostwald, Paulhan, Picard, Schmidt[252] e, por fim, novamente na obra, Kretschmer[253].

Logo na apresentação, Briquet traz a relação entre individuo e sociedade enquanto fator da evolução social:

> A evolução social aparece como resultante da ação recíproca de dois fatores distintos: o *indivíduo*, cujos subsídios particulares decorrem do jogo de certas formas fisiológicas e infra-sociais; o *meio social*, com a faculdade de lhe aceitar ou repelir o concurso. Ambos os fatores são essenciais a qualquer modificação. Sem o impulso individual, a comunidade fica em estagnação, impulso que, mais tarde, se extingue na simpatia social (JAMES). A ação é, portanto, recíproca, consoante a fórmula comtiana: o homem se agita e a humanidade o conduz (BRIQUET, 1935, p.220).

Briquet traz a questão da reciprocidade entre indivíduo e sociedade para pensar a evolução social. O indivíduo, entendido tal como noutras passagens, como resultado do jogo entre herança e meio. Já o meio social não é descrito, senão pela sua capacidade de permitir

---

[251] HEGEL, J.G.F. *La Filosofia de La Historia Universal*. Tomo I. Revista do Occidente. Madrid. 1928.
HUME, D. *Essays Moral, Political and Literary*. Londres – Longmans Green. 1912.
JAMES, W. *La Volonté de Croire*. Ed. fr. Paris. Flammarion. 1916.
RANK, O. *Modern Education*. N.Y. Knopf. 1932.

[252] GUIZOT, F. *Historie de La Civilisation em France depuis La Chûte de l´Empire Romain*. Vol.II. Paris. Perrin
MACPHERSON, W. *The Psychology of Persuasion*. E.P. Dutton Co. s/d.
OSTWALD, W. *Les Grands Hommes*. Paris. Flammarion. 1912.
PAULHAN, F. *Analystes et Esprits Synthétiques*. Paris. Alcan. 1902.
PICARD, J. *Conditions Positives de l´Invention dês Sciences*. Alcan. 1928.
RANK, O. *Modern Education*. N.Y. Knopf. 1932.
SCHMIDT, R. "Leadership", in Encyclopedia of Social Sciences. N.Y. Macmillan. Vol. IX.
SÉAILLES, G. *Essai sur Le Génie dans l´Art*. Paris. Bailliére. 1883.

[253] KRETSCHMER, E. *The Psychology of Men of Genius*. Londres. K. Paul. 1931.

ou não a experiência social. Apesar de distintos, o autor entende individuo e sociedade como recíprocos e não em oposição ou contradição. Nesse sentido, a partir de Comte, dá a entender que o princípio da ação está no indivíduo, em sua ação individual, cabendo ao meio (a humanidade) conduzi-lo ou não.

No parágrafo seguinte o autor reforça que essa "subordinação" ao meio social, ignorada por muitos autores, explicaria a filiação dos homens históricos ao passado e que refutaria a idéia do avanço da civilização por meio de saltos e surtos esporádicos.

A discussão segue então em torno da idéia de "homem superior", entendido como o indivíduo que é porta-voz das aspirações da coletividade:

> Os grandes homens são a *resultante do movimento social*. Criam valores especiais de cunho pessoal (KRETSCHMER), e são portadores de *predicados e aspirações do povo*, em dado momento evolutivo. São numerosos os casos de descobertas e invenções simultâneas, reveladoras de *identidade nas condições do ambiente e da evolução intelectual* (BRIQUET, 1935, p.221).

Neste parágrafo, Briquet entende que a ação histórica individual é resultante de homens que são determinados pelo movimento social, por isso, portadores de certos "predicados" e "aspirações" universais. Por outro lado, o autor busca traçar certa lógica na ação humana a partir da identidade entre as condições do meio (condições do ambiente) e a evolução intelectual da sociedade.

Em seguida, Briquet traz concepções similares em torno do conceito de "homem superior" em Hegel e Goethe, chegando na figura sintética do "líder", entendida pelo psicanalista Otto Rank como o indivíduo caracterizado "pela preponderância de ideologia coletiva, forte vontade, adequada às necessidades da massa e ao seu temperamento de comando, e plena responsabilidade dos seus atos (RANK)" (BRIQUET, 1935, p.221). Nesse sentido, descreve dois tipos de líderes: sociais e intelectuais.

O primeiro caracterizar-se-ia pela capacidade de "irradiação social" e pela aspiração de transformação da cultura e da sociedade, seja por via partidária ou doutrinária.

A partir desta definição, Briquet concebe que "toda evolução individual deve reproduzir espontaneamente as fases essenciais da iniciação coletiva" (BRIQUET, 1935, p.222). Deste modo, traz a idéia de Augusto Comte de que "os grandes deveres exigem grandes forças", para afirmar o "quanto é indispensável um aparelho de educação de finalidade universal, onde se ministre o ensino, em seus vários graus, sem distinção de classe"

(p.222). Dentro desta idéia, o papel da educação seria, aparentemente, o de sincronizar a evolução coletiva com a individual, contemplando todas as classes da sociedade.

Logo abaixo, o autor traz novamente considerações sobre a relação entre indivíduo e sociedade, tomando como base os princípios de Comte:

> Por via de regra, quando o indivíduo parece exercer notável ação, não o faz, entretanto, pelas próprias forças, em extremo pequenas, senão pelas exteriores que atuam, consoante leis sobre as quais não tem ação. Todo o poder se firma na inteligência, que coloca o indivíduo, adverte COMTE, em estado de conhecê-las pela observação, de prever-lhes os efeitos, e, por conseguinte, de fazê-las concorrer para o fim em vista, contanto que as empregue segundo a natureza delas (BRIQUET, 1935, p.222).

Note-se, na passagem acima, alguns princípios fundamentais da relação entre indivíduo e sociedade do ponto de vista do positivismo. O indivíduo, enquanto pólo oposto à sociedade fica anulado em sua ação individual como sujeito histórico. Esta ação, por regra, é entendida como efeito da ação de forças "exteriores" que se desenvolvem segundo leis das quais o indivíduo se encontra alienado e subordinado. Tal condição seria contornada através do comportamento "científico", da inteligência do sujeito que, ao observar e prever tais leis, de certa forma "guiaria" estas forças sociais a seu fim necessário tendo em vista, entretanto, a natureza imutável dessas mesmas leis. A partir desta noção, pode-se supor do texto não apenas o papel do psicólogo social, como o do político ou "gestor" público, cujos cargos de "inteligência" pressuporiam esta forma de conhecimento.

Justamente nesse sentido que, logo em seguida, o autor afirma:

> Julga-se descabido pretender alguém saber física e astronomia, sem as ter estudado, e, no entanto, *qualquer se reputa habilitado na ciência política*, emitindo opinião categórica sobre princípios de máxima abstração, embora não haja tido o trabalho de nelas refletir e não lhe mereça, aquela ciência especial estudo (BRIQUET, 1935, p.222).

A política seria, nesse sentido, cargo exclusivo dos "homens de ciência", que apreenderiam as leis naturais da sociedade assim como o físico estuda as leis da natureza. Esta função, que exige "máxima abstração", estaria restrita a determinada classe: a dos intelectuais.

É assim que o texto segue – após breve consideração de Briquet sobre o conceito de liderança em Hume e Simmel – em torno da descrição do segundo tipo de líder: o "líder intelectual". Este seria aquele que "no futuro (...) [assumiria] a direção em dado campo de atividade mental" (p.222). Nesse sentido, cita o exemplo de um químico nomeado "Ostwald" que, quando jovem estudante, negou-se a aceitar o "ensino ministrado" a partir de "métodos

anacrônicos", buscando a "autonomia do pensamento" e "sempre aperfeiçoar-se na observação dos fatos e na lógica construtiva" (BRIQUET, 1935, p.223). Este químico fez a diferenciação dos homens, segundo suas reações mentais, em "taquipsíquico" e "bradipsíquico" e é citado por Briquet como "ilustre" por ter "encontrado a significação do fenômeno dos homens superiores no estudo da energia. Com efeito (...) grande homem é todo aparelho capaz de produzir grande trabalhos; depende, portanto, da quantidade de energia de que dispõe" (p.223).

De sua experiência enquanto jovem estudante até seu estudo sobre os homens superiores, o químico Ostwald fez reflexões sobre a importância da educação a partir dos livros, destacando que os "homens superiores adquiriram os conhecimentos pela assimilação dos bons livros" (BRIQUET, 1935, p.224). A despeito do ensino sistemático da escola, este homem superior "tem assegurada, no livro, a escolha da orientação, pois só lê aqueles onde espera encontrar o que precisa" (p.224). Nesse sentido, questionar-se-ia o próprio papel professor que, segundo esta visão, com as melhores intenções moldaria o pensamento do aluno:

> O livro respeita a autonomia intelectual, não circunscreve o surto da mentalidade, como faz o melhor professor, que sempre modela a seu modo o espírito do discípulo. Por conseguinte, de maneira muito mais generalizada do que se faz, *deve-se despertar nos estudantes a convicção de que a ciência se encontra mais ou menos nos livros, e basta procurar os bons, o que, de regra, não é difícil*[254] (BRIQUET, 1935, p.224).

Tendo em vista que ao professor caberia modelar o aluno segundo seu "modo", seria na suposta autonomia dos livros que se formariam os "líderes intelectuais" e que se alcançaria uma educação neutra e objetiva em direção ao comportamento científico.

Ainda nesta discussão sobre líderes intelectuais, distinguem-se os chamados "espíritos analistas" e "sintéticos" segundo Paulhan:

> Entre outras características psicológicas da liderança intelectual, há a distinção importante entre *espíritos analistas e sintéticos*. Na divisão do trabalho social, é preciso levar em conta esta diferenciação fundamental, bem estudada por PAULHAN. *Atribua-se a cada qual conforme a capacidade mental, pois um e outro se completam. Os primeiros procedem à colheita do material, fazem obra documentária, que os segundos dinamizam para o progresso social* (BRIQUET, 1935, p.224).

Note-se que, mais uma vez no texto, certa defesa da divisão social do trabalho é feita, agora pela ótica da liderança pela via do intelecto. Apesar de o fim almejado ser o "progresso

[254] Destaque do autor.

social", a diferença de classes segundo uma atribuição individual (e em última instância biológica) é novamente defendida.

O texto segue com considerações a respeito das "condições" vitais para a existência do líder, tal como o "prestígio" e a capacidade de "persuasão", sendo esta, premissa daquela. Nesse sentido, o autor afirma: "O êxito dá continuidade ao prestígio. Para gozar autoridade, isto é, arrancar da massa a aprovação de atos e idéias, não se apela para a razão. É a lógica dos sentimentos que comanda" (BRIQUET, 1935, p.225). Assim, tanto na persuasão, como na "auto-persuasão", operariam mecanismos inconscientes sobre o indivíduo, ou seja, predominantemente emotivos e não racionais. Entretanto, na lógica da persuasão, na construção de seu argumento sedutor, há elementos racionais que são exemplificados pelo autor a partir de Macpherson na passagem que encerra o capítulo:

> Lembra o psicólogo mencionado que, analisar-se um discurso político ou outra forma qualquer de persuasão verbal, encontram-se argumentos de toda a sorte: dedutivos e indutivos; colhidos, ora de princípios, ora de exemplos; analógicos, quer de causas a efeitos, quer de efeitos a causas. A lógica é, pois, mais aparente do que real. Na persuasão, em última análise, o valor dos juízos é relativo à capacidade de levar a efeito a crença ou desejo dominante e dar expansão às emoções que os fundamentam (BRIQUET, 1935, p. 227).

Portanto, seja na persuasão, na auto-persuasão ou na própria sugestão, encontram-se elementos de uma racionalidade que objetiva o controle a partir da mobilização de mecanismos inconscientes.

Assim, encerra-se o capítulo.

10.19 "Opinião Pública"

O capítulo em questão estrutura-se em seis páginas e contempla em sua bibliografia sete autores. Dentre eles, destacam-se a coletânea *Discursos e Conferências* (1916)[255] do brasileiro Pedro Lessa, além dos textos de E.L. Bernays[256] e A. Larrabee presentes no manual de Psicologia Social de Kimball Young. Duas obras de W. Lippmann[257] sobre o tema da

---

[255] LESSA, P. *Discursos e Conferências* – Rio. 1916.

[256] BERNAYS, E. L. *Crystallizing Public Opinion.* N.Y. Boni Liveright. 1923. (cit. In YOUNG, K. Source Book for Social Psychology).

LARRABEE, A. *The Function of Public Opinion Through Moving Pictures*. Relig. Educ. 1920. v. XV. – (cit. *Young* idem).

[257] LIPPMAN, W. *The Phanton Public*. N.Y. – Macmillan. 1927.

opinião pública são citadas, assim como os textos de R. Dodge e E. Dupréel[258]. Também é referenciada a coletânea sobre imprensa *Le Rôle de La Presse*[259] (1933) de vários autores.

O conceito de opinião pública é apresentado da seguinte maneira:

> Juízo coletivo mais ou menos raciocinado, a opinião pública é determinada pela inter-ação dos vários conceitos individuais; está para o grupo como a opinião pessoal para o indivíduo. Rege as atividades nos grupos sociais altamente dinâmicos, assim como as tradições norteiam os povos primitivos (BRIQUET, 1935, p. 228).

Note-se que, na passagem acima, o autor aproxima a dinâmica da totalidade à particular, do grupo com a do indivíduo, em que o geral seria resultado da "inter-ação" dos particulares dos particulares. Cabe destacar a importância dada à opinião pública, ao compará-la com a mesma magnitude da cultura no que diz respeito à influência sobre o grupo.

Logo abaixo, Briquet complementa que não se trata da mera soma de opiniões individuais, mas da "harmonização" das aspirações da maioria. Nesse sentido, a opinião pública seria resultado dos fatores "opinião em geral", "princípios", "experiência", "estereotipias", "personalidade" e "usos e costumes". Apesar de constituir juízo parcialmente racional, aquela que possibilitaria o exercício da razão. É assim que o autor cita Ellwood para afirmar que a "restrição da opinião pública determina a [restrição] do desenvolvimento da razão na vida social (ELLWOOD)" (BRIQUET, 1935, p.229). A racionalização da opinião pública dar-se-ia nas seguintes condições:

> Racionaliza-se a opinião pública pela organização do grupo, ampliando-se os meios de inter-relação mental; pela inteligência dentro de *sistema educacional que objetive os principais problemas sociais*, e pela liderança, nas suas características de energia, altruísmo e incorruptibilidade (BRIQUET, 1935, p.229).

Acima o autor concebe a organização do grupo conforme a inter-relação mental de suas partes. Também, novamente faz referência à necessidade de uma educação científica e racional, voltada à superação dos problemas sociais.

O texto segue com breve descrição – que não é de interesse desta pesquisa – das fases que constituem a formação da opinião pública: indicação, difusão, progresso, impulso emotivo, sugestões novas ou complementares, conflitos de solução, investigadora, discussão,

---

LIPPMAN, W. *Public Opinion*. N.Y. Macmilan. 1932.

[258] DODGE, R. *Psychology of Propaganda*. Relig. Educ. 1920. v. XV, cit. idem.

DUPRÉEL, E. *I a-t-il une foule diffuse? L´Opinion Publique*. Quatriéme Semaine International de Synthese. La Foule. Paris – Alcan. 1934.

[259] CANO, S. e outros. *Le Rôle de La Presse. Societé dês Nations*. Intelectuel. 1933.

integração, de acordo. Cabe apenas destacar a preocupação do autor em, novamente, elencar "variáveis" ou etapas de determinado fenômeno social.

Mais a frente, Briquet destaca determinadas características da opinião pública que lhe confeririam importância social e política:

> A opinião pública reage com as circunstâncias; é de caráter provisório, profundamente dinâmica, de grande mutabilidade, e alterável com as condições. Favorece a transição de um estado social para outro. De certo modo, é fator de solução, e atua muito mais amplamente que toda e qualquer organização, até de ordem cultural. Bafeja o poder público cujo prestígio está na razão direta do apoio que lhe concede (BRIQUET, 1935, p. 230).

Seus principais "órgãos" seriam a imprensa, o rádio e o cinema, sendo a primeira o mais importante, pois "goza de ação decisiva sobre o espírito popular, porque reflete a mentalidade ou comportamento humano em suas linhas gerais. Põe em realce o estímulo visual – fator psicológico fundamental, o mais importante dos sensoriais..." (p.230). Dessa maneira, tem início no texto uma importante discussão sobre a influência dos veículos de comunicação sobre os indivíduos. O principal pilar estaria na racionalidade que embasa a construção da notícia veiculada à imprensa, predominantemente voltada à dimensão inconsciente de cada leitor:

> Para tornar-se atraente, o jornal despreza informações anódinas, e explora as que despertem os resíduos de sadismo, que todos conservam em maior ou menor grau de latência. Ora, é altamente deplorável a divulgação escandalosa ou delinqüente, que revolve e *traz à tona instintos incoercíveis e desfaz a obra educativa* (BRIQUET, 1935, p. 231).

Note-se que o autor, em parágrafo anterior, concebia a educação como ponto de racionalização do grupo, segundo sua inter-relação mental. Por outro lado, afirma então que a emergência dos instintos inconscientes levaria à suspensão dessa dimensão racional dada pela educação

Ao formato do jornal, caberia não apenas a conseqüência de desfazer "a obra educativa" como também de não produzir conhecimento – apenas informação factual – e, portanto, não contribuir para um mínimo de formação da sociedade:

> Pelo geral, o jornal consulta mais o interesse comercial do que as possibilidades educativas, que conserva em estado potencial. Limitando-se a dar informações recentes de fatos, muitos dos quais subordinados ao imperativo biológico, não concorre para a sublimação dos instintos, mais ou menos egoísticos, *com grave prejuízo da cordialidade entre classes e pessoas* (BRIQUET, 1935, p.231).

Note-se que o papel "educativo" apontado por Briquet refere-se diretamente à sublimação de instintos egoísticos. Em certa medida, o autor faz novamente referência no texto ao conflito de classe por uma perspectiva meramente instintual, ou seja, determinado pelo nível de sublimação e racionalização de determinado grupo.

Logo abaixo, cita-se Pedro Lessa, para fazer a defesa do que seria a principal qualidade do jornalista responsável: a "impersonalidade", ou seja, "o amor à Verdade e Justiça[260]" (p.231) que seria possível segundo uma rigorosa educação. Aparentemente, característica que se aproxima das qualidades do "cientista" descritas por Briquet anteriormente.

Na parte final do texto, o autor faz relevante referência ao papel histórico da propaganda, sobretudo em sua importância durante os períodos bélicos. Nomeando aquilo que seria "propaganda inteligente", cita o exemplo da campanha publicitária dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial na tentativa de convencer a população sobre a necessidade dos país entrar no conflito. Para tanto: "Pronunciaram-se 750 mil discursos. Distribuíram-se, cada 15 dias, 600 mil panfletos a professores universitários, circulando 200 mil diapositivos em que se insistia sobre os perigos do pan-germanismo" (p.231). Outro exemplo dado pelo autor foi a campanha publicitária feita pela Lituânia, tendo em vista seu movimento de independência, divulgando de forma massiva aos norte-americanos elementos de sua cultura e, assim, estabelecendo uma relação de simpatia entre os povos.

Por fim, Briquet cita brevemente seis "regras da propaganda" aconselhadas por Dunlap, dentre as quais está a sugestão de orientar "a propaganda de modo permanente, e, se for o caso, (...) [tornar] extensiva às crianças" (BRIQUET, 1935, p.235). Apesar de fazer referência à problemática regra, o autor encerra o capítulo com a advertência de que: "Se é certo que a propaganda é de grande vantagem, cumpre, entretanto, lembrar o seu perigo de destruir a ordem estabelecida, e desviar o estímulo para fins menos nobres" (p.235).

Desta maneira, a periculosidade da propaganda estaria em "destruir a ordem" estabelecida e o que seria os fins nobres: o progresso.

10.20 "Multidão"

[260] Ambas as palavras foram colocadas em maiúsculo propositalmente pelo autor.

O capítulo em questão estrutura-se em treze páginas e contempla dezenove autores em sua bibliografia. Destacam-se os clássicos trabalhos sobre grupos e multidão de Freud, Le Bon, McDougall e Trotter[261]. Dentre os brasileiros, estão N. Foscolo, A. Lins, Neves-Manta, Elias de Oliveira e Porto-Carreiro[262]. Novamente Briquet toma como referência um texto do manual de Psicologia Social de Kimball Young[263], assim como textos extraídos de sínteses, seminários e congressos internacionais de autores diversos[264]. Ainda, traz obras sobre psicologia coletiva dos pesquisadores da escola italiana[265] influenciados pela criminologia do século XIX, assim como de outros autores[266] sobre o mesmo tema.

O texto inicia com a seguinte apresentação, onde o autor destaca a importância do tema do capítulo:

> *A mentalidade coletiva constitui o núcleo da psicologia social*. Bem conhecida é a classificação das multidões, de LE BON, em dois grupos: heterogêneas e homogêneas. As primeiras são anônimas, e não anônimas. As segundas, abrangem, na ordem de complexidade crescente, as seitas, castas e classes (BRIQUET, 1935, p.235).

---

[261] FREUD, S. *Totem et Taboo*. Paris. Payot. 1924
FREUD, S. *Psychologie Collective et Analyse du Moi*. Paris. Payot – 1924
LE BON, G. *Psychologie des Foules*. Paris. Alcan. nova ed. 1909.
MAC DOUGALL, W. *The Group Mind*. Cambridge U.P. – Ed. 2 – 1927.
TROTTER, W. *Instinct of the Herd in Peace and War*. Londres. Benn. 1930.

[262] FOSCOLO, N. *Delirios Colectivos*. Tese Inaug. Fac. Med. Rio – 1918.
LINS, A. *A Paixão Coletiva*. Cachoeira de Itapemirim. 1923.
NEVES-MANTA: *Psicanálise da Alma Coletiva*. Flores e Mano. Rio – 1932.
OLIVEIRA, E. *Criminologia das Multidões*. Fortaleza. Livraria Quinderê. 1934.
PORTO-CARRERO, J. P. *Psicanálise de uma Civilização*. Ed. Guanabara. Rio – 1933.

[263] MACKAY, C. Memoirs of Extraordinary Popular Delusions v. I. Londres. 1852 (citação de Young, K.: *Source Book for Social Psychology*. N. Y. Crofts. C. – 1931).

[264] BOHN, G. e outros; *Le Grégarisme*. Quatriéme Semaine Internationale de Synthese: La Foule. Paris. Alcan. 1934.
BOHN, G., HARDY, ALPHANDÉRY, LEFEBVRE et DUPRÉEL: *La Foule*. Quatriéme Semaine Internationale de Synthése. La Foule. Paris. Alcan. 1934.
GRASSERIE, R. *Des Sciences Intermédiaries entre la Psychologie et la Sociologie*. V Emre Congres International de Sociologie de Paris. 1903.
MARIE, A. A. et BAGENOFF: "Psychologie Collective et Psychologie Morbide", em *Trailé International de Psychologie Pathologique vol. XIII*. Paris. Alcan. 1912.

[265] MANCI, F. *La Folla*. Milão. Vallardi. 1924.
ROSSI, P. *Psicologia Colletiva Morbosa*. Torino. Bocca – 1901.
ROSSI, P. *Los Sugestionadores y la Muchedumbre*. Barcelona. Henrich. 1906.
SIGHELE, S. *Psychologie des Sectes*. Paris. Giard et Briére – 1898.
SIGHELE, S. *A Multidão Criminosa*. Lisboa. Bertrand. s. d.

[266] ELLIOT, H. S. *The Process of Group Thinking*. N. Y. Association Press. – 1928.
MARTIN, E. D. *The Behavior of Crowds*. N. Y. Norton. – 1920.
MARIE, A. A. *La Psychologie Collective*. Paris. Gautier-Villars.
SIDIS, B. *The Psychology of Suggestion*. Appleton. N. Y. – 1921.

Em seguida, o autor traz a distinção dos grupos sociais, segundo De La Grasse, entre "quantitativos" e "qualitativos" (heterogêneos e homogêneos)[267], destacando que a investigação do presente capítulo se dará em torno da "multidão no sentido de grupo heterogêneo e anônimo, ou seja a reunião de indivíduos suscetíveis de reações psicológicas uniformes" (p.235).

Abaixo, apresenta uma definição de multidão a partir de Dupréel:

> Há multidão sempre que a pessoa perde a individualidade no grupo; é o que acontece ao desaparecer a estabilidade estrutural do grupo. No dizer de DUPRÉEL, a sociedade fica asseptada, isto é, rompem-se os quadros da ordem social anterior (BRIQUET, 1935, p.235).

A característica fundamental do fenômeno da multidão seria o "predomínio da vida inconsciente", onde o indivíduo renunciaria à própria personalidade e à sua racionalidade frente à condição de "sugestibilidade" e "irreprimibilidade de desejo e ação". Sob a multidão, o indivíduo "quer, sente a atua com a maioria. Por mais culto que seja, abdica do Eu, e funde-se na totalidade" (BRIQUET, 1935, p.236).

Das reações ditas primitivas das multidões, Briquet destaca o "egotismo" e o "idealismo". O primeiro é descrito da seguinte maneira:

> A massa reclama o reconhecimento imediato da soberania e intangibilidade das suas aparências. É o egotismo exaltado (...). Nada a demove. *Aqueles que vociferam e clamam reivindicando direitos e privilégios*, esquecem-se de que procedem de modo inconsciente. O que pedem para o grupo, *querem-no para si*: poder, honra e glória (MARTIN) (BRIQUET, 1935, p. 236-37).

Note-se que o autor traz a contribuição de uma determinada psicologia do inconsciente, a partir do texto do norte-americano E.D. Martin para refletir sobre o aspecto político da reunião de uma multidão. Aparentemente, a luta e a reivindicação por direitos seria fenômeno predominantemente inconsciente, portanto não-racional, e revelaria uma faceta egoísta do indivíduo.

Nesse sentido, o "idealismo" revelaria uma base moral, porém não crítica da multidão:

> Dentro da agitação tumultuosa de emoção e sentimento, a multidão ostenta imaculado *idealismo*, e, embora *destituída de espírito crítico, tem elevado senso moral*.
>
> (...)

[267] Distinção apresentada no Congresso Internacional de Sociologia de Paris em 1903.

> Não conhece pessoas; só o interesse geral a move e dirige. Não transige com os princípios a que obedece, justificativos da sua razão de ser (...). Para conservar a sinergia coletiva, a multidão estabelece sanções com que estigmatiza os transgressores (BRIQUET, 1935, p. 237).

Portanto, dá-se a entender que o "senso moral" visaria a unidimensionalidade de sentimentos e ações dos indivíduos em prol do grupo, onde qualquer desvio da individualidade seria alvo de sanções.

Em seguida, Briquet desenvolve dois tópicos sobre os temas da "sugestibilidade" e "irreprimibilidade de desejo e ação". O primeiro é apresentado da seguinte maneira:

> Constitui a segunda característica da multidão. A alma coletiva é sacudida pela onda contagiosa, irrefreável e recrescente. Entendem alguns que os indivíduos são levados pela imitação, o que dá na mesma, porque esta é condicionada à sugestão, é fenômeno primitivo e irredutível, fator fundamental na vida psíquica do homem (BRIQUET, 1935, p.237).

Diante da percepção de um estado afetivo específico, como dor ou revolta, os indivíduos cairiam enquanto massa através da chamadz=a "indução recíproca" ou "contágio psíquico". Nesse sentido, Briquet faz referência a Freud para afirmar que "quanto mais elementares as emoções, tanto mais provável a sua propagação por tal mecanismo" (BRIQUET, 1935, p. 238).

Já no segundo tópico, o autor compara a multidão a uma bola de neve irrefreável e incoercitiva, cujo sentimento e ação se compara a de uma criança. Em sua cólera, a multidão busca culpados, vítimas, que serão alvo de sua "vingança neurótica" e de seu castigo. Em relação a tal ímpeto vingativo "PORTO CARRERO lembra o reparo dos que entendem que: 'só com muito sangue as coisas endireitam'. É sentimento até de grupos pacíficos, cuja sanguidessência inconsciente só se extingue no bode expiatório" (p.238).

Logo abaixo, Briquet acrescenta que "crianças e mulheres, sobretudo estas, por efeito de grande emotividade, avivam as reações instintivas da massa" (BRIQUET, 1935, p.239). Por fim, traz a contribuição de Lefebvre em torno da noção de "fruição inconsciente da irresponsabilidade" que, somada a um estado de superexcitação, levaria o grupo à relação ambígua de angústia e paroxismo (p.239).

O texto encerra esta discussão e segue na apresentação das teorias de autores que, segundo Briquet, investigaram a "psicologia das multidões", tais como Le Bon, McDougall,Trotter e Freud.

Le Bon é apresentado como "quem primeiro, em 1895, sistematizou dados psicológicos sobre a multidão. Tem o mérito de ter chamado a atenção para a predominância, como que exclusiva, da vida inconsciente" (p.239). O autor refere que, antes de Le Bon, Sighele havia apontado sobre a impulsividade e rebaixamento racional da multidão, entretando, dá méritos ao francês por equiparar "muito justamente o comportamento da multidão ao de povos primitivos e ao de crianças" (p.239).

McDougall é citado a partir de sua obra *The Group Mind* (1920) onde traz a concepção de "hiper-emotividade" responsável pela indução recíproca inconsciente entre os indivíduos. Briquet, a partir dele, cita condições em que se elevaria o nível mental do grupo e cessariam os "inconvenientes psíquicos da multidão"; tais condições seriam: "continuidade de existência do grupo", "intercâmbio com organizações análogas", "organização especializada", etc. (BRIQUET, 1935, p.240).

W. Trotter é referenciado a partir da sua idéia de que "a multidão opera dentro dos ditames do instinto gregário, indecomponível e primário, causa de sugestibilidade" (p.240). O autor lembra que o gregarismo é encontrado tanto nos animais, tais como os gafanhotos, como nas sociedades primitivas, em que:

> Pode a multidão ondular coesa dentro da integração dos seus membros, sendo o nivelamento, por baixo, a condição primeira de estrutura. A reivindicação de igualdade constitui o fundamento da consciência social e do sentimento de dever. Cria o espírito de classe, a cuja rasoura devem todos submeter-se. Ninguém se destaque dos demais. Possuam todos a mesma coisa, e proceda-se uniformemente, pois aí estão, vigilantes, a inveja e o desejo.
>
> (...)
>
> A justiça social consiste em recursarmos a nós mesmos aquilo a que outros renunciam ou não se animam a reclamar (BRIQUET, 1935, p.241).

Note-se que o autor traz a característica fundamental, apontada pelos estudos antropológicos, do tipo de organização da sociedade primitiva: a perda da individualidade em prol do coletivo, de uma suposta igualdade. Deste ponto de vista a igualdade e a justiça social estariam na recusa da individualidade e não na sua realização efetiva. Abaixo, Briquet coloca o "sentimento de igualdade" enquanto "angústia dos luéticos" do ponto de vista psicanalítico, ou seja, da "luta que alguns infelizes mantêm contra o desejo inconsciente de transmitir a doença" (BRIQUET, 1935, p.241).

Em seguida, traz a noção de "libido" em Freud para explicar os laços de coesão social, desenvolvendo tal concepção até chegar no "totemismo" e na "horda primitiva", donde se

realiza “a supressão violenta do chefe (...) com a sua substituição pela comunidade fraternal” (BRIQUET, 1935, p.242). Nesse sentido, o autor traz a idéia de Neves Manta que, na multidão, o homem regride à horda primitiva e à fase totêmica. A psicologia da multidão seria, essencialmente, regressiva.

Por fim, traz a noção de “identificação” para explicar a ambivalência em relação a determinado objeto, exemplificando o “repasto canibalesco” descrito por Gonçalves Dias em I-Juca-Pirama onde se “exemplifica a fase oral na qual se devora o inimigo cuja bravura se admira, para que uma parcela de sua coragem se difunda no corpo do vencedor” (p.242).

O texto, então, inicia nova seção intitulada “Psicoses Endêmicas”, que parte da seguinte discussão segundo Dumas:

> O comportamento coletivo, na forma crônica, culmina nas *epidemias mentais*[268] ou *psicoses epidêmicas*. Adotamos a distinção de G. DUMAS entre *epidemia mental*, *psicose coletiva* e *psicose gregária*. *Epidemia mental* é o estado no qual os fenômenos mórbidos se produzem por contágio, exaltação coletiva de sentimentos e idéias, ou por uma e outra causa. *Psicose coletiva* é moléstia das correntes sociais; diferencia-se da epidemia pelo caráter coletivo e sintético das manifestações; é a coletividade doente, excitada e em delírio. *Psicose gregária* é loucura da multidão (BRIQUET, 1935, p.242).

Após fazer brevíssimo comentário sobre a contribuição de Durkheim acerca do contágio mental - que não interessa para este estudo – Briquet traz exemplos históricos de epidemias e psicoses coletivas.

O primeiro é a chamada “epidemia das cruzadas”, em que o autor considera todo o período das Cruzadas cristãs (de 1095 a 1270) como fenômeno epidêmico. Nesse sentido, destaca - a partir da obra de Sidis - o fenômeno observado na “cruzada das crianças” em que inúmeras crianças – motivadas pelo apelo à guerra santa proferida por uma pastor – alistaram-se desmesuradamente à campanha cristã para a frente de batalha, sendo tal “a sugestibilidade das crianças que não houve medida coercitiva capaz de retê-las (...) quando, por acaso, alguma não conseguia evadir-se, morria como ave migratória engaiolada (SIDIS)” (BRIQUET, 1935, p.243). Outro exemplo ocorreu na Itália em 1260 na chamada “epidemia dos flagelados”, em que a população adulta e infantil flagelava-se nas ruas até sangrar.

O exemplo considerado por Briquet como o mais impressionante de “epidemia mental” ou “psicose epidêmica” – também referenciada a partir da obra de Sidis - é a da “demonofobia” que prevaleceu na Europa do século XV ao XVII, em que milhares de pessoas

[268] Todos os destaques em itálico são do autor.

morreram em incursões das cruzadas em busca de feiticeiros e bruxas. Nessa busca, "tudo justificava a suspeita. A pessoa reservada em excesso, ou que passasse noite em vigília, era indiciada de pacto com espíritos infernais, e dificilmente escapava à morte, se não justificasse, pormenorizadamente, o que tinha feito, dia e noite" (BRIQUET, 1935, p.244).

Abaixo, Briquet refere-se ao "delírio de cupidez" como outra causa de psicose epidêmica, trazendo os exemplos da "alucinação do ouro, na Califórnia, em 1848, que tantas vidas e decepções custou; a tulipomania que, no século XVII (1634-36), invadiu os Países Baixos, e assinalou o primeiro exemplo de especulação de bolsa" (p.244).

O mesmo caso de delírio é encontrado pelo autor na história do Brasil, tal como "o encilhamento, no começo da República; as valorizações do café, que culminaram, em S. Paulo, na mais rica monocultura do mundo, representada por cerca de um bilhão e meio de cafeeiros" (BRIQUET, 1935, p. 244-45). Por fim, cita o caso da "alucinação coletiva" promovida pela Companhia do Mississipi em 1717, a partir da especulação de capital na bolsa.

Note-se que, nesta seção, Briquet realiza – tendo por base a obra *The Psychology of Suggestion* (1921) de B. Sidis – uma espécie de interpretação de fatos históricos sob o espectro da psicologia das multidões. Ao partir de um ponto de vista calcado sobretudo na idéia de "epidemia" e "psicose", traz o fenômeno coletivo de determinado período histórico para o crivo da normatização, da categorização entre o "normal" e o "patológico", sob o ponto de vista do saber da Psicologia. Não é à toa que a seção seguinte tratará justamente de recomendações para uma suposta coletividade saudável.

Assim, o capítulo sofre uma divisão – por três asteriscos – e inicia a parte final que faz longo debate em torno do tema da educação. Por sua evidente relevância, esta parte será reproduzida integralmente.

Briquet inicia a nova seção com a proposta de elencar os "fatores capazes de disciplinar o comportamento coletivo, isto é, de manter a preponderância da vida consciente sobre a inconsciente" (BRIQUET, 1935, p. 245).

O primeiro fator é apresentado pelo tópico "*a) Educação em que se procure ministrar a verdade objetiva dentro das normas abaixo*". Deste tópico "a" desdobram-se outros quatros subtópicos. O primeiro é descrito da seguinte maneira:

> *Minimizar o ensino livresco*, de memória, em que se chega ao absurdo de decorar tradução de textos clássicos e demonstrações geométricas. Apesar das reformas de ensino, a situação não tem melhorado. O problema entronca-se diretamente no ensino secundário; é preciso, portanto, cuidar preliminarmente do respectivo professorado. Sem uma Faculdade de Ciência, nas sete principais capitais do Brasil, nada se terá feito de grande e sólido pelo nosso ensino científico (BRIQUET, 1935, p.245-46).

Note-se que, desde aquela época, as questões da reforma do ensino e da formação do professor eram temas de debate pertinente. Nesse sentido, Briquet preocupava-se com a possibilidade de se estabelecer um "ensino científico" no país, tendência que se torna manifesta no suptópico seguinte:

> *Dar a conhecer a estrutura e função do corpo, do espírito, e da sociedade:* higiene corporal e mental, psicologia e sociologia, de preferência à astronomia, geologia, etc. Aquelas ciências têm conteúdo cultural maior do que estas, que deveriam constituir especialidades ou, pelo menos, ser lecionadas posteriormente.
>
> (...)
>
> Gravem-se nítido na memória dos moços os fatos sociais dominantes da história contemporânea, a começar da revolução cientifica e industrial, onde se vai rastrear a gênese da inquietação universal (BRIQUET, 1935, p. 246).

Note-se que logo de início o autor traz, segunda uma visão positivista, a necessidade de se conhecer as esferas do "corpo", do "espírito" e da "sociedade" a partir de sua estrutura e função. Aparentemente, coloca as três esferas sob a mesma lógica e dinâmica. O conhecimento destas, daria-se pela higiene física e mental, assim como pelo ensino da Psicologia e Sociologia, ciências consideradas culturalmente maiores que Astronomia e Geologia. Ao ensino da História, caberia a arte de "gravar" na memória dos jovens os fatos "dominantes" da fase contemporânea, sobretudo a fase burguesa representada pela revolução científica e industrial, consideradas o germe da "inquietação universal". Note-se que Briquet repete uma tendência comum ao texto de negar o chamado saber "místico" ou "obscurantista". Novamente refere-se com entuasiasmo ao saber científico como base para a civilização, defendendo o ensino da História no período pós-medieval, portanto, liberal e racional.

Por outro lado, o autor traz a importância de se estudar os autores "clássicos", tal como no terceiro subtópico:

> *Estimular o trato com os clássicos*. Cumpre evidenciar a filiação do espírito humano nas suas fontes de beleza e moral. Quando o indivíduo está familiarizado com os vultos de Homero e Aristóteles, de Platão e Virgílio, torna-se, a um tempo, disciplinado aos ensinamentos do passado, e compreende que tudo quanto usufrui de

> belo e verdadeiro é cristalização da obra dos grandes pensadores e dos homens de grande coração (BRIQUET, 1935, p.246).

Segundo a passagem acima, o estudo dos pensadores do passado levaria à "disciplina" e à compreensão da gênese daquilo que se considera "belo" e "verdadeiro". Note-se que, aparentemente, Briquet põe de forma idealizada a formação humana a partir da compreensão da obra dos autores clássicos; em certa medida, na aceitação de forma acrítica das noções de "beleza" e "moral". Esta visão, estende-se também à posição do professor, expressa no quarto subtópico da seguinte maneira:

> *Professores idôneos* que transmitam a ciência, consagrando-se não a fazer discípulos e escolas, mas a criar colaboradores capazes de melhorar a obra social. Para isso, o professor deve possuir grande dose de renúncia, e julgar-se premiado no esplendor dos alunos (BRIQUET, 1935, p.246).

A passagem acima, em poucas linhas, parece fazer certa síntese das concepções de Briquet. Primeiro, a recomendação de que os professores sejam submissos, meros veículos de transmissão da ciência de forma neutra. Segundo, a defesa de uma educação voltada para a formação de "colaboradores" que trabalharão no desenvolvimento da "obra social". Note-se que, em mais uma passagem, o autor visa o aperfeiçoamento do país enquanto "nação" desenvolvida a partir da educação das futuras gerações para a ciência. Por fim, novamente a prerrogativa do professor enquanto submisso e que deve "julgar-se premiado" pela formação de seus alunos.

Observe-se que, tanto no terceiro tópico, quanto no quarto tópico há a defesa e "recomendação" de uma determinada formação moral dominante estabelecida.

O segundo fator é apresentado pelo tópico "*b) Desportos"*, desenvolvido da seguinte maneira:

> Estimulá-los sob todas as formas, porquanto demonstram, com a experiência individual, a indissolubilidade da vida intelectual e física. Complete-se a educação física no convívio da natureza, na vida rural, onde o homem desenvolve a observação direta, e se esquiva à sugestão do urbanismo (BRIQUET, 1935, p.246).

Note-se que Briquet faz prescrições com base em crenças higienistas, tal como a indissolubilidade entre físico e mental. Neste mesmo estudo, mostrou-se a preocupação da política higienista da medicina social com a questão dos desportos. Também há certa defesa idealizada das qualidades da vida rural.

Logo abaixo, o autor segue com as recomendações:

> O indivíduo deve participar de associações cujo intercâmbio requinte as qualidades de altruísmo e adquira conhecimento recíproco. Aprende a ser tolerante, a dominar-se nas discussões e a conformar-se com a opinião da maioria (BRIQUET, 1935, p.246-47).

Na passagem acima o autor faz importante defesa do convívio em grupo por meio de associações, enquanto veículo de aprendizado e de certa formação para a alteridade. Entretanto, novamente retoma uma visão calcada em determinada "moral" ao tratar como virtude a conformação à maioria.

Briquet encerra o capítulo com a conclusão de que: "acima de tudo, porém, é de observar-se uma doutrina que dirija[269] os nossos atos, e proclame a supremacia dos valores afetivos e intelectuais na vida social" (BRIQUET, 1935, p.247). Em outras palavras, visando a disciplinarização do comportamento coletivo, faz-se a defesa de "uma doutrina" que "dirija", conduza, a vida social e que torne preponderante os valores "afetivos" e "intelectuais". Aparentemente, segundo esta visão, a regulação moral da sociedade estaria garantida pela mera assimilação de determinada doutrina, construída e ensinada de fora para dentro.

10.21 "Revolução"

O capítulo em questão é o último e encerra o livro. Estrutura-se em onze páginas e contempla seis autores em sua bibliografia, dentre eles Le Bon e Lefebvre[270]. Também são referenciados J.F. Lisboa, A. Mathiez, E. Murisier e Robinet[271]. Note-se que o tema da Revolução Francesa é pertinente na maioria destas obras.

O primeiro parágrafo dá início ao tema conceituando "revolução":

> *Revolução* é toda mudança súbita e violenta da ordem política ou social, por efeito de antagonismo partidário ou ideológico. É este o conceito geral. Considerando-se, porém, os marcos fundamentais da evolução social, toda revolução importa a

---

[269] Novamente a idéia de dirigir, "conduzir".

[270] LE BON, G. *La Révolution Française et La Psychologie dês Révolutions* – Flammarion. 1913.
LE BON, G. *Les Opinions et lês Croyances* – Paris. Flammarion. 1911.
LEFEBVRE, G. *Foules Historiques. Les Foules Révolutionnaires*. Quatrine Semaine Internationale de Synthése. La Foule. Paris. Alcan. 1934.

[271] LISBOA, J.F. *Obras*. 1° vol. – 2ª ed. 1901 (Jornal de Timon – Considerações Gerais. p. 204 a 208).
MATHIEZ, A. *La Révolution Française*. 3 vols. Paris. Colin. 1927.
MURISIER, E. *Les Maladies du Sentiment Religieux*. ed. 2. Paris. Alcan. 1930.
ROBINET, L. *La Révolution Française*. Societé Positiviste. Paris.1895.

> substituição de uma etapa histórica por outra superior (BRIQUET, 1935, p.248).

Note-se que, outra vez, a base das conceituações do autor ampara-se na idéia de evolução social. Esta seria pressuposto de toda revolução, enquanto “mudança súbita” de uma etapa histórica a outra. Cabe destacar também a concepção de “revolução" como resultado de um antagonismo ao nível “partidário ou ideológico”, ou seja, restrito à luta travada no âmbito político-institucional ou entre idéias divergentes. Até então, nada se é colocado acerca das bases históricas e concretas desse antagonismo.

Logo abaixo, Briquet afirma que todo processo revolucionário tem gênese longínqua e exemplifica, a partir de Robinet, a Revolução Francesa como marco da passagem da “civilização da fase teológico-militar para a científico-industrial” (p.248). Cita, então, seus ideólogos como Kant, Hume, Beccaria, D´Alembert, Lagrange, Buffon, Laplace, Lavoisier, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Turgot, Condorcet e Diderot.

Em seguida, destaca assim os fatores que estariam na gênese da revolução, afirmando que: “Além da causa econômica, e dos fatores psicológicos da multidão, estudados no capítulo anterior, relevam-se (...) a desigualdade de classes e a incapacidade governamental” (p.248). Estes fatores serão desenvolvidos posteriormente pelo autor em tópicos específicos, todavia, cabe destacar que estes fatores ocupam diferentes esferas, tais como a econômica, psicológica, social e política.

Antes, porém, desenvolve o que seriam as características da “alma” e da “mentalidade” revolucionária, entendida pela mesma perspectiva utilizada no entendimento da multidão, ou seja, enquanto dominada pelos sentimentos exagerados e pelo rebaixamento da razão, além de produto do fenômeno da “indução psíquica”. Nesse sentido, a “ação revolucionária” seria caracterizada “pela subtaneidade, violência e incoercibilidade de explosão (...). Ferida no âmago dos sentimentos, a alma popular arranca-se indomável dentro de uma lógica férrea, que é a supressão dos que a malconhecem ou desacatam” (BRIQUET, 1935, p.248-49).

Note-se, a princípio, que o espírito revolucionário é posto sob duas dimensões: enquanto fenômeno onde não há a possibilidade de se pensar racional e criticamente, assim como fenômeno típico da classe popular, das massas.

Em seguida, faz breve comentário acerca do “mal de suspeição” conceituado por Lefebvre para, então, destacar a importância da educação dentro do processo revolucionário:

> Eis a razão por que, cessada a reação pós-revolucionária, restabelece-se quase sempre a máquina administrativa derribada. Prepondera o sentimento dos princípios vencidos, porquanto a subversão não removeu a causa do mal-estar social, que *só se suprime com a democracia econômica e com a ação educacional renovadora e profunda*. A característica específica da revolução está *no modo como os chefes entendem e prestigiam a educação das massas* (BRIQUET, 1935, p.249).

A argumentação do parágrafo acima abre-se para múltiplas discussões, contudo, cabe neste momento apontar a preocupação de Briquet com o tema da educação para as massas enquanto condição de uma revolução[272], assim como que denomina "democracia econômica". Trata-se de tema pertinente ao pensamento educacional na época, seja em sua forma soviética, seja no pensamento escolanovista brasileiro da década de 30.

Abaixo, o autor afirma que a "revolução científica é aceita com menor relutância por não interferir com o sentimento e por se demonstrarem objetivamente os seus postulados" (p.249). Nesse sentido, faz a diferenciação entre "conhecimento" e "crença", donde o primeiro seria "concreto e racional", enquanto o último "irredutível e inconsciente, não se modificando pela observação, experiência ou reflexão" (BRIQUET, 1935, p.250). Desse modo, a partir de Le Bon, conclui que no momento em que dado problema leva a antagonismos irreconciliáveis de idéias, opera-se no terreno da "crença" e não do "conhecimento".

Note-se que, desse ponto de vista, admite-se certa possibilidade de conciliação ao pensamento racional, onde aparentemente haveria acordo entre os postulados científicos. Desse modo, a revolução científica – descontextualizada até então - não se tornaria aversiva por não mobilizar "sentimentos" entre os cientistas. Por outro lado, a contradição estaria na esfera da crença, tomada enquanto não-racional e inconsciente. Nesse sentido, conclui Briquet que: "Atentando-se no caráter emotivo da crença, compreende-se a intolerância doutrinária, que levou COMTE a inscrever, como norma, a intransigência na teoria e a tolerância na prática" (p.250).

Ainda na discussão sobre "intolerância", o autor faz referência à perseguição política e à religião, sendo esta especialmente entendida como essencialmente "intolerante" por

---

[272] Data desta época a experiência do pedagogo ucraniano Anton Makarenko na colônia Gorki, idealizador de uma educação baseada na vida em grupo e na autogestão e que contribuiria, em certa medida, para o desenvolvimento e concretização dos ideais socialistas soviéticos. Seu lema, perante os educandos, era: "*Nunca mais ladrões nem mendigos: somos os dirigentes*". (RODRIGUES, J. P. Makarenko, pedagogo da escola socialista, **Diário Liberdade**, Ferrol, 19 ago. 2015. Disponível em: http://www.diarioliberdade.org/. Acesso em: 25 ago. 2015.)

conceber uma verdade absoluta a partir da fé e não sob a lógica racional. Sob o olhar destas correntes enquanto "extremadas", conclui:

> O indivíduo *criterioso ou bem equilibrado* desinteressa aos grupos extremados. Torna-se preciso grande fortaleza de espírito para esquivar-se uma pessoa às correntes da opinião pública no que apresentam de inconsciente e sádico. A força do agrupamento, muitas vezes, resulta tão só da fraqueza dos adversários. Durante o Terror, imperava a suspeita: mandava-se à guilhotina o inimigo antes que fizesse outro tanto (BRIQUET, 1935, p.250).

Deste modo, conclui esta parte com o exemplo de Robespierre no período do Terror na Revolução Francesa.

À frente, Briquet desenvolve tópicos referentes aos fatores que determinariam a "gênese" do processo revolucionário. O primeiro deles, a "desigualdade social", é desenvolvido pelo autor por uma perspectiva marxista, apresentando-se através da afirmação de que: "Enquanto não se suprimir o antagonismo entre capital e o trabalho – a revolução será o supremo recurso da reivindicação de classe (p.250)". Dessa maneira: "Cumpre proporcionar o advento de uma era de justiça universal, oferecendo a todos os homens os bens imanentes à vida: saúde, educação e trabalho" (p.250).

Note-se a importante referência do autor às bases concretas da revolução, ou seja, à contradição insolúvel entre capital e trabalho. Também, traz o entendimento da revolução como passagem para uma "era de justiça universal", onde saúde, educação e trabalho são compreendidos como elementos universais e imanentes à vida do homem.

Logo abaixo, mais uma vez a importância da educação no processo revolucionário é destacada da seguinte maneira:

> Como solução preliminar, avulta, integral e coletivo, o sistema de educação, assecuratório para todos, indistintamente, de condições idênticas de desenvolvimento físico e intelectual. Proporcione-se a existência única, onde se apaguem preconceitos destruidores da fraternização dos homens e se faculte ao proletariado a fruição dos bens que condicionam a felicidade humana (BRIQUET, 1935, p.251).

Note-se a defesa de uma educação que principie o ideal de uma sociedade igualitária, onde se realize a "existência única" enquanto princípio de uma sociabilidade universal e fraterna entre os homens. Cabe destacar a referência do autor à fruição do proletariado aos bens produzidos por si, ou seja, justamente ao princípio da "desalienação" humana.

Adiante na argumentação, Briquet realiza importante crítica à atual idéia de democracia, fazendo referência à realidade da educação brasileira:

> Sem entrar na apreciação dos aspectos psicológicos da democracia, é para notar-se que, em geral, a sua prática é mais fictícia do que real. Basta referir a percentagem de crianças, em idade escolar, que não têm matrícula nas escolas públicas no nosso país, para reconhecer quanto é utópica, ainda, a obtenção desse mínimo de igualdade humana (BRIQUET, 1935, p.251).

Note-se na passagem acima que o autor equivale, de forma radical, os conceitos de "democracia" e "igualdade humana", assim como evita a mera descrição psicológica dos efeitos da democracia nos indivíduos.

Por fim, faz a breve consideração sobre a tendência de ocorrerem revoluções mais agudas e profundas em sociedades mais conservadores, citando-se o caso russo como exemplo, em que tal sociedade passou por "evolução súbita" de um modo de produção para outro.

Briquet, então, dá seqüência ao desenvolvimento do segundo tópico, referente ao último fator de gênese da revolução, que seria o que nomeia por "incapacidade governamental".

> ...Praxe velha é reponsabilizar-se o governo por tudo que anda mal. É resíduo psíquico da fé infantil na influência do Pai-Todo-Poderoso.
>
> (...)
>
> Há, sem dúvida, governos responsáveis, quer pela obstinada intransigência, quer pela ambição, que os leva a adotar o lema *divide et impera*, dentro do qual fragmentam o bloco adverso, e aniquilam, individualmente, a cada um dos rivais (BRIQUET, 1935, p.252).

O autor dá destaque, nesta discussão, aos governos de déspotas, que aniquilam qualquer tipo de oposição ou adversidade. A repressão excessiva, que resulta na opressão, é entendida pelo autor como "ótimo fermento revolucionário" (p.252). Diferente de países como Irlanda e Índia, a Grã-Bretanha seria exemplo de gestão "temperada", sabendo lidar justamente com esse "fermento" e garantindo a sua mesma forma de poder desde o século XVII[273].

Assim, Briquet encerra esta discussão e inicia outra ao enumerar o que seriam os três "efeitos da revolução": a "incontinência verbal", a "usurpação da propriedade" e as "reações de sadismo". A primeira, na sua forma falada ou escrita, é entendida como "demonstração

[273] Esta acertada afirmação de Briquet foi também realizada por Hobsbawm (2004) ao referir que, dentre os poucos países que não sofreram abalo em sua democracia política na *Era da Catástrofe*, um deles foi a Grã-Bretanha.

inequívoca de ambiente revolucionário. Todos procuram exibir-se de uma ou outra forma" (BRIQUET, 1935, p.253), completa o autor. Já a segunda é apresentada da seguinte maneira:

> A *usurpação da propriedade*, igualmente por ser um o instinto do domínio e posse um dos mais reprimidos durante o período normal. *É a eterna miragem das classes que labutam e não auferem lucro do trabalho*; nem sequer lhes pertencem os instrumentos com que ganham o pão. Em volta de si, conforto e luxo. Compreende-se que, invertida a situação, *o primeiro impulso seja o de apoderar-se do que sempre lhes faltou* (BRIQUET, 1935, p.253).

Note-se que Briquet retoma a perspectiva da luta de classes, sobretudo na referência à reapropriação dos bens produzidos pela classe trabalhadora alienada. Adiante faz referência a exemplos de "usurpações" na Grécia e em Roma, para então concluir que a "transferência de propriedade é ressarcimento da miséria passada, do mesmo modo como o são a indisciplina e o desamor ao trabalho, cuja intensidade depende da extensão e prazo do movimento subversivo" (p.253).

Por fim, de forma breve, o autor faz referência às "reações de sadismo" através de exemplos na Roma Antiga, na chacina de São Bartolomeu e na Inquisição, destacando que a questão do "terror" apresenta-se tanto na política quanto na religião.

Ainda sob a evidente tendência de enumeração e tipificação, abaixo o autor caracteriza o que seriam quatro grupos (mais ou menos) heterogêneos que se constituiriam no processo revolucionário: "espírito fanático", "revolucionário", "jacobino" e "oportunista".

O primeiro, nomeado espírito fanático, é assim apresentado:

> Representa a *forma social do sentimento religioso*, assim como a mística representa a sua forma individual. Em um e outro encontram-se as mesmas reações psicológicas, embora sob aspecto vário. A diferenciação está na diversidade de pessoa. O místico, interiorizado, esquiva-se quanto possível à vida exterior, porque as tentativas de ajustamento custam-lhe agravos e dissabores. Em cada embate com o ambiente social, o seu *Eu* sofre diminuição (BRIQUET, 1935, p.254).

Este caráter "interiorizado" do místico, característico do espírito fanático, levaria-o à tentativa de unificar pensamento e ação a partir dos "processos" mentais do "exclusivismo" e do "proselitismo", onde qualquer divergência ou obstáculo do mundo exterior representaria um alvo a ser exterminado. Briquet cita Murisier na afirmação de que "consciente ou inconsciente (...) o fanático combate a divergência social" (p.254).

O segundo, nomeado espírito revolucionário, é apresentado da seguinte maneira:

> Invocam-se aqueles que, *em suas reações narcisistas*, se supõem eleitos para dirigir os destinos do país, ou os grupos que tiram vantagem da situação, ou, por fim, *todos*

> *os que, sem idéia consciente do que significam a revolução e seus efeitos, ignoram que não passam de meros reflexos do descontentamento geral*. Muito diminuto é o número dos que batem por um ideal, e que, movidos tão só pelo altruísmo, procuram a diretriz político-social mais acertada (BRIQUET, 1935, p.255).

Segundo esta definição, o indivíduo ou grupo sob a classificação de "revolucionário" reduziria-se a "reflexo" de um movimento de reivindicação geral, não sendo orientado consciente e racionalmente para a ação, senão por suas "reações narcisistas". Logo abaixo, o autor prossegue tal leitura sob a ótica da Psicanálise:

> A mentalidade do revolucionário *é produto de conflitos emotivos infantis que a psicanálise explica claramente*. Discutidor, sempre a protestar, embevece-se em fórmulas verbais, e diverge sempre que não é ouvido ou consultado. Eterno descontente, torturado na inquieta e desmesurada vaidade, nunca está satisfeito. Reclama sempre, não lhe escapando motivo para doestos e reparos. *É um inadaptado com a alma obsessa de idéias fixas*. Aparenta energia, mas é incapaz de resistir aos impulsos que o dominam. *Anima-o o espírito místico* que lhe oferece aso para violências, e tem-se na conta de grande reformador. Agita-se e torna-se chefe de movimento. Inclina-se, ora para um lado, ora para outro, porque precisa estar em oposição a um grupo, seja ele qual for. *Deslembra-se de que a transformação de idéias e costumes deve preceder à reorganização política e que, para modificar o coração humano, cumpre preliminarmente transformar-lhe a existência material* (BRIQUET, 1935, p.255)

Note-se que, novamente, Briquet explica determinado fenômeno grupal e social a partir da Psicanálise, caindo, entretanto, em um reducionismo psicológico ao fazer da descrição estereotipada do "revolucionário" um mero meio de justificação. Assim como no parágrafo acima, a figura do indivíduo ou grupo revolucionário é enquadrada na explicação pronta e fechada de uma Psicanálise que "infantiliza" determinado fenômeno social, além de aproxima a lógica social à individual.

Contudo, cabe destacar o final deste parágrafo em que Briquet aparenta defender uma posição materialista da realidade, concebendo a "transformação da existência material" como pressuposto da transformação do "coração humano", ou seja, do espírito humano. Todavia, caberia questionar se não seria mero recurso do autor para criticar (de forma acrítica) as formas de misticismo, tal como referido o "espírito místico" enquanto alimento do fanatismo do "revolucionário" em passagem anterior.

O terceiro, nomeado espírito jacobino, é apresentado por Briquet a partir de Le Bon:

> Descreveu-o bem LE BON como repousando sobre a tríade seguinte: raciocínio mínimo, paixão violenta e misticismo intenso. Todo jacobino é místico, eis a condição irredutível. *Supõe-se guiado pelo raciocínio, mas o é tão só pelo sentimento. Em vez de conservar-se dentro dos ditames da razão, adapta os fatos à sua crença*. Impregna os discursos de racionalismo, mas dele não se utiliza no pensamento e na conduta. Nunca se rende à evidência, por efeito de visão curtíssima que o impede de resistir a veementes instintos (BRIQUET, 1935, p.255-56).

Assim como na descrição do espírito fanático e revolucionário, outra vez o autor enquadra a descrição de determinado indivíduo ou grupo como dominado por "misticismo intenso", o que lhe determinaria consequentemente a incapacidade de pensar racionalmente e de forma objetiva. Note-se que, analogamente, é possível comparar esta forma de conduta como diametralmente oposta à conduta científica "correta" defendida pelo autor em capítulos anteriores, que seria da visão científica positivista – avessa a qualquer pensamento místico e não objetivo sobre a realidade. Tanto é que logo abaixo o autor considera o jacobino como aquele que apenas "apreende as relações superficiais, dando corpo e forma às suas idealizações. Não se preocupa com o encadeamento dos fenômenos e suas resultantes (...) Em devaneio perpétuo, avança desprendido da realidade" (BRIQUET, 1935, p 256).

No caso, seria este tipo de espírito que em política sofreria o mal da "mania reformativa". Tal como pressupõe Briquet, seria nesta "dificuldade de apurar os verdadeiros motivos dos males sociais (...) uma das razões da mania reformativa" (p.256). A incapacidade de buscar a "gênese" de determinado "mal social" implicaria na identificação de "causas fictícias" que levariam a resoluções também fictícias ou simplistas.

Por fim o quarto, nomeado espírito oportunista, é brevemente descrito em apenas dois parágrafos, reproduzidos integralmente:

> É o tipo bifacial, em constante malabarismo político. Inefável nos gestos, dilue o pensamento na tinta partidária dominante, esquiva-se a situações dilemáticas, e desmancha-se em explicações reservadas ou póstumas. Tira partido da confusão, explora os vultos emergentes e só enxerga interesse no dissídio e na luta.
>
> (...)
>
> Com ele corre parelhas o *delinqüente*, que se prevalece da irresponsabilidade coletiva para dar livre pasto a instintos sádicos (BRIQUET, 1935, p.256).

A partir desta definição, assim como a dos outros espíritos, delineiam-se concepções de "espíritos" - resultantes de um processo revolucionário – que parece não se diferenciar um dos outros. Nos quatro descritos há o ponto em comum da irracionalidade, expressa na irrepreensão dos instintos e no misticismo, assim como a subseqüente falta de objetividade e planejamento racional da ação e do pensamento. O revolucionário – em todas as suas formas descritas – parece se reduzir a mero reprodutor estereotipado de instintos infantis mal elaborados.

Por fim, Briquet inicia a parte final do capítulo e do livro através de uma divisão com asteriscos. Nas últimas duas páginas, o autor dedica-se à discussão sobre o "direito à

revolução", considerando-o "consectário iniludível da tirania e inépcia governamental" (BRIQUET, 1935, p.257). Em seguida, traz novamente o conceito de "luta de classe" para complementar sua análise afirmando que "as reivindicações de classe social foram sempre obtidas pela massa amotinada, vitoriosa ou ameaçadora" (p.257). A partir deste conceito, segue com a exemplificação histórica das conquistas sociais durante os governos de Caio e Tibério em Roma.

Logo abaixo, cita o *Jornal de Timon* de J.F. Lisboa que, segundo Briquet, trataria-se de "documento precioso para a história dos nossos costumes políticos, [em que] reconhece o direito de revolução, isto é, o ritmo evolutivo dentro da renovação social" (p.257). Até o final do texto faz citações deste documento, donde se verifica a defesa da revolução e seu entendimento enquanto momento de suposta evolução social, tal como na passagem reproduzida abaixo:

> ...a revolução é um fato dominante em toda a história da humanidade, e é mais que um fato constantemente reproduzido, é um direito fundado na justiça e necessidade, e na própria natureza do homem, que, amorosa *do bem e do aperfeiçoamento*, o leva a aborrecer, combater e vencer *o mal*, revelado sob os acidentes da opressão e de um mau governo (BRIQUET, 1935, p.257).

Ainda nesse sentido, Briquet segue na referência ao documento de J.F. Lisboa ao trazer a idéia de razão e história sob a ótica da revolução:

> *Negar a revolução é negar a um tempo a razão e a história*, isto é, o direito consagrado pela sucessão dos tempos e dos fatos, pela força e natureza das coisas, e pela marcha irresistível dos interesses, que afinal triunfam dessa imobilidade a que tão loucamente aspiram todos os partidos de posse do poder... (BRIQUET, 1935, p. 257-58).

Deste ponto de vista, Briquet realiza a última referência ao documento trazendo o que seria uma referência a um pensamento ora materialista, ora idealista no texto, ao afirmar que: "O fato material rebuça a idéia que triunfa" (BRIQUET, 1935, p. 258).

Sem realizar acréscimos ou considerações sobre suas citações, o autor encerra o livro com uma analogia do processo revolucionário à sua área de especialização, a obstetrícia:

> É essa a lição quotidiana da obstetrícia. Com efeito, durante a gestação, e especialmente no parto, prepara-se o organismo feminino, de maneira evolutiva, para a síntese final, criadora da vida humana, que é o nascimento da criança. Quando, porém, o seio materno não preenche os atos que lhe incumbem, e se refugia no esgotamento ou na desproporção feto-pélvica, isto é, na inércia ou dificuldade do desprendimento fetal, *intervém a cirurgia*, decisiva e sumária, para arrancar à morte mãe e nascituro (BRIQUET, 1935, p. 258).

O último parágrafo do livro revela aquilo que seria o olhar de Briquet, ou seja, do médico que se ocupa do pensamento social, daquele que vê uma sociedade saturada nas próprias contradições tal como o processo de gestação e amadurecimento do feto, ou do processo revolucionário tal como uma cirurgia que garantiria o andamento natural do processo evolutivo humano. Foram várias as passagens em que o autor trouxe a relação entre o que seria a "lógica social" e a "lógica biológica", resultado não apenas de sua formação em Medicina e de seu interesse pelo cunho "social", mas também de uma tendência do pensamento político da época que defendia a concepção de uma história que se fazia por si-mesma de forma natural.

11 ANÁLISE DO LIVRO

11.1 Da estrutura e temática

O livro *Psicologia Social* de Raul Briquet está estruturado segundo os critérios usuais de organização de manuais em geral, sobretudo os de Psicologia Social. A primeira parte é dedicada à introdução ao tema, com a definição da área em questão e de seu objeto. Também faz referência às outras áreas que lhe fundamentam, como a Psicologia em geral, a Sociologia e a Biologia.

A segunda parte é dedicada aos fatores que estão na base da interação social, sua "motivação" inicial, tal como o "instinto" e o "hábito". Em seguida, debate o que seriam as diferentes formas de identidade com o outro, tais como a "sugestão", "imitação" e a "simpatia", onde está implicado também o tema da "inteligência".

Por fim, na terceira parte, são referenciados os temas considerados "clássicos" nos manuais de Psicologia Social. Primeiramente, são discutidos os efeitos da interação social no capítulo "vida social", assim como seu impacto sobre a personalidade nos capítulos "eu social", "personalidade" e "adaptação social"; encerrando então com temas de maior complexidade como "preconceito étnico", "liderança", "opinião pública", "multidão" e "revolução".

Deste modo, o manual aborda o tema da interação partindo de suas bases elementares, na esfera particular, para as suas manifestações mais complexas, dentro de uma totalidade. Seus temas se aproximam de outros manuais escritos na época, tais como o *Social Psychology* (1931) de Kimball Young e *Introdução à Psicologia Social* (1935) de Arthur Ramos.

Este livro de Kimball Young, citado em algumas passagens no manual de Briquet, divide-se em três partes, começando antes com um prefácio e o primeiro capítulo nomeado "1) Personalidade, sociedade e cultura" (YOUNG, 1974). Assim, o livro inicia a primeira parte nomeada "*Algumas relações fundamentais da personalidade com a sociedade e a cultura*" (YOUNG, 1974), que contém os seguintes capítulos: "2) Protótipos animais da conduta humana"; "3) Cultura e personalidade"; "4) Impulsos e emoções"; "5) Alguns fatores da aprendizagem humana"; "6) Fundamentos e mecanismos da personalidade"; "7) O

surgimento do eu"; "8) Natureza da realidade sociocultural"; "9) Estereótipos, mitos e ideologias"; "10) Dominação e liderança".

A segunda parte, nomeada "*Alguns aspectos dos conflitos humanos*" (YOUNG, 1974), contém os seguintes capítulos: "11) O preconceito como fenômeno conflitual"; "12) Outras áreas do preconceito"; "13) Psicologia da revolução"; "14) Psicologia da guerra e da moral militar"; "15) A moral civil e outros problemas da guerra".

Por fim, a terceira parte, "*Conduta das massas*" (YOUNG, 1974), contém os capítulos: "16) Algumas formas de conduta das massas: multidão e auditório"; "17) A moda"; "18) Opinião pública"; "19) Os meios de formação de opinião"; "20) A propaganda"; "21) A guerra psicológica nas relações internacionais"; "22) Controle e poder".

Já o livro de Arthur Ramos, publicado meses depois do manual de Briquet, também está estruturado em três partes. A primeira parte, nomeada "*Os fundamentos da Psicologia Social*" (RAMOS, 2003), contém os seguintes capítulos: "1) A Psicologia Social: definição, objeto, relações"; "2) A biologia dos motivos: instintos e emoções"; "3) O hábito e a aprendizagem social"; "4) As estruturas instintivo-afetivas"; "5) As reações da personalidade".

A Segunda parte, "*A interação mental*" (RAMOS, 2003), contém os seguintes capítulos: "6) A sugestão"; "7) A imitação"; "8) A imitação: moda e costume"; "9) A simpatia"; "10) Interferência e conflito"; "11) Os desajustamentos psicossociais"; "12) A opinião pública"; "13) A censura e a propaganda"; "14) A liderança".

Já a Terceira parte, "*As estruturas psicossociais*" (RAMOS, 2003), contém os seguintes capítulos: "15) A vida dos grupos"; "16) O indivíduo e o social"; "17) A psicologia da cultura"; "18) A estrutura da mentalidade primitiva"; "19) A lógica afetiva e o pensamento mágico-simbólico"; "20) As esferas primitivas da realidade"; "21) A sobrevivência das estruturas primitivas".

Os três manuais seguem a mesma orientação em sua estrutura, partindo dos fenômenos mais particularizados aos mais abrangentes. Todos debatem o tema da interação fazendo referência à esfera instintivo-afetiva e do hábito, discutindo também a aprendizagem e a formação da personalidade. Também, têm em comum os capítulos dedicados ao debate sobre liderança, multidão, propaganda e opinião pública. O manual de Kimball Young, por ter

sido antecedido por outro sobre psicologia social[274] de sua autoria, não possui um caráter tão introdutório quanto os demais. Além disso, diferencia-se por trazer um capítulo sobre estudos comparativos (capítulo 2), controle e poder (capítulo 22), como também discussões aprofundadas em torno da cultura. Nesse sentido, o manual de Arthur Ramos, aproxima-se deste por dar maior resolução aos temas da Antropologia Cultural, como é evidenciado na terceira parte do livro ("as estruturas psicossociais").

Por outro lado, a despeito de suas diferenças, os manuais de Briquet e Ramos estão organizados de maneira quase idêntica, iniciando com uma introdução sobre o tema, seu objeto e sua área de investigação, para então debater em forma de capítulos os temas do instinto, hábito, aprendizagem, sugestão, imitação, simpatia, personalidade, liderança e opinião pública. No caso, o livro de Briquet contém capítulos exclusivos, como "preconceito de raça", "multidão" e "revolução". Também, é exclusiva de sua obra uma introdução ao pensamento marxista e aos temas de debate do socialismo, tal como a propriedade privada e a contradição entre capital e trabalho. Soma-se a isso a própria intenção por trás do livro, que foi de acordo com o projeto da Escola Livre de Sociologia e Política, a qual visava reunir um corpo científico organizado que colaborasse na formação de uma classe de intelectuais que se tornassem líderes futuros, cuja "missão" seria a de conduzir o país à modernização.

11.2 Dos autores

Mais uma característica que aproxima os manuais de Raul Briquet e Arthur Ramos são os autores contemplados, representantes, sobretudo, das escolas da gestalt, psicanálise, positivista, pragmatista, behaviorista ou comportamentalista. Destacam-se os clássicos W. James, P. Janet, W. Köhler, H. Spencer, W. Wundt, E. Durkheim, G. Tarde, S. Freud, G. Le Bon, I. P. Pavlov e E. L. Thorndike. Também são contemplados grandes compiladores de estudos, tais como Kimball Young, C. Ellwood, R.H. Wheeler e C. Murchison. Do livro de Briquet, a exclusividade é a referência a Augusto Comte (não referenciado em Ramos), o que mostra a evidente influência do Positivismo em sua obra.

---

[274]*Source Book for Social Psychology* (1927)

Dentre os autores mais citados na obra de Briquet, estão entre os clássicos (em ordem[275]): A. Comte, S. Freud, G. Le Bon, G. Tarde, I.P. Pavlov, E.L. Thorndike, W. James, P. Janet e W. Köhler. Já entre os compiladores, estão em ordem: R.H. Wheeler, C. Ellwood, G. Murphy e K. Young. Os cinco autores mais citados no geral são em ordem: R.H. Wheeler, A. Comte, C. Ellwood, S. Freud e G. Le Bon. Deles é possível inferir a tendência do pensamento do autor do manual, que parte principalmente das influências do Positivismo e da Psicanálise; além da Gestalt por meio de Wheeler e dos estudos sobre multidão e revolução de Le Bon. No caso, Charles Ellwood, é o mais próximo do contexto de Raul Briquet, por ter defendido a cientificidade da Sociologia e seu papel na superação de problemas sociais, além de conceber a educação como meio para a evolução de determinada sociedade; somado a isso, entendia a consciência individual como resultado da interação entre hereditariedade e meio social, debate recorrentemente abordado no manual analisado neste estudo.

11.3 Categorias de análise

Destas influências teóricas e de todo o conteúdo do manual, é possível coligir algumas categorias que são comuns em todo o tecido da obra. Estas categorias podem ser definidas por sua freqüência ao longo do livro, enquanto temas que são abordados diretamente pelo autor ou que são inferidos a partir de suas reflexões no decorrer dos capítulos.

Separar o texto a partir de categorias (noções e tendências pertinentes na obra) justifica-se ao permitir que se visualize de maneira mais acurada suas disposições e intenções, superando algumas das contradições entre teorias e pontos de vistas resultantes de uma exposição em formato de manual. Deste modo, a organização dos elementos constantes em seus escritos serve como meio pertinente para a compreensão do pensamento de Raul Briquet naquele manual.

No caso, as categorias em questão podem ser elencadas em noções/temas que aparecem no livro tais como: *indivíduo*; *sociedade*; *relação indivíduo e sociedade*; *educação*; *ciência* e *psicologia social*.

Estas noções elencadas são encontradas em quase todos os capítulos do manual e, na maioria das vezes, entrelaçam-se por tratarem de um mesmo fenômeno. Todavia, a análise

[275] Do mais citado ao menos citado.

destas categorias será realizada individualmente, conforme seu desenvolvimento particular no conjunto da obra:

11.3.1 Indivíduo

A noção de indivíduo em Briquet pode ser apreendida a partir dos elementos discutidos em onze dos vinte capítulos que compõem o livro.

No capítulo II, “Subsídio da Biologia”, na conclusão, o autor traz a definição de “indivíduo” que praticamente se mantém pelos demais capítulos, que seria enquanto resultado do encontro entre herança e meio, em que o primeiro daria os limites potenciais de seu desenvolvimento e o segundo a possibilidade de desenvolver esta potencialidade ou não. Briquet ainda acrescenta que deveria ser desconsiderada qualquer teoria que não os conjugasse, ou seja, que privilegiasse exclusivamente um desses fatores em detrimento do outro.

No capítulo III, “Subsídio da Psicologia”, na seção sobre a Psicologia da Gestalt, situa-se o indivíduo como parte de um todo organizado, seja na sociedade ou no grupo. Trata-se do recorte fundamental da Psicologia Social, que é o de conceber o indivíduo dentro de uma totalidade.

Nesse sentido, a própria personalidade do indivíduo é entendida como um todo organizado, e não como a somatória de traços separados e mensuráveis em tabelas e escalas. Suas partes teriam suas propriedades derivadas do todo, portanto, seriam resultado da organização da sociedade. Seu comportamento frente ao meio só poderia ser investigado levando-se em conta o que este representa a ele, ou seja, como ele organiza sua experiência, seu todo dinâmico. Indivíduo e meio, assim, seriam “todos dinâmicos” em interação.

Na seção sobre as “Leis da Natureza Humana”, Briquet defende que o indivíduo (ou “o homem”) deveria ser concebido enquanto condicionado às leis da energética e da dinâmica, como uma “unidade funcional”, não podendo, todavia, ser reduzido a uma máquina. O princípio desta afirmação está na crença de que se o homem faz parte da natureza, estaria então seu comportamento condicionado às mesmas leis naturais. Desse modo, sob a mesma lógica, o “princípio do menor esforço” se aplicaria tanto à física dinâmica quanto ao comportamento humano, sobretudo à concepção de “vontade” humana, entendida como

“energia organizada” que obedece às leis dinâmicas do movimento dos objetos. Quanto ao “conservadorismo” do indivíduo, esse seria explicado pelo “misoneísmo”, ou seja, o princípio físico ancorado na inércia e na conservação de energia. No capítulo XIV sobre a “personalidade” esta concepção de indivíduo como um “sistema de energia” é retomada, argumentado-se o quanto um sistema estruturado em “tensão mínima” levaria à dificuldade de “ajustamento social[276]”.

No capítulo V sobre o “instinto” retoma-se a problemática entre herança e meio, traduzida na oposição entre instinto e hábito. O indivíduo é entendido como condicionado a instintos diversos, tais como o sexual e o parental, responsáveis segundo o autor pela consolidação do núcleo familiar. O instinto sexual seria diferente no homem e na mulher: no primeiro, daria sua condição de catabolismo, de dispersão; na segunda, de anabolismo e do agir pela emoção, apesar de, ressalva o autor, possuir “cultura idêntica” ao do homem.

Com base em Ellwood, o autor defende uma definição de instinto que seja dependente do meio e da consciência do indivíduo. Nesse sentido, o instinto seria algo modificável. Por outro lado, no capítulo X sobre “simpatia”, o autor refere-se aos fatores “meio” e “herança” como extrínsecos ao indivíduo, portanto, independentes de sua determinação.

Já no capítulo VIII sobre a “sugestão”, no último parágrafo, Briquet parte de Wheeler para afirmar que o indivíduo não seria “vítima passiva da influência que o outro sobre ele exerce. Pelo contrário, colabora ativamente, quer na vida normal da sociedade, quer durante o transe hipnótico” (BRIQUET, 1935, p.134).

Em consonância, no capítulo XII, “Grupos Sociais”, o autor parte de Chapin para afirmar que os indivíduos “mais hábeis e sagazes (...) ensinam os meios de tornar a vida social mais eficiente” (BRIQUET, 1935, p.157), portanto, seriam divididos entre “superiores” e “inferiores”, dentre os quais, os primeiros seriam os líderes. No capítulo XI sobre “inteligência”, o autor encerra com a afirmação de que se deveria considerar o “critério impessoal e o objetivo indeclinável na seleção daqueles que deve[ria]m colaborar no progresso e felicidade do país” (BRIQUET, 1935, p.156). Nesse sentido, no capítulo XVI, “Preconceito de Raça”, o autor fala de diferentes “faculdades culturais” entre as raças, que levaria à divergência em sua “organização mental”, conforme as condições geográficas e culturais.

---

[276] Trata-se do germe de idéias que persistem atualmente como “resiliência” e “inteligência emocional”.

Um importante capítulo na compreensão da noção de "indivíduo" para Raul Briquet é o capítulo XIII, "Eu Social", em que o autor define o indivíduo como aquele que é condicionado biológica e socialmente "em igual extensão", atribuindo a configuração (forma e qualidade) da individualidade como resultado dos contatos sociais do indivíduo e a possibilidade de realização desta individualidade enquanto determinada pela estrutura biológica herdada do organismo.

Noutro momento, define o Eu social como resultado do "*intercâmbio entre indivíduo e grupo*", e completa, levando em conta a complexidade do comportamento humano – entendido como um todo unificado em modificação - que o "indivíduo de hoje não é o mesmo de amanhã" (BRIQUET, 1935, p. 171). Nesse sentido, Briquet situa o indivíduo em uma totalidade dinâmica e, portanto, histórica. Nesta passagem, seria a primeira vez no texto em que o autor concebe o que seria um indivíduo "histórico", apesar de não se referir propriamente a este termo. Noutra passagem, cita Wheeler para afirmar que o "conteúdo emotivo" que embasa o comportamento humano é condicionado socialmente. Sobre a relação entre o indivíduo e suas emoções, no capítulo XIX sobre "multidão" concebe-se o fenômeno da "sugestão" como "fenômeno psíquico e irredutível, fator fundamental na vida psíquica do homem" (BRIQUET, 1935, p.237), portanto, de sua sociabilidade.

No capítulo XVII sobre "liderança", Briquet sofistica a idéia do indivíduo como aquele resultante do condicionamento "em igual extensão" da herança e do meio, assim como seu papel de agente histórico, referindo-se ao mesmo como resultado "*do jogo de certas formas fisiológicas e infra-sociais"*. A "ação recíproca" entre o indivíduo e o meio social seriam os responsáveis pela "evolução social". Nesse sentido, sem o impulso do indivíduo "a comunidade fica[ria] em estagnação" (BRIQUET, 1935, p.220). Ainda nesse capítulo, define o "homem superior" como aquele "*resultante do movimento social*" (*ibidem*, p.124), ou seja, aquele que sintetiza, em sua particularidade, as aspirações do universal. Este movimento se exemplificaria nas "invenções simultâneas" que ocorreram na história da humanidade em diferentes regiões, explicadas pelo autor como "identidade nas condições do ambiente e da evolução intelectual" (p.221).

***

O que se poderia apreender, em termos gerais, da noção de "indivíduo" em Raul Briquet seria daquele que é resultante da determinação em "igual extensão" da herança e do meio. A herança, entendida como sua carga biológica e um jogo de formas fisiológicas,

traçaria o limite potencial deste indivíduo. Já o meio, entendido como a sociedade, o grupo ou a cultura enquanto “todo dinâmico” e um jogo de formas infra-sociais, realizaria ou não esta potencialidade. No caso, a Psicologia Social como ciência cujo objeto estaria entre a Biologia e a Sociologia, deveria necessariamente considerar estas duas dimensões extrínsecas ao indivíduo.

Apesar de se diferençar dos animais, sobretudo pela dimensão da cultura, o indivíduo em sua condição de pertencer à natureza estaria submetido às suas leis gerais, assim como a sociedade. Nesse sentido, enquanto “unidade funcional”, obedeceria às leis da dinâmica em seu funcionamento psíquico, portanto, a lógica do mundo físico daria as bases da lógica do indivíduo, segundo leis “naturais” cuja natureza e filiação não seriam modificáveis pela ação humana.

Enquanto submetido a instintos - que não seriam “independentes” do meio e da consciência – o indivíduo se diferenciaria nas especificidades do sexo (homem “catabólico” e mulher “anabólica”) e formaria as suas instituições (tal como a família a partir dos instintos parental e sexual, e a propriedade privada a partir do instinto nutritivo), tendo em vista, que estes instintos seriam modificáveis socialmente (apesar de não ser desenvolvida qualquer consideração sobre esta dinâmica).

Herança e meio seriam considerados fatores extrínsecos ao indivíduo, apesar deste colaborar ativamente na vida em sociedade e ter consciência de seus instintos, não sendo, deste modo, uma “vítima passiva” da influência de um “outro”. Ora, uma análise mais atenta sobre estes pontos mostra que a noção de um indivíduo determinado por fatores da qual não tem controle - como o biológico e o social - revela exatamente a posição na qual Briquet põe a Psicologia Social, ou seja, não concebida como uma ciência autônoma, situada errantemente entre os métodos da Sociologia e da Biologia, reduzindo-se à mera investigação acessória das ciências sociais.

Contudo, esta dupla determinação “em igual extensão” sobre o indivíduo também revela a peculiar importância dada ao papel da biologia, da hereditariedade, em seu comportamento. Uma análise mais atenta também revela que o autor publicou um manual de Psicologia Social - portanto, de uma psicologia não restrita ao âmbito individual, mas voltada à dimensão grupal, social, cultural, etc. - para revelar no final a importância da esfera biológica sobre o indivíduo, cuja determinação teria a mesma amplitude das forças sociais em geral. Não é à toa esta apologia da esfera biológica, tendo-se em vista as mediações que

compuseram a formação de Briquet, enquanto médico sanitarista, sob o paradigma evolucionista, além da sua expressa crença nos princípios do positivismo, ou seja, segundo uma concepção de indivíduo a partir de leis naturais, com a premissa epistemológica da identidade entre o método das ciências sociais com o das ciências da natureza.

Além disso, concebe-se que a ação recíproca entre indivíduo e sociedade levaria ambos à evolução pela mediação da inteligência. Conseqüentemente, formar-se-iam homens "superiores" e "inferiores", onde os primeiros deveriam ocupar os altos postos de comando da hierarquia social, enquanto os últimos a base, tendo-se em vista o objetivo de se alcançar uma sociedade justa, meritocrática e racionalizada. O "homem superior" seria o representante universal das particularidades, aquele que sintetizaria a aspiração do grupo em sua singularidade de "líder", que "conduziria" a sociedade à modernização por sua inteligência superior. Ora, esta crença embasava toda uma ideologia predominantemente defendida pela elite da década de 30 que, como evidenciado em capítulos anteriores, foi difundida através de importantes documentos, tal como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, o *Manifesto da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo* (e em seu texto integrado, *Rumo à Verdade* de Roberto Simonsen), além de compor também uma das premissas fundamentais dos famosos "princípios da administração científica" de Frederick Taylor que se destinaram à racionalização da produção industrial.

A apologia do "homem certo no lugar certo" a partir de suas aptidões naturais buscava, sob o argumento do progresso, a justiça social com base na desigualdade "natural" dos indivíduos (e não na econômica ou social), o que supostamente daria legitimidade a um discurso orientado na defesa da meritocracia e à crença em uma democracia fundada na biologia. Portanto, duas premissas orientavam este pensamento: a necessidade de uma sociedade hierarquizada e a diferença entre os indivíduos pautada por sua dimensão natural e biológica. Como já visto, no contexto do entre-guerras estes também foram alguns dos princípios do fascismo em sua idealização de um Estado orgânico, em que cada indivíduo comporia de maneira funcional as partes de um "todo" que estaria acima deles.

11.3.2 Sociedade

A noção de "sociedade", referida constantemente pelo autor como "meio social", também pode ser situada em passagens de onze capítulos do livro, encontrando seu principal

contorno no capítulo IV “subsídio da Sociologia”. Neste tema também será inclusa a definição de “cultura”, que também entraria na noção de “meio social” em Briquet.

Uma primeira conceituação é realizada no capítulo III, “Subsídio da Psicologia”, em que Briquet aproxima a “lógica” do indivíduo à da sociedade, concebendo esta também segundo as leis da dinâmica, ou seja, conforme a “lei do menor esforço” e como um “todo dinâmico” que está submetido a um jogo de tensões. Nesse sentido, concebe-se que a tensão no grupo é diretamente proporcional ao seu “índice cultural”, onde “o civilizado está sob constrangimento maior do que o selvagem, [e] o letrado tem de enfrentar mais conflitos do que o inculto” (BRIQUET, 1935, p. 50). Outro exemplo estaria no “anormal” e no “delinqüente”, que causariam tensões no grupo por não se conformarem às suas normas. Deste modo, o isolamento social destas figuras seria justificado como meio de “descarregar as tensões” do grupo.

O capítulo IV, “Subsídio da Sociologia”, compreende parte fundamental para a apreensão da noção de “sociedade” em Briquet. Nele aparecem as idéias de “organismo social”, “ordem e progresso”, “condições de existência”, “consenso” e “harmonia social”.

Primeiramente, é apresentada a idéia de que todo o progresso humano, político, moral e intelectual – ou seja, o respectivo “estado de civilização” – é acompanhado de um progresso material, segundo o “curso natural dos fenômenos humanos”. Nesse sentido, seria a “subordinação” desses fenômenos às “leis naturais” da sociedade que garantiriam a “ordem” e a “harmonia” social. Portanto, apresenta-se uma idéia de “totalidade” que representaria o conjunto das leis naturais de determinada sociedade e que configuraria o desenvolvimento de suas inúmeras esferas no decorrer da história.

Em seguida, Briquet traz as noções de “condição de existência” e “movimento social” ao apresentar os estudos de estática e dinâmica social, que se ocupariam destas esferas respectivamente, representadas pela “ordem” e pelo “progresso”. A primeira pressuporia a sociedade tal como um organismo vivo, composta por partes, com funções específicas, e que entrariam em relação “mútua” e “harmônica” para o funcionamento total do corpo. A segunda pressuporia, a partir desta mutualidade das partes, a sua “solidariedade” e “consensualidade”, que levaria ao movimento progressivo de mudança. Se a primeira parte do modelo da anatomia, a segunda toma de empréstimo o modelo de “movimento” da física mecânica.

A partir destes conceitos, o autor aprofunda a discussão sobre os elementos que constituem a sociedade do ponto de vista da relação entre suas partes com a totalidade. No

caso, da relação entre as instituições (sociais, políticas, jurídicas, etc.) e o "estado correlato de civilização" que seria de predominante "solidariedade": uma *solidariedade determinada*. Nesse sentido, segundo o autor, "a concepção da harmonia social dá o fundamento teórico da ordem política, espiritual e temporal. Induz a encarar a ordem artificial e deliberada como simples prolongamento da natural e involuntária, para a qual tendem sem cessar as diferentes sociedades" (BRIQUET, 1935, p.83). Esta tendência seria a evolução da atividade intelectual, moral e física da humanidade como um todo.

Se a esfera da ordem revela as "leis da coexistência", a do progresso revelaria as "leis de sucessão", ou seja, pressuporia que a evolução dos diferentes estados de civilização teria como fundamento uma concatenação determinada, em que o antecedente seria o propulsor do seu sucessor.

Deste modo, a "sociedade" seria definida pela sua dupla condição de ordem e progresso. O primeiro representado pela harmonia de suas partes e a segunda pela sua modificação a partir de um movimento consensual. Este consenso seria garantido pela interdependência das instituições que compõem a sociedade com o seu atual estado de civilização, relação esta "sempre determinada", como destaca o autor. Acrescenta-se a esta determinação o movimento das "tendências espontâneas" da sociedade que levariam ao "natural" estado de "ordem", ou seja, a uma "ordem espontânea", representante do movimento absoluto da evolução da humanidade. Este movimento absoluto rumo ao constante progresso ocorreria segundo a determinação linear de suas séries sociais, em que a mais simples e anterior determinaria a mais complexa e superior, assim como citado anteriormente. Conforme o capítulo XIV sobre "personalidade", também a evolução biológica estaria condicionada à evolução das sociedades e seus respectivos progressos material e espiritual.

No capítulo V, Briquet reflete sobre a constituição de determinadas instituições sociais por outra perspectiva, a do "instinto". No caso, trata o instinto como universal na humanidade e como a base das relações sociais, levando-o a considerar o regime de propriedade de determinada sociedade como possivelmente resultante dos instintos "nutritivo" e "gregário". Do mesmo modo, pensa os instintos "sexual" e "parental" como a base da família e da organização social respectivamente. Além disso, retoma a famosa tese de que a civilização repousa na sublimação e no controle dos instintos. Se no capítulo anterior a perspectiva sobre a sociedade residia na totalidade, neste parte-se da particularidade para se pensar a ordem social.

No capítulo VI sobre o “instinto agressivo”, o autor mantém este ponto de vista entendendo que a “luta é imanente à vida social” (BRIQUET, 1935, p.108), assim como o mecanismo da projeção que faria parte das relações sociais; entretanto, na parte final, afirma que com a mudança das condições sociais seria possível a “transformação” desses impulsos.

Nos capítulo VIII sobre “sugestão” e IX sobre “imitação”, Briquet concebe a “sociedade” como resultado da inter-relação mental entre os indivíduos, ou seja, a partir de sua unidade psíquica. Com base em Gabriel Tarde, traz a fórmula “*sociedade = relação inter-individual = imitação*”, considerando a imitação como parte do movimento universal da repetição (encontrado também no mundo orgânico e inorgânico). Nesse sentido, “imitar novidade é moda, repetir padrões em vigor constitui convenções, e reproduzir o passado forma o costume” (BRIQUET, 1935, p. 136).

Já no capítulo XI sobre a “inteligência”, debate-se o conceito de “cultura” como fator que explicaria a “natureza da sociedade humana” e o “desenvolvimento da vida social”. No caso, estaria também submetida ao processo de “evolução” tal como no mundo orgânico. Submetido a ela estaria o “grupo social”, debatido no Capítulo XII, cuja definição seria “toda reunião de indivíduos espiritualmente solidarizados” (p.157). Os “padrões culturais” de determinado grupo social seriam seu patrimônio tradicional, responsáveis por sua regulação moral. Nesse sentido, a diferença cultural levaria à já referida diferença nas “faculdades mentais” de determinada raça, podendo haver culturas superiores “em certos aspectos” a outras.

***

Se a missão da Psicologia Social nesta época seria a de compreender o comportamento social no contexto histórico de então - que se caracterizava pela fragilidade das instituições democráticas e do liberalismo enquanto um sistema de valores que garantiria a racionalidade da sociedade moderna - o conceito de “sociedade” presente no manual e da qual partia aquela ciência parecia mais mistificar a realidade social da época do que determiná-la efetivamente.

Assim como o indivíduo, a sociedade era entendida através de um modelo emprestado das ciências naturais; portanto, submetida às leis naturais arbitrárias da evolução da civilização, cuja natureza e filiação não poderiam ser modificadas, senão conduzidas e orientadas para o bem estar social. Nesse sentido, a sociedade também obedeceria às leis universais da dinâmica como, por exemplo, a “lei do menor esforço”, e se constituiria

enquanto um “todo dinâmico”, caracterizado pelo jogo de tensões, diretamente proporcionais ao nível de evolução cultural de determinada sociedade.

A dupla orientação à “ordem” e ao “progresso” também estaria como fundamento da noção de sociedade. A esfera da “ordem” representaria as chamadas “condições de existência”, tomando de empréstimo o modelo da anatomia para entender a sociedade como um organismo vivo composto por partes que funcionariam em harmonia segundo suas “leis de coexistência”. Já a esfera do “progresso” representaria o “movimento social”, tomando de empréstimo o modelo da física na compreensão do movimento dos corpos, em que o desenvolvimento de determinada civilização prepararia as condições para a evolução de sua sucessora, portanto, conforme um movimento evolucionário consensual segundo “leis de sucessão”. Harmonia e consenso revelariam as tendências espontâneas da história evolutiva da humanidade, possíveis através da interdependência das instituições com o estado de civilização de determinada sociedade, ou seja, com sua totalidade.

A orientação destas concepções de sociedade - segundo “leis naturais” imutáveis e constituídas a partir da “harmonia” e do “consenso” - revelam os traços da concepção burguesa da realidade social apoiada em sua principal proposição teórico-metodológica: o Positivismo. Ao explicar a lógica social pela lógica da natureza, reduz-se a dinâmica social a leis naturais, cegas e abstratas, ou seja, deduz a partir do discurso científico legitimamente válido da biologia ou da física a alienação dos indivíduos em relação à produção de suas condições de existência. Esta naturalização da sociedade leva ao apagamento do sujeito histórico, que se vê anulado frente à redução da ordem “deliberada” e “artificial” como mero prolongamento de uma ordem “natural” e “incontrolável”. Desta maneira, esta concepção positivista, de forma redundante, constata aquilo do qual serviu como seu ponto de partida: uma sociedade cega fora do controle dos homens, ou seja, resultado da alienação. Esta redundância decorre do fato da ciência burguesa partir, em suas investigações, da realidade em sua manifestação aparente, em sua forma fetichista de objetividade (LUKÁCS, 2003), que lhe apresenta como “evidente” a cisão entre indivíduo e sociedade. Esta antinomia serve-lhe de ponto de partida, orientando deduções de relações abstratas conforme o modelo das ciências da natureza, para se chegar como resultado a nova antinomia, constatando-se pelo formalismo a alienação da práxis social e o apagamento do sujeito frente às forças naturais e sociais. Natureza e sociedade se tornariam, portanto, equivalentes abstratos (HORKHEIMER & ADORNO, 2006), unidimensionalidades sob a mesma lógica da identidade.

Do mesmo modo, a concepção da sociedade do ponto de vista da harmonia, do consenso e da solidariedade só poderia se realizar através de lacunas, ou seja, pela ocultação ideológica da verdadeira práxis social realizada sob a dominação dos homens, da luta de classes, do conflito e da contradição. Analisando-se dialeticamente, seria a ocultação e ao mesmo tempo a revelação da práxis, de sua própria práxis, daquela que lhe "aparece" pela constatação científica da alienação como fenômeno "natural". Aliás, fenômeno natural e "normal", visto que o processo revolucionário seria entendido como manifestação "patológica" da sociedade.

A partir da análise do livro, também seria possível compreender o desenvolvimento da sociedade através das categorias da *particularidade* e da *totalidade*.

Do ponto de vista da particularidade, a sociedade poderia ser entendida sob dois sentidos. A partir da esfera dos instintos, ou seja, como resultado da sublimação destes e enquanto um campo de "luta"; ou então, como resultado da inter-relação mental de indivíduos, como unidade psíquica, que seria reflexo do movimento universal de repetição presente tanto no mundo orgânico, quanto no inorgânico. Ambos os sentidos são concebidos de maneira não dialética, portanto, ora enquanto oposições, ora enquanto reconciliações, ambas deduzidas de maneira abstrata. Ainda neste ponto, a cultura, resultado da inteligência humana em evolução, formaria os já mencionados "padrões culturais", que por sua vez determinariam – enquanto reguladores morais – o que seriam as faculdades mentais de seus membros, suas "faculdades culturais", podendo estas serem "superiores" ou "inferiores" na comparação entre as raças.

Já do ponto de vista da totalidade, a sociedade, entendida a partir de modelos emprestados da física ou da anatomia, seria concebida sob variáveis e leis universais que comporiam seu "funcionamento"; entretanto, como já mencionado, o elemento essencial da história ficaria ocultado. Quando citada no texto, a história relacionada à sociedade seria a história natural, imutável em sua natureza, modificável apenas pela evolução que a princípio independeria da atividade direta do ser humano.

Independente do ponto de partida, da totalidade ou da particularidade, a definição de sociedade tomaria de empréstimo modelos universais de outras realidades estranhadas. Não haveria diferença entre os pontos de partida, nesse sentido, pois ambos são postos sob a mesma lógica: a natural. O olhar dado a partir da física ou da biologia, ao invés de servir de apoio para a explicação da sociedade em seu funcionamento enquanto tal, segundo suas

próprias determinações, explica antes o movimento de um “outro” estranhado, que “é” e, ao mesmo tempo, “não é” a sociedade em-si.

11.3.3 Relação indivíduo e sociedade

A relação entre indivíduo e sociedade pode ser apreendida pelas noções apresentadas anteriormente de “indivíduo” e “sociedade”. Todavia, há passagens em dez capítulos do livro em que Briquet trata especificamente da relação entre estas duas esferas, seja pelo choque entre herança e meio, seja pela idéia de “interação”, etc.

A primeira passagem está no capítulo III, “Subsídio da Psicologia”, em que Briquet descreve a “lei do menor esforço” para se pensar o indivíduo e a sociedade, concebendo então as situações de desajustamento social – em que o indivíduo não se conformaria às normas do grupo - como um estado de “tensão” que poderia ser de intensidades variadas. No capítulo IX sobre “imitação”, o raciocínio segue neste sentido, quando o autor afirma, a partir de Wheeler, que “a gente se conforma com ideais e objetivos do grupo, assim como se adapta às suas ações, para sofrer o mínimo de constrangimento e conflito” (BRIQUET, 1935, p.141). Deste modo, a relação entre indivíduo e sociedade seria entendida pelo ponto de vista da tensão ou do conflito.

No capítulo V sobre o “instinto”, concebido como a “base das relações sociais”, o autor descreve o caso de uma tribo cujo regime de propriedade não era privado, mas coletivo. Questiona-se então se esta condição seria devido ao “instinto gregário” ou por influência das “tradições sociais” e do “exemplo”. Para Briquet, a princípio não haveria contradição na determinação de uma instituição social a partir da esfera do instinto ou da cultura.

Noutro momento deste capítulo, refere-se a instintos de ordem “pessoal” e “social”, em que os primeiros seriam superiores e dominariam os segundos; portanto, “a vida familiar deve[ria] ser a escola da vida coletiva e servir de modelo a esta, e não a recíproca” (BRIQUET, 1935, p. 105). Dessa relação, afirma, a partir da idéia de “inteligência superior” em Comte, que apenas “as faculdades afetivas são profundamente ativas e a sua preponderância fixa a direção e fim do estado social. Os pendores sociais são, simultaneamente, os únicos adequados para produzir e manter a felicidade pessoal” (p. 105).

Desta maneira, o autor concebe a relação entre indivíduo e sociedade, ou entre particularidade e totalidade, por uma dupla determinação "simultânea".

Em seguida, refere-se a um "antagonismo" responsável pela luta entre o espírito de ordem e o de progresso, em que o primeiro "inspirar-se-ia" nos instintos de ordem pessoal e o último na "combinação da atividade intelectual com os [instintos] sociais" (p.105). A vida "individual" seria resultado da preponderância dos instintos pessoais, a "doméstica" pela simpatia, enquanto a vida "social" pela preponderância do intelecto. A moral se desenvolveria, desse modo, em três momentos: individual, doméstica e social.

Nesse sentido, o choque entre a esfera individual e a social seria responsável pelo progresso da sociedade. No capítulo XI sobre a "inteligência", afirma-se que com o estabelecimento da "vida em grupo, começa o homem a disciplinar a conduta individual, e, com isso, progrediram, paralelos, a inteligência, a emoção e o comportamento social" (BRIQUET, 1935, p.151).

No capítulo IV, "Subsídio da Sociologia", traz-se a noção de "perfectibilidade humana" como "a harmonia entre o desenvolvimento das faculdades do homem e as circunstâncias que dominam a sua existência" (BRIQUET, 1935, p.86). Segundo essa "harmonia" explicar-se-ia a existência dos "gênios", que seriam o resultado do estado do saber do seu tempo.

Novamente no capítulo IX sobre a "imitação", Briquet retoma a relação indivíduo e sociedade do ponto de vista da oposição, de dois lados, em que um seria "*o sistema neuromuscular que possibilita o discernimento e desejos*", enquanto o outro seria "o ambiente social de costumes e pontos de vista" (BRIQUET, 1935, p.142). Deste modo, concebe que a similaridade entre sociedades distantes seria possível a partir de "instintos", "capacidades intelectuais" e "desejos" iguais em contexto cultural evolutivo comum. Num pólo, o indivíduo com instintos, desejos e intelecto de acordo com a raça, no outro, seu meio social desenvolvido conforme as regras da evolução.

No capítulo VII sobre "sugestão", esta é entendida como meio de "inter-ação" entre os indivíduos, sendo esta a primeira conceituação da relação entre indivíduo e grupo a partir da idéia de "interação". No capítulo XVIII sobre a "opinião pública", a idéia de interação é retomada para a definição deste conceito, entendida "pela inter-ação dos vários conceitos individuais;[portanto] está para o grupo como a opinião pessoal para o indivíduo" (BRIQUET, 1935, p. 228).

Já no capítulo XIII sobre o “eu social”, em passagem já mencionada, o autor define-o “não (...) em função do sistema nervoso (Eu biológico), nem da consciência (Eu psicológico), senão do intercâmbio entre o indivíduo e o grupo” (BRIQUET, 1935, p. 172). Outro sentido é apresentado no capítulo XIX sobre “multidão”, em que esta é definida quando “a pessoa perde a individualidade no grupo; é o que acontece ao desaparecer a estabilidade estrutural do grupo” (BRIQUET, 1935, p. 235).

Todavia, o capítulo XIV sobre a “personalidade” é de fundamental importância para a apreensão da relação entre indivíduo e sociedade em Briquet. Nele descrevem-se as “leis da personalidade”, que se configurariam conforme os princípios da Gestalt:

A primeira lei, “o todo é maior que as partes”, concebe a sociedade como o “todo” e as personalidades como as “partes” que lhes constitui, entendendo-se assim que “a natureza humana, fenômeno do grupo e não do indivíduo, só se desenvolve em sociedade, indispensável para a estruturação dos padrões de comportamento” (BRIQUET, 1935, p. 190). Deste modo, é possível compreender a “natureza humana” como resultado da interação entre indivíduo e grupo. Além disso, o autor acrescenta a propriedade comum dos grupos, que seria a de apresentar características que lhe são próprias e que estariam para além da soma de suas partes, das características de suas personalidades individuais.

A segunda lei, “as propriedades das partes decorrem das do todo”, parte de um princípio basilar na Psicologia Social que é o de entender as características da personalidade como as do seu grupo social. Nesse sentido, “todos os aspectos da conduta humana, intelectual, emotiva e sensorial, modelam-se de acordo com os padrões da atividade coletiva” (BRIQUET, 1935, p.191). Apesar de utilizar este princípio para soluções de cunho higienista ao desenvolvimento infantil, Briquet apresenta, nesta passagem, uma teorização importante na compreensão do impacto das forças sociais, enquanto totalidade, sobre o desenvolvimento do indivíduo enquanto particularidade. Não é à toa que conclui que: “Pelo produto avalia-se o produtor” (p.191).

A terceira lei, “o todo governa as partes”, também traz fundamento chave à Psicologia Social, que é o de conceber o indivíduo a partir da sociedade, sendo impossível pensá-lo abstraído dela. Deste modo, “o êxito social do indivíduo decorre da relação dinâmica com o grupo; procede dentro das leis e preceitos da coletividade. Fora do respectivo sistema configuracional, que é a sociedade, o homem nada significa” (p.191).

A quarta lei, “as partes emergem do todo por diferenciação”, dá continuidade às outras anteriores ao conceber que as variações nas particularidades, nas personalidades, são decorrência dos “padrões sociais que regulam o comportamento do indivíduo isolado” (p.191), assim a individuação seria fenômeno mais social do que biológico-individual. Em síntese, este capítulo traz importante contribuição ao entendimento da relação de condicionamento da totalidade social sobre a formação da personalidade do individuo em sua particularidade.

Do ponto de vista da psicopatologia, a relação indivíduo e sociedade aparece na figura do “neurótico” no capítulo XV, “Adaptação social”, em que seus dispositivos psíquicos são entendidos como “verdadeiras antenas sensíveis, com que mede e compara as reações nas lutas incessantes com o meio, e na projeção sobre o futuro” (BRIQUET, 1935, p.196).

Como já mencionado anteriormente na noção de “indivíduo”, no capítulo XVII sobre “liderança” concebe-se de um lado o indivíduo e de outro a sociedade como fatores distintos, que em sua “ação recíproca” permitiriam a evolução social: “o indivíduo, cujos subsídios particulares decorrem do jogo de certas formas fisiológicas e infra-sociais; o meio social, com a faculdade de lhe aceitar ou repelir o concurso” (BRIQUET, 1935, p.220). É desta concepção comtiana que se conceberia como função da humanidade “conduzir” o vôo do homem quando se agita.

***

A relação entre indivíduo e sociedade é entendida sob diversos aspectos, seja a partir do modelo da dinâmica enquanto um jogo de “tensões”, seja pela idéia de “inter-ação” tal como apresentada nos capítulos sobre “sugestão” e “opinião pública”, ou então pelo ponto de vista da sociedade, de um lado, conduzindo o indivíduo, de outro, em sua potencialidade e agitação.

Contudo, traçam-se duas visões principais das quais Briquet, aparentemente, orienta suas reflexões. A primeira conforme a visão positivista apoiada em Augusto Comte, enquanto a segunda na relação entre personalidade e sociedade segundo as leis da Gestalt.

A primeira toma como ponto de partida o “instinto”. Concebe-se um indivíduo dominado pelos instintos pessoais, que se desdobrariam posteriormente no conjunto da família, e que por sua natureza dominariam os instintos sociais. Indivíduo e sociedade seriam totalidades que se determinariam simultaneamente, entretanto, de maneira diferente e

desigual: o primeiro dominaria a segunda, pois esta seria resultado da sublimação dos "instintos egoísticos" dos indivíduos. Deste modo, afirma-se que o indivíduo disciplinaria sua conduta individual com a vida em grupo, tornaria-se "social" ao pertencer à coletividade. Um indivíduo pronto "se produziria" em sociedade. Esta, por sua dinâmica, permitiria o fim do egoísmo absoluto dos indivíduos, evidenciando assim que ambos (indivíduo e sociedade) se desenvolveriam em momentos distintos na concepção do autor.

Embora nesta concepção "indivíduo" e "sociedade" sejam entendidos por uma determinação "recíproca" e de se pressupor uma espécie de "totalidade", ambos são tratados como esferas ontologicamente distintas e, aparentemente, abstratas e a-históricas. No caso, a concepção de um indivíduo dominado por "instintos", regulado moralmente pela família, e entregue posteriormente à sociedade, aproxima-se da idéia do indivíduo "robinsoniano" concebido pela clássica economia política do século XIX e criticado por Marx (2011) por universalizar de forma abstrata uma particularidade histórica. A contradição desta perspectiva estaria na crença de um indivíduo "pré-social", ou seja, na possibilidade de se pensar em uma particularidade possível sem uma totalidade, ou desenvolvida a despeito dela. Nesse sentido, o entendimento da formação das totalidades (família, sociedade) a partir dos instintos, conforme um etapismo evolucionista e uma relação positivista de causa e efeito, resultaria em um olhar sobre o indivíduo, a família e a sociedade como unidades isoladas e independentes. A produção da sociedade partiria de instintos dados de antemão, apesar de serem rasamente colocados dentro de uma totalidade.

Sob outro ponto de vista, Briquet parte das leis da Gestalt para a compreensão da interação entre indivíduo e sociedade. Primeiramente, pressupõe que a natureza humana seria um fenômeno social, tendo por fundamento a idéia de que a sociedade, enquanto uma totalidade, seria mais do que a soma de suas partes. Também concebe que esta totalidade seria o fundamento dos aspectos intelectuais, emotivos e sensoriais da conduta humana. Nesse sentido, aponta para o poder das forças sociais sobre o indivíduo em suas várias dimensões, afirmando que na análise de sua personalidade poderia se apreender elementos da sociedade. Esta visão seria precisamente sintetizada na afirmação de que "pelo produto se avaliaria o produtor", portanto, que na particularidade se encontraria a manifestação da totalidade e de suas determinações. Deste modo, entender-se-ia que sem o todo não seria possível pensar as partes, e que estas "emergiriam" daquele. Logo, a individuação seria resultado de um fenômeno social e não um simples processo limitado a uma particularidade monádica. Por isso Briquet afirma que fora da sociedade "o homem nada significaria".

Ao contrário da primeira concepção, esta pressuporia com base na Gestalt o indivíduo e a sociedade como ontologicamente intrínsecos, inseparáveis em seu desenvolvimento, apesar de não-idênticos. Por outro lado, partiria de um modelo utilizado no estudo da percepção para se pensar os fenômenos sociais, dando-lhes um caráter também abstrato, sobretudo por não realizar maiores desenvolvimentos sobre a relação entre seus próprios termos na realidade concreta. Além disso, pouco foi debatido sobre o papel do indivíduo (como esfera da particularidade) enquanto agente histórico frente a esta totalidade, ou seja, em seu momento de determinação na ação sobre o mundo, dando-se relevância somente à sua posição enquanto resultante das forças sociais. Ambos, indivíduo e sociedade, parte e todo, foram pensados através de uma importante relação recíproca e determinada, porém restrita à abstração e não relacionada a sua realidade histórica e concreta. Somado a isso, e mais fundamental, também seria a não referência à dimensão da *interação* entre as duas dimensões, ou seja, ao que seria a resultante da relação recíproca entre parte e todo, e que constituiria o objeto essencial da Psicologia Social. Desta maneira, Briquet faz uma análise parcial - não abrangendo a dimensão da interação entre indivíduo e sociedade – por não dar conta da relação dialética entre ambas as esferas, que se apresentariam à realidade pseudoconcreta da sociedade burguesa sob uma aparente oposição de unidades herméticas, porém relacionadas de maneira abstrata. Nesse sentido, este limite estrutural de seu pensamento revelaria, pela oposição entre psicologia e sociedade, justamente sua alienação frente às forças cegas da objetividade que, segundo Adorno (1991), “afecta incluso a la más reciente figura de la ciencia psicológica. A pesar de la disparidad entre psicologia y sociedad, cuya tendência es a alejarse constantemente una de otra, la sociedad se extiende por todo lo psicológico...” (p. 165).

Em síntese, em ambas as tendências apresentadas, seja do ponto de vista instintual, seja do ponto de vista da totalidade, o que se apreende é um apagamento do sujeito histórico e a determinação do indivíduo por forças estranhas a ele, portanto, segundo uma suposta alienação tanto em relação à natureza, quanto em relação à sociedade. Deste modo, afirma Chauí (2012) que o papel da ideologia, na função de justificar esta alienação, seria “fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado), que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal se submeterem” (p.96).

11.3.4 Ciência

Neste tópico é compreendido o que seria a noção de "ciência" no livro, seu método de investigação, assim como a função do cientista e de seu conhecimento frente à realidade social, a crítica ao saber metafísico, etc. Estes temas aparecem, basicamente, em três capítulos, estando mais claramente desenvolvidos no capítulo IV sobre o "Subsídio da Sociologia".

No capítulo III, "Subsídio da Psicologia", no final do tópico de apresentação do behaviorismo, Briquet faz o elogio da escola watsoniana por ter mostrado "que o método científico reclama radical reforma do entendimento humano" (BRIQUET, 1935, p.31). Nesse sentido, cita Politzer ao afirmar que "a história da psicologia, neste último meio século, não é de organização, mas de aniquilamento do mito da natureza dupla do homem" (p.31-32), tal como consagrado em Descartes. O mérito do behaviorismo residiria em sua objetivação das reações psicológicas e da crítica à instrospecção, como "também de abranger a sociologia e a moral, no pressuposto de regular a conduta humana" (BRIQUET, 1935, p.32), segundo um programa de "remodelação social". No caso, seu projeto se aproxima da proposta da Escola Livre de Sociologia e Política por visar "um mundo melhor" em que a sociedade se organizesse "dentro dos ensinamentos da ciência" (p.32).

Observação, experimentação e previsão da conduta humana seriam os principais méritos do behaviorismo, além de "formular leis e princípios pelos quais as ações do homem (...) [poderiam] ser pautadas pela sociedade" (p.32).

Em breve passagem no tópico do mesmo capítulo, sobre as "Leis da Natureza Humana", os procedimentos metodológicos de "abstração" e "generalização" são postos como resultado da "lei do menor esforço".

Já o capítulo IV, "Subsídio da Sociologia", apresenta inúmeras passagens sobre o tema da ciência. Logo no início, Briquet reflete sobre a relação entre o fenômeno investigado e os tipos de metodologia que comporiam a investigação. No caso, o autor afirma que "toda a ciência define-se quanto ao modo de observação, a saber, de analisar pormenorizadamente os fatos e fenômenos que lhe compete estudar (...) se a observação difere com o objeto ou fenômeno estudado, o mesmo não se dá com a indução" (BRIQUET, 1935, p. 75). Nesse sentido, o ponto de diferenciação entre as diferentes ciências estaria no olhar sobre

determinado objeto. A “indução”, ou seja, a síntese teórica final, a passagem do “fato para a lei”, seria universal a todas.

A partir de Augusto Comte, defende que o “*método é indissolúvel da doutrina*” e que varia de acordo com a complexidade do fenômeno. Também, necessariamente precisaria estar vinculado a um caráter científico, para não se tornar mero conteúdo de generalizações inaplicáveis. Deste modo, para o caso do estudo dos fenômenos sociais, seria necessário “o condicionamento do método ao conceito de ciência” (BRIQUET, 1935, p. 75-76).

Noutra passagem, faz a crítica às concepções teleológicas e metafísicas, que concebem um conhecimento absoluto. Desta maneira, além da noção “relativa” sobre os conceitos, caberia ao espírito científico com base no positivismo prezar pela “supremacia da observação sobre a imaginação”, além de se “submeter os conceitos aos fatos” (BRIQUET, 1935, p.76).

A apologia da observação e do relativismo constituiria a “dupla condição de positividade da ciência social” (BRIQUET, 1935, p.77). A ciência progrediria na história através do progresso da observação, assim como a posição “relativa” sobre os fenômenos pressuporia uma realidade que não pode “em campo algum, ser inteiramente descoberta” (BRIQUET, 1935, p.76). No caso, a observação deveria ser “*dirigida e interpretada pela teoria*” como condição de sua cientificidade, além de obrigatoriamente sintetizar os fatos observados em teorias que os conectem com outros, segundo as “*leis da solidariedade*” (BRIQUET, 1935, p. 89). Nesse sentido, apreender cientificamente um fenômeno de determinada realidade social seria pressupô-lo enquanto regido dentro das “leis naturais” da sociedade, que não seriam absolutas, senão parte do movimento de evolução e aperfeiçoamento da humanidade.

Pela “previsão racional”, a Sociologia teria papel político de suma importância ao prever, a partir da apreensão das leis naturais da sociedade, o fenômeno social. Este não se diferenciaria dos demais fenômenos investigados pelas outras ciências, justamente, por todos se subordinarem às mesmas leis naturais; por outro lado, não poderia ser concebido de maneira isolada, uma vez que a idéia de “consenso social” tornaria os fenômenos sociais correlatos dentro de uma mesma totalidade.

No capítulo IX, “Imitação”, Briquet parte de outra fonte positivista, Gabriel Tarde, para conceber a ciência sobre a tríplice “repetição”, “oposição” e “adaptação”. No caso, a ciência se desenvolveria justamente por captar a repetição universal da realidade, donde inferiria as “semelhanças”. Nesse sentido, a importância do método histórico estaria em

explicar “as doutrinas ou instituições pela evolução” (BRIQUET, 1935, p. 136), tendo em vista que a repetição, no processo da imitação, caminharia junto à evolução.

***

A noção de ciência em Briquet é fundamentalmente ancorada no positivismo e em seus grandes pilares, seja na defesa da “observação, experimentação e previsão”, ou na tríplice “repetição”, “oposição” e “adaptação” de Gabriel Tarde. Trata-se, sobretudo, de uma reflexão sobre o método das ciências sociais, donde se incluiria conseqüentemente a Psicologia Social.

O elogio ao behaviorismo se dá por sua objetivação das reações psicológicas a partir da tríplice acima referida, além de seu caráter de ciência aplicada diretamente à intervenção social, através de um programa de “remodelação social”.

Se a indução, ou seja, a passagem dos fatos para as leis, seria momento universal entre as ciências, seu ponto de diferenciação residiria na observação sobre determinado fenômeno, que seria dirigida pela teoria. Nesse sentido, para o autor a análise dos fenômenos sociais exigiria um método indissociado de sua doutrina e do rigor e precisão fornecidos pela ciência. A conseqüência seria a morte da metafísica e da imaginação, com a imposição de uma saber relativista sobre a realidade, em que os conceitos relativos se submeteriam a fatos sociais também relativos.

“Observação” e “relativismo” constituiriam a dupla condição de positividade da ciência social, onde a evolução da ciência seria determinada pelo progresso da observação. Os fenômenos deveriam ser postulados segundo suas “leis naturais”, iguais as que regem a sociedade, tais como a da “solidariedade”, em que se pressuporia a conexão entre fatos anteriores e futuros. Logo, as noções de “progresso” e “solidariedade” estariam pressupostos nas leis tanto da ciência quanto da sociedade.

A capacidade de apreender estas leis universais daria à Sociologia um status de validade cientifica tal como o da Biologia. Pela chamada “previsão racional” encontraria assim um desmedido poder político ao colocar sob os critérios de controle os fenômenos da sociedade e, desta maneira, validar uma intervenção social científica, racional e objetiva. Tudo, afinal, seria justificado em prol do progresso e evolução da ciência, da sociedade e da raça.

11.3.5 Educação

O tema da educação é presente em toda a obra de Raul Briquet, tendo em vista sua aproximação pessoal com o tema[277]. No livro, este tema aparece de maneira diversificada, seja na reflexão sobre os métodos de ensino, seja sobre o papel do professor, seja na interpretação da personalidade do aluno, seja pela defesa de um projeto de educação específico ou então pela relação entre ensino e aprendizagem. Nesta seção, tentar-se-á contemplar todas estas passagens encontradas em treze capítulos, mesmo que breves. No caso, o capítulo XIX, "multidão", seria o que melhor traçaria a concepção de educação no pensamento do autor.

A primeira referência ao tema pode ser encontrada no capítulo II, "Subsídio da Biologia", em que o autor descreve a influência do meio sobre os caracteres hereditários, fazendo a crítica à idéia da "*irredutibilidade do caráter hereditário [que] tem prejudicado muito o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade*". Nesse sentido, um grande representante da "ação ambiente" destinada ao aperfeiçoamento, em oposição à uma rígida hereditariedade, seria a educação.

No capítulo III, "Subsídio da Psicologia", na seção sobre o behaviorismo, o autor destaca a importância dos estudos na teoria de "*trial-and-error learning*" de Thorndike para a educação, tendo em vista que apresentam a aprendizagem "não observando ou considerando, senão fazendo, isto é, por tentativas e não pelo raciocínio ou imitação" (BRIQUET, 1935, p.28). Logo em seguida, após breve desenvolvimento sobre o conceito de hábito, Briquet conclui: "Educar é criar hábitos, sobretudo mentais, pouco se nos dá sejam formados pelos reflexos condicionados, ou pelo discernimento, como pretendem os guestaltistas" (BRIQUET, 1935, p.30).

Na seção sobre o "guestaltismo", Briquet faz a defesa da noção de "discernimento", apontando-o como presente mesmo no originário processo de "tentativa-e-erro". A partir daí, conclui que a "educação confere, a cada passo da aprendizagem, padrão novo e total de respostas. A tarefa educacional abrange, portanto, a totalidade, e cumpre evitar o ensino fracionado" (BRIQUET, 1935, p.43).

---

[277] Além de ter presidido a cátedra de Educação Nacional na Escola Livre de Sociologia e Política, também foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Na seção sobre “aprendizagem”, o autor inicia fazendo a defesa das pesquisas da psicologia animal para a maior “positividade” dos estudos da aprendizagem humana. Em seguida, debate as condições para a realização “controlável” da aprendizagem, em que destaca que os programas de ensino deveriam ser “compatíveis com o tempo e a capacidade dos alunos” (BRIQUET, 1935, p. 55).

No capítulo V sobre o “instinto”, o autor concebe – em passagem já mencionada – que o mesmo seria influenciado pelo meio e pela consciência, sendo “fator modificável e, portanto, perfectível e educável” (BRIQUET, 1935, p.100). Nesse sentido, afirma que para chegarmos a uma sociedade pacífica, sem guerras, é de suma importância socializar e sublimar “os instintos egoístas”, para tanto, isso “só se obterá na educação pacifista, em especial para crianças” (BRIQUET, 1935, p.112).

Em breve passagem no capítulo VII sobre “hábito”, Briquet diferencia a partir de Ravaisson a distinção entre “adaptação” e “hábito”, concebendo o último como “estado”, “virtude” que se obtém pelo esforço e pela fadiga, para posteriormente se tornar atraente com a prática e, desta, transformar-se em “desejo”. Assim, conclui que aí estaria “o segredo da educação – a arte de atrair ao bem pela ação, e de nela fixar” (BRIQUET, 1935, p.118).

Em também breve passagem no final do capítulo VIII sobre “sugestão”, o autor descreve o que seria a “sugestão contrária” ou “negativismo” e como este atrapalha a ação educativa: “Muitas dificuldades de ordem educativa procedem de tentativas frustradas e contraproducentes de sugestão. A criança, v.gr., exulta em fazer o recompensado por ter obedecido à ordem, adquire noção de que pais e professores desejam a resistência” (BRIQUET, 1935, p.134), portanto, justamente o contrário do que seria desejado.

No capítulo XI sobre a “inteligência”, Briquet a concebe sob a ótica do positivismo, ou seja, enquanto geradora da aprendizagem e sendo a base de desenvolvimento da cultura e da civilização. Nesse sentido, a “inteligência (...) orienta a pesquisa e a meditação, subordinando-as às regras da lógica, e vivificando o estudo desinteressado” (BRIQUET, 1935, p.154). Desse modo, a aprendizagem seria resultado da inteligência e se orientaria segundo a lógica fundamental neutra e desinteressada.

No capítulo XIV sobre a “personalidade”, os mecanismos de defesa inconscientes são relacionados ao âmbito da educação. A “racionalização” justificaria o fato de o aluno colocar a culpa por sua reprovação na figura do professor, mantendo “íntegro o Ego para com o meio exterior, sobretudo familiar, e não lhes fica[ndo] a aresta irritativa” (BRIQUET, 1935, p.187).

Já a “introversão”, na escola, manifesta-se em “devaneios”, onde as “fantasias” são entendidas como porto seguro da personalidade. Neste caso, Briquet alerta para o cuidado em não se censurar o estudante, tendo em vista não “deprimi-lo o brio. A censura só é útil quando oportuna, amistosa e não reiterada. Caso contrário o educando defende-se, agrava a falta, e arquiteta um mundo, onde exalta o Ego, vence os adversários, e dignifica a vida” (BRIQUET, 1935, p.189). No capítulo XV, “Adaptação Social”, o autor traz a reflexão também psicanalítica, a partir de Adler, para pensar a “reeducação social’, no caso, suas ações ainda ineficientes sobre a criminalidade infantil, tendo em vista que “pais e educadores, povo e governo, ainda não estão ao corrente das normas que regulam a psique infantil” (BRIQUET, 1935, p.203).

No capítulo XVI, “Preconceito de Raça”, o autor afirma que dentre os três tipos de preconceito – racial, religioso e político – os dois últimos “mais facilmente se anulam ou (...) se atenuam, pela conversão, mimetismo ou educação” (BRIQUET, 1935, p. 204). Ainda neste capítulo, em nota de rodapé Briquet afirma que o “maravilhoso progresso cultural e industrial” (BRIQUET, 1935, p.216) do Japão é devido ao seu sistema escolar, em que um quinto da população do império estaria matriculada na escola.

No capítulo XVII sobre “liderança, Briquet traz a partir do pensamento comtiano uma importante reflexão sobre o quanto é “indispensável um aparelho de educação de finalidade universal, onde se ministre o ensino, em seus vários graus, sem distinção de classe” (BRIQUET, 1935, p.222)

Ainda neste capítulo, o autor cita o estudo do químico Ostwald sobre os “homens-superiores”, que concluiu que estes assimilaram “bons livros” pela via do auto-didatismo, levando Briquet a questionar o papel do professor: “O livro respeita a autonomia intelectual, não circunscreve o surto da mentalidade, como faz o melhor professor, que sempre modela a seu modo o espírito do discípulo” (BRIQUET, 1935, p.224). Nesse sentido, caberia ao professor estimular os alunos a encontrar a ciência nos “bons livros”, bastando procurá-los por contra própria.

No capítulo XVIII sobre a “opinião pública”, o autor discute a “racionalização” desta por três vias: organização grupal, inteligência e liderança. No caso da inteligência, esta racionalização ocorreria através de um “sistema educacional que objetive os principais problemas sociais” (BRIQUET, 1935, p.229). Enquanto momento de formação racional, a educação seria abalada pela notícia veiculada pela imprensa, que contém em sua estrutura

elementos que despertam resíduos inconscientes latentes, sobretudo, o sadismo. Deste modo, conclui o autor: “é altamente deplorável a divulgação escandalosa ou delinqüente, que revolve e traz à tona instintos incoercíveis e desfaz a obra educativa” (BRIQUET, 1935, p. 231)

No capítulo XIX sobre “multidão”, Briquet elenca “fatores” necessários para se disciplinar o comportamento coletivo e permitir a “preponderância” dos elementos conscientes sobre os inconscientes. Dentre estes fatores, estaria a educação. No caso, uma educação que buscasse “ministrar a verdade objetiva” segundo determinadas normas, tais como a “minimização do ensino livresco” e, conseqüentemente, o “cuidado com o professorado”. Assim, conclui o autor que sem “uma Faculdade de Ciência, nas sete principais capitais do Brasil, nada se terá feito de grande e sólido pelo nosso ensino científico” (BRIQUET, 1935, p. 245-246).

A segunda norma seria “dar a conhecer a estrutura e função do corpo, do espírito, e da sociedade” (BRIQUET, 1935, p.246). Para tanto, o autor defende a higiene mental e corporal nas escolas, assim como o ensino da psicologia e da sociologia por terem maior “conteúdo cultural”. Também indica ao ensino dos moços os “fatos sociais dominantes na história contemporânea, a começar da revolução científica e industrial, onde se vai rastrear a gênese da inquietação universal” (p.246).

A terceira norma estaria em estimular os jovens no “trato com os clássicos”, como forma deles compreenderem que as atuais noções de “belo” e “verdadeiro” decorrem da produção intelectual dos antepassados, tornando-se então “*disciplinado[s] com os ensinamentos do passado*”.

A quarta norma seria o professor se tornar “idôneo”, ou seja, que não “doutrinasse” seus alunos e que transmitisse a ciência, criando assim “*colaboradores capazes de melhorar a obra social*”.

Outro fator que contribuiria à disciplina do comportamento coletivo seria o que Briquet chama de “desportos”, ou seja, a estimulação à educação física, tendo-se em conta a “indissolubilidade da vida intelectual e física” (BRIQUET, 1935, p.246). Também, o autor indica a participação dos indivíduos em associações, onde aprenderá “a ser tolerante, dominar-se nas discussões e a conformar-se com a opinião da maioria” (p.246).

Por fim, no capítulo sobre XX, “Revolução”, Briquet pensa o papel da educação no processo revolucionário, afirmando que a superação da atual sociedade só seria possível

através da “democracia econômica e com a ação educacional renovadora e profunda” (BRIQUET, 1935, p.249). Acrescenta ainda que a “característica específica da revolução está no modo como os chefes entendem e prestigiam a educação das massas” (p.249).

Noutra passagem, aponta para o que seria o sistema de educação para uma “era de justiça universal”. No caso, um sistema assegurado a todos, sem distinções em relação ao desenvolvimento físico e intelectual de seus alunos. Também seria destinado a proporcionar a “existência única, onde se apaguem preconceitos destruidores da fraternização dos homens” (BRIQUET, 1935, p. 250). Nesse sentido, o autor pontua o quanto a educação de sua época está longe destes parâmetros, ao fazer a crítica à própria efetividade prática da democracia brasileira, argumentando que bastaria se “referir a percentagem de crianças, em idade escolar, que não têm matrícula nas escolas públicas no nosso país, para reconhecer o quanto é utópica, ainda, a obtenção desse mínimo de igualdade humana” (p.250).

***

A noção de educação em Briquet perpassa diferentes temas. A ação de “educar” seria entendida enquanto “ação ambiente” modificadora do indivíduo, ou como meio de criar hábitos, ou então como resultado da aprendizagem através de tentativas-e-erros ou pelo discernimento. Contudo, seria possível destacar alguns pontos de convergência, em determinadas passagens do livro, sobre o tema da educação.

O primeiro deles refere-se a uma educação voltada à humanização e ao “pacifismo”, evidenciando a influência escolanovista do autor. Nesse sentido, defende-se uma “educação dos instintos” - a partir de sua sublimação e de seu aperfeiçoamento - entendida como uma “educação pacifista” que deveria ser iniciada na infância, sendo a “arte de atrair ao bem pela ação” (BRIQUET, 1935, p.118). Também seria uma educação que combateria o preconceito religioso e político, promovendo o progresso cultural e industrial. Por fim, uma educação com base em programas de ensino que fossem compatíveis com o desenvolvimento (“tempo e capacidade”) dos alunos e que evitassem o ensino fragmentado.

O segundo ponto de convergência estaria no uso do saber psicológico e psicanalítico na compreensão da psicodinâmica dentro da sala de aula. Esta psicodinâmica seria entendida pelo fenômeno da “sugestão” ou então por “mecanismos inconscientes de defesa” que, embora apontem para elementos importantes do desenvolvimento do aluno, trazem interpretações e reduções normativas diante da complexidade do fenômeno em questão. Não é

à toa que estes saberes foram destinados às figuras sujeitas às intervenções médico-higienistas, tais como pais e professores.

O terceiro ponto de convergência estaria na concepção de uma "educação revolucionária" ou de tempos revolucionários, que seria apresentada pela defesa de um aparelho de educação universal e sem distinção de classe (típico do período franco revolucionário). Uma educação para uma "era de justiça universal" seria concebida sem distinções intelectuais e físicas de seus alunos, visando a "existência única" longe de preconceitos. Esta daria sentido à "democracia" apenas quando todos seus alunos estivessem matriculados na escola. Para a superação da atual sociedade, dois fatores seriam fundamentais: a "democracia econômica" e uma "ação educacional radical".

O quarto ponto de convergência estaria implicado no capítulo XIX sobre "multidão" e seria, dentre tantos outros, a idéia de uma "educação científica". No caso, uma educação que ministrasse a "verdade objetiva", desenvolvendo a "inteligência" que por sua natureza se guiaria pela lógica e pelo "estudo desinteressado", guiando o aluno para os "principais problemas sociais". Para tanto, seria fundamental a redução do "ensino livresco" e do professor que buscasse formar "discípulos", permitindo que o aluno encontrasse a ciência por seu próprio caminho.

Deste modo, estaria a defesa do conhecimento da "estrutura e função" dos campos do "corpo", do "espírito" e da "sociedade", traduzidos em higiene mental e corporal, do ensino de disciplinas de maior "conteúdo cultural" (tal como a psicologia e a sociologia, na concepção do autor), da descoberta da "gênese da inquietação universal" tomando como referência a história do pensamento burguês, da "disciplina" e do "trato" com os antepassados, da formação de "colaboradores" que contribuíssem com o desenvolvimento da "obra social", da participação em associações como forma de ensinar a "tolerância" e a "conformação" com a opinião da maioria, da educação física e o contato com a vida rural.

Portanto, uma educação científica, não filosófica, não metafísica, não doutrinária. Voltada à autonomia do aluno, segundo as regras de seu desenvolvimento, à formação de futuros colaboradores que contribuíssem no desenvolvimento do país e na resolução dos problemas sociais, no desenvolvimento de uma inteligência lógica, neutra e desinteressada e que permitisse, sobretudo, o espírito democrático, pelo aprendizado da alteridade, do respeito à opinião do outro e pela suposta conformação à opinião geral.

Em tempos de pós-guerra, em que o liberalismo entrava em crise em suas várias dimensões, nada mais presente do que a defesa de uma educação científica, democrática e eventualmente não doutrinária, tal como idealizada pelos pioneiros da Escola Nova. Nesse sentido, Briquet aproximava-se das concepções que embasavam o manifesto daqueles educadores a partir das reflexões contidas no primeiro, terceiro e quarto pontos de convergência analisados acima, ou seja, através da defesa de uma educação pacifista, direcionada para o progresso cultural e industrial, orientada pelos saberes sobre o desenvolvimento do aluno e das relações dentro da instituição escolar, assim como pelos princípios do cientificismo, segundo os preceitos da objetividade e neutralidade. Por outro lado, Briquet afastava-se relativamente de alguns princípios do manifesto escolanovista no terceiro ponto de convergência analisado, ao defender posições revolucionárias radicais - como a crítica a diferença de classes sociais entre os alunos - sendo, entretanto, uma exceção assim como todas as outras passagens de seu manual que também fazem referência a críticas radicais sobre a sociedade.

Além da marca cientificista e evolucionista do autor em torno do tema da educação, cabe a reflexão sobre a defesa que Briquet faz, assim como os pioneiros da escola nova, de uma educação direcionada para o desenvolvimento cultural e industrial. Se no manifesto havia uma tendência que indicava a possível defesa da segregação entre ricos e pobres na formação para o trabalho intelectual e manual respectivamente, conforme demonstrou Patto (2008), em Briquet o que se apresentaria como constante seria a defesa de uma educação destinada à realização das capacidades possíveis de seus alunos, segundo os limites de seus potenciais biológicos, e a “locação” destes conforme os postos de trabalho que melhor ocupariam, tal como os referidos espíritos “analíticos” e “sintéticos” no capítulo sobre liderança. Portanto, apesar da defesa de princípios igualitários, teria como premissa a hierarquia social “justa” com base nas aptidões naturais, ou seja, uma hierarquia pelas capacidades que determinaria a divisão social do trabalho. A apologia da biologia seria, deste modo, propriedade tanto da Psicologia Social concebida no manual, quanto da educação idealizada pelos escolanovistas.

11.3.6 Psicologia Social

Neste tópico será apresentada tanto a noção de psicologia social em Briquet, presente sobretudo na introdução do livro, como também passagens em que o autor faz referência a esta disciplina ou à função do psicólogo social.

Já no prefácio do livro, Briquet se refere ao estudo da Psicologia Social como destinado às "*causas psíquicas dos fenômenos sociais*". Na primeira frase da introdução, afirma que a "psicologia social estuda os aspectos sociais da vida mental" (BRIQUET, 1935, p.1). A partir de Geck, diz que esta disciplina "*examina os fenômenos psíquicos do grupo social*" e, com base em Ellwood, concebe-a pela "aplicação dos princípios psicológicos à interpretação dos fenômenos sociais" (p.1). Segundo a escola italiana, a psicologia social "opõe-se à individual e considera as manifestações psíquicas do grupo social como um todo" (p.1).

Ainda na introdução, o autor traz a visão de Comte e Durkheim que conceberiam a psicologia social como precedente à individual, estando, entretanto, abaixo desta na "hierarquia científica".

Briquet também afirma neste primeiro capítulo que a psicologia social seria a base da sociologia, não se constituindo, entretanto, como uma ciência autônoma por participar tanto do método sociológico, quanto do biológico. Deste modo, não existiria um problema a investigar que já não fosse ocupado pela Sociologia e pela Biologia. Todavia, segundo o autor, "seu objetivo, no conjunto dos conhecimentos, em especial no grupo das ciências sociais, consiste em evidenciar a importância dos fatores psíquicos, na interpretação do comportamento dos indivíduos" (BRIQUET, 1935, p. 2). Se de um lado, a psicologia social se ampara na sociologia, por outro, concebe o autor que é indispensável ao seu progresso a "harmonia com os dados científicos anteriores, em particular, da biologia" (p.2).

No capítulo II, "Subsídio da Biologia, o autor faz breve referência ao psicólogo social quando trata da falácia da "irredutibilidade do caráter hereditário", ao afirmar que o "psico-sociólogo" não lhe dá maior atenção porque "o julga inaplicável ao estudo do comportamento social" (BRIQUET, 1935, p.24).

Logo no início do capítulo IV, "Subsídio da Sociologia", Briquet afirma que "importa ao psicólogo que objetiva o estudo da gênese mental dos fatos sociais, possuir juízo exato, embora sucinto, do conjunto do espírito e método sociológico" (BRIQUET, 1935, p.75). Já na apresentação do capítulo XIX sobre "multidão", afirma-se que "a mentalidade coletiva constitui o núcleo da psicologia social" (BRIQUET, 1935, p.235).

Noutra passagem ainda do capítulo IV, Briquet aponta para uma condição fundamental para o cientista que se ocupa da análise científica do fenômeno social. No caso, na discussão sobre as "condições de existência" e da "ordem natural" da sociedade, o autor afirma, sob olhar positivista, que "os fenômenos sociais são os mais desordenados, e, ao mesmo tempo, os mais modificáveis" (BRIQUET, 1935, p. 82), sendo esta modificação possível por uma "sábia intervenção" com base nas "normas científicas", critério que seria de responsabilidade também do psicólogo social. Esta mesma idéia aparece no capítulo XVII sobre "liderança", quando o autor afirma que caberia ao cientista, segundo sua inteligência e observação, conhecer as leis naturais das quais não tem controle e que regeriam sua ação, podendo, desta maneira, prever seus efeitos e "fazê-las concorrer para o fim em vista, contanto que as empregue segunda a natureza dela" (BRIQUET, 1935, p.222).

Não é à toa que no capítulo XIII, o "eu social" enquanto "intercâmbio entre o indivíduo e o grupo" seria, segundo o autor, o que interessaria "ao psico-sociólogo quando procura prever e dirigir o comportamento humano, de extrema complexidade, e que, embora normal, é um todo unificado em constante modificação" (BRIQUET, 1935, p.173). Nesse sentido, pontua o autor que o "método experimental é aleatório em psicologia social, devendo o seu subsídio harmonizar-se com outros dados" (BRIQUET, 1935, p.175), tendo em vista a complexidade do fenômeno investigado.

***

A noção de Psicologia Social em Briquet transita entre pontos de partida e entre graus de totalidade. Por um lado aponta seu estudo como voltado às "causas psíquicas dos fenômenos sociais", assim como aos "fenômenos psíquicos do grupo social" (tal como em Geck e autores da escola italiana), ou então como a aplicação dos princípios psicológicos à interpretação dos fenômenos sociais com base na Psicologia da Gestalt. Por outro lado a entende também como o estudo dos "aspectos sociais da vida mental".

Portanto, ora toma como ponto de partida o indivíduo, pressupondo nele a gênese do fato social, ora pressupõe a vida mental como resultado de forças sociais, tendo como premissa uma relação de causa e efeito. No livro, nota-se a preponderância da primeira visão, pressupondo-se como função do psicólogo social "o estudo da gênese mental dos fatos sociais" (BRIQUET, 1935, p.75), tal como referido no capítulo IV.

A Psicologia Social, segundo Briquet, não poderia se tornar uma ciência autônoma basicamente por questões formais, pois se situava metodologicamente entre a Sociologia e a

Biologia, estando seu objeto de estudo como ponto de investigação destas duas ciências. Contudo, enquanto parte das ciências sociais, teria papel fundamental na contribuição de um saber psicológico durante o processo investigação social. Nesse sentido, teria como obrigação avaliar o comportamento social, tanto as forças sociais que lhe compete, quanto o caráter hereditário da ação.

Assim como qualquer outro cientista social, caberia ao psicólogo social a intervenção social segundo "normas científicas", próprias do positivismo, partindo da observação e apreensão das leis naturais tendo em vista seu controle a partir de sua previsão, ou seja, apreendendo-se o movimento universal das leis naturais que orientariam seus momentos particulares, nos indivíduos, conforme a já mencionada "unidade pessoal e social".

Seu objeto de estudo – passível de previsão e modificação - seria o "eu social", momento de intercâmbio entre o indivíduo e o grupo, e entendido como um "todo unificado" em "modificação" conforme os princípios da Gestalt. Apesar de Briquet entendê-lo como resultado de um intercâmbio, ou de uma interação, este espectro de investigação não bastaria para que a Psicologia Social se tornasse uma ciência autônoma. Ao partir de um olhar positivista, que se orienta por relações de causa e efeito, além de não aceitar a contradição como elemento do pensamento e da realidade, o autor cai em antinomias, em soluções metodológicas esvaziadas, como por exemplo, a busca de algum produto resultante da interação "em igual extensão" entre herança e meio social, entendidos como totalidades que estão em modificação constante, mas que não são apresentadas em sua realidade concreta, em sua efetividade. Não é à toa que a tendência do texto é cair em "sociologismo" na compreensão das forças sociais a partir de Durkheim, em "biologismo" no entendimento do comportamento humano a partir de instintos e movimento da "raça", ou então em "moralismo" ou "psicologismo" ao partir de Comte na compreensão da interação entre individuo e sociedade, concebendo-se, entretanto, a psicologia individual e a moral como determinantes da psicologia social. Talvez o único momento de eventual "reconciliação" desta fragmentação foi possível na discussão da determinação da personalidade frente à totalidade social no capítulo XIV, em que, por exemplo, se entendiam ambos como "todos unificados" e a natureza humana como fenômeno social. Entretanto, poucos ou quase nenhum desdobramento desta visão se deu ao longo do texto.

De uma maneira geral, a função da psicologia social na década de 30 para Raul Briquet estaria no estudo da gênese daquilo que transformaria o indivíduo, com sua carga hereditária, em um ser social no seu contato com as forças sociais. A busca pelas "causas",

pelos elementos que constituiriam uma determinada “intersecção” entre o indivíduo biológico e a sociedade, apresentar-se-iam no prefácio do livro quando o autor faz referência à investigação dos “fatores psíquicos que motivam o comportamento social” (BRIQUET, 1935, prefácio) ou às “três formas de identidade social”. Entretanto, parte-se do positivismo como método de investigação desta “gênese”, ou seja, segundo uma proposição teórico-metodológica que busca a verdade, o fato objetivo, porém visando apreender algo que seria predominantemente subjetivo tal como a noção de uma “intersecção”, de uma “mediação”, entre as esferas abstratas do indivíduo e da sociedade.

Nesse sentido, esta questão se aproximaria da problemática – citada anteriormente - em torno do indivíduo compreendido como o resultante do choque entre herança e meio. Da mesma maneira, ambos - enquanto dimensões abstratas e forças extrínsecas alheias - não encontrariam resolução em sua intersecção, levando Briquet a conceber uma psicologia social que não teria meios autônomos para determinar seu principal objeto, a interação, por estar metodologicamente presa entre a biologia e a sociologia.

Em conclusão, tendo em vista as reflexões realizadas neste capítulo sobre as categorias anteriores, uma análise mais minuciosa revelaria que, em seu conjunto, todas estas teorizações poderiam ser separadas conforme uma orientação geral. Por um lado, estaria a determinação da natureza sobre o indivíduo, enquanto força da hereditariedade ou dos instintos, ambos representando uma dimensão constituída pelos potenciais apriorísticos, raciais e conservadores. Por outro lado, estaria a determinação da sociedade, enquanto força social do “meio” ou de uma totalidade dinâmica que determinaria a configuração de suas partes, portanto, representando uma dimensão constituída pelos potenciais a *posteriori*, sociais e modificáveis. O primeiro se organizaria em torno da esfera individual e particular; o segundo, em torno da coletiva e universal. Tratam-se, em suas determinações mais profundas, de oposições radicalmente opostas do ponto de vista teórico e, sobretudo, político.

Com efeito, dentre as forças que constituíram o complexo cenário político brasileiro no período da década de 30, poder-se-ia separar, em termos gerais, duas principais que se chocavam em determinadas ocasiões: por um lado, uma força conservadora, tradicional, oligárquica, latifundiária, “empirista”, e que se apoiava no militarismo como instrumento de poder; por outro lado, uma força liberal, burguesa, democrática, industrialista, “científica” e que se apoiava nos princípios constitucionalistas e republicanos como meio de “conduzir” a política. Por um lado, o princípio excludente da raça como essência de um caráter nacional

brasileiro; por outro, o princípio da educação universal em busca de uma justiça universal (apesar de baseada em aptidões consideradas naturais).

Apesar de ambos os pólos possuírem matizes amplamente variadas e altamente complexas de acordo com a realidade brasileira no início do século XX, revelam em sua generalidade uma amostra das oposições dominantes que se realizavam no nível ético, estético e político entre as classes políticas no Brasil daquela época.

Embora seja uma dimensão com relativa autonomia em relação a sua totalidade concreta, é possível compreender o nível "teórico" encontrando semelhante oposição, hipostasiada pela problemática insolúvel que resulta do choque entre os fatores "extrínsecos" e "em igual extensão" da herança e do meio, da natureza e da sociedade, do instinto e da totalidade dinâmica.

Nesse sentido, é possível concluir – a partir de uma análise levando-se em conta a relação dialeticamente determinada entre estrutura social e formas de consciência (MÉSZÁROS, 2009) – que haveria proximidade entre as tentativas de conciliação de antagonismos inconciliáveis no nível político e teórico da época. Por um lado, situa-se Getúlio Vargas que baseava sua política na incauta tentativa de conciliação de classes antagônicas, a partir de um republicanismo com tendências autoritárias que orientava o seu programa de "modernização conservadora". Por outro, Raul Briquet que não encontrava saída à oposição entre as forças radicalmente distintas da biologia e da sociedade, resignando-se na constatação da impossibilidade de uma psicologia social como ciência autônoma, ou tentando integrar ambas as dimensões – apesar de suas contradições - pela identificação destas no nível metodológico-formal sob a mesma lógica autoritária do pensamento positivista.

11.4 Tendências do livro

Através da análise do livro foi possível encontrar seis noções pertinentes em todo o tecido da obra. Não obstante, também é possível identificar determinadas tendências convergentes que aparecem no conjunto dos capítulos e que atravessam as seis categoriais analisadas acima. No caso, estas tendências estão discriminadas nos seguintes eixos: *tendência ao cientificismo/organicismo*; *tendência a normatização*; *orientação programática*

para a ciência; *tendência ao evolucionismo/higienismo*; *aproximação à realidade cotidiana*; *crítica radical*[278].

11.4.1 Tendência ao cientificismo/organicismo

Já no prefácio, Raul Briquet anuncia que o seu método de orientação seria o positivista, segundo Augusto Comte. Deste modo, uma tendência verificada no texto foi a da apologia do método científico cujo modelo estaria nas ciências da natureza, fornecendo, deste modo, as regras do método sociológico pela tríplice "observação, análise e previsão", pela crença na neutralidade e objetividade científica, pelo culto aos fatos, assim como pela exclusão de qualquer tipo de saber metafísico, teológico e absoluto. Nesse sentido, também entraria a busca pela determinação dos fenômenos em leis gerais e universais e sua concatenação em relações de causa e efeito.

Dentro deste eixo também seria contemplada a defesa de um determinado organicismo, que se expressaria na crença da sociedade enquanto um "todo orgânico", assim como pela aproximação dos modelos explicativos das ciências naturais ao modelo das ciências humanas e sociais.

Deste modo, todas estas características que constituem a visão cientificista poderiam ser encontradas em inúmeras passagens, tais como no elogio ao "aniquilamento da natureza dupla do homem" realizado pelo behaviorismo enquanto psicologia objetiva; na idéia de uma "lei única" como a base da relação gestáltica do indivíduo com a sociedade, ou seja, concebendo os indivíduos enquanto partes de um "todo organizado"; na defesa da "previsão racional" dos fenômenos sociais, aproximando a sociologia às ciências naturais; na discriminação instintiva de homens e mulheres segundo um critério universalista; na crítica às "utopias metafísicas" realizadas na política; na consideração do fenômeno bélico como um "universal" entre os homens; na crença de que "o mecanismo de projeção" estaria presente em todas as relações sociais e na própria definição dos homens, a partir da psicanálise, segundo tendências elementares universais; na investigação científica objetiva do ambiente religioso; na descrição das regras do método sociológico segundo Dürkheim, das quatro leis da

[278] Cabe, de imediato, a ressalva de que se trata de tendências do texto, operadores de análise, não servindo, portanto, de definidores que sirvam à redução do conteúdo em sua integralidade, tendo em vista as contradições internas da obra e, principalmente, por se tratar de um manual que contempla inúmeras escolas e visões que, por vezes, entram em conflito.

imitação, da simpatia, etc.; no elogio ao estudo “desinteressado” como fator da inteligência; no elogio aos testes psicológicos pela “comprovada objetividade” a despeito das “apreciações” de caráter pessoal e subjetiva; na descrição das “leis da personalidade” e das “normas que regulam a psique infantil”; na descrição das fases de formação da opinião pública; na descrição das características dos grupos que constituem os processos revolucionários;

Já os elementos de organicismo poderiam ser encontrados em passagens como na aproximação dos modelos da Gestalt ao mundo natural, tal como o sistema solar e na embriologia animal; na já citada aproximação entre as leis da física dinâmica e as “leis” do indivíduo e da sociedade; na idéia de “consenso social” a partir do modelo do consenso dos corpos vivos e de “solidariedade” a partir do modelo da astronomia; na descrição das “leis do organismo social”; na consideração das instituições como a família e a propriedade privada como resultado de instintos; na consideração dos “fatores etiológicos da guerra” a partir de uma visão médica de um fenômeno social; na idéia da guerra como “válvula de escapamento dos instintos”; na explicação do hábito humano a partir de exemplos do mundo inorgânico, tal como o funcionamento da “fechadura”; na aproximação entre a intervenção política e médica, considerada eficiente quando busca “o estado orgânico e suas reações”; na aproximação entre os fenômenos patológicos orgânicos aos fenômenos patológicos sociais, tais como a revolução; a aproximação da evolução biológica à evolução social pelo modelo explicativo da “extinção” e “função” evolutiva; na aproximação entre a “repetição universal” orgânica e social; na “nítida” aproximação dos estágios da antropologia cultural à evolução orgânica; na analogia entre o processo revolucionário e a preparação do corpo materno para o parto.

A tendência cientificista e organicista em Briquet, descrita nos exemplos acima, revelou-se, sobretudo, através da constante busca de leis universais dos fenômenos humanos e sociais. Esta tendência, que revelaria a busca pela previsão racional daqueles fenômenos, opera a partir da cisão alienada entre sujeito e objeto, na esfera da *pseudoconcreticidade* e das relações “lógicas” que nela aparecem imediatamente. Nesse sentido, Kosik (1989) afirma que este tipo de pensamento “é a forma ideológica do agir humano de todos os dias (...) o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real: é “o mundo da aparência” (...) é a projeção (...) de determinadas condições históricas petrificadas” (p.15).

Também, a aproximação com o modelo das ciências naturais – através da analogia entre os fenômenos humanos e os da física - como forma de buscar algum tipo de validação

científica, apenas reproduziu este ponto de vista sobre a realidade imediata, afastando-se da práxis humana efetiva. Além disso, reduz a complexa realidade a uma unicidade conforme as suas próprias regras metodológicas, que para o Positivismo representa o ideal de um "sistema unitário" da ciência:

> E porque no objeto tudo se resolve em determinações intelectuais, o resultado não representa nada consistente e material: a função determinante, classificadora, doadora de unidade, é a única que fornece a base de tudo, e a única que o esforço almeja. A produção é produção da unidade, a própria produção é produto (HORKHEIMER, 1983, p.124).

Deste modo, o cientificismo e o organicismo revelam uma tendência não apenas de seu método, segundo a lógica da identidade, mas do próprio processo de produção dentro do sistema do capital, que visa a unidade e a abstração das diferenças pelo princípio do equivalente, ou seja, "torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão" (HORKHEIMER & ADORNO, 2006, p.20). O preço que se paga pela previsão e controle do mundo é o seu completo desencantamento.

11.4.2 Tendência a normatização

Uma tendência constantemente evidenciada no livro foi a utilização de saberes competentes, tal como a psicologia e a psicanálise, na interpretação e análise de determinados fenômenos. Nesse sentido, foi possível apreender passagens em que algumas teorias - a maioria importadas da Europa e dos Estados Unidos - forneciam explicações prontas e precisas de determinados fenômenos, reduzindo-os a causalidades vagas e descontextualizadas, além de, em determinados momentos, serem preconceituosas, racistas e misóginas. Desta maneira, conseqüentemente, outra tendência que entraria neste mesmo tópico seria a do manual oferecer mais respostas e explicações de determinado objeto investigado do que questões em aberto ou perguntas. Portanto, estes elementos em convergência constituiriam uma tendência à aplicação de um discurso competente e normatizador de maneira vertical sobre o fenômeno investigado.

Esta tendência pode ser encontrada, por exemplo, em passagens carregadas de um discurso aparentemente colonialista, em que se compara, por exemplo, o "civilizado" ao "letrado" e o "selvagem" ao "inculto" no que se refere ao nível de tensão do indivíduo com o

grupo, ou então, na afirmação de que pessoas com “inteligência curta” ou “reações psicopáticas” não mereceriam credibilidade em seus discursos. Nesse sentido, compara noutro momento o comportamento bélico do homem ao primitivismo das crianças e dos selvagens, cujo desenvolvimento não teria se desenvolvido suficientemente na civilização.

A partir de uma teoria dos instintos, concebe as diferenças sexuais entre homem e mulher de maneira essencialista, legitimando, em certa medida, um discurso misógino. No caso, concebe o homem instintivamente “catabólico” e dispersivo, enquanto a mulher como “anabólica” e conservadora, concluindo a partir de Comte que a mulher seria “menos aparelhada” ao trabalho mental, cabendo-lhe resignar-se ao papel de “moderar” a razão fria e rude masculina. Noutra passagem, cita o “complexo de masculinidade”, encontrado em mulheres que desejam reagir igual aos homens como forma de “suprimir a inferioridade que as acabrunha”. Ainda no sentido da busca por diferenças, que se expressam em desigualdade, faz também referência às diferenças na organização mental das raças (entre “brancos” e “homens de cor”) com a consecutiva diferença em suas “faculdades culturais”, concebendo a possibilidade de uma ser superior à outra em determinados aspectos.

Em longa passagem no capitulo IX sobre “imitação”, em discussão sobre este tema, refere-se aos “adolescentes que descuram da regularidade nas refeições” e “do esmero no traje” como efeito de seu desinteresse pela imitação da conduta alheia, ou então nas pessoas que se vestem como as demais de seu círculo social pela intenção de evitar críticas e, conseqüentemente, um estado de “tensão”. Noutra passagem, sobre a formação do “eu”, refere-se ao desenvolvimento do jovem que, em determinado momento, exaltaria o desejo especialmente “pelo sexo oposto”, defendendo, deste modo, novamente uma espécie de essencialismo binarista sobre a esfera instintiva ou do desejo.

O saber psicanalítico aparece como discurso competente, por exemplo, na interpretação da ação de um político, que decidira se filiar ao seu antigo partido de oposição, como efeito do Complexo de Édipo. Também este saber aparece nos debates sobre a “personalidade infantil”, em que se aponta para as conseqüências dos pais “em demasia autoritários” no desenvolvimento de seus filhos, dando-lhes recomendações sobre como educar corretamente seus filhos tal como no lema: “dedicação constante e renúncia ao prêmio”. No âmbito da educação, aponta para o mecanismo defensivo da “introversão” como suposto fator responsável pelo desinteresse do aluno na sala de aula, podendo levar, segundo o autor, em seu nível mais agudo à patologia nomeada “alotropismo”, que seria passível de “cura analítica”. Nesse sentido, em diversas passagens no capítulo XV sobre “adaptação

social", baseia-se na teoria adleriana para explicar os "desvios de adaptação social" enquanto resultado do "sentimento de inferioridade", assim como da "avareza", "cobiça" e "poupança" como efeito de um "aparelho digestivo inferiorizado". No mesmo capítulo, cita um extenso caso de criminalidade infantil para defender a apropriação, pelo Estado e pela sociedade civil, das "normas que regulam a psique infantil" enquanto instrumento para colaborar no trato com a "delinqüência" infantil. Por fim, faz uma leitura de momentos da história do Brasil – tais como o encilhamento, o começo da República e as valorizações do café – enquanto momentos de uma "psicose epidêmica", além de interpretar a "mentalidade do revolucionário" como "produto de conflitos emotivos infantis".

Outro sentido dado ao texto para a legitimação de um suposto discurso competente estaria na defesa de uma espécie de tecnocracia, em que Briquet daria a entender que os princípios e juízos sobre política deveriam ser realizados por indivíduos estudados, capazes de realizar "máxima abstração", da mesma maneira como os juízos sobre a física e a astronomia só seriam realizados pelo estudados no assunto. Nesse sentido, noutra passagem aponta para a educação ideal como aquela voltada para a ciência.

Segundo Chauí (2012), o "saber competente" seria uma poderosa forma ideológica ao reiterar a divisão entre trabalho intelectual e manual, ou seja, entre os "competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas)" (p. 127). No contexto de uma elite intelectual que planejava uma sociedade organizada segundo a hierarquia das capacidades, onde no topo estivessem justamente os intelectuais, nada mais esperado do que a defesa de um saber competente que orientasse as relações humanas em geral. No caso, seu poder reside precisamente do fato de derivar do processo social capitalista da "organização" - enquanto "administração racional eficaz do trabalho" (p. 127) - e da "gerência científica", principais representantes da racionalização do processo produtivo industrial, portanto, de um novo desdobramento da divisão social do trabalho, cujo topo é ocupado pelos que têm poder por possuírem o saber.

Este saber competente, enquanto desdobramento do cientificismo, também é responsável pela normatização da sociedade, através do que Chauí (2012) conceitua por "discurso da competência privada", que seria aquele que:

> ...ensina a cada um de nós, enquanto indivíduos privados (e não enquanto sujeitos sociais), como nos relacionarmos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver. Assim, cada um de nós aprende a

> relacionar-se com o desejo pela mediação do discurso da sexologia, a relacionar-se com a alimentação pela mediação do discurso da dietética ou nutricionista, a relacionar-se com a criança por meio do discurso da pediatria, da psicologia e da pedagogia, a relacionar-se com a Natureza pela mediação do discurso ecológico, a relacionar-se com os outros pela mediação da psicologia e da sociologia (p. 129).

Desta maneira, o saber competente impõe-se como totalizador e nessa totalização reflete e reforça um ponto de vista específico - sobre as relações educacionais, de gênero, familiares, políticas, etc. - ao qual se justifica pelo seu caráter científico e normativo. No caso do manual de Briquet, este tipo de poder se expressava tanto pelas constantes recomendações e aconselhamentos direcionados à realidade prática a partir de teorias específicas, como também pelas interpretações prontas e verticais que realizava de determinados fenômenos humanos.

11.4.3 Orientação programática para a ciência

Esta tendência, tomada de empréstimo de um termo de Mészáros (2009), reflete sobremaneira a mediação histórica e institucional do livro, por sua intenção de colaborar com a formação de uma elite científica capaz de solucionar os problemas sociais do país. No caso, foram também múltiplos momentos do texto em que Briquet posicionava o psicólogo social enquanto um interventor sobre a realidade e o comportamento social, tendo a premissa na eficácia, na objetividade e na neutralidade da ciência visando o bem-estar social. A tendência em acreditar na possibilidade de resolução dos males sociais, através de dispositivos científicos, também foi acompanhada da aproximação entre a figura do cientista social com a do médico, em que ambos visariam a "etiologia" de determinada "anormalidade" em busca da cura precisa e exata do organismo social ou biológico. Esta cura seria possível pela intervenção social, sob o mesmo modelo da intervenção médico-cirúrgica.

Em passagem já mencionada nesta seção, esta *orientação programática para a ciência* apareceria no elogio ao behaviorismo watsoniano que, segundo Briquet, visaria uma sociedade futura ideal onde os homens se organizassem segundo os princípios e "ensinamentos da ciência". Além disso, através da experimentação e da observação, ele permitiria a previsão racional da ação humana, sendo assim possível pautar as ações dos homens pela sociedade. Nesse sentido, mais a frente, cita Ellwood ao apontar a possibilidade de predição científica do comportamento dos homens, em sua dimensão instintiva, o que asseguraria o progresso humano e social.

Já no capítulo IV sobre a “sociologia”, faz-se referência às leis da estática social que, ao serem estudadas permitiriam a compreensão das relações de mutualidade entre as diferentes partes do organismo social, com base em “previsões sociológicas” de fidedignidade “idêntica” ao observado na anatomia, contribuindo, deste modo, com um saber preciso e objetivo para a orientação da política. Com efeito, afirma que através de uma “sábia intervenção” seria possível modificar os casos de “graves inconvenientes” da ordem social espontânea. Esta, segundo a lógica positivista, seria tanto mais modificável quanto mais complexa e desordenada se tornasse.

Em outra passagem, traz a analogia mencionada acima sobre a intervenção da política e da medicina, fazendo referência a um “super-homem” que dirigiria os “negócios públicos” segundo a “eficiência” da ciência. Já em momento posterior do livro, o autor faz referência aos “líderes” governantes, afirmando que a justiça só se realizará quando estes se guiarem pela “verdade psicológica” e não por seus impulsos. Esta posição se aproximaria da crítica que o autor faz ao espírito revolucionário no fim do manual, em que os descrevem pela característica oposta ao do cientista, ou seja, a partir da crença em misticismos, na incapacidade de pensar racionalmente e de maneira neutra. Nesse sentido, a ação humana correta se aproximaria da atitude científica correta, portanto, o espírito científico seria o norte da moralidade. Por fim, como já mencionado anteriormente na seção sobre o tema da “psicologia social”, Briquet afirma que caberia ao psicólogo social a predição e a direção sobre o comportamento social.

Noutra parte faz breve referência aos futuros efeitos econômicos benéficos que a pesquisa nuclear supostamente traria à humanidade, fazendo a apologia do desenvolvimento da “ciência pura”. Na discussão sobre os malefícios da excessiva “projeção do ideal de ego” dos pais sobre os filhos, aponta a preocupação com o desenvolvimento dos últimos, tendo em vista a “luta social” da qual irão se empenhar. Este ponto evidenciaria a intenção de Briquet em direcionar a contribuição de seu manual às futuras gerações, sob uma aparente crença na modernização a partir da ciência. Nesse sentido, afirma no fim do capítulo XIX sobre “multidão” a necessidade de se ter uma doutrina que “dirija” as ações humanas e que anuncie a supremacia na vida social dos “valores afetivos e intelectuais”.

A *orientação programática para a ciência* revelava uma tendência daquele período histórico, em que se depositavam as esperanças nas figuras de “líderes” e “super-homens” que, por suas inatas virtudes, “conduziriam” determinado grupo ou nação ao progresso e à emancipação, ou seja, à “auto-condução”. Salvo suas diferenças, este desejo apareceu sobre a

figura de Lênin - e as orientações dadas a um marxismo baseado nas lideranças intelectuais das massas; em Makarenko – e sua idealização de uma pedagogia emancipadora para classes populares; no *Manifesto dos Pioneiros da Educação*[279] *Nova*, no *Manifesto da Escola Livre de Sociologia e Política* e no documento *Rumo à Verdade* de Roberto Simonsen – cuja apologia à ciência se dava no sentido da condução de si pela "verdade"; assim como na divisa do brasão da bandeira da cidade de São Paulo, cuja mensagem resumia o espírito da elite paulista científica: "não sou conduzido, conduzo". Em todos estes exemplos aparecem direta ou indiretamente o desejo pela "auto-condução", que se daria através da figura de um líder intelectual.

No manual de Briquet, este espírito se apresentava em duas frentes principais. Primeiro no uso do saber psicanalítico, enquanto verdade científica, visando intervenções higienistas tendo-se em vista a evolução do povo. Segundo, através do motivo que levou à fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e que influenciou o objetivo daquele manual: a demanda por se formar uma elite intelectual dirigente que conduzisse o país ao progresso. Deste modo, em situações distintas ambos visavam a evolução da nação através de figuras representantes de um saber competente baseado na ciência.

Segundo Horkheimer (1983), a relação da ciência com a intervenção política, através de seus representantes intelectuais, refletiria a realização cega da divisão social do trabalho:

> Os políticos devem aprender a aplicar "tais ou tais meios", quando assume "tais ou tais posições". Eles devem também aprender a ajustar as suas decisões práticas à "coerência interna". Entre os homens que influenciam o desenrolar da história em suas lutas sociais, e o diagnosticador sociológico que lhes aponta onde devem atuar, surge uma divisão do trabalho (p. 140).

De um lado estaria o saber normativo da ciência representado por seus intelectuais, enquanto, de outro, os políticos que seguiriam suas receitas experimentalmente comprovadas. Desta condição, pode-se concluir que a eventual intervenção social científica destinada à resolução dos problemas sociais e políticos do país – levando-o à modernização – pretendia-se "objetiva" e "desinteressada". Nesse sentido, não problematizava a intrínseca relação entre ciência e política, entre saber científico e ideologia, acreditando na ilusória possibilidade de uma mudança social "neutra" ou que, ao menos, realizasse uma obra com base na "verdade", portanto, "não-ideológica" e "não apaixonada", segundo seus próprios termos.

---

[279] Interessante notar que o termo "conduzir" está presente na origem da palavra "educar" que, do latim *educare*, significa "conduzir para fora". No caso, a palavra se origina do prefixo *ex* que significa "fora" e de *ducere*, cujo significado é "conduzir". Fonte: http://www.dicionarioetimologico.com.br/educar/

11.4.4 Tendência ao evolucionismo/ higienismo/ eugenia.

Esta tendência, além de refletir a mediação do contexto histórico da época, também apontaria para a mediação presente na formação do próprio autor como médico-sanitarista. A fundamentação do livro calcada no positivismo e no evolucionismo foi expressa em passagens onde se defendia a evolução, o aperfeiçoamento e o progresso da sociedade e do indivíduo. Acompanhada desta defesa, fazia-se da mesma maneira a apologia de teorias e práticas de intervenção social de cunho higienista e eugênica, com o objetivo do aprimoramento do "povo" e da "raça". Soma-se a isto a preocupação com a questão da miscigenação. Portanto, as idéias de evolução, aperfeiçoamento, progresso, além da defesa de práticas higienistas e eugênicas serão contempladas nas passagens desta seção.

Uma das primeiras referências a esta tendência se dá no capitulo II sobre o "subsídio da biologia" em que o autor aponta como a falácia da irredutibilidade da hereditariedade tem prejudicado o "aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade". A noção de "aperfeiçoamento" também aparece noutra passagem em que Briquet afirma que seu desenvolvimento estaria relacionado à contínua evolução da natureza humana a partir da harmonia com as "leis evolutivas" da civilização. Como já citado anteriormente, também se faz referência à possibilidade de "aperfeiçoamento" dos instintos enquanto esfera modificável do ser humano, assim como dos hábitos.

Com relação às leis evolutivas, há a referência aos estágios da evolução cultural de Morgan, tão "nítidos" como a evolução na biologia e na geologia. A idéia de evolução aparece também na apreciação à teoria hegeliana ao conceber as contradições como motor do "processo evolutivo" da história. Mais a frente, refere-se às "revoluções" como marcos de passagem da evolução social de uma etapa histórica à outra. Também, posteriormente, a evolução social é tida como resultado da ação recíproca entre indivíduo e meio social, e como fundamento da metodologia sociológica.

No capítulo IV sobre o "subsídio da sociologia", faz-se referência à idéia geral de progresso, na afirmação de que o progresso humano, social e moral estaria intimamente relacionado ao progresso econômico da sociedade, orientado segundo as leis naturais desta. Em passagem posterior, cita Sutherland para afirmar que a lei da simpatia seria "a de todo progresso".

Já a tendência à defesa de práticas higienistas e eugênicas aparece, por exemplo, na orientação da seleção determinada de indivíduos a partir de uma política de povoamento nacional, segundo a justificativa de se assimilar progressivamente o "sangue novo". Logo em seguida faz a crítica às barreiras sociais sobre povos orientadas pelo critério racial, defendendo o "cruzamento" e a miscigenação como fator de produção de "homens superiores". Também há a referência direta à política eugênica no aconselhamento médico ao não casamento de familiares, tendo em vista a possibilidade de se gerar indivíduos com "debilidade mental", "insânia" e "deformidade". Noutra passagem, cita-se que haveria diferenças "morais" e "intelectuais" sutis entre diferentes raças, que teriam seus caracteres determinados pelos vagos fatores "clima, sociedade e outros".

Como já mencionado anteriormente, percebe-se no decorrer do livro que Briquet oscila ora entre uma visão liberal de um indivíduo que se "faz a si-mesmo", ora entre uma visão conservadora e hereditarista, que implicaria na defesa de posições normativas, higienistas e, em determinados momentos, eugênicas. Por compactuar com a visão de uma determinada antropologia cultural, inevitavelmente a orientação evolucionista o conduzia para posições hereditaristas por não dar conta da oposição entre herança e meio social, resultando na crença da existência de diferentes "faculdades culturais" entre diferentes povos e que levariam a diferenças (leia-se desigualdades) nas "organizações mentais" das raças.

Apesar da defesa de uma evolução cultural e da crítica às "falácias" sobre a hereditariedade, o autor não escapa do pensamento racista que acredita no aperfeiçoamento através da miscigenação do povo e, conseqüentemente, da raça. Nesse sentido, aparece nas entrelinhas de seus escritos uma aproximação entre a evolução cultural e a racial (entendida como "aprimoramento da espécie"), fazendo com que o *pensamento social brasileiro* do século XIX permaneça enquanto sombra em suas reflexões. Justamente por não aplicar um olhar dialético sobre as determinações extrínsecas "raça" e "meio", "espécie" e "cultura", aceita esta concepção de evolução sem revelar sua contradição imanente.

Tendo isso em vista, não lhe seria contraditório que, de um lado, criticasse o tipo de democracia da época por não ser justa e, de outro, concebesse uma sociedade cuja hierarquia deveria ser estruturada segundo as capacidades mentais e as aptidões naturais de seus indivíduos, defendendo a seleção do "homem certo no lugar certo" a partir de "critérios científicos" e "objetivos". Ora, este seria o mesmo princípio que orientou as políticas de seleção eugênicas que, travestidas de discurso científico competente e racional, traduziam-se em uma irracional política sobre os corpos. Apesar das críticas às teorias hereditaristas, a

eugenia mantinha-se como elemento sutil e presente no saber e na intervenção da ciência sobre a realidade.

11.4.5 Aproximação à realidade cotidiana

Uma tendência do texto, em inúmeros capítulos, foi a realização de breves digressões e referências em que o autor aproximava o tema discutido com a realidade contemporânea, fazendo uma espécie de aproximação entre teoria e prática. Deste modo, apontava, em certa medida, para o que seria um primeiro movimento de reflexão da psicologia social, ou de suas premissas teóricas, para se pensar uma intervenção social a partir de uma *práxis* social.

A primeira passagem estaria na referência que o autor faz à "política contemporânea" ao criticá-la por se julgar capaz de exercer "ação ilimitada" sobre os fenômenos da sociedade. Logo em seguida, faz breve menção ao problema malthusiano do "excesso relativo de população" e das características da "política positiva" responsável por trazer à tona os limites da ação política governamental. Ainda nesta parte, aponta para os riscos do momento político da época, tais como relevar os "fatos secundários" a despeito dos "principais" ou as "manifestações efêmeras" no lugar das "tendências fundamentais", assim como legitimar doutrinas e instituições "em declínio". Nesse sentido, faz menção crítica à "mania reformativa" dos governos não apoiados na análise científica das verdadeiras causas dos "males sociais". Também, há a referência a acontecimentos atuais como o "pan-germanismo" enquanto fator da grande guerra, o "pan-eslavismo" e o "despertar da raça amarela", fazendo-se então a crítica às políticas diplomáticas baseadas no extermínio de raças. Nesse sentido, no final do livro faz referência às formas de governo baseadas no *divide et impera* e na eliminação de qualquer oposição.

Noutro momento, Briquet faz referência a temas relativos à saúde pública, tal como na discussão sobre as leis do hábito, a partir de William James, em que menciona o princípio da "lei da constância" no tratamento do vício em bebida e fumo. Nesse sentido, em outro capítulo, cita a hipnose como meio de tratamento de "estados mórbidos", assim como o alcoolismo.

Como já debatido anteriormente, a tendência de Briquet em aproximar a teoria da sua realidade cotidiana se dava através do intenso movimento cientificista da época, que

pressupunha o saber competente e verdadeiro como privilegiado na normatização da vida cotidiana. Além disso, destacam-se suas reflexões em torno das questões da saúde pública que, portanto, vão de encontro com seu saber em torno da medicina social. Como foi apontado no capítulo sobre a Escola Livre de Sociologia e Política, um dos fatores que motivou a contratação de Briquet como docente daquela instituição foi a sua formação médico-sanitarista.

11.4.6 Crítica radical

Este eixo se refere a uma das tendências menos freqüentes do texto, porém, não menos importante justamente por realizar reflexões inéditas ou não abordadas em outras obras da época, como por exemplo, o manual de psicologia social de Arthur Ramos. Trata-se da referência a críticas ancoradas no pensamento revolucionário de esquerda da época, que realizava uma crítica radical à sociedade capitalista, seja à propriedade privada ou à contradição entre capital e trabalho. Apesar de raras, são passagens que aparecem noutras seções além da dedicada à apresentação do materialismo histórico no capítulo sobre "grupos sociais".

A primeira referência aparece no mesmo trecho, citado anteriormente, sobre o "excesso de população relativa", em que Briquet atribui a causa do "desequilíbrio social" à revolução industrial e à "concentração de capital", não dando maior ênfase na questão. Já no capítulo em que faz referência aos instintos, refere-se à propriedade privada como um regime de "caráter profundamente individualista".

Em capítulo em que discorre sobre a educação, refere-se de maneira crítica à desigualdade social e como esta se refletiria na escola enquanto divisão do trabalho manual, "os que devem trabalhar", e intelectual, "os que podem estudar". Também pontua que a atual "supremacia intelectual" da sociedade seria injusta, por se basear na desigualdade econômica.

Em outra passagem cita as doutrinas que se oporiam ao "humanitarismo" e ao "protestantismo", citando dentre elas o "proletarismo", que concebe a "evolução histórica" a partir da "luta de classes". Já no capítulo XII sobre "grupo social" faz a apreciação do materialismo histórico, apesar de maneira reduzida e grosseira, conforme as possibilidades de apresentação em um manual. Entretanto, cabe destacar que o capítulo é quase inteiramente

dedicado a esta apreciação. No final do livro, ao descrever os fatores que estariam na "gênese" do processo revolucionário, cita a "desigualdade social", afirmando que enquanto não se superasse a contradição entre capital e trabalho a revolução seria a principal pauta da reivindicação de classe. Ainda acrescenta sobre a necessidade de se realizar uma era de "justiça universal", em que se socializassem os "bens imanentes" da humanidade, tais como a saúde, educação e trabalho. Logo depois, na concepção de uma educação em tempos revolucionários, cita aquela que permitiria a fruição dos bens sociais que levariam à felicidade humana pelo proletariado. Também faz a crítica à idéia de democracia burguesa, relativizando sua existência no fato da educação infantil não ter se realizado plenamente na sociedade brasileira. Por fim, na crítica à já mencionada "mentalidade do revolucionário", Briquet faz menção ao princípio do materialismo histórico de que a mudança nas idéias, do "coração humano", deveria ser precedida por uma mudança nas condições materiais de existência.

A tendência em realizar, em determinadas passagens do manual, uma espécie de crítica "radical" vinculada ao pensamento marxista da época, revela a postura democrática de Briquet e seu gosto – conforme aponta sua biografia – em realizar sínteses e compilações teóricas. Apesar de conter elementos "burgueses", a apresentação deste tipo de crítica entrava em choque com as idéias de Roberto Simonsen, fundador da Escola Livre de Sociologia e Política, revelando a provável liberdade que Briquet possuía na elaboração de seus cursos e produções naquela instituição.

Entretanto, apesar da longa exposição do materialismo histórico, as demais passagens desta tendência foram breves e, muitas vezes, vagas. A crítica não encontrava uma finalidade, provavelmente porque a sua defesa radical implicaria naquilo que Briquet não compactuava na época: a defesa de movimentos de massa (tratadas por todo o texto como "irracionais") e de um modelo político que era visto como autoritário, sobretudo, pela imagem impregnada de medo que desenhavam sobre o "avanço bolchevista" e a "ameaça comunista".

12 CONCLUSÃO

Esta pesquisa possui limitações em decorrência do recorte específico realizado em seu estudo. Por refletir sobre as mediações internas e externas do manual *Psicologia Social* (1935) de Raul Briquet, não pôde aprofundar de maneira rigorosa sobre cada uma dessas dimensões.

Primeiramente, seria necessária uma análise interna mais minuciosa do manual, realizando uma comparação de sua estrutura e conteúdo com outras obras da qual faz referência constantemente, tais como os manuais de Wheeler e Ellwood, assim como dos outros autores que constam na bibliografia. No caso, esta pesquisa escolheu por realizar um panorâma sobre o manual, dando destaque as principais teorias e autores contemplados, o que, conseqüentemente, obrigou-nos a abrir mão de outros mais periféricos. Ainda na análise interna, seria fundamental a verificação da apropriação que Briquet realizou das diversas teorias, destacando o tipo de leitura e análise dada a cada, como por exemplo, a Psicanálise e a teoria da Gestalt. Neste caso, este não foi objetivo deste estudo.

Outra orientação para uma análise interna seria a comparação entre o manual e a obra do autor como um todo. O objetivo desta pesquisa, a princípio, seria a de comparar os escritos psicológicos de Briquet, sendo, entretanto, posteriormente descartado após a conclusão de que a análise interna do livro ficaria prejudicada com a não dedicação integral ao seu conteúdo.

Duas grandes influências presentes no manual não foram suficientemente desenvolvidas nesta pesquisa: a história da psicanálise e do positivismo no Brasil. A primeira, apesar de mencionada através da crítica às práticas higienistas, da qual fez parte, necessitaria de um levantamento histórico mais aprofundado sobre sua produção na realidade brasileira, como meio de se apreender importantes mediações no pensamento de Briquet. Também o positivismo, apesar de possuir um capítulo dedicado ao conjunto geral de seus postulados, necessitaria de um estudo mais aprofundado de suas idéias no Brasil, sobretudo por ser uma teoria e uma ideologia nacional fortemente presente no início do século XX e fundamental para o nascimento da Psicologia Social.

Ainda na análise externa do livro, seria também de suma importância a realização de um objetivo que também foi descartado nesta pesquisa: o aprofundamento da relação entre a produção do manual de Briquet e o contexto histórico brasileiro a partir de uma análise rigorosa e capilar de suas mediações políticas, sociais, culturais e econômicas. Esta análise

deverá apreender de maneira detalhada como o manual em questão resulta de um movimento amplo de constituição de uma elite intelectual, dos homens de *sciencia*, que tem sua origem no século XIX e que refletia o jogo de uma luta de classes específica da realidade brasileira, em que classes e raças formavam um complexo dialético peculiar, tendo-se em vista a imersão do país ainda nos efeitos do escravismo colonial. Em complemento, deverá considerá-lo também como resultado das condições concretas capilares da história do Brasil, expostas por intelectuais como Caio Prado Jr., Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, Jacob Gorender, etc. No que tange estas indicações, a presente pesquisa buscou situar historicamente as tendências e categorias presentes no manual, como parte do movimento de crítica dialética (portanto histórica) da qual se propôs, sem, entretanto, realizar uma reflexão sobre sua condição na longa história das idéias em toda a sua complexidade mediada com a base material, fato necessário para uma correta análise materialista histórica de uma produção teórica.

Deste modo, todas estas observações acima servem de apontamentos para futuras pesquisas.

Por outro lado, esta pesquisa pôde, conforme seus desdobramentos, realizar o objetivo da qual se propôs. Primeiramente, dedicou-se à análise interna do livro ao realizar um panorama, uma exposição geral de sua estrutura e conteúdo. Nesse sentido, também foi possível comparar estas duas dimensões àquelas presentes noutros manuais de psicologia social da época, assim como a sua vinculação com o programa do curso de psicologia social ministrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, podendo-se concluir que se tratava de uma obra atualizada e contemporânea às principais pesquisas de psicologia social (ainda em formação) da época, e motivada pelos objetivos da instituição da qual estava vinculada (e que refletia, por sua vez, as aspirações da elite intelectual paulista descontente com a derrota na contra-revolução de 1932).

Realizado o panorama da obra em questão, foi feita uma análise das principais disposições evidenciadas no livro, que foram separadas em categorias conforme os *temas* recorrentes no texto e as principais *tendências* que lhes atravessavam. Como parte de uma análise crítica com base na dialética, seria insuficiente a simples exposição destas categorias sem vinculá-las à sua produção histórica efetiva, que revelasse seus limites estruturais. Deste modo, a pesquisa direcionou-se às mediações externas da obra, sua filiação histórica, partindo de suas determinações encontradas no século XIX, até seus principais desenvolvimentos no século XX, sobretudo no contexto do entre-guerras no mundo europeu e no Brasil. Depois de concluída esta contextualização, retornou-se às categorias presentes no manual, agora como

categorias históricas, que revelaram a sua necessidade histórica enquanto resultado de tendências antagônicas da época em que o livro foi escrito.

Nesse sentido, foi possível compreender o motivo histórico dos principais temas dos capítulos (tais como preconceito de raça, multidão e revolução), as principais tendências verificadas no texto, e, conseqüentemente, apreender o próprio pensamento do autor, apesar de seu espírito democrático em expor a diversidade de escolas e teorias conforme manda o protocolo de um manual. A formação de Raul Briquet como médico obstetra e sanitarista - graduado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; sua posição de classe na elite intelectual paulista; sua erudição e seu gosto pela compilação de teorias; sua vinculação às idéias liberais e cientificistas sintetizadas nos documentos da qual foi signatário – tais como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; sua defesa do Positivismo e a apologia do método das ciências naturais como modelo das ciências sociais; a crença no Evolucionismo expresso na época pela antropologia cultural e pela sutil defesa de preconceitos de raça travestidos de análise da cultura; a defesa da eugenia; a apologia da ordem, do progresso, da evolução e do aperfeiçoamento do povo e da raça; o apoio ao uso do saber científico como norma das relações humanas e da política; os antagonismos que constituíram a era da catástrofe no contexto mundial; os efeitos da Revolução de 1930 e da derrota da contra-revolução de 1932; o jogo de forças progressistas e regressivas que se articulavam segundo uma política de conciliação; a modernização com base no autoritarismo. Todas estas seriam parte das mediações internas e externas cujo manual revelou através da análise de seu movimento, apontando as contradições que tanto motivaram a sua estrutura e conteúdo, quanto à defesa de um pensamento que resultava de posições teórico-políticas irreconciliáveis.

Em conclusão, o primeiro manual sobre psicologia social publicado no Brasil foi resultado da primeira disciplina ministrada sobre esta área em território nacional. Escrito pelo médico Raul Carlos Briquet em 1935 teve por título o próprio nome da disciplina, *Psicologia Social*. Resultado de uma necessidade histórica, a partir de múltiplas referências, a obra em questão se revelou atualizada em relação aos desenvolvimentos daquela ciência na época e, principalmente, sintetizou em seu conjunto as contradições que determinaram a *concreticidade* e a *pseudoconcreticidade* da realidade brasileira na década de 30, ou seja, as tendências liberais, democráticas e progressistas em relação com tendências conservadoras, autoritárias e regressivas que, em seu entrelaçamento complexo, conduziram o dinâmico processo da *modernização conservadora*

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. De la relación entre sociologia y psicologia. In: ____. **Actualidad de la Filosofia**. Barcelona, Buenos Aires: Paidós, . p.103-135, 1991.

ALMEIDA, A. R. Tendências da psicologia social no Brasil**. Síntese Nova Fase**, v. 17, n. 47, p.51-66, 1989.

AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. Charles A. Ellwood, **American Sociological Association**, Washington D. C., s/d, Disponível em: http://www.asanet.org/about/presidents/Charles_Ellwood.cfm Acesso em: 02 fev. 2015.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Unimarco Editora/Educ, 1999.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32 (num.esp.), p.44-65, 2012.

ARBEX, T. Alckmin critica Fapesp por pesquisas 'sem utilidade prática'. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 27 abr 2016 Disponível em:www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml Acesso em: 30 abr 2016.

AZEVEDO, F. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). **Coleção Educadores 2012**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

AZEVEDO, R. É Lula de novo com a culpa do povo. **Editora Abril Veja**, São Paulo, 29 out.. 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lula-novo-com-culpa-povo/. Acesso em: 13 abr. 2015.

BERLINCK, M.T. A criação da ELSP. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A. e SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, p.163-170, 2009.

BOMFIM, E.M. Raul Carlos Briquet. **Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Imago Ed., Brasília, DF: CFP, v. 7, 2002.

BOMFIM, E.M. Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p.32-36, 2004.

BRIQUET, R. **Psicologia Social**. São Paulo: F. Alves, 1935.

CAMARGOS, M. **Semana de 22: entre vaias e aplausos**. São Paulo: Boitempo, 2002.

CATELLI JR., R. **Brasil: do café à indústria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A. e SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, p.11-26, 2009.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Origem da palavra educar. **Dicionário Etimológico**, Matosinhos, 2008-2016. Disponível em: http://www.dicionarioetimologico.com.br/educar/ Acesso em: 01 dez. 2014.

DUSSEL, K. **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EDUARDO, O. C. O processo de construção institucional. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A. e SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, p.45-51, 2009.

FARR, R. M. **As raízes da Psicologia Social Moderna.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FAUSTO, R. **Marx: lógica e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, tomo I, 1987.

GRESPAN, J. A dialética do avesso. In: **Crítica Marxista**, n.14, São Paulo, 2002.

HOBSBAWM, E. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: **Coleção Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural. p.117-161, 1983.

HORKHEIMER, M. & ADORNO. T. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

KANTOR, I.; MACIEL, A. D. e SIMÕES, A. J. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, p.45-51, 2009.

KOBAYASHI, E; FARIA, L.; COSTA, M. C. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, n. 22, p. 314-351, Dec. 2009.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

LANE, S. **O que é Psicologia Social**. São Paulo. Brasiliense. 2002.

LÖWY, M. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, M. B. Sobre o significado político do positivismo lógico. In: **Crítica Marxista**. n.4. ed.1. São Paulo. Boitempo Editorial. abr 2002.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PESSOTTI, I. Dados para uma História da Psicologia no Brasil. In: **Psicologia**, ano 1, n.1, p. 1-14, 1975.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Símbolos da Cidade. **Prefeitura de São Paulo**, São Paulo. 26 out 2004 Disponível em: ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/index.php?p=757. Acesso em: 30 fev 2015.

RAMOS, A. **Introdução à Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1972.

RODRIGUES, J. P. Makarenko, pedagogo da escola socialista, **Diário Liberdade**, Ferrol, 19 ago. 2015. Disponível em: http://www.diarioliberdade.org/. Acesso em: 25 ago. 2015.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. *Rio de janeiro: EDUERJ: Contraponto*, 2011.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SIMÕES, J.A. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A. e SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, p.35-42, 2009.

SIMONSEN, R. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**: seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Nacional; USP, 1973.

SOARES, A.R. A Psicologia no Brasil. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. spe, dez., 2010.

SOCIAL NETWORKS AND ARCHIVAL CONTEXT. Wheeler, Raymond Holder, 1892-1961,**Social Networks and Archival Context**, Virginia s/d. Disponível em: http://socialarchive.iath.virginia.edu/ark:/99166/w6vd850t Acesso em: 07 ago 2015.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres**. L&PM, 2012.

YOUNG, K. **Psicología Social**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1974.